



Thiago Manchini de Campos

**OS SENTIDOS DA POBREZA: ESTADO, MERCADO E
CIÊNCIA EM PALAVRAS E FOTOGRAFIAS**

**CAMPINAS
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

Thiago Manchini de Campos

**OS SENTIDOS DA POBREZA: ESTADO, MERCADO E
CIÊNCIA EM PALAVRAS E FOTOGRAFIAS**

**Tese de doutorado apresentada ao
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do título de Doutor em
Linguística.**

Orientadora: Prof. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

C157s Campos, Thiago Manchini, 1981-
Os sentidos de pobreza : Estado, mercado e ciência em palavras e fotografias / Thiago Manchini de Campos. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Pobreza. 2. Análise do discurso. 3. Economia. 4. Antropologia. 5. Fotografia. I. Rodriguez Zuccolillo, Carolina Maria, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The meanings of poverty : State, market and science in words and photographs

Palavras-chave em inglês:

Poverty
Discourse analysis
Economy
Anthropology
Photography

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

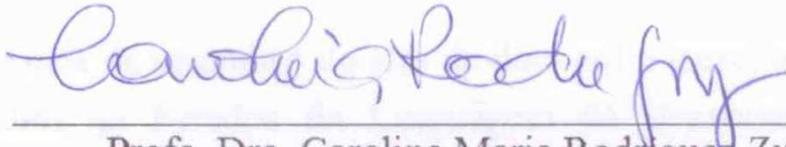
Banca examinadora:

Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo [Orientador]
Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer
Suzy Maria Lagazzi
Maria Cristina Leandro Ferreira
Vanise Gomes de Medeiros

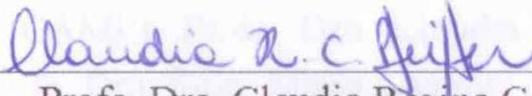
Data de defesa: 03-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Linguística

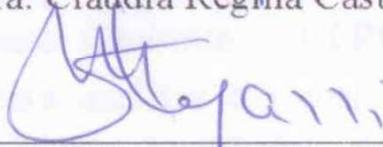
Folha de Aprovação



Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo
Presidente/Orientadora
IEL/UNICAMP



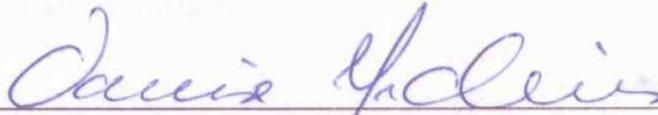
Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Profa. Dra. Suzy Maria Lagazzi



Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira



Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal investigar os discursos sobre a pobreza, procurando verificar como que esta é significada nas políticas públicas de Estado. Dentro disso, interessa analisar a relação estabelecida do Estado para com o Mercado e a Ciência, observando o funcionamento discursivo de mobilização na direção de legitimar a tomada de decisões relacionadas ao público. Para tal, é importante verificar quais os mecanismos discursivos que o Estado operacionaliza de forma a articular significações, criando uma definição homogênea de pobreza e oferecendo uma base consensual que dê suporte às políticas públicas. Parto do pressuposto que esses discursos políticos estão inscritos numa lógica consensual, que se apresenta como um “ideal” democrático, mas é baseada numa concepção homogênea de vínculo social, fato que silencia conflitos e tensões e não permite que a alteridade se manifeste. O *corpus* foi constituído por relatórios produzidos por entidades multilaterais (Banco Mundial, ONU), documentos vinculados à Presidência da República do Brasil, dicionários, obras de referência de Antropologia e Economia e fotografias da autoria de Sebastião Salgado. A análise aqui proposta se inscreve na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso conforme proposta por Pêcheux e Orlandi, visando assim contribuir, através desta pesquisa, para com a compreensão do funcionamento da relação entre Estado, Mercado e Ciência na construção do(s) sentido(s) de “pobreza” e “pobre”, permitindo elucidar algumas questões relacionadas à compreensão de ambos como um problema social, logo político (ideológico).

Palavras-chave: Pobreza, Análise de Discurso, Economia, Antropologia, Fotografia,

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to investigate the discourses about poverty, trying to verify how it is meant in the State public policies. Within that, it's importante to analyze the relationship of the State with the Market and Science, observing the discursive functioning of mobilization toward legitimizing the decision-making related to the public. To this end, it is important to check which are the discursive mechanisms that the State uses to articulate meanings, creating a homogeneous definition of poverty and offering a consensual base that supports public policies. I assumed that these political discourses are included in a consensual logic, which presents itself as a democratic "ideal", but is based on a homogeneous design of social ties, a fact that silences conflicts and tensions and does not allow the manifestation of difference. The corpus consisted of reports produced by multilateral agencies (World Bank, UN), documents linked to the Presidency of the Republic of Brazil, dictionaries, reference works of Anthropology and Economics and photographs by Sebastião Salgado. The analysis proposed here falls in the theoretical and methodological perspective of Discourse Analysis as proposed by Pêcheux and Orlandi. This research expects to contribute to the understanding of the functioning of the relationship between State, Market and Science in the construction of the meaning (s) of "poverty" and "poor", allowing to elucidate some issues related to the understanding of both as a social problem, thus political (ideological).

Key words: Poverty, Discourse Analysis, Economy, Anthropology, Photography

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE: PALAVRAS	1
1. Introdução	1
1.1 O Princípios Norteadores e Objetivos	7
1.2 Corpus e Análise	9
2. Pensando a Pobreza.....	13
3. Diferentes Modos de Reformular o Mesmo: Os Relatórios Sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001.....	47
3.1 O Discurso do Banco Mundial: Condições de Produção	47
3.2 O Banco Mundial como Ator no Cenário Global.....	51
3.3 O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001	63
4. Contribuições teóricas da Antropologia e da Análise de Discurso para a discussão de “Cultura” e seus efeitos no entremeio de Estrutura e Acontecimento.....	97
5. A Cúpula do Milênio: Matriz para o “Desenvolvimento Humano”	117
5.1 O Relatório de Desenvolvimento Humano	121
5.2 O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003.....	127
5.3 O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005.....	135
6. Plano Brasil sem Miséria.....	161
7. Conclusão da primeira parte.....	169
SEGUNDA PARTE: IMAGENS.....	171
1. Por que imagens da pobreza?	171
2. O Problema da Redução	173
3. Sobre o fotojornalismo, Sebastião Salgado e as fotos a serem analisadas	197
4. As Fotografias	205
5. Considerações sobre a fotografia como modo de revelar o outro: antropologia visual e o efeito da factualidade da imagem.....	265
6. Conclusão da Segunda Parte	289
7. Refletindo sobre o domínio de saber <i>pobreza</i>	291
8. Concluindo com dois “clicks”	298
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	301

A Deus, por seu amor.

Agradecimentos:

À FAPESP, CNPq e ao Banco Santander pelas bolsas durante o período de Mestrado e Doutorado.

A todos os funcionários e professores da FE, IFCH e IEL que me acompanharam nesta trajetória.

Aos professores do agora extinto curso de Letras da Universidade São Francisco em Itatiba, em especial à minha “mãe” acadêmica, Prof. Dr. Márcia Mascia.

A Jean-Jacques Courtine pela disposição em trocar e-mails e oferecer alguns textos.

A Jean-Marie Fournier por ter possibilitado meu estágio na Universidade Paris III.

A todos os autores consultados.

Às profs. Vanise, Kitty, Cláudia e Suzy pela participação nas bancas.

À Rosana pela orientação na qualificação de área.

À Carolina, pelas aulas, orientação e especialmente por ter me chamado a atenção para a fotografia de Sebastião Salgado.

My dogs.

À minha família.

Ao Sport Lisboa e Benfica e à nação benfiquista. *E Pluribus Unum!!!* CARREGA BENFICA!!!

A Portugal: estou de volta!!!!

Ao Heavy Metal pela criatividade, alívio e amigos que sempre me proporcionou.

Aos camaradas do Deus Ex Machina, thanks for everything.

Ao pessoal do louvor da Nazareno Itatiba. João 17 na cabeça!!!

À Daniela e ao Diogo, minha completude.

A Deus, minha sincera gratidão. “Tudo entregarei, sim por ti Jesus bendito, tudo deixarei”.

*Ele mora na cidade maravilhosa,
o maravilhoso lar da ilusão,
onde os canibais da selva de pedra
passeiam por aí de AR15 na mão!
Ele cresceu no meio da incoerência, a
desigualdade, a falta de providência, a
insanidade urbana, os desencantos mil,
na violenta Babilônia do meu Brasil.*

Fruto Sagrado, A Missão

PRIMEIRA PARTE

PALAVRAS

*Pesquisa: do latim perquirere, significando
buscar com afinco, indagar, procurar*

1. Introdução

É comum acordo no campo da Ciência que um dos efeitos da globalização é a acentuação da desigualdade. Como consequência a pobreza tem passado por um processo, que se alastrou nas últimas décadas, voltado para discussões intensas¹ sobre suas possíveis causas, formas e estatuto. As pesquisas desenvolvidas a apresentam como um problema a ser resolvido, já que é significada, aos olhos do corpo social, como uma “mancha” no ideário apresentado como progressista, propagado pelas políticas públicas de melhoria constante das condições de vida. Desse modo a pobreza se configura como uma *fratura* nos discursos veiculados pelas políticas públicas, sempre pautadas pela temática do progresso (conforme pode se observar, no âmbito nacional, nos informes publicitários do Governo Federal e dos Governos Estaduais vinculadas ao programa Fome Zero, Bolsa Família, Bolsa Escola, e ao recente slogan “país rico é país sem pobreza”, que focam sempre no número de cestas básicas distribuídas, escolas construídas, empregos criados, etc.). Independentemente das hipóteses colocadas e das perguntas feitas, é inegável que a desigualdade, com a expansão do capitalismo, é um fenômeno que vem se alastrando/aprofundando a nível global e, concomitantemente, tem deixado de ser uma preocupação somente da alçada do econômico em um sentido *stricto*, isto é, de auferição de renda, passando a ser um fato comum a diferentes campos

¹ Na “Cúpula do Milênio”, evento realizado em 2000 sob a chancela da UNESCO, foi definida a lista dos principais componentes da agenda dessa instituição até o ano de 2015. O primeiro item da agenda é “Erradicar a extrema pobreza e fome – cortar pela metade o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia e que sofrem de fome”. O texto da declaração, a ser analisado adiante, vem servindo como base, a nível mundial, na qual se pautam as políticas públicas de vários países, inclusive o Brasil, no que diz respeito ao combate à pobreza.

do saber que têm como objeto o social. Olhar “discursivamente” para a desigualdade permite verificar o seu funcionamento e materialidade, ou seja, que ela, o seu sentido, é uma construção histórica e política que incide na constituição de um coletivo e de suas formas de sociabilidade. Isto é de suma importância já que a proposta de discutir os sentidos da pobreza tem como base não tomá-la como um objeto acabado, mas sim como um produto determinado por condições de produção que, por serem históricas, dão à pobreza e à desigualdade uma característica móvel, aberta, inacabável.

A partir desta pequena exposição, justifico esta pesquisa² tendo como base dois pontos, um pessoal e outro político-social. Pessoalmente, tenho convivido com e trabalhado em comunidades “carentes” durante toda a minha vida, desde parte da minha infância passada em um orfanato de vítimas das guerras civis que assolaram Angola e Moçambique durante a década de 80, passando por cinco anos de trabalho em uma instituição de recuperação de dependentes químicos, tendo também atuado com crianças em um bairro pobre da cidade onde moro. Esta experiência tem me mostrado que muitas vezes a condição humana destas pessoas é extremamente contraditória. Figuras no centro das discussões e são colocadas, em termos de convivência (viver com o outro), às margens da sociedade. Social e politicamente acredito que uma pesquisa como esta pode ser relevante ao visar contribuir para com a compreensão de problemas sociais e possibilitar reflexões mais produtivas. Desta forma, ao abordar a pobreza a partir de uma perspectiva discursiva, levando em consideração o histórico, o político e o ideológico, espero trazer à tona as regiões de conflito e de tensões que são constantemente silenciadas dentro da lógica consensual - que desconsidera o litígio³ como matéria fundamental do corpo social - mas cujo funcionamento é possível analisar na pluralidade de discursos que constituem os sentidos da pobreza e que têm forte impacto nas formas de sociabilidade instituídas em nossa sociedade.

A pobreza vem sendo abordada por diversas “Ciências” que, cada uma à sua maneira, buscam refletir sobre a problemática e apresentar “soluções” a essa questão que não quer calar. De modo genérico, a pobreza é apresentada como uma realidade com a qual a sociedade tem que lidar sendo que, *grosso modo*, os discursos podem ser

² Realizada com a ajuda da FAPESP processo 2009/07195-6.

³ Remeto ao projeto CAeL, desenvolvido no Laboratório de Estudos Urbanos na UNICAMP, sobre mais informações sobre a noção de litígio conforme vem sendo trabalhada no âmbito da Análise de Discurso. Recomendo também a revista Escritos nº8 com o título “Cidade, Consenso e Políticas Públicas”.

divididos em duas vertentes, uma de cunho econômico e outra que tende mais para o social – muito em fruto da determinação do domínio de saber no qual a pobreza está sendo investigada.

É importante definir o que é “social” para a Análise de Discurso já que é algo distinto da definição em geral utilizada pelas Ciências Humanas. Deste modo, a Análise de Discurso não compreende o social como um prolongamento de um *continuum* bio-psicológico (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2005) no qual a relação entre homem e mundo se dá de forma direta e transparente. Essa relação não é direta pois é atravessada e descentrada pela ideologia, que não é percebida como ocultação do real e sim, em seu funcionamento com a linguagem, se constitui de modo a produzir sentidos e como a própria possibilidade de se relacionar com o mundo. Isso significa que o social, de um ponto de vista discursivo, não é caracterizado por traços sociológicos empíricos, e sim pelas formações imaginárias que funcionam no discurso e que medeiam a relação do sujeito com suas condições de existência. Assim sendo, a Análise de Discurso propõe uma forma de pensar o social, o sujeito e o sentido que, de acordo com Orlandi (1994, p.55-56)

Se afasta tanto do idealismo subjetivista (sujeito individual) como do objetivismo abstrato (sujeito universal). Recusa assim tanto o sujeito ascético, o da mente (o biológico), sujeito falante/ouvinte ideal, sem história, como também não se ilude com o individualismo subjetivista que exclui igualmente a historicidade.

Este fato apresenta uma série de consequências interessantes - que serão abordadas ao longo deste texto – já que permite questionar o político, o econômico e o social como modos específicos de habitar e se relacionar com o mundo, com as coisas e com o outro, que cristalizam/naturalizam/perpetuam posições para o sujeito. Perante uma visão histórica de sujeito assumida pela Análise de Discurso, que não o considera como um reflexo de suas características naturais, mas sim condicionado pela conjuntura econômica e política da sociedade em que vive, a forma sujeito de hoje é a do sujeito jurídico (ALTHUSSER, 1971 & 1978; PÊCHEUX, 1988a)

A pesquisa bibliográfica inicial em obras que concernem à Economia, à Sociologia e à Antropologia, me permitiu compreender que a questão do sujeito pobre é, na grande maioria das vezes, naturalizada. Dentro da literatura são raros os momentos

em que se encontram reflexões acuradas que busquem refletir sobre a “pobreza” e o “pobre” de um ponto de vista histórico e ideológico, que possibilite a compreensão do funcionamento desses discursos: como são constituídos, quais os seus elementos, suas articulações, filiações, as características de identificação/individualização do sujeito nas sociedades atuais e a relevância deste processo na constituição de um sujeito pobre, etc. Em resumo, as “Ciências” não olham para a contradição como um elemento central no funcionamento das sociedades modernas capitalistas e, conseqüentemente, de-historicizam a pobreza como uma questão fundamental.

Um dos pontos comuns nos vários dizeres sobre a pobreza, e que se encontra com maior proeminência nas Ciências Sociais, é a caracterização desta como uma “barreira” a ser ultrapassada pelo bem do “progresso” – econômico, social, “humano”, etc. – conforme podemos observar na introdução do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, intitulada “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre as nações para eliminar a pobreza humana” (ONU, 2003, p.1):

O novo século começou com uma declaração de solidariedade e uma determinação sem precedentes de livrar o mundo da pobreza. Em 2000, a Declaração do Milênio da ONU, adotada na maior reunião de chefes de Estado de sempre, comprometeu países – ricos e pobres – a fazer tudo o que puderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir metas concretas de avanço do desenvolvimento e redução da pobreza, até 2015, ou antes.

Por operarem sob a ilusão da relação direta e transparente entre homem, linguagem e mundo, na qual a ação do primeiro é compreendida como resultado de uma cadeia que vai do biológico ao psicológico, desembocando no social, as Ciências Sociais configuram a pobreza, e suas possíveis “soluções”, como uma problemática centrada no indivíduo. Por ser um dos pilares no planejamento das políticas públicas a nível nacional e internacional, o discurso das Ciências Sociais sobre a pobreza se constitui como um elemento determinante nos discursos das instituições multilaterais e dos governos locais. Isto é possível observar no recorte do Relatório do Desenvolvimento Humano 2003, e em outros estudos (por exemplo, o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro de 2005, intitulado “Racismo, Pobreza e

Violência”) onde o aumento da desigualdade e da pobreza em várias regiões do mundo e no Brasil é apresentado como uma relação direta de causa e efeito. Para tal são criados vários mecanismos - leis, ONGs, etc. - sob a bandeira da “inclusão” e da “integração social” que buscam promover, dentro de uma democracia dita consensual, a diminuição da distância entre classes categorizadas de maneira genérica por um viés econômico (ricos, classe média, pobres). Se em alguns casos pontuais há um relativo sucesso em relação a este objetivo, é possível afirmar que, de um ponto de vista geral, os avanços têm sido poucos.

O que se observa é uma relação contraditória. Por um lado há um aumento da preocupação da pobreza como um *problema a ser solucionado* ou seja, esta ocupa, em determinadas condições sociais e históricas, uma posição central nos discursos relacionados a políticas públicas. Esta preocupação é central no mundo ocidental, devido à quase totalidade de regimes governamentais capitalistas ditos democráticos, que têm como uma faceta de seu funcionamento a veiculação de discursos que afirmam melhorias nas condições de vida, sinalizando uma questão central que irei abordar ao longo do texto: a de que o “desenvolvimento” é o grande pré-construído do neoliberalismo que tem como função estabelecer necessidades; logo, não buscar a “riqueza” é algo que o discurso neoliberal não suporta. Em síntese, uma grande diferença hoje, em relação a outras condições sociais e históricas, é o funcionamento do regime que se apresenta como democrático, o qual, em seus dizeres, aponta a pobreza como um *problema em processo de solução*. Por outro lado, a globalização gerou em muitos casos, nestes mesmos regimes, a acentuação da marginalização da pobreza e de tudo relacionado a ela, o que se configura como um fator característico do sistema capitalista. O “pobre”, apesar de ser um problema *central de nossa sociedade*, vive *às margens da sociedade* (o simples fato de as políticas públicas predicarem o binômio pobreza/pobre como um problema aponta este fato). Ao nível do simbólico, a pobreza se desloca na tensão entre o socialmente periférico e o politicamente central.

Acredito que um dos elementos que contribuem para a manutenção das estratégias no combate à pobreza⁴ está no fato de que esta é vista como um problema que depende da responsabilidade dos indivíduos e de questões tidas como “culturais”,

⁴ A análise dos diversos documentos abordados irá mostrar que, apesar de estes afirmarem trazer novos elementos, o que se observa é uma atualização das mesmas estratégias no combate à pobreza.

em que a *cultura* é definida através de uma visão que naturaliza o problema e apaga o processo social de sua produção, fato que acarreta no sucesso dessas políticas que primam na manutenção do mesmo “sistema” e que levam a uma aceitação da pobreza, pois, de acordo com esta lógica, ela seria um fator natural/cultural⁵ e não político. Segundo Rodríguez-Alcalá (2004)

A vulnerabilidade [desta visão] reside no fato de que ao apoiar a cultura, enquanto instância de elaboração da vida social, na natureza, ela situa as determinações da vida social fora do alcance e da responsabilidade dos sujeitos. Esse gesto a torna suscetível a formulações que se aproximam do dogmatismo atribuído à ideologia religiosa das sociedades medievais ou de algumas sociedades atuais. O que essas visões têm em comum é vincularem o funcionamento das sociedades a uma necessidade exterior, seja Deus ou a Natureza, apagando com isso o fato de que esse funcionamento depende de decisões políticas dos sujeitos e interditando assim o exercício do senso crítico: os desígnios divinos são tão inexoráveis quanto os naturais, só resta submeter-se a eles. É esse apagamento, efetuado por diferentes caminhos, do caráter histórico e contingente dos mecanismos que regulam a vida social aquilo que foi levado a extremos nas ideologias elaboradas para legitimar o poder absoluto do Soberano ou total do Estado, enquanto suportes respectivos de uma política divina ou natural.

Outro fator importante relacionado ao “fracasso” reside no fato de a tomada de decisões e ações efetivas, por parte de órgãos públicos ou privados, serem feitas a partir da noção de consenso entendida como *acordo* ou *concordância geral* entre indivíduos ou grupos, não apenas em pensamento, mas também em sentimento, que se traduz num *senso de afinidade mútuo* quanto a que decisões são exigidas e que questões devem ser abordadas (OUTHWAITE *et al.* 1996, p.131-132). Desta forma, as políticas públicas operam a partir de um “denominador comum”, silenciando as diferenças que significam o sujeito. Tendo este fato em mente, parto do pressuposto de que há uma incessante tentativa de se homogeneizar o corpo social heterogêneo e contraditório, o

⁵ Consideramos a questão da cultura extremamente importante, pois durante várias décadas muitas Ciências Sociais e Humanas, como por exemplo, a Antropologia, apoiadas em teóricos como Herder, Humboldt, Boas, Arnold, Schneider, entre outros, reduziam “cultura” a “raça”, ou seja, a cultura era delimitada, e vista, em grande parte, como uma continuidade das características naturais/biológicas do indivíduo. Apesar de, a partir dos anos 80, o cenário se modificar, os efeitos deste tipo de discursos ainda circulam em alguns nichos do mundo acadêmico e, concomitantemente, da Ciência, responsabilizando, em última instância, a ordem natural, livrando assim o político.

que resulta na “nivelção” e generalização da pobreza como realidade e na estabilização de sentidos relacionados a ela. Em outras palavras, a pobreza é tomada pelas Ciências Sociais e pelos discursos produzidos por estas como objeto empírico de estudo. Abu-Lughod afirma que (1991, p.152-153)⁶

The second problem with generalization derives (...) from the effects of homogeneity, coherence, and timelessness it tends to produce. When one generalizes from experiences and conversations with a number of specific people in a community, one tends to flatten out differences among them and to homogenize them. The appearance of an absence of internal differentiation makes it easier to conceive of a group of people as a discrete, bounded entity (...) who do this or that and believe such-and-such. The effort to produce general ethnographic descriptions of people's beliefs or actions tends to smooth over contradictions, conflicts of interest, and doubts and arguments, not to mention changing motivations and circumstances. The erasure of time and conflict make what is inside the boundary set up by homogenization something essential and fixed.

1.1 Princípios norteadores e objetivos

Parto do pressuposto de que os discursos das políticas públicas relacionados à pobreza operam a partir do imaginário de uma democracia “plena”, onde o Mercado e o Estado, integrados, funcionam em sintonia e onde o indivíduo é livre para escolher. Este imaginário fornece as bases para uma concepção homogênea e estabilizada da “pobreza” e do “pobre”, o que possibilita uma operacionalização pragmática destas políticas, ou seja, por funcionarem sob a ilusão da transparência, a “observação” da pobreza permitiria o desenvolvimento de medidas “aplicáveis” que visam “solucionar” o problema. Neste cenário o Estado, ocupando um papel de benfeitor, atua como um complemento ao Mercado, articulando os dizeres relativos à pobreza provenientes de outros campos da Ciência. Deste modo, formulo a hipótese de que “cultura” assume um papel central nestes discursos, substituindo o econômico e o político como princípio explicativo da produção e do funcionamento social da pobreza e, paralelamente, agindo

⁶ O segundo problema com a generalização deriva (...) dos efeitos de homogeneidade, coerência e atemporalidade que ela tende a produzir (...) há a tendência de equalizar as diferenças entre grupos e as homogeneizar. A aparência da ausência de diferenças internas torna mais fácil conceber um grupo de pessoas como uma entidade coesa e discreta (...) que fazem isto e aquilo e acreditam em x ou em y (...) o apagamento da temporalidade e dos conflitos tornam o que está localizado dentro da barreira criada pela homogeneização algo essencial e fixo.

como mecanismo privilegiado de apagamento destas instâncias, operando um deslizamento da pobreza como problema social para a pobreza como problema individual e natural, tendo como efeito principal a manutenção do sistema de Mercado atual.

Além do objetivo geral acima descrito, um dos objetivos específicos é olhar para o funcionamento de “cultura” no processo de significação da pobreza em diferentes campos da Ciência, nomeadamente na Economia e Antropologia, de forma a compreender como estes discursos são tomados pelo Mercado e Estado na tentativa de constituir um consenso, silenciando assim as diferenças que constituem a pobreza. Em outras palavras, não é meu objetivo definir o que é “cultura”, e sim *quais os sentidos dessa noção nos discursos sobre a pobreza, qual seu funcionamento simbólico (político), quais seus efeitos no funcionamento do sujeito jurídico, forma histórica de existência dos indivíduos no Estado moderno e no sistema capitalista. Com isto viso compreender a pobreza como resultado de um processo que é apagado, buscando paralelamente desvelar os mecanismos discursivos deste apagamento. Para tal, será necessário abordar a relação entre o econômico e o político, tais como significados no e pelo discurso, isto é, compreender a produção simbólica da pobreza.*

A partir destes princípios e do objetivo levanto algumas questões norteadoras para a pesquisa:

- a) De que modo o problema social da pobreza desliza para o indivíduo (pobre) e como isso é significado diferentemente, de acordo com as condições históricas específicas: como a pobreza se transforma de problema religioso (que exige resignação por parte do pobre, e caridade por parte das “políticas”) em períodos anteriores para problema econômico/social (demandando um certo tipo de ação estatal), e de econômico/social para cultural (que exige capacitação, educação, “mudança de costumes e crenças”), predominante nas discussões contemporâneas.
- b) Qual a relação de “cultura” com liberdade e responsabilidade (de mudar as crenças, de se capacitar), características do sujeito jurídico.
- c) Como este processo é funcional para o sistema capitalista: o sujeito se capacitando/educando para o mercado.

- d) De que modo os sentidos de pobreza determinam as políticas públicas.

Sintetizando, é meu objetivo mostrar que as políticas públicas ditas consensuais que lidam com a pobreza são calcadas em uma noção de “cultura” que apaga as diferenças e o litígio. Acredito que olhar para a pobreza como uma condição simbólica, determinada histórica, política e socialmente, que é inerentemente diferente e contraditória, não em relação a seu exterior (a outras condições), mas em relação a si mesma, permite outro olhar que poderá contribuir para com a reflexão sobre as formas de sociabilidade e convívio instituídas em nossa sociedade.

1.2 Corpus e Análise

O aparato teórico-analítico da Análise de Discurso contempla diferentes materialidades e tem como axioma o fato de que todo discurso é produzido na relação com outros, não havendo assim um discurso fechado em si, mas um processo discursivo a partir do qual é possível analisar diferentes recortes. De acordo com Orlandi (2001, p.10)

É preciso dizer que o corpus em Análise de Discurso é instável e provisório. A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Desse modo, a questão da exaustividade (...) adquire novas determinações, ou seja, a exaustividade deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática e não em relação ao material linguístico empírico (textos) em si, em sua extensão.

Perante este cenário, *o corpus* assume um estatuto de fato (ao contrário de dado), o que permite considerar a materialidade discursiva, isto é, de que o discurso funciona produzindo efeitos de sentido. Partindo deste ponto e levando em consideração as afirmações feitas por Courtine (1981, p.26) em relação à constituição do *corpus*, tendo em conta que a escolha deste é um gesto teórico-analítico por parte do pesquisador, apresento dois pontos importantes para a análise: a) o *corpus* é constituído por várias sequências discursivas, produzidas por vários locutores que ocupam posições ideológicas heterogêneas, sendo que estas significam face à memória (institucional, na forma de arquivo, e discursiva, na forma de interdiscurso) e ao acontecimento; b) o

corpus é de dimensões simples, no sentido de que este tipo de análise não se objetiva pela exaustividade horizontal já que, devido à rede de filiações do discurso, o objeto se apresenta como inesgotável.

Considerando estes pontos, a constituição do *corpus* de pesquisa deste projeto teve inicialmente como ponto de partida a identificação e coleta de enunciados presentes em documentos formulados e vinculados às seguintes instituições multilaterais: Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. Esta escolha se deu em grande parte devido ao fato de eu ter trabalhado com a análise de documentos da UNESCO relacionados às novas tecnologias, educação e pobreza, no meu trabalho de conclusão de curso na graduação, e com a análise de documentos políticos educacionais na minha dissertação de mestrado, que me levaram a ter afinidade com este tipo de *corpus*, instigando-me a aprofundar no estudo do funcionamento dos discursos relacionados a políticas públicas.

Em relação à ONU, UNESCO e PNUD foram analisados alguns Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), nomeadamente os que têm a pobreza como tema central, assim como a *Declaração do Milênio*. No que diz respeito ao Banco Mundial foram analisados os Relatórios Sobre o Desenvolvimento Mundial dos anos 1990 e 2001, nos quais discorrem principalmente sobre a pobreza.

Acredito que esta escolha contribui para com a análise devido a estas instituições terem como característica incorporar em seus documentos discursos provenientes de diversos campos do saber, como, por exemplo, a demografia, a estatística, a economia, a sociologia e a antropologia, entre outros, funcionando assim como matriz, legitimada política e cientificamente, para outros documentos que tratem de políticas públicas. Estes documentos também permitem refletir sobre a configuração atual do capitalismo e seu sistema político de característica global, fato que acarreta na produção de documentos internacionais e multilaterais que, como processos “globalizados”, estão conectados e determinam as políticas “nacionais”. Deste modo, estes documentos são um bom lugar para se compreender como que o funcionamento de um discurso “global” sobre a pobreza se dá.

No que diz respeito ao âmbito nacional foi analisado o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro, produzido em 2005 com o título *Racismo, Pobreza e Violência*, assim como a Lei que institui o Programa “Brasil sem Miséria” e o folheto explicativo do programa. A partir da análise de tais textos, irei apresentar os recortes que considero fundamentais, partindo do pressuposto que

L’analyse du discours, pour pouvoir opérer, suppose des énoncés finis, des espaces discursifs limités: cela signifie soit que l’on a affaire à des textes naturellement clos, soit que, par divers artifices, on procède explicitement (par échantillonnage) ou implicitement (par généralisation à partir de fragments) à une clôture du texte. (DUBOIS, 78, p. 3 apud COURTINE, 1981, p.9)⁷.

Além dos documentos inicialmente selecionados, o avanço da análise, o processo de circunscrição de textos mais representativos para o objeto aqui em questão e o convívio mais prolongado com o *corpus* despertaram o interesse por um acréscimo⁸, de modo a investigar se o mesmo discurso sobre a pobreza figura em outras materialidades, no caso, nas fotografias da autoria de Sebastião Salgado. Esta escolha se deve, predominantemente, ao fato de que, além de ser um dos mais renomados fotodocumentaristas a nível mundial, Sebastião Salgado é reconhecido por suas várias obras que têm como eixo central a pobreza.

A análise do *corpus* se dá dentro da perspectiva materialista da Análise de Discurso, que permitirá determinar o funcionamento dos mecanismos discursivos através dos quais a pobreza é significada, quais os seus sentidos e como estes são articulados em direção à criação de um consenso, incidindo no indivíduo e no social.

⁷ “A análise do discurso, para poder operar, supõe enunciados finitos, espaços discursivos limitados: isso significa que, ou nos dedicamos a textos naturalmente fechados, ou que, por diversos artifices, procedemos explicitamente (por amostragem) ou implicitamente (por generalização a partir de fragmentos) a um fechamento do texto.” É importante mencionar que discursivamente nenhum texto é fechado, já que um discurso sempre remete a outro. O uso do termo “fechamento” se relaciona então ao recorte feito no *corpus*, resultante do dispositivo analítico.

⁸ Teoricamente este fato não apresenta dificuldades, pois é, inclusive, um pressuposto da Análise de Discurso (ver COURTINE, 1981).

2. Pensando a Pobreza

Pensar a pobreza pelo viés discursivo implica refletir sobre o funcionamento e a circulação dos discursos que atribuem a ela sentidos. Para tal, é preciso abordar não só os discursos que amplamente definem pobreza como *falta*, mas também os discursos sobre as estratégias de combate a esta os quais, por sua vez, nos encaminham a discursos sobre o sujeito pobre, conforme veremos mais adiante. Ou seja, pensar a pobreza é *destecer* uma trama discursiva tendo que lidar com o fato de que um fio sempre leva a outros.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o discurso sobre a pobreza, procurando para isso observar o funcionamento da noção de cultura dentro da problemática aqui proposta, isto é, descrever de que modo “cultura” é articulada nos discursos do Estado e de Mercado que têm como tema a pobreza. Partindo deste ponto é importante também esclarecer qual a noção ou o sentido de cultura mobilizado e quais políticas públicas e sociais esse sentido direciona, resultando em um processo de naturalização e, conseqüentemente, de apagamento do político que perpetua a reprodução da pobreza. Assim sendo, é inevitável que abordemos o estatuto teórico/científico da pobreza e as transformações pelos quais passou e passa atualmente. Mauriel (2008) afirma que o estudo destas transformações não é endógeno ao campo da teoria, pois produções intelectuais não são isentas, alheias e descoladas da realidade, surgindo como uma resposta à dinâmica dos acontecimentos históricos e sociais.

Cabe então levar em conta de que forma as mudanças na economia mundial estão vinculadas, como causa, meio ou efeito, a processos de naturalização do fenômeno da globalização que, por sua vez, vem atribuindo novos significados aos sujeitos envolvidos, construindo novos paradigmas, formas de sociabilidade, enfim, novas formas de pensar a pobreza. Mas vale ressaltar que “ao contrário do que sustentam alguns (...) não estamos diante de uma ‘nova’ questão social – entendo que estamos confrontados com novas expressões da questão social. A ‘velha’ questão social, conotada com o pauperismo, não foi equacionada e, menos ainda, resolvida” (NETTO, 2007, p.156). Almeida (2006, p.33) afirma que “o *social* emerge como *questão* na medida em que se torna o nóculo de um conjunto de conflitos que interpela as próprias possibilidades de existência da vida em comum.” Em outras palavras,

Por “questão social” entende-se aqui essencialmente o conjunto de contradições econômicas, políticas, sociais e culturais que implicam elementos conflitivos que ameaçam a sociedade, ou seja, as contradições que manifestam as bases de produção da desigualdade social. (MAURIEL, 2008, p.21).

A pobreza é então categorizada, dentro das Ciências Sociais, como uma questão social por excelência, pois ela, talvez mais do que qualquer outra, é significada aos olhos da sociedade como uma “mancha” no ideário progressista propagado pelas políticas públicas de melhoria constante das condições de vida. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2003, publicado pela Organização das Nações Unidas

A globalização beneficiou algumas regiões do mundo, mas passou ao lado de outras, assim como de muitos grupos dentro de países. Nos anos de 1990 (...) uma grande parte da África Subsaariana, certas zonas da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes e muitos países da América Latina e do Médio Oriente não melhoraram (...). Mesmo economias grandes e em crescimento – Brasil, China, Índia, México – contêm regiões de intensa pobreza, pouco aliviada pelo crescimento nacional global. O progresso econômico e social passa muitas vezes ao lado das minorias étnicas e raciais (...). Assim, a despeito de padrões de vida mais elevados que a globalização (apoiada por uma boa governação econômica) proporcionou em vastas extensões do mundo, centenas de milhões de pessoas experimentaram reversões econômicas em vez de avanços. E mais de mil milhões lutam pela sobrevivência diária aos tormentos da fome e da má saúde (ONU, 2003, p.16).

Neste sentido, a pobreza se configura como uma *fratura* nos discursos veiculados pelas políticas públicas e sociais vinculadas à agenda neoliberal, sempre pautadas pela temática do desenvolvimento e do progresso.

Para se compreender melhor a complexidade deste processo é ilustrativo traçar um percurso que tem como foco a Idade Média, período especialmente elucidativo para quem estuda o deslocamento da forma sujeito religioso para jurídico e o pauperismo, “pois foi em seu seio que se verificaram as grandes transformações que marcaram a concepção moderna da pobreza” (SOUZA, 1982, p.51). Concepção esta que tem a ver com a também concepção moderna de sujeito pobre, ou seja, com a constituição do sujeito que se deu na passagem da forma religiosa para a jurídica e que acompanhou o “surgimento” do Estado nacional capitalista.

A Idade Média viu emergir uma categoria específica de “pobres” que assumiu um caráter funcional sob a ótica cristã: a prática da caridade. Era necessária a existência destes para que, através do assistencialismo, os “não pobres” pudessem ajudar os necessitados, qualificando-se como “bons cristãos”. O que no império romano era considerado generosidade – a distribuição de donativos – torna-se, face ao cristianismo, caridade. A sistematização da doutrina cristã por parte da Igreja nos primeiros séculos deu à concepção cristã de caridade uma abrangência que apontava para a humildade espiritual – uma característica necessária para a salvação – daqueles que a praticavam. Dessa forma

Essa nova concepção de caridade incorporou-se como parte integrante da doutrina cristã, e passou a refletir a prática do cotidiano (...) viu-se, no ocidente, a Igreja afirmar que os bens materiais que possuía, na verdade, formavam o patrimônio dos pobres, enquanto o bispo passou a representar o duplo papel de pastor e de pai dos pobres (...). Trata-se da dialética da pobreza. (FILHO, 2009, p.3-4).

A crescente ruralização consequente da decadência das cidades deu lugar a um novo fenômeno, com a substituição dos bispos pelos monges que, inseridos num contexto rural, passaram a atender os pobres que não se encontravam nas cidades. Esta prática levou à institucionalização da distribuição de esmolas pelos mosteiros através da figura do monge *esmoler*. “Ao se fazer um balanço do período, pode-se afirmar que a funcionalidade da pobreza foi garantida e assegurada pela ação da Igreja, tanto no campo teórico, como na atuação prática.” (*ibid.*, p.4).

Paralelo a este acontecimento se assiste, a partir do final do século X, ao início do processo de feudalização, o qual teve efeitos no campo e na cidade, incidindo nos modos de sociabilidade. Para aqueles sob o poder dos feudos, usufruir da liberdade significa participar de certos direitos e deveres determinados pela lei. Esses direitos compreendiam o trabalho pela manutenção da *res publica*⁹, defender a comunidade e a região em que está estabelecida de agressões externas e dissensões internas, reunir em assembleias, presididas por magistrados que as conduziam e executavam as sentenças,

⁹ De acordo com Sennett (1988, p.16) “uma *res publica* representa, em geral, aqueles vínculos de associação e de compromisso mútuo que existem entre pessoas que não estão unidas por laços de família ou de associação íntima: é o vínculo de uma multidão, de um povo, de uma sociedade organizada, mais do que vínculo de família ou de amizade”.

promovendo a conciliação de homens livres que se encontrassem em conflito. O poder público também se ocupava do espaço,

das áreas de circulação e, por extensão, de todos os seres vistos como errantes por serem estrangeiros face à comunidade, e portanto suspeitos, vigiados, colocados naturalmente em situação de ‘perigo’, quer pelo facto de virem de outro lado, de não serem conhecidos – são os ‘forasteiros’ -, quer porque as suas crenças e ritos os excluem – é o caso das comunidades judaicas (...) tempos, lugares, maneiras de agir, categorias sociais emergem assim do direito público, e relativamente a esse domínio um outro se define, domínio que escapa ao poder dos magistrados e cuja independência se manifesta através de sinais ostensivos. (DUBY, 1990, p.26)

Deste modo a convergência de três fenômenos, a saber, a generalização das estruturas feudais, o renascimento comercial e o crescimento urbano, promoveu um deslocamento no estatuto do público e do privado que teve o seu ápice entre os séculos XII e XIII e que levou à reestruturação dos modos de sociabilidade. O crescimento demográfico fez com que, no campo, houvesse a ampliação das unidades familiares e, conseqüentemente, da mão de obra. Essa expansão demográfica generalizada levou à procura de novas áreas de cultivo, assim como promoveu um retorno às cidades: “A área rural literalmente transborda, lançando para fora todos aqueles que já não cabem nos exíguos espaços do feudo. A característica social básica desse transbordamento é ocasionar uma dupla perda, a da proteção familiar e a da proteção senhorial. (FILHO, 2009, p.5)”.

É perante este cenário que, no século XII, a cidade atrai homens de diversas categorias sociais e origens. Nela convergem mercadores, os homens do campo, a nobreza, os intelectuais das universidades, o clero, mas também homens que nada têm e vêem na cidade uma possibilidade de enriquecer. A cidade, além de ser um local de oportunidades, é também o lugar de ajuntamento dos “pobres”. À definição de cidade medieval se contrapõem duas imagens: se para uns a cidade representa riqueza, salubridade e um bom local para se viver, para outros ela é o local da proliferação dos miseráveis e da multiplicação dos vícios (DUBY, 1992).

Com o crescimento dos centros urbanos e o fortalecimento do mercado, as relações de troca passam por uma transformação, sendo que a recompensa pelo trabalho se dá na figura do salário. Esta mudança teve um forte impacto na sociedade medieval,

já que o trabalho em troca de habitação passa a ser significado como prática de servidão. As cidades começam a abrigar uma multidão de homens “livres”, os quais devem “saldar todas suas obrigações em dinheiro, uma vez que as obrigações em trabalho traduzem a marca da servidão” (*ibid.*). Segundo Abreu (2004, p.2) “A liberdade significava, acima de tudo, um conjunto de direitos e costumes conquistados, seja através do consenso ou arrancados à força (...), a liberdade de comércio e de exercer ofícios eram reivindicações constantes do movimento comunal.” Essa mesma liberdade enfraqueceu o poder político dos senhores¹⁰ e permitiu que a relação entre mercadores e as classes populares fosse de dominação. É neste contexto que os mercadores ganham ascensão, ao custo da acentuação da desigualdade social. Toda esta transformação da relação entre mercado, sujeito e sociedade se deu face a uma conjuntura extremamente desfavorável para o trabalhador assalariado, já que a explosão demográfica na Europa – de 48 milhões de habitantes, em 1100, para 73 milhões, em 1300 (BATISTA NETO, 1989, p. 42), levou a uma compressão nos salários em geral: nasce o proletariado urbano, caracterizado por uma massa de pessoas na sua maioria assalariadas, mas “pobres”. Abreu (2004, p.6) afirma que “o alto preço dos bens de consumo indispensáveis à sobrevivência, a exploração do trabalho manual e as exigências fiscais contribuíram para aumentar, no meio urbano, o número de pobres. Trata-se de uma “pobreza laboriosa”, composta de trabalho e de esforço que são, no entanto, insuficientes para garantir a subsistência e a independência.” Em pesquisa anterior (Campos, 2009, p.78) afirmo que, perante este cenário

¹⁰ Na Idade Média a justiça sofre uma mutação, substituindo um tribunal arbitral por um conjunto de instituições específicas autoritárias dependentes do poder político. Essa transformação teve como base dois mecanismos. O primeiro foi a fiscalização da justiça, ou seja, a introdução de multas, confiscações, gratificações, etc, de modo que fazer justiça era lucrativo. “A justiça tornou-se, entre as mãos dos senhores, não só um instrumento de apropriação, um meio de coerção, mas diretamente uma fonte de riqueza; ela produzia mais um rendimento paralelo à renda feudal, ou melhor, que fazia parte da renda feudal.” (FOUCAULT, 2004, p.42). Há uma inversão funcional: de direito para com os que estavam sob sua jurisdição e de dever para os árbitros, a justiça torna-se um direito lucrativo para o poder e uma obrigação a ser custeada pelos subordinados. O segundo mecanismo está relacionado ao primeiro e diz respeito ao elo crescente entre a justiça e as forças armadas. A imposição de uma justiça em que se é juiz e fisco, que legisle sobre acordos e transações e que garanta a extração do capital sob a forma de multas, impostos e taxas, implica que se disponha de uma força de coação. “Duplo movimento que conduziu ao resultado ‘clássico’: quando no século XIV o feudalismo teve que enfrentar as grandes revoltas camponesas e urbanas, ele procurou apoio em um poder, em um exército, em um sistema fiscal centralizados; e, ao mesmo tempo, apareceram, com o Parlamento, os procuradores do rei, as diligências judiciárias, a legislação contra os mendigos, vagabundos ociosos e, dentro em pouco, os primeiros rudimentos de polícia, uma justiça centralizada.” (*ibid.*, p.43).

As relações senhor-vassalo mudam consideravelmente, não se constituindo mais em relações homem-a-homem, onde o soberano tinha poder sobre a vida do servo. Estas sofrem um deslocamento, da sujeição pessoal à sujeição econômica. Os servos, através de empréstimos concedidos pelo seu senhor, se endividam de forma a se tornarem “livres”.

É neste contexto que surgem algumas ordens, especialmente a dos Franciscanos, que tentam mudar a compreensão da pobreza, através da estimulação da aceitação da pobreza de Cristo, fazendo desta uma virtude, e não funcionalidade. Este movimento tem como objetivo elevar a noção de pobreza, promovendo uma suposta inclusão social, “readmitindo, no seio do rebanho cristão, seus muitos excluídos, a exemplo dos pobres, dos leprosos, dos aleijados e dos pecadores.” (FILHO, 2009, p.6). Apesar deste esforço, o movimento dos Franciscanos é considerado herético pelo papa João XXII em 1381, levando à uma consequente desvirtualização da pobreza:

Os pobres não resistiram, como categoria social, aos valores do dinheiro e da laboriosidade que a nascente burguesia venerava, e passaram a ser vistos como excluídos voluntários da sociedade. O infortúnio do pobre não é senão fruto de seu mau ânimo e de sua preguiça, e a pobreza passa mesmo a ser vista como um castigo divino (...) torna-se uma indignidade, um fracasso, aos olhos de quem ocupa uma função. (*ibid.*).

O reflexo desta nova ordem social é a multiplicação e difusão das instituições assistenciais e da prática da caridade coletiva, caracterizada por duas mudanças substanciais: a esmola deixa de ser dada diretamente aos necessitados, passando a ser entregue nas mãos da Igreja, e não mais na forma de viveres, e sim de dinheiro. Paralelamente surgem os leprosários e os hospitais urbanos que tinham como função afastar do convívio e do espaço social os pobres e os doentes, vistos como marcas do fracasso. É neste mesmo período que se popularizam as Santas Casas de Misericórdia, que operavam mais como um abrigo do que como um lugar de tratamento e que tinham um mesmo objetivo: “limpar” as cidades de seus traços degradantes. Segundo Foucault (2004a, p.101)

Antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres. Instituição de assistência, como também de separação e exclusão. O pobre como pobre tem necessidade de

assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso. Por estas razões, o hospital deve estar presente tanto para recolhê-lo, quanto para proteger os outros do perigo que ele encarna. O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo.

As modificações das estruturas econômicas aqui mencionadas – crescimento demográfico, migração do campo para os centros urbanos, potencialização de um modo de se fazer comércio que não fica mais restrito ao âmbito local, baseado em trocas mas também na venda da mão de obra e no reaparecimento da moeda e da ideia de lucro, organização de artesãos e comerciantes em ofícios e que, junto com os camponeses, reivindicam, frente ao senhor feudal, a sua liberdade e emancipação – se inserem em um período que vai até o final do século XIII e são sintoma do enfraquecimento da Igreja no sistema feudal e da escalada do jurídico-político, que se manifesta no deslocamento das formas de assujeitamento do indivíduo ao poder e de uma certa relação entre o direito e o saber: “o direito ao saber, à inteligibilidade, à curiosidade, à abertura, em resumo, todos nascidos da troca e da expansão econômica, substituem-se explicitamente ao fechamento, à ininteligibilidade inerente ao assujeitamento religioso” (HAROCHE, 1992, p.84). Ainda de acordo com a autora (*ibid.*, p.68-69)

Todas essas reivindicações revestem-se de um caráter fundamentalmente jurídico. Conduzem, inevitavelmente, à ideia de um ‘sujeito-de-direito’, tendo desde então direitos e deveres, um sujeito responsável por seus feitos e gestos (...) Isto explica a transformação econômica capital, ideológica e necessariamente jurídica do século XIII: o sujeito, de doméstico que era, se torna paradoxalmente um homem “livre” graças à possibilidade que lhe dá o senhor de se tornar “sujeito-à-exação”. Compreende-se então todo o interesse que o senhor pode encontrar em conceder ao camponês sua “liberdade”, para conseguir, na verdade “assujeitá-lo” economicamente graças ao Direito, melhor do que poderia fazê-lo anteriormente só pelo viés da ordem religiosa. O próprio mecanismo de dominação do sujeito pelo religioso fica assim abalado em profundidade com o progresso do Direito e sua laicização. Atribui-se maior importância ao sujeito em si mesmo, a suas intenções, a suas motivações, à sua vontade: uma concepção absolutamente nova de sujeito então aparece, aliando obrigação econômica à liberdade jurídica; o sujeito torna-se, assim, “livre para se obrigar”.

O período que abarca os séculos XIV e XV é caracterizado como uma época de turbulência na Europa, originária das crises agrária, demográfica e monetária que se generalizavam, aliada a guerras e à desestruturação do equilíbrio da cristandade

medieval. A pauperização progressiva dos camponeses levou a uma migração acentuada para os centros urbanos. “Entretanto, poucos eram aqueles que tinham a sorte de serem contratados de forma efetiva. A maior parte dos que migravam para as cidades eram obrigados a sobreviver de pequenos trabalhos como mão de obra flutuante.” (ABREU, 2004, p.7). A migração, aliada ao fato de que a crise também afetava os trabalhadores urbanos, originou uma confluência de carências, na medida em que os problemas estruturais do feudalismo atingiam o corpo social e potencializava o alastramento da pobreza, que se dava de forma incontrolável. “O resultado foi um período de violência endêmica, cuja característica básica foi uma generalizada revolta dos pobres, por toda a Europa (...) a origem dessas revoltas está no desconforto que a pobreza causa, na injustiça de sua imposição e na vergonha que ela ocasiona.” (FILHO, 2009, p.7).

A repressão a esses movimentos se deu de forma agressiva, sendo que a Igreja, protegendo os seus interesses, qualificou essas revoltas como heréticas, apoiando e facilitando a imposição violenta da ordem. O desconforto e a ameaça causadas pela pobreza tiveram como consequência a doutrina da predestinação absoluta de Calvino, que associava o sucesso profissional e o acúmulo de riquezas à possibilidade de salvação eterna. A riqueza alcança um novo patamar de legitimidade, enquanto que a pobreza é significada como um sintoma da condenação, tirando dos “pobres” a possibilidade de alcançarem o paraíso:

A pobreza na vida terrena é explicitamente identificada como pecado, transformando os pobres, pelo mero exercício de sua condição, em exemplos vívidos de uma dupla exclusão: no presente, pelas carências que suportam, e, no futuro, pela negação à salvação eterna (...). Os pobres tornam-se meros espectadores de uma redenção inatingível, prontos para servirem como mão-de-obra passiva, resignados com sua condição e dóceis ao novo mundo que se constrói, alicerçado na laboriosidade burguesa, que tem, agora, o aval divino para o acúmulo de riqueza e para a ostentação de seu sucesso. (*ibid.*, p. 8-9).

Através da transformação do *pobre* em *vagabundo* a pobreza é marginalizada, sendo que a linha entre ambas é tênue, confundindo “pobres” com “delinquentes” e “criminosos”, colocando-os em uma posição exterior e de conflito com a sociedade organizada. Segundo Duby (1992, p.61, *apud* ABREU, 2004, p.7) nas

Cidades medievais a alegria de viver caminha juntamente com a extrema indigência. O espaço urbano revela uma sociedade extremamente contrastada, que espelha a riqueza e revela a miséria: à espera daquilo que se distribui, daquilo que se joga fora, daquilo que se pode furtar, pequenos ganhos que se consegue fazer nos interstícios das atividades honoráveis, vem amontoar-se, (...) a massa dos desvalidos do crescimento, dos aleijados, dos migrantes, dos pobres.

A marginalização e a criminalização têm o efeito de estabelecer uma dupla definição para o sujeito na posição de pobre: aquele considerado inválido e os aptos para trabalhar. Os primeiros eram objeto da caridade, isto é, a de que o “pobre” é um instrumento para o “rico” alcançar a salvação. Desde modo, este tipo específico de “pobre” merecia consideração devido ao seu “valor espiritual”. Esta relação com a “pobreza dos inválidos” dá origem a uma atitude ambígua em relação a estes marginalizados, já que a cristandade medieval os detesta e os admira ao mesmo tempo. São símbolo da imperfeição humana e, paralelamente, uma necessidade, um objeto de projeção dos males que garante a boa consciência e salvação dos cristãos. Já para com os “pobres válidos” a atitude era outra. Estes eram caracterizados como vagabundos e mendigos e eram perseguidos e muitas vezes expulsos das cidades. Quando isso não acontecia se viam obrigados a trabalhar em tarefas consideradas humilhantes, como limpar fossas, por um salário reduzido¹¹. De acordo com Abreu (2004, p.8)

Essa atitude para com os que não trabalham está relacionada com a eclosão de uma “ideologia do trabalho”. O trabalho integra diversas categorias sociais, mas também exclui e se transforma em um critério de marginalização. Impõe-se o critério da “utilidade social”, na cidade medieval quem não trabalha não tem utilidade, torna-se à margem da sociedade através de um processo de racionalização. A assimilação do mundo da miséria ao do crime transforma o pobre em um ladrão em potencial na cidade medieval.

¹¹ Essa tendência é uma que se manteve durante vários séculos, existindo ainda hoje, mas de modos diferentes. Foucault (2004, p.94) afirma que até o século XVII “o pobre funcionava no interior da cidade como uma condição da existência urbana. Os pobres da cidade eram pessoas que realizavam incumbências, levavam cartas, se encarregavam de despejar o lixo, apanhar móveis velhos, trapos, panos velhos e retirá-los da cidade, redistribuí-los, vendê-los, etc. Eles faziam parte da instrumentalização da vida urbana. Na época, as casas não eram numeradas, não havia serviço postal e quem conhecia a cidade, quem detinha o saber urbano em sua meticulosidade, quem assegurava várias funções fundamentais da cidade, como o transporte de água e a eliminação de dejetos, era o pobre.”

Em suma, a cidade se constitui como espaço de exclusão daqueles que não conseguem se integrar no novo sistema hierárquico de mercado, propiciando assim o desenvolvimento da pobreza e, conseqüentemente, da marginalidade.

O contexto apresentado até aqui, de enfraquecimento do clero e dos senhores feudais frente à emergência do capitalismo, permite perceber como que, através de diversos mecanismos, o “pobre” e a pobreza foram ressignificados. Se em um primeiro momento era o discurso religioso que determinava os sentidos de pobreza, o fortalecimento dos mercados e o surgimento dos primeiros Estados ocasionaram uma ruptura, passando então a pobreza a ser apontada como um problema social e também econômico, de responsabilidade individual. Frente ao capitalismo, que tem na base de seu funcionamento a ideologia do indivíduo “livre”, o clero enfrentou outra crise relacionada à emancipação do sujeito, não só na esfera comercial, mas também na educacional.

Durante o período descrito, principalmente nos séculos XII e XIII, muitas escolas sob o cuidado do clero se transformaram em universidades. Este movimento potencializa o caráter religioso da leitura, facilitando o monopólio e a censura da Igreja a certas obras. Assim como a leitura, a escrita foi sacralizada e o latim foi legitimado como língua da cultura letrada, excluindo assim a vasta maioria da população da possibilidade de saber. Segundo Pêcheux, este “método” de leitura de arquivo se configura como um “enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva.” (1994, p.57). Em síntese, o saber era hermético, velado, posse de poucos. A abertura comercial, o crescimento urbano e as conseqüentes migrações tiveram como um de seus efeitos o aumento no fluxo de obras, dificultando a censura por parte da Igreja. Começam a surgir algumas cópias dos escritos de Aristóteles que, ao valorizarem a independência do indivíduo como virtude a ser seguida, causaram uma crise na pedagogia cristã, ao introduzir a questão do humanismo em um cenário de ascensão da burguesia. Em minha dissertação de Mestrado afirmo que (Campos, 2009, p.76)

A escrita avançou então além dos muros da igreja, chegando também ao alcance dos leigos. O ensino, antes nas mãos do clero, entra em uma crise filosófica. O saber, tido como sagrado, começa a ser discutido e questionado. Mais pessoas sentem o interesse pela leitura,

de forma a acessar o conhecimento e se posicionarem perante a discussão.

Há uma ruptura ideológica, motivado pelo deslocamento do virtuosismo, antes condição que derivava da dependência e fé absoluta no Deus cristão, e que agora passa a ser visto como uma característica da razão. Haroche (1992, p.60) afirma que

A concepção de mundo atuante nos escritos aristotélicos é com efeito abertamente contraditória em relação ao ensino da Igreja, e a coexistência de uma verdade baseada na fé com uma outra baseada na razão corre o risco de colocar em perigo, muito rapidamente, a autoridade da igreja. A igreja apóia-se com efeito na doutrina de uma verdade unívoca e universal, da qual o sujeito religioso não poderia ter senão um conhecimento parcial. A existência de várias doutrinas concorrentes, até mesmo contraditórias, de um pluralismo logo percebido como ambigüidade doutrinal, arrisca enfraquecer a ordem religiosa e, conseqüentemente, as formas de dominação que ela exerce sobre o indivíduo. A verdade é até então imposta ao indivíduo no quadro de uma ordem de estruturas fortemente hierarquizadas. A incerteza nascida, para o sujeito, da possibilidade de relativizar uma verdade, aí vendo efetivamente como fonte seja a fé, seja o exercício da razão e o reconhecimento, mesmo tácito, de um sujeito que reflete e critica diminuiria, em conseqüência, consideravelmente a autoridade da ordem religiosa.

O crescimento econômico e a crise pedagógica se constituem em um processo que desestrutura o sujeito religioso, consolidando a forma sujeito jurídico, característica dos sujeitos nas sociedades ocidentais contemporâneas, sendo definida pela sujeição do sujeito ao Estado através das leis. Segundo Rodríguez-Alcalá (2000, p.198), retomando Pêcheux (1988a) e Haroche (1992), uma “característica fundamental do sujeito jurídico é que ele funciona sob a forma da autonomia. Isto é, ele funciona na ambigüidade, ou tensão, entre ser um *sujeito livre* e, ao mesmo tempo, *sujeito ao Estado* (às leis).” Segundo Haroche (1992, p.70):

As formas de assujeitamento e de fechamento do sujeito na ordem religiosa e depois na jurídica podem se descrever por uma passagem da “letra” às “letras”, do signo fechado à letra combinável, das práticas rituais mnemônicas às práticas discursivas, em uma palavra, pela preponderância da língua.

Com o enfraquecimento da ordem religiosa a partir do avanço do Direito, a ilusão de autonomia e de liberdade, essencial para o funcionamento do capitalismo,

emerge como efeito de uma estrutura sócio-política determinada e que se constituiu na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção característico das sociedades liberais (cf. HAROCHE 1992). De acordo com Orlandi (2002, p.69)

O modo de interpelação do sujeito capitalista, pela ideologia, é diferente do modo de interpelação do sujeito medieval: se, no sujeito medieval, a interpelação se dá de fora para dentro e é religiosa, a interpelação do sujeito capitalista faz intervir o direito, a lógica, a identificação. Nela não há separação entre exterioridade e interioridade, ainda que, para o sujeito, essa separação continue a ser uma evidência sobre a qual ele constrói, duplamente, sua ilusão: a de que ele é origem de seu dizer (logo, ele diz o que quer) e a da literalidade (aquilo que ele diz só pode ser aquilo), como se houvesse uma relação termo a termo entre linguagem, pensamento e mundo. O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade.

Os processos de interpelação pela ideologia e de individualização pelo Estado são movimentos distintos, porém não separados e interdependentes. O primeiro se dá quando o indivíduo é afetado pelo simbólico na história, tornando-se *sujeito*. A forma sujeito que resulta dessa interpelação pela ideologia é histórica e possui sua materialidade própria. O segundo ocorre quando o estatuto do sujeito corresponde ao estabelecimento e transformação das formas de individualização do sujeito perante o Estado. Através das instituições e da determinação dos possíveis modos de sociabilidade a forma sujeito histórica é individualizada em lugares específicos (o negro, o pobre, etc.), formas que correspondem de certo modo a lugares sociológicos. Segundo Orlandi (*ibid.*, p.72)

Uma vez interpelado em sujeito, pela ideologia, em um processo simbólico, o indivíduo, agora como sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta¹²: no caso do capitalismo, que é o caso presente, a forma de um indivíduo livre

¹² É importante mencionar que este processo não dá origem a um produto acabado e cristalizado. Orlandi (2002, p. 69) afirma que “a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares. É isso que significa a determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos: nem fixados *ad eternum*, nem desligados como se pudessem ser quaisquer uns. Porque é histórico (não natural) é que muda e é porque é histórico que se mantém. Os sentidos e os sujeitos poderiam ser sujeitos ou sentidos quaisquer, mas não são (...) a determinação não é uma fatalidade mecânica, é histórica”.

de coerções e responsável, que deve assim responder, como sujeito jurídico (sujeito de direitos e deveres), diante do Estado e de outros homens.”

Que todos os homens sejam sujeito jurídico é efeito de uma estrutura social determinada: a sociedade capitalista, sendo que o “pobre” não passa impune a este movimento já que, como sujeito jurídico, é responsável pelos seus atos, ou seja, o deslocamento na forma sujeito legitima os discursos sobre a ociosidade, separando os “pobres válidos” dos “inválidos”, os que podem e os que não podem trabalhar, os que “querem” e os que não “querem” conviver com o pauperismo. É a relação com o mundo do trabalho, definida através da “cultura” individual, e não mais com a religião, que vai determinar em que condições a pobreza é legítima.

A pobreza, do latim *paupertas*, definida como carência, foi plena e permanente durante toda a Idade Média (séculos V-XV), “assumindo contornos extremamente agudos em determinadas épocas, por exemplo, durante a escassez endêmica dos séculos VII-IX, e quando da crise estrutural do feudalismo, nos séculos XIV e XV.” (FILHO, 2009, p.2). Já a palavra pobre, do latim *pauper*, passou por um deslocamento significativo, de adjetivo, denotando uma determinada qualidade “certa pessoa é pobre” para substantivo: a pessoa torna-se “pobre” (MOLLAT, 1966), sendo que seu emprego no plural (*pauperes*) passou a traduzir a percepção quantitativa de um grupo social. Em síntese, “pobre” foi a palavra utilizada para designar uma categoria social específica e que era a maioria durante esse período. Segundo Filho (2009, p.2)

O vocábulo “pobre” assumiu, ao longo da Idade Média, valores conceituais amplos e diversificados. Às clássicas acepções de pobreza espontânea ou voluntária que designam os monges (*pauperes Christi*) e os eremitas (*pauperes spontaneus*), somaram-se as palavras atribuídas ao próprio Cristo “Bem aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus”. Devem-se considerar, ainda, os diferentes significados designativos de que a palavra “pobre” se revestiu: *famelicus*, para nomear os deficientes alimentares; *nudus*, aqueles carentes de vestuário; os deficientes físicos e os doentes, *caecus* (os cegos), *claudus* (os aleijados), *infirmus* (os doentes), *leprosus* (os leprosos), *vulneratus* (os feridos), *debilis* (os fracos), *senex* (os velhos); os deficientes mentais, *idiotus* (os idiotas), *simplex* (os retardados); aqueles que passavam por situações de adversidade, *orphanus* (os órfãos), *viduae* (as viúvas), *captivus* (os prisioneiros); os *humilis*, aqueles privados de justiça; e, os *inermes*, aqueles incapazes de se defender, entre tantos outros.

No âmbito da língua se assiste, na segunda metade do século XV, a um efeito que deriva de um processo social e histórico (do qual falarei adiante) configurado pelo aparecimento das palavras *pobre*, *pobreza*, e de outras que derivam da mesma raiz, nos dicionários. Este evento de *inscrição* face à língua tem como efeito construir, normatizar e legitimar uma determinada interpretação da pobreza como fenômeno social e econômico, além de ocupar um papel central no deslocamento do sujeito religioso para o jurídico:

Poderia ser interessante, então, perguntar-se como as línguas, em diversas épocas, asseguram a expressão da subjetividade, estudar suas diferentes modalidades e procurar as razões dessas diferenças em um contexto histórico bastante amplo (...). Assim, salvo a se contentar com uma concepção intemporal, ahistórica (essencialmente biológica mesmo) da subjetividade, parece-nos necessário procurar, na história religiosa e jurídica em particular, os elementos que, de forma variável, segundo as épocas, contribuíram para estruturar a subjetividade e para definir a própria ideia de sujeito. (HAROCHE, 1992, p.163)

Um dos elementos que considero produtivos para se observar o funcionamento da estruturação do sujeito em sua forma jurídica é o discurso lexicográfico, mais particularmente, a produção de dicionários. Partindo de Auroux (1992), Nunes (1996) afirma que a produção do saber lexicográfico está inserida no processo de gramatização das línguas, que se configura como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p.65). Este processo se deu de forma massiva durante a Renascença a partir da tradição linguística greco-latina, e foi impulsionado, entre outros fatores, pela formação dos Estados europeus e pela colonização de novos territórios. É neste período, entre o final do século XV e o início do XVI, que as línguas nacionais são formadas, onde são elaboradas as primeiras gramáticas e, em seguida, os primeiros dicionários monolíngues. Dentre vários motivos, considero este momento importante já que a escrita, ao contrário da oralidade, “fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver.” (*ibid.*, p.23).

Um dos modos desenvolvidos para a fixação da escrita foi a produção de catálogos lexicais, que viriam a se constituir em dicionários. Nunes (2006b, p.150-152) afirma que

A lexicografia é uma prática que visa à produção textual do dicionário (...). Enquanto um saber linguístico de natureza prática, a lexicografia tem em vista a aquisição de um domínio de língua, de um domínio de escrita e de um domínio de enunciação e de discurso (...) o que objetivamos, então, é o estudo do léxico e do dicionário naquilo que ele tem a ver com a significação e com o sentido, ou mais especificamente, com uma semântica discursiva. Pensamos que essa abordagem traz elementos para o conhecimento do léxico e do dicionário enquanto objetos que funcionam na sociedade e na história. (...) O fato lexical é um fato social e, assim sendo, está sujeito às forças sociais, que permeiam as relações entre os sujeitos. Na articulação com o discurso, a descrição linguística atenta para esse fato, levando em consideração que as mesmas palavras podem ter sentidos diferentes, conforme as posições sustentadas pelos sujeitos.

Isto significa que, dentro do constructo teórico da Análise de Discurso, o dicionário é considerado como um espaço de memória discursiva caracterizado por um trabalho de seleção e reformulação sobre o já-dito. Deste modo é importante, para se compreender o seu funcionamento, considerar os eixos da memória e da formulação, ou seja, o inter e o intradiscorso, já que o trabalho da lexicografia se constitui como uma prática de cópia e reformulação, sendo que é nesse processo que os sentidos são deslocados. (NUNES, 2006a).

Baseado no funcionamento discursivo dos dicionários, conforme mencionado acima, irei analisar os verbetes *pauvreté* (pobreza) e *pauvre* (pobre), de modo a mostrar como que a legitimação de uma língua nacional, através da constituição de um léxico específico, cria um espaço de interpretação para “pobre”: o que é, como age. Segundo Nunes (*ibid.*, p.16)

Decorre que, na análise de um verbete, questiona-se a transparência dos sentidos e procura-se compreender de que modo esse verbete tem a ver com a sociedade e com a história. Observa-se assim a dupla determinação que leva, de um lado, a ver no verbete um efeito de práticas sócio-históricas (...); de outro lado, nota-se também que os verbetes de certo modo constroem a sociedade, de maneira que o dicionário apresenta um horizonte de prospecção, o que caracteriza seu potencial transformador quando inserido em um espaço linguístico-histórico. Desse modo, observamos nos verbetes uma

imagem da sociedade, imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo.

Em suma, analisar um verbete é questionar a transparência da linguagem constituída com base na relação direta entre esta e o mundo. Se a língua só significa face à história, então a prática de olhar discursivamente para um verbete permite observar o efeito de práticas sociais e históricas, rompendo assim com uma suposta autonomia da língua.

Os verbetes *pauvreté* e *pauvre* surgem pela primeira em um dicionário de língua francesa em 1680 (Dicionário Richelet) sendo que, como irei mostrar, o seu sentido irá passar por alguns deslocamentos importantes para se compreender discurso sobre a pobreza que ainda hoje circula.

PAUVRETÉ, *s.f.* Disette, nécessité. PAUVRETÉ. Un des trois vœux de Religion par lequel le Religieux renonce à tous les biens du siècle et ne possède rien en propre. PAUVRE, *s.m.* Celui qui est dans la disette et la nécessité. PAUVRE, *adj.* Qui est dans la nécessité. Qui souffre à cause de la pauvreté où il est, qui est dans la pauvreté, qui n'est pas riche. PAUVRE. Afligé, malheureux, désolé. PAUVRE. Ce mot se dit des personnes qui travaillent de l'esprit, ou des mains, et signifie *chetif, qui ne fait rien qui vaille*. PAUVRE. Misérable, qui ne sait pas bien user de son bien. PAUVRE, PAUVRETTE, *adj.* Chetif. Malheureux, qui est dans la pauvreté et dans la disette¹³.

A pobreza é aqui significada como falta, no âmbito econômico e social, e renúncia, no âmbito religioso. Já em relação a *pobre* surgem alguns elementos interessantes, nomeadamente, o fato de figurar como substantivo masculino e adjetivo. Enquanto substantivo, *pobre* tem como efeito estabelecer, via filiação ao econômico, um espaço de identificação para o sujeito pobre na sociedade: *é aquele que tem pouco ou nada*. Como adjetivo *pobre* tem a função de efetuar uma reorganização da memória sobre quem é o “pobre”, e faz isto ao lhe atribuir algumas características. O sujeito pobre

¹³ POBREZA, *s.f.* Escassez, necessidade. POBREZA. Um dos três votos da Religião no qual o devoto renuncia a todos os bens seculares, não possuindo nada. POBRE, *s.m.* Aquele que está na escassez e na necessidade. POBRE, *adj.* Quem está na necessidade. Quem sofre devido à pobreza de onde está, que está na pobreza, que não é rico. POBRE. Afligido, infeliz, pesaroso. POBRE. Usa-se esta palavra para pessoas que trabalham do espírito, ou das mãos, e significa *fraco, que não faz nada que valha*. Pobre. Miserável, que não sabe usar do seu bem. POBRE, POBREZINHO, *adj.* Fraco. Infeliz, que está na pobreza e na escassez.

é descrito como aquele que, no mercado de trabalho, ocupa a posição de trabalhador braçal, de alguém propenso ao trabalho manual. Paralelamente, o “pobre” é adjetivado como alguém que *não faz nada que valha*, que *não sabe usar os seus dons*. Há assim uma desqualificação dupla, a da mão de obra e a da mão de obra efetuada por aqueles considerados pobres, que tem como efeito promover uma separação, ao nível do social, do pobre para com a nobreza. A desqualificação de *pobre* possibilita também outro sentido, que emerge no fio do discurso com a adjetivação de *pobre* em *pobrezinho ou coitado*, aquele que além de pouco ou nada ter, e de ser incapaz, é também fraco e infeliz. Por último, é interessante observar o funcionamento da sinonímia entre os verbetes que constituem este campo lexical. Segundo Nunes (2006b, p.153-154) os fatos de sinonímia “ocorrem na tensão entre a paráfrase e polissemia, ou, de outro modo, entre a tendência à equivalência e a tendência à diferença (...) a sinonímia é estabelecida por meio de relações na horizontalidade da língua, remetendo-se uma unidade a outra e atribuindo-se traços de identidade e de diferença”. Apesar de *pauvre*, como adjetivo, ter uma descrição mais “rica” do que os outros verbetes, todos - *pauvreté*, *pauvre* e *pauvrette* - são colocados em relação de sinonímia através da partilha de *disette* e *necessite*, sendo que para *pauvreté* e *pauvre* estas palavras compõem os nomes cabeça, compreendidos como a expressão que dá início à descrição do verbe (NUNES 2006a, p.37-38). Apesar de os três verbetes não serem considerados sinónimos de um ponto de vista estritamente lexical, o funcionamento da sinonímia tem como efeito os colocar imbricados em uma estreita relação de identidade. “Isto nos leva a compreender as duas forças constituintes da sinonímia, uma que leva ao mesmo e outra à diferença.” (NUNES, 2006b, p.154).

Os mesmos verbetes, através de deslize parafrástico¹⁴, figuram no dicionário *Furetière*, datado de 1690, com outros possíveis sentidos:

PAUVRETÉ. s.f. Disette, manque de bien, de fortune. PAUVRETÉ, se dit figurément en choses spirituelles et morales. La pauvreté d'esprit. On dit qu'un homme dit des pauvretez, que ce qu'il fait est une grande pauvreté, lors qu'il tient des discours, ou qu'il fait des

¹⁴ Dentro da perspectiva discursiva a paráfrase figura como reformulação, sendo concebida como “atividade efetiva de reformulação, pela qual o locutor restaura (bem ou mal, na totalidade ou em parte, fielmente ou não) o conteúdo de um texto-fonte sob a forma de um texto-segundo” (FUCHS, 1985, p.133). Isso significa que a paráfrase projeta a possibilidade de outro sentido, permitindo pensar a tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, a polissemia da língua.

actions indignes, ou contre le bon sens. On dit proverbialement, Pauvreté n'est pas vice, mais c'est une espece de laderie. PAUVRE. adj. m. et f. et subst. Qui n'a pas de bien, qui n'a pas les choses necessaires pour sustenter sa vie, ou soustenir sa condition. PAUVRE, se dit aussi des païs et des Communautéz. PAUVRE, se dit aussi de ce qui est vil et mesprisable, qui a peu de bonnes qualitez. PAUVRE, se dit aussi de tous les affligez ou miserables qui attirent de la compassion. Ce sont de pauvres enfants qui n'ont ni pere ni mere¹⁵.

Aqui a pobreza é vinculada à moral do indivíduo. Desta forma, deixa de figurar primariamente como *falta material*, sendo também *falta de caráter*, característica de pessoas *mesquinhas*. Perante este discurso, é a forma de agir e de pensar de determinados indivíduos que os coloca os determina na posição sujeito pobre. Este modo específico de “falar” a pobreza reflete diretamente na definição do “pobre” como alguém *desprezível, vil e sem atributos*, características que podem ser atribuídas tanto a indivíduos como a *comunidades ou países*. Assiste-se a um processo de criminalização da pobreza e do “pobre”, já que a ambos são veiculados sentidos de incapacidade, de maldade, falta de vontade e de caráter. Como consequência, é possível atribuir estes sentidos não só a indivíduos como também a coletividades, ou seja, a pobreza atinge um patamar de denominador comum que permite marginalizar determinados grupos.

É interessante também notar o jogo entre o processo de substantivação e adjetivação de *pauvre*. Enquanto no Dicionário Richelet as duas classes gramaticais figuram de modo separado - PAUVRE, *s.m. Celui qui est dans la disette et la nécessité. PAUVRE, adj. Qui est dans la necessite* – aqui as duas se encontram juntas - PAUVRE. *adj. m. et f. et subst. Qui n'a pas de bien, qui n'a pas les choses necessaires pour sustenter sa vie, ou soustenir sa condition*. Desde modo, no Dicionário Richelet, *pauvre* como substantivo constrói um lugar social e histórico a ser ocupado – *Celui qui* – enquanto que em sua função de adjetivo, caracteriza esse lugar, preenchendo-o – *Qui*

¹⁵ POBREZA. s.f. Escassez, falta de bem, de fortuna. POBREZA, diz-se figuradamente em coisas espirituais e morais. A pobreza de espírito. Diz-se que um homem dito pobre, é aquele que faz uma grande pobreza, na hora que fala ou que faz ações indignas, ou contra o bom senso. Diz-se proverbialemente, Pobreza não é vício, mas é uma espécie de mesquinhez. POBRE. adj. m. e f. e subst. Quem não está bem, quem não tem as coisas necessárias para sustentar a sua vida, ou a sua condição. POBRE, diz-se também de países e comunidades. POBRE, diz-se também do que é vil e desprezível, que tem poucos bons atributos. POBRE, diz-se também dos afligidos ou miseráveis que atraem a compaixão. São pobres crianças que não têm nem pai nem mãe.

est. Já no dicionário *Furetière* o que se observa é que a posição sujeito-pobre está *desde já ocupada*. Este é um efeito derivado do apagamento do “lugar vazio” (não há *Celui qui*) e da identificação do indivíduo pelo viés da *falta*, identificação que o leva a ocupar este lugar - ***Qui n'a pas de bien, qui n'a pas les choses***.

Ainda na mesma década, as palavras figuram na edição datada de 1694 do Dicionário da Academia Francesa, sendo que os verbetes não sofrem mudanças até à última edição em 1935:

PAUVRETÉ. s.f. Indigence, manque de biens et des choses nécessaires a la vie (...) Il se dit aussi du manque des choses nécessaires pour subsister commodément par rapport à la qualité dont on est (...) On appelle en termes de devotion, *Pauvreté Evangelique*, La renonciation volontaire aux biens temporels, suivant le conseil de l'Evangile. On appelle aussi dans le mesme sens, *Pauvreté d'esprit*, Le détachement entier de l'esprit, de tous les biens de la terre (...) Se dit encore de certaines choses basses et méprisables que l'on dit ou que l'on fait.

PAUVRE. adj. de tout genre. Qui n'a pas de quoy subsister, qui manque des choses nécessaires à la vie. (...) Il se dit aussi par extension d'une personne qui n'a pas de quoy subsister honorablement selon sa condition (...) Se dit aussi quelquefois par sentiment de compassion. *Le pauvre homme! il a bien souffert* (...) On appelle, *Pauvre homme*, Celuy qui manque d'industrie, d'esprit, de cœur pour ses affaires. (...) *Pauvre*, est aussi substantif, et alors il signifie un Mendiant. On appelle, *Pauvres honteux*, Ceux qui ont honte de demander publiquement l'aumosne; Et *Pauvres de la Paroisse*, Ceux qui sont à l'aumosne de la Paroisse. On appelle en terme de l'Escriture, *Pauvre d'esprit*, Ceux qui ont le cœur et l'esprit entierement destachez des biens de la terre.¹⁶

Assim como nos dicionários anteriores, a pobreza é significada como *falta e renúncia*, sendo também associada à ação negativa (*maldosa*) do indivíduo. Há porém

¹⁶ POBREZA. s.f. Indigência, falta de bens e das coisas necessárias à vida (...) Diz-se também que é a falta das coisas necessárias para subsistir comodamente em relação à qualidade de vida (...) Usa-se em termos de devoção, de Pobreza Evangélica, renúncia voluntário aos bens temporais, de acordo com o conselho do Evangelho. Usa-se também o mesmo sentido, Pobreza de espírito, o separamento inteiro do espírito, dos bens da terra (...) Diz-se ainda de certas coisas baixas e desprezíveis que se diz ou que se faz. POBRE. adj. de gênero Quem não tem condições de subsistir, que tem falta das coisas necessárias à vida. (...) Usa-se também por extensão para uma pessoa que não consegue subsistir honrosamente de acordo com a sua condição. (...) Pobre, diz-se às vezes por sentimento de compaixão. *O pobre homem! sofreu bem*. (...) Chama-se homem pobre àquele que falta engenho, de espírito, de coração para os seus negócios. (...) Pobre, é também substantivo, e então significa um Mendigo. *Dêem aos pobres pobre, os pobres (...) os pobres são os membros de Deus*. Chama-se, Pobres vergonhosos, os que têm vergonha de pedir publicamente a esmola; E Pobres da Paróquia, os que vivem da esmola da Paróquia. Usa-se nos termos da Escritura, pobre de espírito, os que têm o coração e o espírito inteiramente separados dos bens da terra. *O Evangelho diz, Feliz os pobres de espírito, porque o Reino dos céus é seu*.

um deslocamento fundamental, já que *pauvreté* é relacionada à falta de coisas necessárias que permitam ao indivíduo *viver comodamente em relação à qualidade de vida*. O uso do plural – *manque de biens* e *choses nécessaires* – ao invés do singular – *disette*, *nécessite* e *manque de bien* – que figura nas definições dos outros dicionários, somada à introdução da noção de comodidade e qualidade de vida, tem como efeito universalizar um padrão caracterizado pelo possuir o máximo possível. Este efeito é potencializado pelo capitalismo, onde pouco importa o que se possui, mas sim a quantidade de suas posses.

Chamo a atenção para outro deslocamento importante na definição de *pauvre*. Como adjetivo que, conforme já mostrei, tem a função de criar a identificação do indivíduo com a posição-sujeito pobre, *pauvre* é categorizado como um ser incapaz e sem aptidão para o trabalho e, como substantivo, é definido como mendigo. Aqui é relevante estar atento a como é definida a classe gramatical dentro da estrutura do verbete: *pauvre. adj. e pauvre, est aussi substantif*. Enquanto o adjetivo é introduzido de maneira “formal”, o substantivo aparece como se fosse um acréscimo. Há aqui, mais uma vez, o efeito de apagamento do lugar vazio, já que, *a priori*, este sempre estará ocupado, em outras palavras, “basta” caracterizar/adjetivar o indivíduo como pobre para que haja identificação e este ocupe a forma-sujeito pobre.

A substantivação sobrepõe o “pobre” ao “mendigo”, dividindo o último em duas categorias: aqueles que têm vergonha de sua condição e os que vivem das doações da paróquia. De um modo ou de outro, ao “pobre” é vinculado o estatuto de *vagabundo*, uma espécie de parasita que se alimenta dos restos da sociedade. O movimento de caracterização da pobreza é tal que o verbete *pauvrement*, no mesmo dicionário, atribui características visuais que permitem identificar que se encontra na condição de pobre:

PAUVREMENT. adv. Dans l'indigence, dans la pauvreté. *C'est un homme qui vit pauvrement*. On dit d'Un homme mal habillé, *qu'Il est vestu pauvrement*, pour dire, qu'Il est habillé comme un gueux.¹⁷

¹⁷ POBREMENTE. adv. Na indigência, na pobreza. *Ele é um homem que vive na pobreza*. Se diz de um homem mal vestido, *que ele se veste pobrememente*, se diz, *que ele está vestido como um mendigo*.

Este verbete permanece assim em duas edições, a de 1694 e de 1718, sendo que na edição de 1740 há uma atualização que desloca o sentido do mesmo (grifos meus):

PAUVREMENT. adv. Dans l'indigence, dans la pauvreté. *C'est un homme qui vit pauvrement. On dit d'Un homme mal habillé, qu'Il est vêtu pauvrement, pour dire, qu'Il est habillé comme **quelqu'un qui est dans la misère.***¹⁸

A incapacidade de se apresentar nos moldes considerados “decentes” não é atribuída somente os mendigos, mas a qualquer um que se encontre em condição de miséria. A construção discursiva de um padrão visual para o sujeito pobre permite que haja um alargamento no que podemos chamar de *características definidoras da pobreza*, pautadas pela *falta* – material e de caráter -, preguiça, vergonha, maldade e má aparência.

São estes sentidos que aparecem no primeiro dicionário da língua portuguesa, intitulado “Vocabulário Portuguez e Latino”, da autoria de Rafael Bluteau, publicado entre 1712 e 1728 (p. 556-559):

POBRE. O que não he rico. O que não tem o necessario (...). A quem não deseja nada, o pouco parece muito. POBRE. O que não tem o necessario para o sustento. O necessitado, o que padece necessidades (...) o pobre que pede, que mendiga (...) falta o necesario para sustentar com decoro a sua dignidade (...) casas pobres, pequenas, mal edificadas (...) infelice,desgraciado. POBRE, no sentido moral, e espiritual. Os pobres de espirito, a que Jesu Christo chama bemaventurados (...). De quem não tem espirito (...) que homem inutil (...) prohibirãohe o exercicio de hum officio, incompativel com a sua ignorancia (...) o preguiçoso sempre he pobre.

POBREMENTE. Com pobreza (...) com pouco gasto (...) pobremente vestido.

POBRÊZA. A falta do necessario (...) limitação (...) que obriga a pedir esmola (...) quem diz que pobreza nao he vileza, nao tem fiso na cabeça (...) a pobreza obriga a vilezas.

Chama a atenção o fato de que o nome cabeça do verbete pobre é *o que não é rico*. A falta é re-significada: ela não é apenas ausência absoluta de bens, mas também

¹⁸ POBREMENTE. adv. Na indigência, na pobreza. *Ele é um homem que vive na pobreza. Se diz de um homem mal vestido, que ele se veste pobremente, se diz, que ele está vestido como qualquer um que está na miséria.*

não ter o *necessário* para se inserir em um modo de vida padronizado. Deste modo, “pobre” é aquele que não tem condições, ou que *não deseja* viver dentro de um estilo de vida determinado pelo capital. A repetição do dizer sobre a pobreza e o sujeito pobre atualizam o discurso através de paráfrases. De acordo com Nunes (1996, p.14)

O discurso lexicográfico é aquele em que ocorre um trabalho do léxico em relação a ele mesmo. Isto é, o léxico se parafraseia. Ou, dito de outro modo, o discurso sobre o léxico, ao se constituir, o faz através de elementos ou sequências lexicais, que por sua vez tornam-se objeto de outros discursos, e assim sucessivamente. Há uma circularidade que produz variações, contradições, incongruências.

Seja na França ou em Portugal, são outros sentidos com as mesmas palavras, que ecoam e significam. Nunes (2006b, p.163-164) afirma que

Ao tomarmos o dicionário como um objeto histórico e social, pensamos sua produção no interior de um complexo de formações discursivas. O recorte operado pelo lexicógrafo será sempre permeado de exclusões e silenciamentos, devido ao fato de que o discurso se produz com mecanismos de esquecimento e de que a relação entre sujeito e mundo é marcada pela incompletude. Saber disso é um primeiro gesto do lexicógrafo que seleciona uma nomenclatura e formula definições. É sabendo que o sentido pode ser outro que lidamos melhor com a incompletude da linguagem.

O encadeamento de definições que se observam nos dicionários franceses nas últimas duas décadas do século XVII e no primeiro dicionário da língua portuguesa tem como efeito criar um espaço linguístico normatizado (que tem seus efeitos no ensino escolarizado tanto lá como em solo brasileiro) sobre a pobreza. Este efeito decorre do processo histórico de criminalização e marginalização do sujeito pobre, que se deu especialmente nos grandes centros urbanos, e que tem como consequência trazer os sentidos que circulam na “rua” para dentro da escola. Parafraseando Silva (2001, p.141), através da evidência produzida pelos verbetes nos dicionários, que inauguram uma posição enunciativa, o indivíduo é reconhecido e se reconhece como “pobre” através de uma identificação construída discursivamente que se projeta para dentro e fora deste sujeito e o configura de modo a o excluir de uma sociedade que se organiza e se legitima pelo mercado e pela divisão do trabalho.

Assiste-se assim, a partir do século XV, a todo um processo de significação da pobreza e do “pobre” nos dicionários que, ao conferir a estes um caráter de legibilidade, os coloca como avatar de todos os males. Deste modo, o sujeito pobre é vinculado a problemas de saúde e de segurança, entre outros, sendo que a pobreza é significada como uma condição precária que possibilita e potencializa outros efeitos negativos. Produz-se uma evidência na qual o indivíduo se reconhece e se identifica como pobre através de uma memória do dizer que o configura e o exclui da sociedade organizada. Haroche (1992, p.21-23) afirma que

O poder, o Estado, o direito, coagem o sujeito, insinuam-se nele de forma discreta; todos tornam-se claros processos que derivam de uma técnica particular de poder que Foucault, em um dos últimos textos, designa como sendo de “governo pela individualização”. Uma forma de poder que classifica os indivíduos em categorias, identifica-os, amarra-os, aprisiona-os em sua identidade. Aprisionamento na identidade que é obrigatoriamente exibido por cada um (...). Esses procedimentos de observação procuram tornar o indivíduo visível em seu corpo, seu comportamento, seus atos: eles se fundam sobre um *princípio de visibilidade que isola cada sujeito de todos os outros*. Tal visibilidade está ligada em profundidade à exigência de transparência e de legibilidade que isola do mesmo modo o sujeito em seu propósito (...). Visibilidade isolante e legibilidade isolante: uma e outra contribuem para o funcionamento dos mecanismos de individualização e de identificação.

A discursividade que se observa nos dicionários é consequência de um processo histórico e social com raízes na Idade Média e datado de centenas de anos, que mostra o deslocamento do sujeito religioso ao jurídico a partir uma definição de pobreza encaçada na religião para uma que a significa através da relação com o trabalho e o capital.

Outro problema fundamental causado pelo declínio do pensamento religioso medieval e a ruptura entre religião e política diz respeito à adesão dos indivíduos ao Estado, à legitimação do poder, enfim, à governabilidade dos sujeitos. De acordo com Foucault (2004a, p.277-278)

A partir do século XVI até o final do século XVIII, vê-se desenvolver uma série considerável de tratados que se apresentam (...) como arte de governar. (...) O problema do governo aparece no século XVI com relação a questões bastante diferentes (...): problema do governo de si mesmo (...) do governo das almas e das condutas (...) do governo das

crianças (...) enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes. Todos estes problemas (...) se situam na convergência de dois processos: processo que, superando a estrutura feudal, começa a instaurar os grandes Estados territoriais, administrativos, coloniais; processo inteiramente diverso, mas que se relaciona com o primeiro, que, com a Reforma e em seguida com a Contra-Reforma, questiona a salvação. Por um lado, movimento de concentração estatal, por outro de dispersão e dissidência religiosa: é no encontro destes dois movimentos que se coloca, com intensidade particular no século XVI, o problema de como ser governado, por quem, até que ponto, com qual objetivo, com que método, etc. Problemática geral do governo em geral.

A emergência dos Estados face ao capitalismo desqualifica o virtuosismo da fé, amor e obediência a Deus, representado na figura da Igreja, ocasionando um novo modelo de subordinação que tem como base o amor e fidelidade à nação através do cumprimento das leis do Estado. Apresenta-se então uma questão essencial: como fazer com que os sujeitos se identifiquem a um Estado e não a outro?

É precisamente aí que a cultura intervém: é através da cultura nacional, enquanto fenômeno de caráter particular e diferenciado, que os sujeitos são interpelados para identificarem-se com *um* Estado, através de *suas* leis, e não com outro. As leis devem mostrar-se adequadas à cultura da nação com a qual os sujeitos se identificam, sendo essa adequação aquilo que justifica a subordinação a elas. É nessa confluência da identificação dos sujeitos e das políticas instituídas em torno da nação, através da cultura, que o Estado constrói sua legitimidade. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2004.)

A cultura é significada como fenômeno natural, ela é aquilo que “caracteriza o povo”, o que permite diferenciar uma “comunidade” de outra e, assim, dividir e reconfigurar a geografia das nações emergentes e a produzir a unidade política interna necessária para a boa governança. Na visão romântica

O desenho das nações estaria calcado num contraste etno-cultural pré-existente entre diferentes grupos sociais, concebidos enquanto comunidades naturais; sua unidade surgiria do fato de que seus membros compartilham língua, crenças, costumes, hábitos, lembranças e tradições comuns, acumuladas e transmitidas ao longo da história. As nações seriam o resultado do desenvolvimento natural dessas comunidades, o modo de auto-organização política a partir de suas características etno-culturais originárias. A cultura não é mais aí o reflexo do espírito individual, da *alma* do indivíduo, sua *essência divina*, mas o reflexo de um espírito coletivo, comunitário, do

Volksgeist, ou espírito do povo, sua *essência natural*, exprimida fundamentalmente pela língua, *alma* da nacionalidade, seu *veículo* e *encarnação*. (*ibid.*)

O fortalecimento de “cultura” como argumento explicativo do funcionamento da ordem social, e a subsequente naturalização surtem, face à pobreza, efeitos semelhantes ao da religião: se na forma sujeito religioso a pobreza era vista como consequência de desígnios divinos, na forma sujeito jurídico o apelo à cultura possibilita que a pobreza seja significada como algo “inerente” ou “natural” ao sujeito ou à comunidade da qual “participa”, apagando neste deslocamento os processos sociais que produzem a pobreza. Seja em uma ou outra instância, o político é apagado, porém com uma diferença importante, já que ao contrário da característica universal da religião, a cultura pode ser definida localmente, operando uma separação sutil. Outro fator a se considerar é que o funcionamento do Estado capitalista não coincide com a forma sujeito religioso, já que a *liberdade* assume uma posição central. Aqui a “cultura” ganha contornos importantes, já que permite “explicar” o porquê certo indivíduo ou comunidade “aceitam” ou “querem” viver em determinadas condições de vida – leia-se na pobreza. Deste modo, “cultura” argumenta a favor da “liberdade” que justifica e naturaliza a “ociosidade”: o indivíduo é pobre porque é “preguiçoso” ou “incapaz” e assim escolheu viver. A pobreza não é um problema de dimensão política e social, resultado da deliberação de sujeitos em circunstâncias específicas, e sim “cultural” e individual, efeito que a caracteriza como independente das decisões políticas que a produzem. É uma pobreza a-histórica perpetuada na “incapacidade” e na “cultura” do indivíduo.

No século XIX se observa um movimento que tem como objetivo questionar o *status quo* que pairava sobre o sujeito pobre. É lá que os processos de industrialização e urbanização, principalmente do Reino Unido e dos Estados Unidos, fizeram com que a pobreza se agravasse e assumisse o estatuto de “problema social”, ao potencializarem os efeitos do capitalismo a patamares nunca antes vistos. Primeiro porque as péssimas condições de trabalho da massa proletária provocavam acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, tornando muitos inválidos, inaptos para a produção, logo desempregados e, segundo, porque o crescimento descontrolado dos grandes centros urbanos fez com que muitos de seus habitantes vivessem em lugares sem condições “dignas” e sem o acesso

a bens essenciais. As reflexões de Marx e de outros autores que a ele se filiaram causaram um deslocamento importante, passando a pobreza, durante um período específico, a não ser mais apresentada somente como decorrência dos desempenhos pessoais, e sim um fenômeno ligado às condições sociais de vida e de trabalho. São vários os relatos de investigadores a respeito das condições de pobreza da Europa, em processo de industrialização, do século XIX. Para Silva (2005, p.6) este período é extremamente importante “não apenas pelo fato de que podemos observar hoje, como ocorrido no século XIX, a pauperização de parcelas significativas da população, inclusive nos países centrais do sistema capitalista, mas principalmente porque essa pauperização ocorre, em ambos os períodos, devido a uma ‘recomposição da ordem do trabalho’”.

Na vanguarda do processo de industrialização na Inglaterra, perante o visível crescimento da pobreza, surgiu a polêmica instaurada em torno da Lei dos Pobres, que consistia em um sistema de suporte subsidiado por fundos públicos. A lei *Speenhamland*, de 1795, assegurava uma renda mínima a todos os “pobres” desempregados, ou àqueles que, mesmo com emprego, auferiam renda inferior à determinada por uma tabela vinculada ao preço do trigo. Durante o período que a lei vigorou (1795 – 1832) assistiu-se a uma diminuição no processo de proletarização, já que os trabalhadores da época estavam menos vulneráveis à regulamentação do mercado e à necessidade de vender sua mão-de-obra. Com a reforma da legislação inglesa foi proposto, em 1832, um projeto transformado em emenda da Lei dos Pobres (*Poor Law Amendment*) em 1834. Essa reforma impunha o retorno do sistema das *workhouses* o que significava, na prática, o trabalho obrigatório dos indigentes. Segundo Silva (*ibid.*, p.11-12)

As *workhouses* inglesas são o exemplo clássico de como foi encaminhada a questão da pobreza após a Revolução Industrial. Reflete, também, o julgamento de valor predominante sobre os pobres, cujo *status* era considerado inferior e vexatório (...). É neste contexto histórico, portanto, que emerge a discussão em torno das causas da pobreza e que destacamos anteriormente: pobreza e miséria seriam consequências da falta de ética de trabalho, sentido de responsabilidade e fraqueza moral dos pobres ou o efeito inevitável da acumulação capitalista?

Mauriel (2008) afirma que este acontecimento levou a um novo debate que tinha como objetivo questionar os discursos que naturalizavam a pobreza. Para tal era necessário focar nas estruturas e não no indivíduo, questionando a mentalidade capitalista estadunidense que apontava a responsabilidade individual como causa e efeito da pobreza: em terra de “oportunidades” e de “liberdade” só não prosperam os preguiçosos. Para se fazer isso surgiram as grandes *surveys* sociais que possibilitaram a construção de bases de dados (desemprego, salários, jornadas e condições de trabalho, distribuição de renda e riqueza, etc.) sobre as quais a pobreza poderia ser estudada, por um viés predominantemente estatístico, como um problema que afeta o social. De acordo com Mauriel (*ibid.*) o marco inicial internacional deste movimento é a obra de Charles Booth intitulada *Life and Labour in London*, publicada em vários volumes entre 1889 e 1903 e considerada um dos primeiros grandes estudos empíricos na tradição da *survey* social, servindo de base para definir a linha da pobreza em Londres. Booth e seus assistentes ilustravam geograficamente, através de mapas, a pobreza e riqueza na capital inglesa, sendo que grande parte do método estatístico¹⁹ de Booth inspirou uma geração de investigadores americanos, os quais se preocupavam em observar, catalogar e cadastrar a vida dos “pobres”. Como consequência, o desenvolvimento de um conhecimento sobre a pobreza legitimou este tipo de pesquisa como pertencente a um campo científico de pesquisa social. Observa-se então que tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos a pobreza se torna uma medida mais positivista, distanciando-se das questões de cunho moral do “pauperismo” ou da dependência. Isto possibilitou o surgimento de uma rede de trabalho social impulsionada pelo conhecimento científico que promoveu debates levando à mudança no foco: do pauperismo para a pobreza, do pobre “dependente” para as condições do proletariado, do comportamento individual para o capitalismo industrial²⁰.

¹⁹ De acordo com Arendt (2007, p.53) “A triste verdade acerca do behaviorismo e da validade de suas ‘leis’ é que quanto mais pessoas existem, maior é a possibilidade de que se comportem e menor a possibilidade de que tolerem o não-comportamento. Estatisticamente, isto resulta num declínio da flutuação (...) a uniformidade estatística não é de modo algum um ideal científico inócuo, e sim o ideal político, já agora não mais secreto, de uma sociedade que, inteiramente submersa na rotina do cotidiano, aceita pacificamente a concepção científica inerente à sua própria existência.”

²⁰ Foucault afirma que no século XVIII, partindo da crítica tecida por economistas e administradores, algumas fundações do sistema estatal que tinham como função mobilizar somas para a assistência aos pobres, sofreram modificações. A partir de uma análise minuciosa da população se opera o estabelecimento de diferentes categorias de indivíduos aos quais a caridade se destinava. Ao estilo da tradição medieval, o “pobre” cede lugar a uma série de distinções funcionais – os ociosos, os

Se o final do século XIX e o início do século XX apontam para um movimento em direção ao estudo das estruturas, na década de 1930 a grande depressão econômica vivida principalmente nos Estados Unidos causa uma inverção nesta tendência. A depressão lançou um grande número de famílias no desemprego. Incapazes de conseguir sustento, estas famílias destituídas, através de seguidos protestos, mostraram sua insatisfação para com o Estado, as Instituições e as ações políticas. Com a posse do presidente Roosevelt novas políticas foram implantadas com o intuito de aliviar a população, sendo que o conjunto destas é reconhecido, em termos gerais, como o *New Deal*, baseado na concepção de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. De acordo com Draibe e Aureliano (1989, p.89, *apud* MAURIEL, 2008, p.64) o *Welfare State* é

No âmbito do Estado capitalista, uma particular forma de regulação social, que se expressa pelas transformações das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam, direta ou indiretamente, o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora.

Entre os vários programas, o que atingiu mais segmentos foi o *Federal Emergency Relief Administration* (FERA). Estes programas direcionavam cobertura não somente às categorias tradicionais (órfãos, viúvas, idosos, os *handicaped*), mas para todos os desempregados necessitados e seus dependentes. Segundo Piven & Cloward (1971) isto aconteceu devido à recessão econômica que tinha alcançado, socialmente, níveis insustentáveis: as políticas de alívio não foram instituídas simplesmente e exclusivamente por causa da destituição de muitos trabalhadores; elas se deram quando estes se tornaram uma ameaça política. Os autores defendem a ideia de que o combate à pobreza, além de regular o comportamento político e econômico dos pobres, tem como

desempregados involuntários, os que têm e os que não têm condições de trabalhar, etc.: “Análise que na prática tem por objetivo, na melhor das hipóteses, tornar a pobreza útil, fixando-a ao aparelho de produção; e, na pior, aliviar o mais possível seu peso para o resto da sociedade: como fazer trabalhar os pobres “válidos”, como transformá-los em mão-de-obra útil.” (2004, p.196).

função principal manter a ordem econômica e política, pois as ações realmente “efetivas” só acontecem em ocasiões de desordem civil causadas pelo desemprego em massa e são contraídas quando é restaurada a estabilidade. Isto indica que as iniciativas de alívio, por parte do Estado, são cíclicas e dependem da natureza dos problemas. Os autores ainda afirmam que, paradoxalmente, grande parte das iniciativas de bem-estar social não são direcionadas diretamente aos pobres, devido à pouca influência política destes, ou seja, a elegibilidade dos indivíduos que constituem a sociedade está diretamente atrelada à capacidade que estes têm de contribuir positivamente para com o “bem-estar” econômico. De acordo com Mauriel (2008, p.86)

O alívio direto (aqui considerado como transferência de renda) era visto como um expediente temporário e uma forma de manter a subsistência, mas não a dignidade, e uma forma de evitar que a população entrasse em desespero e em “desordem”, mas não um modo de vida. Era, assim, um “mal necessário”. O modo de vida (*in the american way*) estava ancorado na disciplina pelo trabalho, e isso deveria ser restaurado, e o remédio foi abolir o alívio direto e colocar os desempregados para trabalhar em projetos subsidiados pelo governo. Essas reformas foram rapidamente realizadas e o Estado passou a ser empregador de grandes massas, embora muitos ainda continuassem desempregados.

De acordo com Piven & Cloward (1971) o crescimento da economia e a chegada da II Grande Guerra, que demandou um aumento na produção industrial, ocasionou uma melhora no panorama sendo que, no final de 1942, o anúncio presidencial culminou na extinção de muitos destes programas. Mauriel (2008, p.91) comenta:

O ciclo estava completo. Turbulências políticas produziram um programa federal de alívio massivo; o alívio direto se converteu em alívio via trabalho; então, o alívio pelo trabalho foi reduzido e os desempregados passaram novamente a ficar sob a responsabilidade dos estados e agências locais, que reduziram, ou em muitos locais eliminaram, a ajuda aos desempregados “sadios”, mantendo-se os programas de assistência categorial para os pobres “impotentes” – idosos, cegos e órfãos. Para os pobres “sadios” ou potencialmente empregáveis que não conseguiam encontrar empregos ou seguro de alívio local, o governo federal não fez nenhuma provisão.

A afirmação de Mauriel mostra como, dentro do modo de funcionamento do capital, a pobreza é colocada em relação com o trabalho, mais especificamente com a mão de obra do trabalhador “pobre”. O corte de auxílio aos desempregados “sadios” é sintoma de uma memória discursiva que remete à Idade Média, no deslocamento do sujeito religioso para o jurídico, que caracteriza o pobre como “ocioso”, “improdutivo” ou “incapaz”. A própria definição dos pobres aqui se dá em termos de “organicamente” apto ou não para o trabalho, mecanismo discursivo que de-historiciza o sujeito e apaga a contradição constituinte das sociedades democráticas capitalistas, ou seja, o fato de que a produção de capital está diretamente relacionada à produção do desemprego e da pobreza.

A grande depressão, que resultou no desemprego em massa e em crise social, deixou aparente para certas posições que o molde no qual o capitalismo funcionava havia falhado. Devido a isto a pobreza deixou de ser considerada uma categoria central do conhecimento, pois o contexto social e histórico fez com que outras questões fossem abordadas (desemprego, baixo consumo, má distribuição de renda, subdesenvolvimento regional). É claro que todas estas estão relacionadas à pobreza como um todo, mas a preocupação, por parte dos intelectuais da economia política, não era mais conceber análises de como promover o alívio, mas sim como recuperar o crescimento econômico. Isto levou a um corte epistemológico nas pesquisas sobre a pobreza (*ibid.*). De um lado havia aqueles que advogavam em favor dos estudos sobre a pobreza; de outro os que apoiavam as políticas de recuperação e reforma econômica²¹. O segundo grupo levou a melhor, fortalecido pela política do *New Deal* e a administração de Roosevelt que via o pleno emprego como a chave para a restauração da economia estável. Concomitantemente, agências do *New Deal* financiaram estudos sociológicos e antropológicos sobre classe social, castas, comunidades e culturas. Estes estudos, sem necessariamente terem a pobreza como questão central, estabeleceram

²¹ É importante compreender que a pesquisa de novas formas de promoção de alívio aos pobres e necessitados – seguro desemprego, habitação, entre outros – era abordada em um plano diferente das pesquisas relacionadas à recuperação e ao crescimento econômico. O primeiro tipo de pesquisa lida diretamente com a pobreza enquanto o segundo enfatiza o estudo do mercado, entendendo que a pobreza é um efeito direto do funcionamento da economia. Além de implicar um tratamento em segundo plano e indireto da pobreza, a pesquisa que visa estudar o mercado e a economia de maneira a promover a sua recuperação e crescimento retirou da pobreza o seu estatuto de categoria central do conhecimento, ou seja, ela deixou de ser o tema principal da economia e de alguns nichos das Ciências Sociais. Este tipo de pesquisa materializou a ideologia capitalista liberal Norte Americana e teve um efeito negativo que, com a globalização, ficou mais forte: apresenta o livre mercado como a solução de todos os problemas o que significa, entre outros fatores, a redução a intervenção estatal.

métodos e conceberam um aparato conceitual que fazia da cultura peça central para o conhecimento da pobreza.

Segundo Mauriel (2008, p. 92) “a pobreza e a ‘classe-baixa’ eram tanto categorias econômicas quanto culturais com a questão não sendo a de que maneira, mas por que os pobres eram culturalmente diferentes das classes médias e superiores. A ideia de uma cultura específica das classes baixas tornou-se firmemente enraizada como objeto de pesquisa da Ciência social.” Sobre este fato Lumer (1968, p.31) afirma que “a essência desses pontos de vista é, em suma, que o problema da pobreza já não é mais da classe operária como um todo, mas que é agora o problema específico de uma minoria – uma classe inferior – deixada para trás na ascensão de grande maioria de trabalhadores para a abundância, e separada desta maioria por um abismo sempre maior.”

O período pós II Guerra, juntamente com a memória da crise financeira da década de 30, fez com que o *Welfare State* se consolidasse como um esquema de proteção social pública que abrangesse a todos que, por uma questão de direito, deveriam ter as condições de vida satisfeitas. Esse posicionamento abrangia o papel do Estado que, além de cumprir as funções clássicas como igualdade perante a lei e segurança externa, devia também prover a proteção social (antes responsabilidade da sociedade civil) de forma padronizada e não limitada a situações emergenciais. Porém, a partir da década de 70, devido à globalização e uma economia de mercado capitalista caracterizada pelo movimento neoliberal, assiste-se a uma inversão nas responsabilidades.

Segundo Ugá (2004), com a quebra do modelo fordista de acúmulo de capital, baseado na regulamentação estatal, assistiu-se, a partir da década de 1970, a implementação de outro tipo de capitalismo: o capitalismo liberal, ou neoliberalismo, consolidado em duas frentes e momentos diferentes. Na Europa isto se deu através dos trabalhos do economista austríaco Frederick August von Hayek durante a década de 1940. Em seu livro *O Caminho da Servidão*, publicado em 1944, Hayek argumentava que a crescente regulamentação e controle estatal na qual se baseava o modelo de *Welfare State* levaria à perda de liberdade. A afirmação de Hayek aponta para uma característica do funcionamento do sujeito jurídico da ideologia capitalista, que tem como base a ilusão de liberdade e autonomia. Uma segunda vertente consolidou-se na década de 1970 através do trabalho de Milton Friedman e da Escola de Chicago.

Friedman criticava a política econômica do *New Deal* que respaldava a intervenção estatal. Ele argumentava que este tipo de política, ao direcionar os escassos recursos para investimentos não viáveis economicamente, diminuía a produtividade e riqueza da sociedade. Ou seja, o parâmetro não é a eficiência econômica, mas sim a política, através da destinação de recursos aos setores que trazem maior popularidade aos governantes. Para Friedman isto significava que, ao invés de recuperar a economia e o bem estar da sociedade, o *New Deal* teria prolongado a depressão econômica e social. A saída proposta foi inibir a regulamentação do Estado relativa à ação das empresas, do mercado e daqueles que nele atuam. Esta retórica conquistou espaço na Europa e, em 1979, a política nacional inglesa adaptou-se ao ideário neoliberal com Margaret Thatcher. No ano seguinte o mesmo aconteceu nos EUA com Ronald Reagan e de lá para o restante do mundo²².

Nos países centrais a proposta neoliberal tinha como característica a redução do papel do Estado, o enfraquecimento dos sindicatos e a flexibilização do mercado de trabalho. Na América Latina a introdução e difusão do neoliberalismo se deu por outras vias. Segundo Almeida (2006), no caso específico do Brasil, este ideário surgiu como consequência do endividamento externo proveniente dos anos 1950 e 1960. Nestas décadas, conhecidas como o período do “Milagre Econômico Brasileiro”, o governo contraiu empréstimos de forma a propulsionar o crescimento do país com base em investimentos na indústria de base (siderúrgica, energética e petroquímica) e em empresas estatais. Porém, com a estagnação da economia brasileira no final dos anos 1970, prenuncio da crise mundial da década de 1980, o Brasil e outros países da América Latina foram levados a renegociar suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, as duas principais instituições multilaterais

²² A jornalista Naomi Klein em seu livro *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism* (A Doutrina do Choque: a Ascensão do Capitalismo de Desastre), discute a implementação do modelo neoliberal e afirma, com base em documentos por ela analisados, que a América do Sul foi uma espécie de “laboratório” que permitiu observar o funcionamento do neoliberalismo, primeiramente no Chile, com o golpe militar de 11 de Setembro de 1973, e depois em outros países. No site pessoal de Klein estão à disposição os documentos por ela utilizados, sendo que deixo aqui dois. O primeiro é um extenso relatório da CIA sobre as operações secretas no Chile entre 1963 e 1973, e o segundo é constituído por uma troca de cartas entre Milton Friedman e Augusto Pinochet, onde o primeiro apresenta os pontos principais da agenda neoliberal ao ditador chileno, argumentando que somente esta seria capaz de tirar o Chile da então situação de desastre econômico.
<http://foia.state.gov/Reports/ChurchReport.asp>
<http://www.naomiklein.org/files/resources/pdfs/friedman-pinochet-letters.pdf>

financiadoras e que propagavam a nova modalidade de capitalismo (Ugá, 2004). Assim sendo, a partir da década de 80 vários países se viram reféns das prescrições neoliberais.

O percurso histórico e teórico feito até aqui permite observar que o discurso sobre a pobreza, pelo menos na dimensão até aqui apresentada, tem como um de seus efeitos operar um corte epistemológico centrado nas noções de sujeito jurídico e cultura. Segundo Orlandi (1993, p.13) uma das características do discurso é a capacidade de se instaurar através das falhas, ou seja, da ruptura e da criação de uma nova ordem de sentidos:

Ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra (...). O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”.

Em sua relação intrínseca com a memória, o discurso “toma proveito” de fragmentos do que havia antes dele, de uma ideologia já significante, e a partir dela cria uma nova filiação de sentidos se projetando para frente e para trás: “a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim.” (Orlandi, *ibid.*).

É possível observar o funcionamento característico deste tipo de discurso justamente na cisão entre sujeito religioso e jurídico, fato que desautoriza o sentido anterior (clerical) e instaura uma nova tradição que tem como base o mercado e o direito, a qual ganha força principalmente a partir do início do século XX, possibilitando novos dizeres sobre a pobreza e constituindo outra memória atravessada pela contradição: face à sua “liberdade”, o indivíduo é considerado “pobre” devido à sua “cultura”, seja esta compreendida de um ponto de vista estruturalista – cultura como resultado de um processo histórico – seja de um ponto de vista da “ação” – cultura como resultado do agenciamento do sujeito “livre”. A contradição reside exatamente aqui, já que apesar do discurso neoliberal instaurar uma “ideologia do trabalho” que legitima o livre mercado como a solução dos problemas sociais e econômicos – leia-se a pobreza – o mesmo discurso apóia-se na “cultura” para naturalizar ou cristalizar a condição do indivíduo “pobre”, ou seja, mesmo com a possibilidade de ingresso no

mercado de trabalho a pobreza sempre será um fator existente. O efeito principal deste discurso é livrar o político, já que ao “disponibilizar” o acesso ao mercado desloca o foco da “responsabilidade” para o indivíduo e sua “cultura”, que em sua concepção naturalizada permite aludir a um indivíduo “naturalmente incapacitado”. Outro elemento central do funcionamento do discurso sobre a pobreza é o fato de, ao atualizar a memória, produzir o efeito de novo mesmo que, em seu cerne, se trate de uma reformulação do mesmo.

Este processo é visível nos relatórios sobre o desenvolvimento mundial de 1990 e 2001, que considero documentos essenciais ao se estudar a pobreza já que ocupam uma função dupla: a de atualizar uma memória sobre a pobreza, ocasionando um efeito de sentido de “novidade” e, ao fazerem isso, atuarem como matriz discursiva para as políticas públicas a nível mundial, nacional e local.

3. Diferentes Modos de Reformular o Mesmo: Os Relatórios Sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001

O objetivo deste capítulo é abordar os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001 que têm como tema a pobreza. Estes relatórios²³ são produzidos sob a chancela do Banco Mundial desde 1978, e colocam em pauta temas variados que concernem à agenda da expansão do capitalismo neoliberal. Com o crescimento do Banco, os relatórios tornaram-se a publicação anual mais importante da instituição, e o parâmetro “intelectual” para o planejamento de políticas que visem o crescimento econômico tendo como base o livre acesso e circulação dos mercados.

Inicialmente irei apresentar alguns elementos relacionados às condições de produção do discurso produzido pelo Banco Mundial para que, durante a análise, seja possível fazer um paralelo das relações entre conhecimento, Estado e políticas públicas.

3.1 O Discurso do Banco Mundial: Condições de Produção

Ao questionar qual a relação entre a conjuntura na qual um texto é produzido e o texto em si, Pêcheux (1990b) desenvolve o conceito de condições de produção. A argumentação de Pêcheux articula uma quebra para com os paradigmas tradicionais da análise linguística, já que considera que os discursos não podem ser mais estudados como se surgissem no vácuo, restritos a uma função considerada “comunicacional” e abordados de modo estanque. Para compreender o seu funcionamento e as relações de sentido que produzem há a necessidade de remeter às suas condições de emergência. Para tal, deve-se considerar que um discurso é sempre produzido a partir de condições de produção dadas, o que significa dizer que o processo discursivo não tem início, é produzido a partir de e remete a outros discursos.

Este gesto teórico vai ter dois reflexos importantes na teoria. Primeiramente, permite pensar os discursos como “fenômenos linguísticos de dimensão superior [que] podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento (...) que este

²³ De acordo com Castro (p.2) “Sua publicação mais influente – o *Relatório de Desenvolvimento Mundial* – é o relatório econômico de maior circulação do mundo, traduzido para sete línguas e com tiragens de até 50 000 cópias. Tal posição preeminente foi vertebrada quando o Banco elegeu como prioridade o ataque à pobreza em meados da década de 1960.”

funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo”. (*ibid.*, p.78). Pêcheux (*ibid.*, p.79) continua afirmando que

Faremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são característica do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que é *impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma seqüência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção.

A hipótese de Pêcheux opera um deslocamento do objeto discurso, colocando-o efetivamente fora da hierarquia morfema → palavra → sintagma → frase → texto²⁴ apresentada por Benveniste em seu célebre artigo *Os níveis da análise linguística*. Em outras palavras, o discurso não é uma camada e, concomitantemente, não é “somente” linguístico, no sentido stricto do termo. As contingências históricas – o modelo econômico, a ideologia, o político, etc. – devem ser consideradas no estudo do discurso, abrindo assim espaço para o diálogo com outros campos.

Um segundo ponto importante no conceito de condições de produção diz respeito às noções de contexto e situação. Para tal, Pêcheux partiu do modelo “informativo” desenvolvido por Jakobson, já que este coloca em cena os protagonistas do discurso e o seu “referente”, permitindo compreender a relação de produção de sentidos. Jakobson (1963, p.213-214 *apud* PÊCHEUX 1990b, p.81) afirma que

O destinador envia uma mensagem ao destinatário. Para ser operante, a mensagem requer antes um contexto ao qual ela remete (é isto que chamamos também, em uma terminologia um pouco ambígua, o “referente”), contexto apreensível pelo destinatário e que é verbal ou suscetível de ser verbalizado; em seguida a mensagem requer um

²⁴ A noção de condições de produção é um dos elementos que levou Eni Orlandi a reformular a noção de texto. A autora define o texto como materialidade histórica “não se trata, assim de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (1996, p.55). O texto é uma unidade linguístico-histórica que significa, sendo que a sua extensão ou o fato de ser oral ou escrito não o delimitam. O texto é, por definição, incompleto, sempre passível de novas leituras.

código, comum, ou ao menos em parte, ao destinador e ao destinatário (ou, em outros termos, ao codificador e ao decodificador da mensagem). A mensagem requer, enfim, um contato, um canal físico ou uma conexão psicológica entre o destinador e o destinatário, contacto que permite estabelecer e manter a comunicação.

Sendo A o *destinador*, B o *destinatário*, D a *mensagem* e R o *referente*, Pêcheux opera um deslocamento, relacionando D à noção de *discurso*, sendo que entre A e B não se opera uma *transmissão de informação*, mas sim *efeito de sentidos*. Segundo Pêcheux A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, e não seres orgânicos (CAMPOS, 2009). Desta forma,

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo (...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (...) Convém agora acrescentar que o “referente” (R no esquema acima, o “contexto”, a “situação” na qual aparece o discurso) pertence igualmente às condições de produção. Sublinhemos mais uma vez que se trata de um *objeto imaginário* (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física. (PÊCHEUX, 1990b, p.82-83).

O conceito de condições de produção sinaliza o esforço teórico de Pêcheux em operar uma quebra com as posições psicossociológicas de sujeito, contexto e situação oriundas da Sociologia e da Psicologia e que, dentro da Linguística, encontraram um nicho na Sociolinguística e na Pragmática. Porém, talvez devido à polissemia do termo discurso, podendo significar um processo discursivo ou uma seqüência verbal, o quadro aqui apresentado foi freqüentemente interpretado por um viés psicologizante, ou seja, a imagem do outro pode ser interpretada como a representação psicológica e cognitiva entre interlocutores, e não como a representação imaginária resultante de um processo ideológico. Isto levou Courtine (1981, p.22) a afirmar que o conteúdo empírico e teórico do conceito era instável:

En effet, aussi bien dans le cadre de la définition générale proposée par Pêcheux (69) que dans la mise en oeuvre de la notion au titre d'hypothèse spécifique dans une recherche particulière, il est apparu qu'en l'absence d'une hiérarchisation théorique des plans de référence de la notion, le plan psychosociologique (qui se donne pour cadre la situation d'énonciation, les interactions verbales des

locuteurs dans cette situation et les hypothèses typologiques qui y sont liées) domine de fait le plan historique de caractérisation des CP. Ceci n'est pas toujours le cas (notamment dans différents travaux de J. Guilhamou, D. Maldidier, J.-B. Marcellese, R. Robin...) ce qui tend à confirmer le caractère d'instabilité de la notion²⁵.

Os problemas causados pela instabilidade levaram Pêcheux e Fuchs (1990) a atualizar o conceito, postulando uma redefinição alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos.

(...) parece efetivamente, à luz do que precede, que se pode entender por isso [CP] seja as determinações que caracterizam um processo discursivo, seja as características múltiplas de uma “situação concreta” que conduz à “produção”, no sentido lingüístico ou psicolingüístico deste termo, da superfície lingüística de um discurso empírico concreto. (...) o que está em jogo é a necessidade de reconhecer a defasagem entre o registro do imaginário, cuja existência não é anulável sob o pretexto de que se trata do imaginário, e o exterior que o determina. Nesta medida, parece que nos falta radicalmente uma teoria da “situação concreta” enquanto formação ideológica em que o “vivido” é informado, constituído pela estrutura da ideologia, isto é, ele se torna esta estrutura na forma da interpelação recebida, para retomar uma formulação de L. Althusser. (*ibid.*, p.182).

Deste modo, para compreender as condições de produção de um determinado discurso é necessário abordá-lo como o resultado de um complexo processo social e histórico que constitui a sua materialidade e é condição de significação. De acordo com Lagazzi (2011, p.503)

A perspectiva discursiva materialista reconhece que as condições de produção funcionam como determinações históricas que não ficam visíveis para o sujeito conscientemente, mas que o coagem a responder às demandas que se impõem a partir das relações de força que organizam nossa sociedade capitalista, uma sociedade que se estrutura pela venda da força de trabalho de todos, nas mais diferentes funções que possamos ocupar e com os mais diferentes salários que recebamos.

²⁵ Com efeito, igualmente no âmbito da definição geral proposta por Pêcheux (69) que na aplicação da noção a título de uma hipótese específica numa pesquisa particular, apareceu que na ausência de uma hierarquização teórica dos planos de referência da noção, o plano psicossociológico (que se dá para quadro a situação de enunciação, as interações verbais dos locutores nesta situação e as hipóteses tipológicas que são ligadas) domina de fato o plano histórico de caracterização das CP. Isto não é hoje o caso (nomeadamente em diferentes trabalhos de J. Guilhamou, D. Maldidier, J. - B. Marcellese, R. Robin...) o que tende a confirmar o caráter de instabilidade da noção.

Em relação à temática em questão, significa pensar os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001 como discursos que foram formados no cruzamento de várias instâncias: Institucional (o Banco Mundial como instituição), Histórica (os marcos que caracterizam e legitimam o Banco Mundial), Social/Econômica (os efeitos das políticas do Banco nos modos de sociabilidade das sociedades capitalistas ou em processo de “capitalização”), Ideológica (os valores que o Banco defende/legitima/veicula), etc. Tendo isto em mente, irei na próxima seção apresentar e discorrer sobre estas instâncias, de modo a formar um panorama – as condições de produção – que nos permita compreender o funcionamento dos relatórios de 1990 e 2001 na estabilização dos dizeres sobre a pobreza.

3.2 O Banco Mundial como Ator no Cenário Global

A Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Julho de 1944 na cidade de Bretton Woods, nos EUA, é um marco da assimetria do poder político e econômico que impera até hoje no mundo globalizado. Esta reunião teve como função ratificar as conversações informais, que ocorriam desde 1941, entre os EUA e o Reino Unido, sobre a definição dos órgãos de governança a nível mundial. Quarenta e cinco delegações aliadas atenderam ao convite do presidente Franklin Roosevelt de modo a formalizar um acordo multilateral embasado nas propostas anglo-americanas. De acordo com Castro (p.3)

A reunião se pautava pela ideia de que a Segunda Guerra interrompera uma crise financeira, sem, porém, eliminar as suas causas. Os Aliados estavam convencidos de que uma reforma do comércio mundial traria mais segurança do que o próprio fim do conflito. Para tanto, Harry Dexter White, conselheiro econômico chefe de Henry Morgenthau Jr, então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, idealizou a criação de um fundo que manteria as taxas de juros mundiais em equilíbrio (Fundo Monetário Internacional – FMI) e um banco que disponibilizaria recursos para a reconstrução dos países destruídos pela guerra e o desenvolvimento de países pobres (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD²⁶).

²⁶ O conglomerado Banco Mundial, apesar de ter o BIRD como seu maior representante, é o resultado de diversas agências com funções diferentes: “O Grupo Banco Mundial é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas:

É importante mencionar que na base da criação de um organismo de estabilização monetária estava uma exigência feita pelos EUA de que este organismo seria desprovido de mecanismos de ajuste global em caso de superávit, cabendo a ele somente “policiar” os países em déficit. O resultado prático disto é que o Estado norte-americano, praticamente o único das grandes potências que se encontrava em situação de superávit no final da guerra e, depois, em pleno pós-guerra, impôs ao resto do mundo a isenção de prestar contas sobre a sua própria política econômica, apresentando como contraparte o financiamento majoritário da instituição reguladora. Segundo Pereira (2009, p.57)

O resultado final de Bretton Woods materializou e simbolizou a hegemonia norte-americana na reorganização política e econômica internacional do pós-guerra. Produto de uma mudança drástica na estrutura de poder internacional, institucionalizou uma nova ordem monetária baseada no dólar, razão pela qual a política econômica dos EUA centralizaria a criação de liquidez e forjaria as condições da expansão e da internacionalização do capital estadunidense. Criaram-se organizações financeiras de tipo multilateral que expressavam a desigualdade de poder configurada no sistema internacional.

Desde a conferência Bretton Woods figura um acordo informal segundo o qual o cargo de presidente do Banco Mundial é apontado pelo Departamento do Tesouro dos EUA e o cargo de diretor-gerente do FMI é ocupado por um cidadão europeu²⁷. Dos doze presidentes, oito vieram do setor privado (bancos, agências de avaliação de risco, instituições), um do meio parlamentar/financeiro, e três do aparelho de Estado, sendo que dois tinham relações com a área militar e um com a área econômica.

O Banco possui uma lista extensa de parceiros e projetos, abarcando fundações privadas, organizações não governamentais, instituições financeiras, de pesquisa e de assistência ao desenvolvimento e corporações privadas com interesses

Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Corporação Financeira Internacional (CFI), Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), Instituto do Banco Mundial (IBM) e Painel de Inspeção. A expressão “Banco Mundial” designa apenas o BIRD e a AID.” (PEREIRA, 2009, p.7)

²⁷ As duas organizações funcionam de modo imbricado, sendo que, desde seus primórdios, uma das condições para um país se tornar membro do BIRD é estar vinculado ao FMI.

multilaterais a nível internacional. Esta extensa rede de relações é articulada dentro de cada país cliente, potencializando a capilaridade social do Banco no âmbito nacional.

Os recursos financeiros do BIRD têm origem em três fontes. A primeira é a subscrição de capital por parte dos Estados-membros. Essa quantia corresponde a 20% do total, sendo que somente parte desse montante é desembolsado, já que a maioria desse capital circula como “capital reclamável”, ou seja, como uma garantia dada pelos Estados-membros no contexto de um eventual não pagamento por algum devedor. A segunda fonte corresponde a quase 80% dos recursos disponíveis ao Banco. Trata-se da tomada de empréstimos e intermediação financeira em mercados internacionais através da emissão de bônus a juros mais baixos. Isso é possível já que o capital do Banco é garantido politicamente pelos Estados-membros, dando aos bônus emitidos a qualificação de risco AAA, a máxima outorgada por agências especializadas no mercado financeiro e que caracterizaria solidez e segurança de investimento. A terceira fonte é a menos expressiva e advém dos pagamentos de juros dos empréstimos e investimentos que a organização realiza. “Em suma, as operações financeiras do BIRD são asseguradas pela combinação da garantia política que o sistema interestatal lhe proporciona, ao lado da inserção plena nos mercados internacionais privados, de onde capta a maioria esmagadora dos recursos que financiam suas operações.” (PEREIRA, 2009, p.12).

Apesar de o Banco Mundial atuar como uma agência especializada da ONU desde 1947, o princípio de igualdade de voto entre os países - sistema que rege a maior parte das organizações filiadas e/ou criadas pelo sistema ONU – ou o voto ponderado de acordo com o tamanho da população, não é aplicado. O poder de voto de cada membro é condicionado e é proporcional à sua capacidade contribuição financeira, definida em função do tamanho da economia doméstica e força política dos Estados no panorama internacional. Isso significa que o Banco é regulado principalmente pelos seus cinco maiores doadores (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Inglaterra), sendo que os Estados Unidos detêm mais que o dobro de votos do segundo colocado. Ao resumir a dinâmica de poder que constitui o Banco, Pereira (*ibid.*, p.38) afirma que “em outras palavras, a desigualdade de poder político e riqueza que caracteriza o sistema internacional se reflete no Banco Mundial, modelando a sua estrutura de tomada de

decisão.” O mesmo autor, em outra publicação (2010, p.260) resume a atuação do Banco como sendo a de um avatar do capitalismo:

O Banco Mundial sempre explorou a sinergia entre empréstimos e pensamento econômico para ampliar a sua influência e institucionalizar a sua pauta de políticas em âmbito internacional. Em pesquisa recente, desenvolveu-se a hipótese de que o Banco Mundial age, desde as suas origens, ainda que de diferentes formas, como um ator político, intelectual e financeiro, e o faz devido à sua condição singular de emprestador, formulador de políticas, ator social e veiculador de ideias – produzidas pelo *mainstream* anglo-saxônico e disseminadas por ele ou produzidas por ele, em sintonia com o *mainstream* – sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem, em matéria de desenvolvimento capitalista

Apesar de sua criação na década de 1940, foi somente nos anos 60 que o Banco Mundial adotou como um de seus enfoques principais a “luta contra a pobreza”, já que esta servia como forte argumento para o governo americano implementar políticas econômicas que fizessem frente à “ameaça comunista” que imperou durante a guerra fria. De acordo com Castro (p.7)

O subdesenvolvimento tornou-se, pois, uma entidade que coadunou a necessidade dos Estados Unidos de buscar matéria-prima em terras do Terceiro Mundo e a política externa de contenção ao comunismo. Para tanto, o Estado estadunidense se valeu do conforto trazido pelo Banco, através do qual eram feitas as transferências financeiras sob um ar mais técnico e profissionalizado. Com isso, a instituição exerceu um papel mais ativo no cenário mundial, com a responsabilidade de convencer as economias periféricas de que o rútilo do capital seria mais sedutor do que o entevero comunista.

Para se alcançar esse objetivo os EUA elegeram Robert McNamara para a presidência do Banco Mundial para um primeiro mandato entre os anos de 1968-1973. McNamara era alguém com um perfil singular, já que tinha estudado e lecionado na Harvard Business School e presidido a Ford Motor Company. Além de possuir um histórico acadêmico e administrativo McNamara também assumira em 1961, através da indicação do presidente Kennedy, o cargo de Secretário da Defesa dos Estados Unidos, tendo um papel de destaque na atuação dos EUA na guerra do Vietnã. O fracasso militar no Vietnã reforçou a ideia de que a segurança do país não passava apenas pelas armas, sendo também fator importante a preservação da ordem política, a ser obtida por meio

do crescimento econômico e, concomitantemente, melhoria dos indicadores sociais e redução da desigualdade. Deste modo, uma das principais características da gestão de McNamara foi a conexão entre segurança e desenvolvimento, sendo que o objetivo era justamente o de consolidar o Banco Mundial como uma “agência de desenvolvimento” e, paralelamente, desafogar os EUA na cena política:

No final da década de sessenta e início da seguinte, cresceu a convicção em Washington de que era necessário aumentar a assistência multilateral em relação à ajuda bilateral (...). Para o governo, os bancos multilaterais de desenvolvimento poderiam alavancar fundos para os países da periferia, importantes do ponto de vista geopolítico, sem desgastar ainda mais o apoio doméstico à assistência internacional. Além disso, a roupagem multilateral permitiria aos EUA despolitizar a assistência externa e evitar tensões diretas com certos governos, como poderia ocorrer pela via bilateral. A ênfase na assistência multilateral também aliviaria os custos financeiros da política externa norte-americana, num contexto de dificuldades econômicas para os EUA. Por fim, a roupagem multilateral permitiria a Washington contornar as críticas internas à guerra do Vietnã e ao apoio dos EUA a golpes militares e regimes ditatoriais que se espalhavam pelo então chamado Terceiro Mundo. (PEREIRA, 2010, p.261).

Em seu primeiro discurso como presidente, McNamara fez uma avaliação dos anos sessenta, concluindo que a atuação do Banco era desanimadora por dois motivos: primeiro, a desigualdade de renda no sistema internacional havia aumentado; segundo, apesar do aumento das taxas de crescimento econômico em grande parte dos países “periféricos”, a maior parte da população ainda permanecia na pobreza. Tal avaliação implicou reconhecer que o estilo dominante de desenvolvimento capitalista havia falhado e que era importante considerar que em vários contextos o crescimento econômico não é sinônimo de redução da pobreza, sendo então necessário distingui-los analiticamente, abrindo espaços para que pudessem ser abordados de modo separado e direto. A orientação para a redução “direta” da pobreza, lançada para o quinquênio 1968-73, tinha como foco a expansão da agropecuária e de projetos da área “social” como educação, saneamento básico, nutrição, saúde, habitação e planejamento familiar, que até então não faziam parte do *portfolio* principal do Banco por não gerarem retornos econômicos imediatos. Outra mudança incidiu na destinação geográfica dos empréstimos, que deveriam ser intensificados na África e América Latina. O Banco, em parceria com as fundações Ford e Rockefeller, criou uma rede internacional de centros

de pesquisa agrícola de modo a impulsionar e estimular a compra pacotes de modernização tecnológica da agropecuária. Essa iniciativa culminou em 1971 com a criação do Grupo Consultivo para a Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), que tinha como seus dois principais patrocinadores a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), responsável por um quarto do total dos fundos, e o Banco Mundial, responsável por dez por cento dos recursos. Os resultados excepcionais de algumas colheitas produzidas com o auxílio da tecnologia desenvolvida com a ajuda do Banco reforçaram a ideia de que investir no CGIAR era um negócio altamente lucrativo. Pereira (*ibid.*, p.263) afirma que

Articulado com seus parceiros bilaterais, o Banco estimulou com empréstimos e assistência técnica os Estados clientes a criarem centros de investigação agropecuária (...) a malha de instituições vinculadas ao CGIAR rapidamente se ampliou e se ramificou pelos âmbitos da Ciência, das agências públicas de assistência bilateral e multilateral e das empresas agroindustriais privadas, originando um complexo de poder baseado em um tipo específico de produção de conhecimento, estreitamente atrelado às necessidades de valorização das grandes corporações do setor e às exigências políticas da Guerra Fria de se promover a revolução “verde” como prevenção contra a revolução “vermelha”. Milhares de técnicos e cientistas passaram a ser educados pelo sistema CGIAR e muitos deles depois ocuparam posições de destaque como ministros de Estado e membros de diretorias de centros de pesquisa e empresas multinacionais.

A atualização da agenda do Banco sob a presidência de McNamara, focando na redução da pobreza via investimentos que incentivassem o desenvolvimento agrário, se deu por dois principais motivos. Primeiro, na esfera acadêmica, impulsionada pela publicação em 1964 de *Transforming Traditional Agriculture*, de Theodore Schultz²⁸, onde se debatia que o foco de investimentos que visassem o desenvolvimento nos países considerados de “terceiro-mundo” deveria ser na área rural e agrária, mais especificamente nos pequenos agricultores que, com o auxílio de novas técnicas de plantio, desenvolvimento de sementes, fertilizantes, etc., poderiam servir de impulso ao desenvolvimento econômico em um âmbito mais geral. O segundo motivo reside no fato de que a área do desenvolvimento agrário era uma das principais portas de entrada

²⁸ Theodore Schultz viria, em 1979, a ganhar o prêmio Nobel da Economia por suas pesquisas sobre o desenvolvimento centrado na economia agrícola. Mais tarde introduziu a ideia de *capital educacional*, que serviria de base para a Teoria do Capital Humano.

para a expansão do ideário capitalista nos países considerados periféricos enquanto que, paralelamente, atendia aos interesses de firmas multinacionais interessadas no potencial desses países e envolvidas no agronegócio, disponibilizando as terras dos pequenos agricultores para o uso comercial. Sumariamente, a agenda do Banco era viabilizar a produção de conhecimento que levasse à expansão e legitimação do desenvolvimento econômico – via livre acesso aos mercados – como o “único” modo e combate à pobreza, sendo que o principal efeito desta maquinaria política e econômica era fazer frente às ideias comunistas em regiões do globo consideradas estratégicas. Castro (p.22) afirma que

McNamara sempre supôs que os méritos do Banco residiam na influência que exerce sobre os governantes dos países subdesenvolvidos e não necessariamente nos projetos em que investe. (...) a estratégia de alívio da pobreza deve ser compreendida como uma mera exigência que fora imposta ao Banco. Ele necessitava se consolidar numa função que lhe era inédita; adequar-se aos meandros da Guerra Fria e ao debate acadêmico sobre o desenvolvimento. Os projetos contra a pobreza foram, portanto, mais uma inflexão simbólica do que operacional.

Ainda segundo a autora (p.32 - 33)

É, pois, razoável pensar a estratégia de desenvolvimento rural do Banco Mundial como parte de um projeto de ampliação do perímetro do modo de produção capitalista (...). Algo símile à acumulação primitiva do capital. Afinal, Marx considerou que a estrutura econômica da sociedade capitalista emergira da sociedade feudal, através da expropriação do camponês de suas terras. O ex-lavrador fora então arrojado à massa proletária e suas terras foram transformadas em artigo de comércio, submetidas à exploração agrícola. De modo análogo, o Banco sugere aos países periféricos investir na integração dos pequenos agricultores ao mercado. Pois, por um lado, isso disponibilizaria terras para a produção em ampla escala, voltada para o mercado externo. Por outro, transformaria os pequenos agricultores em mão de obra para as grandes corporações do agronegócio e das indústrias alimentícias.

As tensões existentes entre União Soviética e EUA forçaram o Banco a direcionar suas ações para incorporar os países em desenvolvimento ao bloco ocidental capitalista, através de programas de assistência econômica e de financiamentos, sob o argumento de efetuar uma tentativa de resgate da “justiça” social nessas regiões do

globo. Apesar do desenvolvimento deste aparato econômico/social, McNamara deixa claro que era, antes de tudo, uma estratégia imperativa política pautada na segurança e na manutenção da soberania dos EUA:

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença de ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por este motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento, é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político (MCNAMARA, 1972 *apud* FONSECA, 1998, p.3).

Apesar de ser apresentada em 1968, a “luta contra a pobreza” careceu, durante os primeiros cinco anos da gestão McNamara, de dois elementos importantes que permitissem conferir certa coerência aos projetos que o Banco já vinha executando: não havia uma teoria nem um instrumento operacional que permitisse a replicação e avaliação “econômica” de resultados em larga escala. Ambos surgiram somente já no segundo mandato da presidência com a definição, em um discurso proferido por McNamara em 1973, da “pobreza rural absoluta” como alvo principal da intervenção do Banco, e com a publicação no ano seguinte do livro *Redistribuição com crescimento*, coordenado por Hollis Chenery e que “academizava” o discurso de 1973.

A proposta adotada pelo Banco, de concentrar o investimento público no “aumento da capacidade produtiva e dos rendimentos dos pobres” consistia na segunda de quatro estratégias propostas por Chenery em sua obra. Tratava-se de uma estratégia caracterizada pela distribuição de parte do crescimento econômico sendo que, em tese, tais ações fomentariam o aumento da “produtividade” dos “pobres”, levando a que os mesmos elevassem a sua renda através da inserção no mercado de trabalho. Em suma, a proposta era repartir um pedaço do crescimento do bolo, e não o bolo em si. De acordo com Pereira (2009, p.134) o título do livro de Chenery

Evocava o que, precisamente, era negado pelo seu conteúdo: a ideia de redistribuição, tanto no plano governamental como no plano social. No primeiro caso, por condicionar o “investimento público nos mais pobres” à elevação da receita pública proporcionada pelo aumento da

produtividade média da economia e dos índices de crescimento; ou seja, à acumulação de capital. Ora, um esquema dessa natureza permitia aumentar, em termos absolutos, o gasto em “combate à pobreza”, mas não alterava a sua cota no orçamento público. No segundo caso, mais grave ainda, a proposta deixava incólume o estoque de riqueza existente (rendas e ativos acumulados) e todo o arcabouço jurídico-institucional – as regras do jogo, por assim dizer – que garantem a sua preservação. Em outras palavras, permaneciam intocados nada menos que o regime de propriedade e a estrutura de produção (...). McNamara e sua equipe jamais pretenderam superar o paradigma dominante, mas sim encontrar uma maneira de revisá-lo lateralmente, a fim de preservar as condições gerais de reprodução da ordem política e da acumulação capitalista. Era essa a natureza do enfoque “orientado à pobreza” vociferado por McNamara e academizado em *Redistribuição com crescimento*: uma mera acomodação ao modelo econômico convencional e à ideologia liberal do Banco Mundial.

Durante o mandato de McNamara o surgimento do constructo “pobreza absoluta” como categoria central permitiu ao Banco Mundial dar suporte a uma espécie de “pobretologia”, isto é, impor a pobreza como unidade legítima de análise e foco obrigatório para qualquer iniciativa no âmbito da ajuda internacional. Institucionalizou-se a temática da redução da pobreza, inserindo-a na agenda internacional do desenvolvimento. Esse processo resultou na gradativa imposição de outro modo de interpretar e categorizar a realidade social, o que deu ao Banco a possibilidade de articular e veicular um projeto de caráter mais “universal” de desenvolvimento capitalista para os países periféricos, “ancorado a um só tempo na ‘Ciência da pobreza’ e na ‘Ciência da gestão política da pobreza’ pela via do crédito (e não da filantropia)” (*ibid.*, p.136). A ideia de que a superação da pobreza se dá pelo aumento da “produtividade dos pobres” ganha força, e com ela o argumento de que só vive em condição de pobreza quem não faz uso de sua mão de obra. Esta proposição tem um efeito quádruplo já que: a) apaga o caráter desigual das formas de exploração do “pobre”, ou seja, a sua funcionalidade dentro do sistema de acumulação capitalista; b) isola a pobreza dentro do conjunto das relações sociais, como se ela fosse um fenômeno em si mesmo; c) livra o modelo predatório de desenvolvimento capitalista, já que explica a pobreza como ausência do “progresso”, e não como um de seus subprodutos; d) apaga a questão da criação de empregos e de baixos salários ao deslocar o foco da análise para a “qualidade” da inserção dos indivíduos no mercado, ou seja, a capacitação.

Com a eleição de Reagan no início da década de 80, o ex-presidente do *Bank of America* Alden Clausen foi apontado à presidência do Banco Mundial, substituindo assim McNamara em 1981. Durante a eleição Reagan criticou fortemente Jimmy Carter por sua política de redução de gastos na área militar e, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, uma de suas primeiras decisões foi voltar a desenvolver programas de assistência militar, balanceando o orçamento com cortes de quase 50% na ajuda bi e multilateral americana. Este era um movimento estratégico que tinha como objetivo fortalecer o aparato bélico dos Estados Unidos e, paralelamente, aproximar ainda mais o Banco Mundial aos interesses do mercado privado. A bandeira da redução da pobreza, já desgastada²⁹ tanto interna como externamente, foi radicalmente abandonada pela gestão Clausen, a ponto de não haver sequer uma menção ao tema nos relatórios de desenvolvimento mundial entre 1983 e 1986, com exceção de 1985, onde foi brevemente mencionada. Em 1981 o relatório Berg, um informe que condensava os parâmetros da nova linha política do Banco, foi publicado, assumindo o estatuto de resposta oficial do conglomerado Banco Mundial ao insucesso e deterioração dos indicadores econômicos e sociais na África da década de 1970. De acordo com Pereira (2009, p.166)

Desprovido de qualquer (auto)crítica à atuação precedente do Banco (ou do FMI) na região, sua mensagem central era de que o Estado pós-colonial tornara-se excessivamente grande, ineficiente e

²⁹ O desgaste se deu, em grande parte, ao modo escancarado como os projetos de desenvolvimento agrário do Banco serviram à agenda capitalista durante mais de uma década, levando ao fracasso social dos mesmos. Castro (p.28-29) comenta que “Dessa maneira, boa parte das experiências de Desenvolvimento Rural Integrado foi elaborada pelos governos centrais e instituições multilaterais sem que as comunidades locais fossem consultadas - algo que foi reconhecido até mesmo pelo Banco. Alguns autores consideram assim que os programas acabaram piorando a pobreza presente nos campos, ao invés de eliminá-la. Pouca atenção foi concedida a estratégias alternativas de desenvolvimento, insistindo-se na adoção de práticas especificamente ocidentais de organização das áreas rurais, com ênfase na eficiência econômica, racionalidade técnica e coordenação central. A substituição da agricultura de subsistência pela comercial, mediante a introdução da Revolução Verde, eliminou o cultivo de ampla variedade de alimentos por monoculturas que requerem a importação de sementes, insumos, inseticidas e maquinário. Além disso, muitos agricultores, que placidamente viviam em suas terras das quais tiravam o sustento para suas famílias, foram prejudicados ou pelas grandes obras de irrigação, que exigiam o deslocamento de populações nativas, ou pelos danos ambientais causados pela Revolução Verde ou pelos lucros das grandes fazendas que incitavam a compra de cada vez mais terras. Muitos autores consideram, portanto, que o projeto de Desenvolvimento Rural Integrado desempenhado pelo Banco Mundial teve o intuito de utilizar as terras dos países periféricos para atender aos interesses comerciais de corporações multinacionais. Ele se tornou o principal provedor da infraestrutura e assistência requeridas para ampliação das colheitas, direcionando-as para as necessidades do agro-negócio. A instituição teria assim procedido como uma vanguarda da última fase de expansão do capitalismo, na qual os países ricos em recursos naturais do Terceiro Mundo teriam sido incorporados à economia internacional.”

intervencionista (...) o informe indicava como alternativa uma redução significativa do tamanho do Estado, a adoção da recuperação de custos em serviços públicos antes gratuitos e o aumento do controle privado sobre a economia.

Já em 1982 foi publicada, sob a chancela do tesouro americano, a avaliação do governo Reagan a respeito da atuação dos Bancos de Desenvolvimento ao redor do mundo. O relatório fazia três recomendações centrais que condiziam com a mentalidade neoliberal em voga. Primeiro, o apoio dos EUA aos Bancos de Desenvolvimento devia se desenhar de modo a acelerar a abertura dos mercados nacionais ao investimento privado no financiamento da atividade econômica; segundo, a alocação de empréstimos seria feita mediante a realização de reformas políticas nos governos receptores; terceiro, os EUA deveriam reduzir os seus gastos com os Bancos de Desenvolvimento. Tratava-se de deslocar o apoio ao crescimento “dirigido pelo Estado” para o apoio “conduzido pela empresa privada”. Estava em curso a chamada “guinada neoliberal” que levaria, sob a administração do governo Bush, a uma reavaliação do *modus operandis* do Banco Mundial e de outras grandes instituições multilaterais:

No final de 1989, já sob o governo Bush, algumas das principais forças que impulsionavam a reestruturação capitalista neoliberal realizaram na capital norte-americana uma reunião de avaliação. Estavam lá representantes do Departamento do Tesouro, do Banco Mundial, do FMI, do BID, da USAID e dos principais *think tanks* estadunidenses. Registrou-se entre eles o acordo amplo sobre o pacote de reformas de política econômica em curso em praticamente todos os países da América Latina e do Caribe, bem como a necessidade de acelerar a sua execução dentro e fora da região. O receituário, publicado em 1990, tomou a forma de um decálogo de prescrições e ficou conhecido como “consenso de Washington”. Elaborado sobre os escombros do muro de Berlim e embalado pelo discurso do “fim da história”, o decálogo rapidamente ganhou o *status* de paradigma único do capitalismo triunfante, servindo para enquadrar os governos dos países da periferia a um programa político cujos pilares eram a liberalização da economia mundial ao fluxo de bens, serviços e capitais e a reorientação e remodelagem do Estado como provedor de um marco normativo que garantisse a segurança e a rentabilidade dos negócios privados. No conjunto, o consenso sintetizava o fim da tolerância de Washington com o nacionalismo econômico pelo mundo afora e o ataque do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra. O fato de que o decálogo não tivesse coerência do ponto de vista lógico em nada diminuiu a sua força normativa. (PEREIRA, 2010, p.274).

De acordo com Williamson (1993, p. 1332, *apud* UGÁ, 2004) dez propostas caracterizavam este documento: (1) disciplina fiscal - a redução dos gastos públicos; (2) prioridades de gasto público – reduzir o papel do Estado na economia, incentivando o investimento privado em bens públicos; (3) reforma tributária - tributação menos progressiva; (4) liberalização financeira – o mercado determina a taxa de juros; (5) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; (6) liberalização comercial; (7) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; (8) privatização das empresas estatais; (9) abolição das regras que impedem a entrada de novas firmas do setor e (10) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade. Perante estas condições os países que buscavam auxílio se viam reféns das entidades internacionais, transferindo a elas a sua capacidade e poder de decisão. O resultado direto destas prescrições foi o deslocamento da matriz de poder nas sociedades, efeito da ênfase dada ao econômico e político em detrimento dos direitos sociais, ou seja, a aniquilação de todo e qualquer “custo” social que onerasse o capital, retirando do Estado a soberania em matéria de política econômica.

Estas propostas passaram a ser utilizadas pelos organismos internacionais de crédito – Banco Mundial, FMI, etc. – como condicionamento à renegociação das dívidas. Desta forma os países latino-americanos, que passavam por uma profunda crise, passaram a seguir esta “cartilha”, restringindo gradualmente a sua capacidade de decisão em função dos acordos com entidades internacionais e multilaterais. É dentro deste panorama que o Banco Mundial e o FMI vêm ditando o que eles denominam de “boa governança”, na qual o Estado assume o papel de catalisador, facilitador e parceiro dos mercados. Segundo o Banco Mundial (1997, p.18) “os Estados devem complementar os mercados e não substituí-los.” Isto significa promover a competição e a iniciativa privada e complementar, quando necessário, os elementos que não são de interesse do setor privado. Todo este movimento acarreta uma divisão no mundo do trabalho: de um lado os indivíduos atuantes no mercado, de outro os *incapazes* de se integrarem nos mercados.

É este histórico do Banco Mundial que, imbricado com a agenda neoliberal, legitimou e fez circular entre as principais agências multilaterais, assim como em governos locais, o discurso que apresenta o *desenvolvimento* como um lugar para se pensar o social. Um dos principais efeitos é potencializar a emergência do mercado

como instância “salvadora”, incidindo na constituição e significação do sujeito jurídico. São estes elementos que participam das condições de produção do discurso sobre a pobreza nos relatórios sobre o desenvolvimento mundial de 1990 e de 2001, os quais serão analisados a seguir.

3.3 O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 e 2001

Em 1990 o Banco Mundial produziu o seu relatório anual sobre o desenvolvimento mundial, intitulado “Pobreza”. Este relatório surge no início de uma década na qual o mundo tentaria superar as crises econômicas dos anos 1980. Segundo Hobsbawn (1995, p. 253 *apud* UGÁ, 2004) a “Era de Ouro”, período pós II Guerra Mundial caracterizado pela prosperidade do mundo ocidental (Europa Ocidental e continente Americano) e pela “confirmação” da superioridade do modo de vida capitalista frente ao socialismo entrava em crise. Assistia-se no Ocidente a um “quadro de diminuição do crescimento, queda dos investimentos e aceleração dos preços, fatores que levaram a um endividamento dos governos, representando, em última instância, a falência do modelo fordista de acumulação capitalista e a crise da ordem social do *Welfare State* (UGÁ, 2004, p.55)

É neste cenário que o neoliberalismo ganha terreno, surgindo como contraponto político, econômico, social e ideológico à intervenção estatal característica dos anos anteriores. O objetivo do neoliberalismo era combater as bases da política de proteção social do *Welfare State*, pavimentando assim o caminho para um novo capitalismo pautado pelo mercado aberto e a redução da ação Estatal. Deste modo os anos 80 marcam, para os principais países do mundo ocidental, a aceitação e a instauração de um novo modo de governança.

Conforme já foi apontado, o Banco Mundial é, desde a década de 1960, um dos principais órgãos internacionais que tem como função implementar e regulamentar as políticas de cunho neoliberal. Assim sendo, face ao contexto histórico e social aqui apresentado, irei mostrar que o relatório de 1990 que tem como título “Pobreza” tem o seu funcionamento ancorado à suposição de um determinado tipo de ordem social, posterior à derrocada do comunismo e ao fracasso do *Welfare State*, buscando assim instituir um escopo de ação estatal e presumindo um mundo do trabalho específico.

Este efeito é visível já na primeira página do relatório, ao promover um deslocamento na definição de pobreza que aponta não só para o âmbito “econômico” mas também “social” (Banco Mundial, 1990, p.1, grifos meus)³⁰:

More than one billion people in the developing world are living in poverty. World Development Report 1990 estimates that this is the number of people who are struggling to survive on less than **\$370** a year (...) The same is true of the **broader measures of well-being**. **Life expectancy** in Sub-Saharan Africa is just 50 years; in Japan it is almost 80. **Mortality among children under 5** in South Asia exceeds 170 deaths per thousand; in Sweden it is fewer than 10. More than 110 million children in the developing world lack access even to **primary education**.

Aqui o novo emerge do antigo sem, no entanto, deixar de manter filiações ao discurso sobre pobreza que lhe precede. A marca de 370 dólares anuais usada para definir a pobreza de um ponto de vista estritamente econômico deixa de ser o padrão de mais peso. A pobreza passa a ser compreendida através de um prisma que incorpora *medidas mais amplas de bem estar*, entre as quais a *expectativa de vida*, *mortalidade infantil*, e o *acesso à educação primária*. Há uma re-significação na qual o funcionamento do econômico e do social passa a se dar de modo imbricado. Funda-se outro sentido para a pobreza. Se antes a causa era econômica e seus efeitos incidiam na sociedade, o relatório de 1990 deixa claro que tanto a causa como o efeito são do âmbito econômico-social. Isto levanta outra questão: Quais os sentidos de econômico e social para o Banco Mundial? Tentarei responder com o andar da análise mas, à superfície deste discurso, cria-se o efeito de que o econômico não é mais o “todo complexo dominante”, ou seja, em tese, na hierarquia que segmenta as diversas áreas de intervenção do Banco Mundial, as ações estritamente econômicas não mais ocupam um lugar isolado no topo.

Na página seguinte, sob o título “Políticas para atacar a pobreza”, é traçado um breve histórico das tendências que cercaram a abordagem à pobreza e que,

³⁰ “Mais de um bilhão de pessoas no mundo em desenvolvimento estão vivendo na pobreza. O relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 estima que esse é o número de pessoas que estão lutando para sobreviver com menos de 370 dólares por ano (...) o mesmo se aplica às medidas mais amplas de bem-estar. A expectativa de vida na África sub-saariana é de apenas 50 anos; no Japão é de quase 80. A mortalidade entre crianças abaixo dos 5 anos no Sul da Ásia excede 170 mortes a cada 1000; na Suécia é menos de 10. Mais de 110 milhões de crianças no mundo em desenvolvimento não têm acesso à educação primária...”

paralelamente, moldaram o ponto de vista defendido no relatório de 1990 (*ibid.*, p.2, grifos meus)³¹:

In the 1950s and 1960s many saw **growth** as the primary means of reducing poverty and improving the quality of life (...) In the 1970s attention shifted to the **direct provision of health, nutritional, and educational services. This was seen as a matter for public policy** (...). The 1980s saw another shift in emphasis. Countries, especially in Latin America and Sub-Saharan Africa, struggled to adjust after the global recession. The **constraints on public spending tightened**. At the same time, many began to question the **effectiveness of public policy, and especially policy toward the poor**. Against this background, World Development Report 1990 reexamines how policy can help to reduce poverty and explores the prospects for the poor during de 1990s.

Ao pontuar as diferentes abordagens à pobreza nas décadas de 1950 até 1980, o relatório mostra que o foco sempre se manteve no funcionamento da estrutura, seja esta econômica (década de 1950 e 1960 que incentivava o crescimento), seja social (década de 1970 com a ação estatal direta). A dificuldade dos países, especialmente dos mais pobres, em lidar com a crise global da década de 1980, levou os estados a cortarem gastos e a reduzirem o escopo de sua ação, colocando em xeque a efetividade de seus programas de alívio direto. É com base nestas informações que o relatório de 1990 afirma o seu objetivo: o de reexaminar como que as políticas podem ajudar a reduzir a pobreza. Esta tomada de posição indica uma aparente mudança de rumo no Banco Mundial, já que o relatório aponta para uma forma específica de ordem social, instaurando assim a possibilidade de outros dizeres, leituras e sentidos sobre a pobreza. Deste modo o relatório dedica o próximo parágrafo para apresentar a sua tese de combate à pobreza (*ibid*, p.3, grifos meus)³²:

³¹ “Nas décadas de 1950 e 1960 muitos viam o crescimento como o meio principal de redução da pobreza e melhora da qualidade de vida (...). Na década de 1970 a atenção se virou para a provisão direta de saúde, nutrição e serviços educacionais. Isto era visto como uma matéria de políticas públicas. A década de 1980 testemunhou um novo deslocamento na ênfase. Países, especialmente na América Latina e na África sub-saariana, lutaram para se ajustarem após a recessão global. Os limites dos gastos públicos foram restritos. Ao mesmo tempo, muitos começaram a questionar a efetividade das políticas públicas, e especialmente as políticas voltadas para os pobres. É com base neste pano de fundo que o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 reexamina como que as políticas podem ajudar a reduzir a pobreza e explora os prospectos para os pobres na década de 1990.”

³² “As evidências neste relatório sugerem que o progresso rápido e politicamente sustentável atrelado à pobreza tem sido alcançado ao perseguir uma estratégia que tem dois elementos de igual importância. O primeiro elemento é a promoção do uso produtivo do bem mais abundante do pobre – a mão de obra. Para isso são necessárias políticas que angariem incentivos de mercado, de instituições políticas e sociais,

The evidence in this Report suggests that rapid and **politically sustainable** progress on poverty has been achieved by pursuing a strategy that has **two equally important elements**. The first element is to **promote the productive use of the poor's most abundant asset – labor**. It calls for **policies that harness market incentives, social and political institutions, infrastructure, and technology to that end**. The second is to **provide basic social services to the poor**. **Primary health care, family planning, nutrition, and primary education** are especially important (...) Even if this basic two-part strategy is adopted, many of the world's poor – the sick, the old, those who live in resource-poor regions, and others – will continue to experience severe deprivation (...) a comprehensive approach to poverty reduction, therefore, calls for a program of **well targeted transfers and safety nets as an essential complement to the basic strategy**.

O Banco Mundial defende uma estratégia que tem como base dois *elementos igualmente importantes*, sendo o primeiro *a mão de obra*, compreendida pelo relatório como o *bem mais abundante do pobre*, elemento cuja *promoção* depende da capacidade e da cooperação dos *incentivos de mercado, das instituições sociais e políticas, da infraestrutura e da tecnologia*. A questão que se deve apresentar é a seguinte: Não será a mão de obra o bem mais abundante de qualquer pessoa, independente de classe social e econômica? O efeito é o de uma divisão do trabalho entre intelectual e manual, sendo que *mão de obra* funciona como uma paráfrase do trabalho manual. Ao adotar outra ordem como base para a análise da pobreza, uma ordem na qual o fator social tem, em tese, um peso igual ao econômico, o Banco Mundial presume um mundo de trabalho específico, onde o “pobre” surge como *mão de obra a ser qualificada*, sendo que essa qualificação depende, em grande parte, dos incentivos de mercado que possibilitarão atrair investimentos privados nas áreas da infraestrutura e tecnologia. Apesar de o relatório afirmar que esta estratégia é nova, embasada na teoria do capital humano, a desqualificação do trabalho manual não é nova – como vimos na própria definição de *pauvre* no dicionário Richelet. Em outras

infraestrutura e tecnologia, todas com a mesma finalidade. O segundo elemento é fornecer serviços sociais básicos para os pobres. Saúde, planejamento familiar, nutrição e educação primária são especialmente importantes (...) mesmo se esta estratégia básica de duas partes for adotada, muitos dos pobres do mundo – os doentes, os idosos, aqueles que vivem em regiões escassas de recursos, e outros – irão continuar a experienciar a privação severa (...) uma abordagem compreensiva à redução da pobreza demanda, assim, por um programa de transferências bem delimitadas e uma rede de segurança como complementos essenciais à estratégia básica.”

palavras reduz-se não só o escopo de atuação do Estado como também a possibilidade de ação do “pobre”, a qual é atrelada a uma possível capacitação que, de acordo com o discurso neoliberal, teria como efeito potencializar o seu maior e único *bem* (*ibid.*, p. 91, 93, grifos meus)³³:

More than anybody else, the poor depend on good health to maintain the **productivity of their only asset-labor**.

The **principal asset of the poor is labor time**. Education increases the productivity of this asset.

Segundo o relatório, o investimento em capital humano é um dos meios mais importantes na redução da pobreza. Cabe ao indivíduo tornar-se apto para competir no mercado, criando assim uma contínua necessidade de aperfeiçoamento. A integração no mercado depende quase que exclusivamente da posse de “capital humano”. Desse modo é essa noção que vai definir a concepção de econômico e social. Aqueles que não possuem esse tipo específico de capital (traduzido como capacitação) são incapazes de atuarem no mercado. A estes cabe o segundo elemento da estratégia delineada no relatório.

Este elemento define a área de atuação do Estado, ao qual cabe o fornecimento de *serviços básicos para os pobres* como *saúde, planejamento familiar, nutrição e educação primária*, ou seja, elementos que concernem à alçada do social. Porque endereçar o fornecimento destes serviços somente para aqueles considerados “pobres”, já que em tese são públicos e de direito de todos os cidadãos? O relatório deixa às vistas a cisão entre o público e o privado, isto é, entre aqueles que podem pagar por serviços até então considerados essenciais, e aqueles que precisam da “ajuda” do Estado. Este é o efeito do modelo neoliberal de “crescimento”, no qual o Estado age como complemento às políticas econômicas. Como não é de interesse ao setor privado atender à demanda de serviços das classes ditas “pobres”, pois em tese seria pouco lucrativo, cabe então ao Estado preencher a lacuna, de modo a potencializar o *único e principal bem dos pobres – a mão de obra*. É interessante notar que *mão de obra*

³³“Mais do que qualquer um, os pobres dependem de uma boa saúde para manterem a produtividade de seu único bem – a mão de obra.”

“O principal bem do pobre é o tempo dedicado ao trabalho. A Educação aumenta a produtividade desse bem.”

emerge como um pré-construído para patrimônio ou propriedade privada: a única coisa que pertence ao “pobre” é o seu labor. Indo mais a fundo, o efeito deste pré-construído é o de simulacro, já que dentro dos parâmetros da divisão do trabalho nos moldes neoliberais, a *mão de obra do pobre* só tem valor (agrega capital), quando colocada efetivamente a serviço do mercado³⁴.

É também válido notar que *oportunidades de emprego* não se encontra na lista. Este fato aponta para indício do funcionamento da ordem social adotada pelo Banco Mundial neste relatório: a de que a pobreza tem como causa fatores econômicos e sociais, cabendo ao mercado lidar com o primeiro conjunto e ao Estado o segundo. De acordo com Silva (2005, p.60) “os gastos recomendados em educação, mas apenas primária; saúde, desde que básica; e planejamento familiar deveriam, ainda segundo esta instituição, ser direcionados e bem seletivos para que seu nível não precisasse ser elevado.” Isso significa que apesar de o Banco Mundial afirmar, na superfície de seu discurso, que a pobreza não será mais abordada de forma estanque como nas décadas de 1950 a 1980, pois agora é compreendida como um problema composto por mais de um fator, a análise revela que a pobreza ainda é segmentada em dois elementos, um econômico e outro social, definidos a partir do paradigma criado pelo discurso do “capital humano”, que tem como efeito proporcionar uma suposta integração da sociedade ao mercado tendo o Estado como intermediador. O efeito mais direto deste discurso – redução da ação estatal e abertura do mercado – incide na condição do indivíduo “pobre”, o qual se vê à mercê do mercado privado para se “capacitar”, tornando-se assim “empregável”. Deste modo, apesar de o Banco Mundial afirmar ter repensado o seu modo de agir, desconstruindo uma hierarquia na qual o econômico era supremo e colocando-o a par do social, o discurso mostra que os efeitos são outros. O mercado ainda ocupa uma posição preponderante, já que continua sendo a via de saída para a pobreza, sendo que a diferença primordial está em seu funcionamento. Se antes o mercado era tomado, de modo geral, descontextualizado do social (crescimento econômico colocado em relação direta com a diminuição da pobreza), agora o Banco Mundial “reconhece” que o mercado funciona imbricado no social (crescimento econômico e social, colocados em uma relação simbiótica, permitem a diminuição da

³⁴ Grosso modo, digamos que um agricultor vive de seu cultivo e não vê a necessidade de expandir a sua produção. Dentro da lógica neoliberal a sua mão de obra será desqualificada, já que não agrega capital. O não buscar a riqueza é, dentro deste discurso, um contrassenso.

pobreza). O cerne da questão é que o sentido de social recai sobre o indivíduo. O social não é tomado como a relação entre indivíduos e o Estado, e sim do indivíduo para com o mercado, tendo o Estado como instituição intermediária e benevolente. É através deste movimento que novos sentidos para o econômico e o social vão sendo construídos.

O fio do discurso seguido até aqui tem mostrado como o relatório tece argumentos que instituem, legitimam e livram o Estado de algumas de suas “obrigações”. No entanto, o último trecho do parágrafo aqui em questão promove o retorno do que o relatório tinha se esforçado em apagar até aqui, a saber, a ação estatal, ao mencionar a importância de uma rede de segurança como complemento à estratégia básica. Retomando Orlandi (1993, p.11), é neste movimento de idas e vindas, do sem-sentido em direção ao sentido, que a dimensão do acontecimento é mais apreensível, devido a: “a. seu apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), b. a resistência ao apagamento e a conseqüente produção de outros sentidos; e c. o retorno do “recalque” (ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo, deslocando-o.” Ao tomarmos o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 como um acontecimento discursivo em relação à pobreza, é possível observar o seu funcionamento através dos 3 pontos mencionados por Orlandi: a) o esforço em apagar uma memória de sentidos sobre a pobreza com base no *Welfare State*, onde o Estado tinha uma extensa ação, muitas vezes compreendida como a obrigatoriedade de auxílio direto aos “pobres”; b) a resistência ao apagamento, manifestada no fato de o Estado ainda estar presente, mesmo tendo um papel “menor”, encarregado das questões sociais e colocado à margem nas questões econômicas; c) o retorno do recalque e seu deslocamento, quando a ação direta do Estado, encarnada na função da rede de segurança, surge mais uma vez, porém re-significada, não como algo imperativo e essencial, e sim como um *complemento* à estratégia apresentada no relatório.

Um último ponto importante a ser mencionado reside no fato de que, apesar de no dizer do relatório o social ter um peso igual, o que se observa em determinados pontos é um foco e uma abordagem estrutural da economia como modo de combate à pobreza, conforme é possível verificar nos seguintes trechos (Banco Mundial, 1990, p.4, 7, 10, grifos meus)³⁵:

³⁵ “Atacar a pobreza não é inicialmente uma tarefa para projetos anti-pobreza muito estritos, apesar de serem vitais. É uma tarefa para a política econômica em um âmbito geral.”

Attacking poverty is not primarily a task for **narrowly focused antipoverty projects**, vital though these may be. It is a **task for economic policy in the large**.

This Report is about the poor. It is thus about the **fundamental issue in economic development: the eradication of poverty in the world** (...) It will be far easier to reduce poverty if the platform is one of **low inflation, lower real interest rates, and open trade than if fluctuating prices, high real interest rates, and restricted trade prevail**. As always, progress in the developing countries is closely bound up with the policies of the industrial countries.

Why have some regions performed so much better than others? In the end, the battle against poverty depends on the answer to this question. Not surprisingly, **trends in poverty during the 1980s reflect trends in overall economic performance**. Although data are scarce, the evidence shows that **where economic performance was good, poverty decreased**.

Apesar de apresentar a sua estratégia como algo “novo”, o Banco Mundial se baseia naquilo que ele mesmo critica em seu relatório: a ênfase no crescimento econômico das décadas de 1950 e 1960. O “novo” se deve à inserção do “social” nesta complicada equação, o qual também não surge do nada, já que o próprio relatório menciona que esta foi a ênfase dada na década de 1970. O discurso do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 desloca os sentidos de *econômico* e *social*, sendo que ambos os fatores passam a ser apresentados como dependentes um do outro, apesar de em vários momentos, conforme a análise mostra, eles ainda serem abordados de forma estanque e hierarquizada, com o social sendo representado pela ação individual, tendo o mercado como força dominante. Os últimos três recortes mostram o “tom” das recomendações feitas pelo Banco Mundial na década de 1990 e que foram repetidas exaustivamente a nível internacional e nacional. Silva, ao comentar sobre o panorama no Brasil, afirma que (2005, p.61) “a redução da pobreza no país, de acordo com esta

“Este relatório é sobre os pobres. Assim sendo é sobre uma questão fundamental no desenvolvimento econômico: a erradicação da pobreza no mundo (...). Será mais fácil reduzir a pobreza se a plataforma for de baixa inflação, juros mais baixos e de abertura do mercado do que de preços flutuantes, juros altos e mercado restrito. Como sempre, o progresso de países em desenvolvimento está imbricado às políticas dos países industrializados.”

“Por que algumas regiões tiveram uma performance melhor do que outras? Em última instância, a batalha contra a pobreza depende da resposta a esta questão. Sem ser uma surpresa, as tendências na pobreza durante a década de 80 refletem as tendências do desempenho econômico geral. Apesar dos dados serem poucos, as evidências mostram que onde o desempenho econômico foi bom, a pobreza diminuiu.”

linha de interpretação, só poderia ser alcançada com investimentos em capital humano (educação e saúde básicas, qualificação profissional e planejamento familiar), complementados por programas seletivos de transferência de renda. No entanto, desde que esses investimentos não comprometessem o equilíbrio das finanças públicas.”

A partir de 1990 os discursos sobre a pobreza indicam que as estratégias de combate a ela devem constituir e se basear em políticas de caráter “socioeconômico”. Esta tendência vai ganhar força durante a última década do século XX, vinculada à filosofia neoliberal que defende uma doutrina econômica baseada na completa liberdade do mercado e, concomitantemente, um nível de intervenção mínima do Estado, a qual só deverá ocorrer em setores imprescindíveis. De acordo com Mauriel (2008), o neoliberalismo exige dois argumentos para a organização do bem-estar social: primeiramente, um de aspecto negativo, que considera que a crescente centralização da responsabilidade pelo bem-estar por parte do Estado desestrutura os fundamentos da sociedade civil. A regulação estatal é vista como uma forma de tirania sobre a liberdade individual, incidindo diretamente na vida econômica individual, logo, no mercado como um todo. Isto leva ao segundo argumento, de natureza positiva, baseado em propor a inovação voluntária e a responsabilidade individual como base para formação de uma ordem cívica e moral. Isto significa que a promoção do bem-estar consiste na despolitização da vida cotidiana, substituindo direitos por deveres e a equidade por liberdade. Deste ponto de vista o mercado é colocado como o melhor, ou o único caminho para a geração de paz e harmonia a nível nacional e internacional, ocupando o indivíduo livre o papel de agente. Segundo Mauriel (*ibid.*, p.248)

As bases filosóficas da concepção tradicional de economia de mercado estão na idéia de uma sociedade livre, em que cada indivíduo, da maneira mais ampla possível, pode determinar seus desejos de consumo e cada empresa sua produção, segundo seus próprios critérios. O mercado aparece como meio para realização dos fins naturais da humanidade, que é constantemente renovável, como um empreendimento humano que possibilita o bem-estar material do indivíduo.

O neoliberalismo potencializa a ilusão constituinte do sujeito jurídico como indivíduo “livre” e, ao fazer isso, naturaliza a relação do sujeito com o capital. Dentro da lógica neoliberal, a “liberdade” é significada como “liberdade para consumir”, ou

seja, o consumo é legitimado como uma necessidade natural do ser humano, satisfeita através do livre acesso ao mercado. Deste modo, qualquer tipo de regularização é tido como um possível ataque à autonomia do “cidadão”.

Perante este cenário globalizado o Estado passa então a transferir de forma mais acentuada certos poderes, principalmente os de proteção social, para a sociedade civil, incorporando, paralelamente, outros poderes de natureza transnacional. Um dos efeitos da globalização e da promoção do livre mercado é causar a porosidade no Estado, isto é, os condutores da globalização necessitam de um Estado que seja flexível aos seus interesses, sejam eles econômicos ou políticos. Observam-se cada vez mais movimentos de terceirização e privatização, o que aponta para a redução das ações do Estado. Entretanto, apesar de se apresentarem assim, é importante mencionar que o Estado é sempre convocado para suprir os lucros não obtidos das empresas particulares (basta olhar para a atuação dos governos Europeus e Americano que, na crise deflagrada em 2008, se desdobraram com o intuito de salvarem bancos e multinacionais da falência. Ainda hoje, em 2013, o que se observa principalmente na Grécia e em Portugal é um forte movimento de privatizações que, em tese, diminuirão os gastos do Estado, porém, aos custos do social).

No caso do combate à pobreza, a proliferação das ONGs, sendo que algumas estão atreladas a instituições privadas, mostram a crescente omissão estatal no que se refere à proteção social e garantia de bem-estar. Em suma, “diminuem-se as iniciativas públicas de planejamento e regulação da economia e do crescimento, ou seja, as políticas de desenvolvimento, tendo-se, como consequência, o aumento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, já exacerbadas pelos movimentos da economia “globalizada”. (*ibid.*, p.161). Assim como em outras conjunturas, o Estado no mundo globalizado e capitalista é caracterizado por estar ao serviço do modelo econômico dominante, sendo que é importante buscar compreender, através do funcionamento da ideologia, o processo de legitimação dos aparatos políticos e econômicos em vigência.

Mauriel (2008) afirma que com a redução do papel do Estado em matéria de política social, na qual está inserida a pobreza e o combate a ela, assiste-se à acentuação de uma inversão nos discursos de cunho teórico e científico: das estruturas para o indivíduo. Esta inversão se deu em grande parte ao trabalho teórico de Amartya Sen, o qual muito contribuiu para a criação do novo cálculo usado para mensurar o Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH), vigente desde 1999. Sen nega a concepção de comportamento auto-interessado como única via de motivação, afirmando que essa foi a razão principal do estreitamento da economia. Em outras palavras, o indivíduo não é motivado apenas pelo *ter*, mas também pelas possibilidades de escolha de *ser*, colocando o componente ético, mais abrangente, a par do econômico. Sen fornece outra base de sustentação teórica para os estudos sobre desigualdade e pobreza, considerando que o fator “igualdade” não deve ser somente relativo à renda, mas a outras questões que afetam e constituem o bem-estar e as formas de sociabilidade:

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. (SEN, 2000, p.28).

O crescimento do produto nacional bruto não deve servir como termômetro para o nível de qualidade de vida e, concomitantemente, da pobreza existente no país. Há que se atentar também para a expansão das oportunidades sociais. Para exemplificar o autor menciona o Brasil, país que apresenta um crescimento do produto nacional bruto *per capita* alto, mas também tem “uma longa história de grave desigualdade social, desemprego e descaso com o serviço público de saúde.” (*ibid.*, p.62).

Para Sen a liberdade é um componente importante, mas definido de maneira diferente da clássica. O autor faz uma divisão, talvez visando o didatismo, dos diferentes tipos de liberdades que considera importante e que, agrupados, constituem a possibilidade do indivíduo se “libertar das amarras da pobreza”. De acordo com o autor (*ibid.*, p.25) as liberdades podem ser a) políticas – dizem respeito às oportunidades que as pessoas têm de nomear os princípios de governança, assim também como quem deve governar. Isso significa também a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades tendo como pressuposto a liberdade de expressão; b) facilidades econômicas – são as oportunidades de utilização de recursos econômicos visando a troca, a produção ou o consumo. Estes recursos não precisam ser necessariamente da propriedade dos indivíduos (por exemplo o acesso ao crédito, onde se contrai uma dívida de maneira a se obter recursos econômicos); c) oportunidades sociais – são os serviços disponíveis à sociedade nas áreas da educação, saúde, segurança, etc.; d) garantias de transparência –

são garantias que supõem a clareza nas interações sociais e visam inibir a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas; e) segurança protetora – é a constituição de uma rede de segurança social baseada em disposições fixas institucionais, como no caso do seguro desemprego, e medidas *ad hoc* como distribuição de alimentos ou auxílio moradia em crises causadas por condições anormais (catástrofes naturais, crise financeira global, etc.).

Todo este pacote constitui o que Sen chama de liberdade efetiva que, como já mencionei, é o fundamento da ilusão sobre a qual funciona o sujeito jurídico, sinônima de “poder escolher” um tipo de vida e das oportunidades de se alcançar o bem-estar. Segundo Mauriel (2008, p.303)

A novidade trazida por Sen na análise da pobreza e desigualdade está na mudança do foco, já que ele consegue migrar dos bens (ter) ou do espaço avaliatório da renda, para as pessoas (ser e fazer), ou melhor, o que as pessoas são capazes de fazer com esses bens. É justamente na dissociação entre a concepção de desigualdade de renda e desigualdade de capacidades que Sen dá o “pulo do gato” teórico, criando um novo patamar de análise e interpretação da desigualdade. (...) Ao sair da dimensão da renda (ter) e dos bens, que traduzem uma situação externa aos indivíduos e depende da estrutura de propriedade e do movimento da sociedade, para se concentrar nas capacidades dos indivíduos (ser e fazer), passa a considerar características agregadas às pessoas, e não mais algo exterior a elas. Com o foco nas pessoas e naquilo que pode realizar, uma nova visão se estabelece sobre o todo social, que permite migrar a análise da realidade social da estrutura para o indivíduo.

Este fato permite repensar a pobreza como privação de capacidades e, concomitantemente, de liberdade (SEN, 2000). O autor afirma que “Se damos peso à responsabilidade individual, a vantagem individual deve ser avaliada não pelo nível de bem-estar alcançado, mas sim pelas oportunidades que uma pessoa tem de alcançar bem-estar”. (2001, p.148). A pobreza deixa de ser avaliada somente em função da renda, conforme os moldes da literatura clássica, passando-se a considerar outras variáveis como papel social, idade, local, saúde, educação, composição familiar, etc. que podem reduzir a capacidade do indivíduo de auferir renda, ou seja, aparentemente o véu estritamente “econômico” que paira sobre a mensuração da pobreza é retirado, mostrando que ela é socialmente mais intensa do que aparece no espaço quantitativo da renda: “Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades

básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza” (Sen, 2000, p.109). Isso significa levar em conta que a relação entre baixa renda e baixa capacidade é variável, sendo que uma condiciona a outra. Por exemplo, uma família pode auferir uma renda considerada mediana, mas gasta a maior parte renda com medicamentos para o tratamento de uma doença crônica que afeta um dos membros. A baixa capacidade de se socializar, devido à doença, faz com que uma grande fatia da renda seja empregada na correção deste “déficit” de capacidade, fator que faz com que esta família possa ser considerada “pobre”.

Ao dissociar pobreza de renda e pobreza de capacidade, Sen centra o processo de desenvolvimento no indivíduo e não nas condições estruturais, pois é a sua capacidade (liberdade) que lhe permite ser ativo no mercado. Traduzir este pano de fundo teórico e filosófico para o campo das políticas públicas significa que estas não precisam ser redistributivas de propriedade e renda, mas que devem fornecer os meios para que o indivíduo aumente a sua capacidade, o que lhe permitirá ingressar no mercado de forma produtiva. Daí o enfoque sobre questões centrais como saúde e educação. Em suma, pauta-se pelo mesmo discurso do Banco Mundial academizado por Hollis Chenery, no qual não se reparte a riqueza, mas o que é acrescida a ela. Este é um ideário puramente neoliberal, que tem como elemento central o agregar capital.

É estabelecida uma clara diferença entre desigualdade de renda e desigualdade econômica, sendo a última a capacidade do indivíduo de empreendimento no mercado. Para se minimizar a desigualdade econômica não se deve mexer na estrutura, em outras palavras, não se deve distribuir renda e sim combater, através das políticas públicas, problemas de saúde, educação, segurança, etc. Esta é a base filosófica e teórica na qual se constrói a racionalidade do Índice de Desenvolvimento Humano. Ao pensar o desenvolvimento como um processo de capacitação individual e não coletiva, baseado na liberdade de ter, ser e fazer, Sen lança as bases para a concepção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento que não passem diretamente pela necessidade de um planejamento social via Estado, logo, que não dependam exclusivamente do agir deste. Através deste movimento teórico, Sen possibilita analisar a pobreza não mais sobre o foco na estrutura, mas no indivíduo, tendo como efeito direto o apagamento do processo de produção da pobreza:

Embora devamos reconhecer a importância das instituições democráticas, elas não podem ser vistas como dispositivos mecânicos para o desenvolvimento. Seu uso é condicionado por nossos valores e prioridades e pelo uso que fazemos das oportunidades de articulação e participação disponíveis. (SEN, 2000, p.186).

Esta afirmação é um tanto sorradeira pois, em última instância, direciona a atenção para o fazer do indivíduo como cidadão. É ele que, através de sua prática, “conduz” estas instituições. Em outras palavras, são os nossos “valores e prioridades” – leia-se nossa “cultura” – que determinam o *ethos* destas instituições, ou seja, em última instância, a cultura é o fator explicativo dos processos sociais e econômicos. Sen descreve aqui uma democracia idealista e plena, a qual se encontra muito longe e, me atrevo a dizer, é incompatível com a grande totalidade de países e regiões que têm que lidar com o que é denominado “pobreza” de uma forma mais direta. No Estado democrático as instituições têm um papel contraditório: determinar/limitar, serem mediadoras e, paralelamente, formularem o espaço para a condução do litígio (Rancière, 1996).

Com este novo paradigma neoliberal as políticas públicas surgem como uma aliada do mercado e não como uma forma de proteção contra ele, elas se configuram como instrumento do privado, esvaziando-se assim o sentido público. As estruturas estão presentes, mas não necessitam de serem modificadas, pois tudo depende do indivíduo e da liberdade que este tem em se capacitar e usufruir de suas capacidades. A instauração da responsabilidade individual atrelada à questão da liberdade como componente essencial para se lidar com a pobreza significa que o indivíduo, ao ter a liberdade para expandir suas capacidades pessoais, torna-se responsável pela sua prática.

O trabalhador adscritício nascido na semi-escravidão, a menina submissa tolhida por uma sociedade repressora, o desamparado trabalhador sem terra, desprovido de meios substanciais para auferir uma renda, todos esses indivíduos são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende do gozo de certas liberdades básicas. Responsabilidade *requer* liberdade. Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual e não contra ela. (SEM, 2000, p., p.322).

Em outras palavras, “qualquer afirmação de responsabilidade social que *substitua* a responsabilidade individual só pode ser, em graus variados, contraproducente. Não existe substituto para a responsabilidade individual.” (*ibid.*, p.321-322). Baseado nesta afirmação, Sen defende que o Estado não deve ser uma “babá”, pajeando as escolhas do indivíduo, e sim criar oportunidades de escolha e de tomada de decisões, levando o indivíduo a agir de modo responsável. “A visão arbitrariamente restrita de responsabilidade individual – com o indivíduo posto em uma ilha imaginária, sem ser ajudado nem estorvado por outros – tem de ser ampliada, reconhecendo-se não meramente o papel do Estado, mas também as funções de outras instituições e agentes.” (*ibid.*, p.323). Apesar de afirmar que o indivíduo não está “sozinho”, a racionalidade desenvolvida por Sen baseia-se no fato de que, em última instância, o indivíduo *livre* é responsável por sua condição. As políticas públicas servem como um auxílio, uma espécie de andaime na busca pelo bem-estar, afinal de contas, de que servem os andaimes em uma construção se não houver quem os use? Cabe aqui, entretanto, outra questão: até que ponto estes andaimes são estáveis? O raciocínio de Sen baseia-se na idealização de uma democracia plena ou, rementendo à reflexão de Rancière (1996), na ideia de democracia que não corresponde ao que é democracia: a possibilidade de conduzir um litígio. A operacionalização deste modo de pensar a democracia partindo da temática da pobreza acarreta sérios problemas que desembocam sempre no indivíduo e na questão cultural.

A teorização de Sen tem como base o ideal da liberdade o qual, conforme a Análise de Discurso nos mostra, é a ilusão constitutiva da forma sujeito do capitalismo, marcada pela intervenção do jurídico, materializada na figura do sujeito-de-direito. Segundo Althusser (1971, p.171) “toda ideologia tem a função de constituir indivíduos concretos em sujeitos”. Em outras palavras, o indivíduo é interpelado em sujeito através da ideologia, não sendo “livre” no sentido filosófico do termo. Este se configura como sujeito agente determinado por práticas sócio-históricas sendo que, para agir, deve ter a ilusão de ser livre. Este traço é característico do sujeito jurídico nas sociedades liberais, das contradições constitutivas do ideal do cidadão moderno (CAMPOS, 2009). Althusser (1978) aprofunda a reflexão sobre a relação sujeito e história ao estipular que os indivíduos humanos são ativos na história “como agentes das diferentes práticas sociais do processo histórico de produção e reprodução.” (*ibid.*, p.67). Isso significa

que, ao serem considerados agentes, os indivíduos não são livres nem constituintes da história, ou seja, os indivíduos não constituem a história a partir de si mesmos, pois teriam que ser livres para tal. Ser sujeito é se revestir da *forma sujeito*, agir de acordo com as condições históricas, sendo impossível viver fora da história. A reflexão de Althusser, que serviu de base para Pêcheux pensar o estatuto discursivo do sujeito, é produtiva ao se abordar a pobreza, pois permite desarmar a ilusão de liberdade que incide no agenciamento do indivíduo, ao mostrar que o seu tencionamento é descentrado pela ideologia: o indivíduo age, mas não onde quer. Isso resulta na constatação de que a *capacitação e o trabalho do pobre são insuficientes* para solucionar a pobreza.

O trabalho de Sen está inserido na construção de uma nova racionalidade desenvolvimentista e progressista sobre a pobreza através de discursos, enraizados no neoliberalismo americano, que enfatizam essencialmente o indivíduo. Segundo Werneck Viana e Bartholo Jr (2001, p.183, *apud* MAURIEL, 2008, p.228-229)

Nas concepções de desenvolvimento anteriores, em especial nas que foram formuladas tendo em vista o panorama das nações periféricas, a produção do desenvolvimento social dependia de ações abrangentes do Estado, no intuito de mudar as estruturas (a industrialização, a redistribuição da riqueza, a montagem de sistemas públicos de educação, saúde, etc.). Na concepção de desenvolvimento social como desenvolvimento humano, a ação abrangente do Estado é substituída por ações pontuais, destinadas a produzir situações, nas quais se ampliam as escolhas individuais.

Estes discursos constroem leituras de um mundo no qual a pobreza está relacionada muito mais questões de experiência e “mérito” individual do que a reformas estruturais e institucionais. Esta narrativa foi sendo costurada a partir de pesquisas, em sua grande maioria de cunho estatístico, demográfico e econômico, que visam “medir” e estabelecer linhas de pobreza. Estas pesquisas acabaram incorporando no debate as questões de “raça” e de gênero, sob o ângulo cultural, mas sempre enfatizando mais a questão da individualidade e moralidade do que o político e o social. Segundo O’Connor (2001, *apud* MAURIEL, 2008, p.244-245)

A noção de pobreza presente nesses discursos tem conteúdo objetivo, quantificável (linha de pobreza) e uma vertente cultural, que se expressa por conceitos como “*underclass*”, “incapacitado” e

“habilitável”, caracterizando alguém que necessita de reabilitação ou reforma. Dessa forma, os esforços recentes têm sido feitos para medir indicadores comportamentais, “defasagens” de habilidades e capacidades que devem ser supridas com treinamento educacional e cultural.

A pobreza como fenômeno é então re-significada. De acordo com Almeida (2006, p.53)

Até os anos 80, a pobreza, naquele debate, estava remetida, sobretudo, a critérios que definiam a ausência de uma renda mínima para suprir necessidades básicas ou a critérios que tomavam como referência os padrões médios de consumo da população como um todo. A partir de então, cada vez mais o uso da categoria *exclusão social* ganhou espaço, sendo utilizada para contemplar a dimensão subjetiva e cultural implicada com o fenômeno da pobreza, manifestada na percepção do pobre sobre si mesmo. Uma percepção que, engendrada por experiências estigmatizadoras, faz com que os indivíduos percam valor enquanto tais e amputem, eles mesmos, suas capacidades de ação. Essa abordagem do fenômeno da pobreza, iluminando e enfatizando sua dimensão cultural constitutiva, chamava a atenção, assim, para a forma como o “pobre”, assimilando uma imagem de si como “não sujeito”, encolhe ainda mais as suas próprias possibilidades para superar as condições de vulnerabilidade e precariedade vividas.

É interessante notar como o processo de re-significação da pobreza é determinado pela formação discursiva que corresponde ao capitalismo, e que determina o que pode e deve ser dito, ou o que pode e deve ser mantido, para que o interdiscurso neoliberal se mantenha: pode-se acrescentar “social”, “cultural”, mas tem que se manter a determinação individual, e “natural”, dos processos socioeconômicos.

Todo o debate teórico e científico em torno da pobreza, desde a década de 1970, fez com que a partir dos anos 1990 o conceito de “pobreza” assumisse um papel central nos relatórios de organismos internacionais e, concomitantemente, nos documentos de formulação das políticas públicas nos países cujas políticas de Estado são pautadas por agências multilaterais. Os deslocamentos no conceito de pobreza e o combate a ela, dentro do marco teórico proposto pelo neoliberalismo, sugerem que os “pobres” devem ser alvos das políticas públicas, sugerindo uma supressão da noção universal de *direito* e de *cidadania social*, sendo que Ugá (2004, p.61) afirma que esta,

em sua essência, sempre esteve relacionada à garantia de *direitos* e não com programas compensatórios. Ela pressupõe um pacto social realizado pela sociedade como um todo, a partir do que se define que o Estado deve garantir uma proteção social – por meio dos *direitos sociais* – a *todos* os cidadãos, independentemente de sua renda, simplesmente pelo fato de serem *cidadãos*.

Em 1990 o Banco Mundial (1990, p.27) define a pobreza como “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo”. Para se chegar ao padrão de vida mínimo deve-se avaliar o consumo, ou seja, as despesas necessárias para as necessidades básicas (saúde, nutrição, etc.) e participação cotidiana na sociedade. Cada país ou região tem um valor mínimo e aqueles cuja renda se encontra abaixo desse valor são considerados “pobres”. O termo “incapacidade” usado pelo Banco Mundial para definir pobreza remete a duas questões. A primeira diz respeito às oportunidades econômicas, ou seja, uma das estratégias de combate à pobreza é a implementação de políticas públicas que estimulem a criação de novas oportunidades econômicas, isto é, que agreguem mais renda. Em tese isto possibilita ao indivíduo atravessar a fronteira da pobreza, significando que as políticas sociais do Estado estão diretamente atreladas à promoção do crescimento econômico. A segunda questão está relacionada à primeira e diz respeito ao aumento de capital humano, aquilo que cada um investe em si. Assim sendo, as políticas sociais devem focalizar no crescimento deste capital, principalmente via educação e saúde. Cabe ao Estado fornecer os meios de capacitação individual, transformando os “pobres” em “empregáveis”.

O relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2001, intitulado *Atacando a Pobreza*, se apresenta como uma reformulação do mesmo, já que tem sua base assentada naquilo que o relatório de 1990 indicava, mesmo que de uma forma pouco “direta”: a pobreza, além de monetária, é também definida como *ausência de capacidades do indivíduo*, ou seja, é um processo multifacetado composto por privações provenientes dos processos econômicos, políticos e sociais. O marco central deste relatório reside no fato de que nele está claramente exposto e ganha mais força a ideia de que o combate à pobreza passa pela expansão das capacidades humanas das pessoas “pobres”, centrado no conceito de *empoderamento*. Esta reformulação do mesmo “novo” modo de definir a pobreza é apresentada nos primeiros parágrafos do relatório,

sob o título “Atacando a Pobreza: Oportunidade, Empoderamento e Segurança.” (Banco Mundial, 2001, p.1, grifos meus)³⁶:

Poor people live without **fundamental freedoms of action and choice** that the better-off take for granted. They **often lack adequate food and shelter, education and health, deprivations that keep them from leading the kind of life that everyone values.** They also face extreme **vulnerability to ill health, economic dislocation, and natural disasters.** And they are **often exposed to ill treatment by institutions of the state and society and are powerless to influence key decisions affecting their lives.** These are all **dimensions of poverty (...)** **Poverty is the result of economic, political, and social processes that interact with each other** and frequently reinforce each other in ways that exacerbate the deprivation in which poor people live. Meager assets, inaccessible markets, and scarce job opportunities lock people in material poverty. That is why **promoting opportunity – by stimulating economic growth, making markets work better for poor people, and building up their assets – is key to reducing poverty.** But this is only part of the story. **In a world where political power is unequally distributed and often mimics the distribution of economic power, the way state institutions operate may be particularly unfavorable to poor people. For example, poor people frequently do not receive the benefits of public investment in education and health. And they are often the victims of corruption and arbitrariness on the part of the state.**

São muitos os elementos interessantes de serem analisados no texto introdutório do relatório de 2001. Primeiramente quero chamar a atenção para o que o relatório - que tem como matriz discursiva a obra de Amartya Sen - afirma ser as dimensões da pobreza, que vão desde a falta de elementos considerados básicos, como habitação, alimentação, saúde e educação até a vulnerabilidade às catástrofes naturais e

³⁶ “Os pobres vivem sem as liberdades fundamentais de ação e escolha que aqueles em melhores condições têm como garantidas. A falta de comida e abrigo, educação e saúde são freqüentes, privações que impedem que vivam a vida que todos valorizam. Eles também enfrentam a extrema vulnerabilidade da saúde, dos deslocamentos econômicos e dos desastres naturais. São freqüentemente expostos a tratamentos deficientes por parte das instituições do Estado e da sociedade e são imponentes para influenciar as decisões chave que afetam suas vidas. Estas são todas dimensões da pobreza (...) A pobreza é o resultado de processos econômicos, políticos e sociais que interagem um com o outro e freqüentemente se fortalecem de formas que exacerbam a privação na qual os pobres vivem. Bens miseráveis, mercados inacessíveis, e poucas oportunidades de emprego impossibilitam as pessoas de saírem da pobreza material. Devido a isso a promoção de oportunidades – ao estimular o crescimento econômico, fazer com que o mercado funcione melhor para os pobres, e construir os seus bens – é central para a redução da pobreza. Mais isso é somente parte da história. Em um mundo onde o poder político é distribuído desigualmente e freqüentemente imita a distribuição do poder econômico, o modo como as instituições de Estado operam pode ser particularmente desfavorável aos pobres. Por exemplo, os pobres não recebem com freqüência os benefícios do investimento público na saúde e na educação. E eles são vítimas da corrupção e arbitrariedade do Estado.”

a deslocamentos econômicos (leia-se mercado). A ausência das instituições de Estado e da sociedade também integram este “pacote” de fatores que determinam a pobreza e a condição do indivíduo “pobre”, sempre tendo como pano de fundo a questão da *liberdade de ação e escolha*. Observa-se a construção de uma argumentação que estabelece uma relação comparativa entre a liberdade - condição primordial para que o indivíduo “quebre” com a pobreza – e a falta desta.

O relatório continua a apresentar a sua argumentação afirmando que a promoção de oportunidades não só econômicas, mas também políticas e sociais, são elementares no combate à pobreza. Observa-se assim a reformulação/atualização dos mesmos sentidos atribuídos à pobreza, mas que têm o efeito de “novo”, já que o relatório de 2001 tem o seu foco mais amplo, indo além de questões estritamente econômicas: o “discurso” de 1990 é potencializado em 2001.

No movimento entre os âmbitos econômico e social, o relatório opera paralelamente um deslocamento no sentido de social, no qual o Estado figura como uma instituição muitas vezes arbitrária e corrupta, logo desqualificada para cuidar dos interesses básicos do cidadão. O social é significado como responsabilidade política do indivíduo que, assim como a pobreza, é definido/determinado por uma multitude de fatores. Sobre este panorama Ugá (2004, p.60) afirma:

Assim, nota-se que, para que o problema da pobreza como privação de capacidades seja resolvido, recorre-se, no relatório de 2000-2001, à noção de Sen de “desenvolvimento como liberdade”, que nada mais é que o entendimento do desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades humanas. Assim, para que a pobreza seja reduzida, faz-se necessário que o Estado atue apenas no sentido de aumentar essas liberdades e deve fazê-lo por meio da expansão das capacidades humanas dos *pobres*. Nesse sentido, pode-se perceber que, embora o conceito de capacidade humana seja mais abrangente que o de capital humano, ele também não pressupõe a existência de um Estado que garanta os *direitos sociais*, mas simplesmente a necessidade de um Estado caridoso, que tem deveres a cumprir apenas para com os pobres. A presença do Estado só seria necessária, portanto, em um primeiro momento, no sentido de aumentar as capacidades dos pobres, para, em um segundo momento, quando estes indivíduos já estivessem *capacitados*, o Estado já se tornaria desnecessário, passando a deixar que eles, individualmente, procurassem seu desenvolvimento pessoal no mercado.

Reside aqui o ponto central da tese do relatório de 2001. De acordo com o Banco Mundial (2001, p.6, grifos meus)³⁷:

This report builds on the earlier strategies in the light of the cumulative evidence and experience of the past decade – and in the light of the changed global context. It proposes a strategy for attacking poverty in three ways: **promoting opportunity, facilitating empowerment, and enhancing security.**

Retomo Orlandi (1993) quando afirma que o discurso funciona ao atualizar a memória do que lhe precede. A estratégia de ataque à pobreza aqui apresentada é fundamentalmente a mesma do relatório de 1990, com o acréscimo de mais um elemento, a *facilitação do empoderamento*.

Perkins e Zimmerman (1995, p. 1) definem o empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Essa definição vincula o empoderamento à noção de autonomia, já que se refere à capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito. De acordo com Horochovski e Meirelles (2007, p.486)

Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas.

Friedmann (1996, p.32-33) define o objetivo deste processo como sendo o

Reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável. Um desenvolvimento alternativo consiste na primazia da política para proteger os interesses do povo, especialmente dos setores *disempowered* (sic), das mulheres e das gerações futuras assentes no espaço da vida da localidade, região e nação.

³⁷ “Este relatório é construído a partir das estratégias que o antecederam e à luz das evidências e experiências acumuladas na última década – e considerando a mudança no contexto global. Ele propõe uma estratégia de três frentes para atacar a pobreza: promover oportunidades, facilitar o empoderamento e melhorar a rede de segurança.”

Dentro desta perspectiva, a pobreza para Friedmann (*ibid.*) “desempodera”, já que retira dos “pobres” a condição de usufruir dos direitos delegados aos cidadãos. O termo empoderamento, com a o sentido político “emancipatório”, foi usado pela primeira vez no início dos anos 1970, ainda no original inglês *empowerment*, sendo adotado primariamente pelos movimentos feministas e negros (Horochovski e Meirelles, 2007). A pesquisa em alguns dicionários de língua inglesa mostra que a definição de *empowerment* é similar em todos. O dicionário Oxford define como “1. authorize, license. 2. give power to, make able” (1. autorizar, permitir. 2. dar poder a, tornar possível). Por sua vez o dicionário Merriam-Webster traz as seguintes definições: “1. to give official authority or legal Power to, 2. enable, 3. to promote self-actualization or influence of” (1. dar autoridade oficial ou poder legal a, 2. habilitar, 3. promover a auto-atualização ou influência de). As definições dadas pelos dicionários significam o termo *empowerment* como uma doação ou transferência, por benevolência, de poder, colocando assim o sujeito em posição de objeto passivo. A apropriação do termo pela esfera dos movimentos feministas e negros dá um novo sentido ao termo, o qual passa a significar um processo que ocorre de “dentro para fora” (Schiavo e Moreira, 2005), já que implica a reflexão e a “tomada de consciência” que levem a uma mudança de atitude por parte da pessoa, do grupo ou da instituição, em direção a alcançar os objetivos e metas traçadas (*ibid.*). Ao tornar-se termo de uso corrente, o *empoderamento* assume o papel de guarda-chuva conceitual por diferentes perspectivas intelectuais e políticas, funcionando dentro do ideário neoliberal como um argumento para o fortalecimento da esfera privada, já que aponta o desenvolvimento das comunidades como efeito da redução da despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as relações econômicas. (Horochovski e Meirelles, 2007).

Trago essas várias definições de *empoderamento*, recortadas de alguns dicionários e obras de referência nas áreas de Sociologia e Ciências Políticas, de modo a problematizá-lo e mostrar que o seu funcionamento tem como efeito o apagamento da polissemia e a contradição que o caracterizam, isto é, de que o Estado significa as ações de auxílio e assistência à população como um ato de benevolência – quando estas são um direito público – e que, paralelamente, o indivíduo é *responsável* por usufruir dessas ações. Deste modo o *empoderamento* funciona no entremeio de *algo dado e algo que permite conquistar* uma melhor posição social. As definições aqui apresentadas também

significam o empoderamento como um instrumento de “desalienação”³⁸, de assumir “os próprios interesses” e “autonomia”, tendo como pano de fundo uma concepção de ideologia como algo que encobre a realidade e aliena. Partindo de Althusser, Pêcheux mostra, ao desenvolver a noção de Formação Discursiva, que esta concepção de ideologia como uma “falsa realidade” é ilusória – e, concomitantemente, a “autonomia”, a “emancipação”, etc. – dissimulando em seu funcionamento a contradição liberdade/sujeição constitutiva do sujeito jurídico.

No que diz respeito ao relatório de 2001, a *facilitação do empoderamento* está subdividida em 6 pontos (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9 e 10, grifos meus)³⁹:

Laying the political and legal basis for **inclusive** development (...)
Creating public administrations that foster growth and **equity** (...)
Promoting **inclusive** decentralization and community development (...)
Promoting gender **equality** (...) Tackling social barriers (...)
Supporting poor people’s social capital.

O empoderamento é definido de um modo muito genérico, sendo relacionado à *equidade e inclusão*. Abro aqui um parêntese para refletir sobre a substituição gradativa de igualdade pelo termo equidade. Em princípio ambos são considerados como equivalentes, pelo menos no nível do entendimento e das interpretações correntes. Entretanto, de acordo com Fonseca (1998)

O termo equidade vem do Direito e, mais precisamente, da prática jurídica. Nesse campo, a equidade fundamenta-se numa justiça mais espontânea e corretiva, não se restringindo à letra da lei, podendo mesmo contrariá-la em respeito às circunstâncias e à natureza intrínseca do objeto jurídico considerado. Esta acepção tem base na reflexão aristotélica segundo a qual a natureza da equidade é a retificação da lei quando esta se mostra imperfeita, por seu caráter universal, para casos particulares. No quadro mais atual das relações humanas e internacionais, a equidade passou a adquirir o sentido de um julgamento fundamentado na apreciação do que é devido a cada um, considerando-se o homem em seu ambiente, o qual proporciona as condições para a concorrência vital. Por consequência, as desigualdades entre os homens são consideradas como efeitos

³⁸ A ideia de desalienação é o cerne da ilusão frente ao funcionamento ideológico dos sujeitos.

³⁹ “Criar bases legais e políticas para o desenvolvimento inclusivo (...) Criar administrações públicas que patrocinem o crescimento e a equidade (...) Promover a descentralização inclusiva e o desenvolvimento da comunidade (...) Promover a igualdade de gênero (...) Derrubar as barreiras sociais (...) Dar suporte ao capital social dos pobres.”

naturais da sua própria circunstância. Ora, como grande parte dos direitos sociais e econômicos, especialmente para os segmentos mais carentes da população, são garantidos pela letra da lei e a tutela do Estado, é evidente que, na ausência dessas instâncias reguladoras, a luta pelos direitos fica restrita a uma ação individual e, portanto, debilitada em suas condições de possibilidade.

O uso de “equidade” aponta para uma modalidade de social que tem na noção de responsabilidade individual as bases de seu funcionamento. Isto permite que os *policy makers* a nível governamental e de grandes instituições façam políticas específicas dirigidas a um determinado “componente” da sociedade – o “pobre” – operando sob a ilusão de que todos são iguais perante a lei. A equidade desloca o sentido de empoderamento: se no registro da igualdade ele significa a oportunidade para todos os “pobres” de se inserirem na sociedade através da potencialização de suas capacidades, perante a equidade a sua dimensão é corretiva, o que aponta para a falha do discurso da inclusão: pressupõe que o “pobre” não está “incluído” e, ao fazer isso, efetivamente o exclui. De acordo com o relatório ao Estado cabe um papel secundário e complementar neste processo de facilitação do empoderamento já que, ao falar do primeiro elemento – a promoção de oportunidades - da estratégia apresentada, afirma que (BANCO MUNDIAL, 2001, p.8)⁴⁰

Private investment will have to be **complemented** by public investment to enhance competitiveness and create new market opportunities. Particularly important is **complementary public investment** in expanding infrastructure and communications and **upgrading the skills of the labor force.**

Observa-se neste parágrafo o processo de incidência da ideologia dominante no interdiscurso e por sua vez na formação discursiva (caracterizada por significar a pobreza a partir da relação pobre – capacitação – mercado) na qual o relatório está inserido, já que a desqualificação do Estado é uma formulação propagada pelo ideário neoliberalista. O Estado assume uma posição de benevolência, sendo que sua função é apenas complementar e/ou auxiliar a áreas de menos interesse do mercado. Até questões

⁴⁰“O investimento privado deverá ser complementado pelo investimento público de modo a melhorar a competitividade e criar novas oportunidades de mercado. Particularmente importante é o investimento público complementar na expansão da infraestrutura e comunicações e atualização das capacidades da força de trabalho.”

antes vistas como de total responsabilidade do Estado, como a educação, são agora colocadas como de interesse primário aos investidores privados, esvaziando o “público”. É interessante notar que esta mudança promove um deslocamento no sentido de educação. Ao relacioná-la com a *atualização das capacidades da força de trabalho*, ela assume um sentido muito mais profissional do que moral e ético: educa-se para o mercado de trabalho, o qual é compreendido como um meio de se “alcançar a cidadania”. De acordo com Silva (2005, p.65)

A ênfase na educação (básica e profissionalizante) como política de redução da pobreza deve-se, ao menos no campo teórico, a uma interpretação particular a respeito do mercado de trabalho. Parte-se do pressuposto principal de que as desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho não seriam criadas devido à sua segmentação e à presença de fatores como a discriminação, mas sim devido a diferenças educacionais entre os indivíduos (...) Estranho observar, no entanto, que a maior parte dos trabalhos que defendem esta postura não levantam o problema de saber se a estrutura ocupacional pode ou não proporcionar os empregos que os indivíduos, depois de qualificados, irão necessitar (...) No campo das disputas sociais e decisões políticas, a preferências das elites pela educação enquanto medida central de redução da pobreza ocorre, supostamente (...) pelo fato de ser uma solução relativamente barata e que não significa custos diretos para as elites econômicas, se comparada a outras medidas, como promover reforma agrária, tornar a tributação da renda mais progressiva ou taxar a riqueza.

A equação educação (para o mercado) + empoderamento (possibilidade de “igualdade” e “inclusão”) está no cerne do sentido de *cidadania*, determinada pelas regras de mercado. Deste modo o cidadão, tomado como *efeito discursivo*, é aquele que, através de seu aprimoramento profissional – sem gastos de “formação” altos para as elites econômicas – se torna *útil* para o mercado.

Tanto a minha pesquisa (CAMPOS, 2009) como a de Pfeiffer (2000, 2001) mostram como a democracia e o capitalismo potencializam a educação e a escola como um lugar discursivo onde o sujeito se inscreve historicamente e é determinado pelas oportunidades de dizer dentro deste campo, colocando a cidadania como algo a ser alcançado e que é da responsabilidade do sujeito (Pfeiffer, 2000, p.11 e 21):

O processo de escolarização é conformado por sentidos que apontam para um sujeito ‘em vias de ter condição de poder saber’ (sujeito embrionário sempre): um vir a ser aprendiz, negando ao sujeito, pois,

sentidos que lhe coloquem na ‘posição de’. Posição de quem sempre sabe para poder saber. O caráter facilitador com que a escola tem sido recoberta (a didatização banalizadora) coloca o sujeito escolar como aquele que tem problemas, tem dificuldades, para que é muito difícil aprender.

O sujeito escolarizado é aquele que está sempre como embrião de algo a ser. Um embrião de cidadão, em embrião de bem-sucedido na aquisição das diversas matérias que compõem a sua formação. O sujeito não nasce cidadão, apesar da pretensa igualdade. O sujeito tem de ‘fazer por merecer’ esta posição (...). Quando sua posição é condicionada por um vir a ser aprendiz, estar ou não na posição legitimada passa a ser de inteira responsabilidade do sujeito.

O empoderamento tem assim um efeito ideológico de produzir uma escola “igual” e “inclusiva”, onde, através da *capacitação*, todos têm a *oportunidade* de romperem com seu estado “embrionário” de modo a se tornarem membros produtivos e participativos da sociedade. Conforme discuti em minha dissertação de mestrado (CAMPOS, 2009, p.64)

A escola é o aparelho responsável, dentro do imaginário urbano, por criar uma unidade cívica a partir da pluralidade cultural, embasada nas políticas públicas que funcionam a partir de uma noção disciplinarizada de indivíduo. É lá que, de forma não evidente, novas significações são constituídas e atribuídas, incidindo diretamente na massa de sujeitos (professores, alunos, etc.) que fazem parte de seu funcionamento cotidiano.

A unidade cívica legitimada e propagada pela educação escolarizada é tirânica (Pfeiffer, 2000) já que, ao colocar todos sob o mesmo patamar – com as mesmas oportunidades – desloca a responsabilidade da capacitação para o indivíduo. Isto implica que o empoderamento, apesar de se apresentar como um discurso “libertador” – o indivíduo na posse de seu destino – tem um efeito contrário, “prendendo” o sujeito à sua “incapacidade”, justificativa de seu insucesso. Compreende-se então que a noção de empoderamento mobiliza mais um mecanismo discursivo que tem como objetivo apagar Estado e o mercado como responsáveis pela pobreza, silenciando o funcionamento político dessas instituições.

Os discursos embasados nesta racionalidade servem de base para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) definir a pobreza como falta de dotação, ou seja, falta de capacidade individual, acarretando no

condicionamento e elaboração de reformas visando uma “nova geração de políticas sociais” que incidem não sobre o bem público e a proteção social, mas no bem individual e na auto-proteção individual. Isto é, o Estado não precisa ser o agente majoritário nas ações de proteção social, e sim apenas um promotor e incentivador da sociedade civil, ou seja, da sociedade composta por cidadãos, cada um responsável por seus deveres. A pobreza pode então ser resolvida no plano da filantropia ou no ético-social; a justiça social adquire outro significado: o de oportunizar a capacitação de todos, permitindo que estes se insiram no mercado. Esta perspectiva de desenvolvimento social e humano ocasiona o desvio das discussões que levam às verdadeiras causas da desigualdade. Na retórica do combate à fome, à pobreza e à exclusão social, a responsabilidade é sempre do indivíduo e de suas ações, e não das estruturas e de seu funcionamento. Isto significa que entre os *policy makers* a idéia de combater a pobreza e a desigualdade sem alterar as estruturas é hegemônica. As políticas sociais deixam de visar a composição de sistemas de proteção universais para se transformarem em um conjunto de atendimento aos “pobres”. O problema é de inserção, sendo que, na era dos mercados globais, os “excluídos” devem incluir-se por conta própria: combate-se o “pobre” e não a pobreza.

Além dos fatores econômicos, políticos e sociais que determinam a pobreza e o “pobre”, o relatório menciona outra dimensão, a “cultural” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.1, grifos meus)⁴¹.

Poverty outcomes are also greatly affected by **social norms, values, and customary practices that, within the family, the community, or the market, lead to exclusion of women, ethnic and racial groups, or the socially disadvantaged.** That is why facilitating the **empowerment of poor people – by making state and social institutions more responsive to them** – is also key to reducing poverty

Segundo o relatório as *normas sociais, valores e práticas costumárias* (a *cultura*), têm um grande peso ao se determinar *o que é a pobreza*, já que são elas muitas

⁴¹ “A pobreza também é grandemente afetada pelas normas sociais, valores, e práticas costumárias que, dentro da família, da comunidade, ou do mercado, levam à exclusão de mulheres, grupos raciais e étnicos, ou dos socialmente desfavorecidos. É devido a isso que facilitar o empoderamento das pessoas pobres – ao fazer o Estado e as instituições sociais mais receptivas a eles – é também central para a redução da pobreza.”

vezes as responsáveis pela exclusão de grupos menos favorecidos. A cultura tem a função de ser uma “carta na manga”, sendo utilizada como argumento, quando necessário, para livrar o mercado das consequências do estilo de vida capitalista. Aqui o Estado e a sociedade surgem novamente com um papel secundário, o de responder às questões culturais através do empoderamento, via “inclusão” e “igualdade”. Falar de cultura e empoderamento neste contexto permite ver em funcionamento a contradição, já que o relatório apresenta como solução a inclusão social, política e econômica dos “pobres”, inclusão que, aparentemente, sobrepassa as questões culturais. É como se os efeitos políticos dessa dita “inclusão” fossem suficientes para silenciar a “cultura” e a historicidade como fatores constitutivos do sujeito. Este fato está bem aparente no próximo trecho (*ibid.*, p12. grifos meus)⁴²:

The strategy in this report recognizes that poverty is more than inadequate income or human development – it is also **vulnerability and a lack of voice, power, and representation. With this multidimensional view of poverty comes greater complexity in poverty reduction strategies, because more factors – such as social and cultural forces – need to be taken into account (...)** The way to deal with this complexity is through **empowerment and participation** – local, national, and international (...) **The poor are the main actors in the fight against poverty.** And they must be brought center stage in designing, implementing, and monitoring antipoverty strategies.

Uma das características da definição de pobreza centrada no sujeito é que ela leva em consideração a “falta de voz”, e conseqüentemente representação, do indivíduo. Esse silenciamento é relacionado a fatores sociais e culturais que, de acordo com o Banco Mundial, devem ser combatidos através do empoderamento, o que envolve colocar o “pobre” no centro das estratégias anti-pobreza. O papel da concepção de cultura em questão é o de atualizar uma memória sobre a pobreza que tem o efeito de operar um deslocamento do político/econômico para o “cultural” (natural). Em outras palavras, o funcionamento do processo de determinação se dá em diferentes instâncias:

⁴² “A estratégia neste relatório reconhece que a pobreza é mais do que a renda inadequada ou o desenvolvimento humano – é também a vulnerabilidade e a falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza dá origem a estratégias de redução da pobreza mais complexas, já que mais fatores – tais como as forças culturais e sociais – precisam ser levados em conta (...) O modo para se lidar com isso é através do empoderamento e da participação – local, nacional, e internacional (...) Os pobres são os atores principais na luta contra a pobreza. E eles devem ser o foco na criação, implementação e monitoração das estratégias anti-pobreza.”

não são somente as estruturas que determinam o sujeito, mas este também, através da possibilidade do “empoderamento” que potencializa o seu agir, construindo a sua própria história (apesar de, como diz Marx, não da maneira que quer).

Se em um primeiro momento o relatório apresenta a relação entre indivíduo e cultura como complexa e central no processo de combate à pobreza, com o andamento do texto se observa um afinilamento que permite desvelar qual a noção de cultura que subjaz à argumentação desenvolvida pelo Banco Mundial (*ibid.*, p.39, grifos meus)⁴³:

Social interactions between individuals and communities also have an important influence on poverty outcomes. **Culture’s part in the development process is complex. The beliefs and practices that are part of local culture can be a source of sustainable development. But customary practices and discrimination on the basis of gender, ethnicity, race, religion, or social status can also be a source of inequality in many countries.** Removing discrimination and managing these divisions can help reduce poverty. Confronting **gender inequities** is a fundamental part of this, with direct benefits for women (and men) and instrumental effects on growth and development. Recent evidence shows that greater **gender equity** is associated with faster growth.

Assim como no trecho anterior a cultura figura inicialmente como algo complexo que se dá entre indivíduos de uma mesma comunidade. Entretanto essas relações complexas são significadas como práticas ditas discriminatórias que promovem a desigualdade e acarretam em dificuldades em contextos onde a pobreza é o cenário dominante, silenciando o fato de que essas relações são condicionadas econômica e politicamente. Neste movimento a cultura é re-significada como *prática*, indicando assim que por detrás do processo há um *agente*. Os próximos trechos contribuem ainda

⁴³ “As interações sociais entre indivíduos e comunidades também têm uma influência importante nos efeitos a pobreza. A parcela da cultura no processo de desenvolvimento é complexa. As crenças e práticas que são parte de uma cultura local podem ser a fonte de desenvolvimento sustentável. Mas as práticas costumárias e a discriminação com base no gênero, etnicidade, raça, religião, ou status social pode também ser a origem de desigualdades em muitos países. Remover a discriminação e lidar com estas divisões pode ajudar a reduzir a pobreza; Confrontar as disparidades entre gêneros é uma parte fundamental disto, com benefícios diretos para as mulheres (e homens) e com efeitos instrumentais no crescimento e desenvolvimento. Evidências recentes mostram que a maior igualdade entre gêneros está associada ao crescimento mais acelerado.”

mais com o afunilamento da noção de cultura (*ibid.*, p.117, 120, 126, 145 grifos meus)⁴⁴:

Values, norms, and social institutions may reinforce persistent inequalities between groups in society — as with **gender-based** prejudice throughout much of the world, the caste system in India, and race relations in South Africa and the United States. In the extreme, these social divisions can become the basis of severe deprivation and conflict. Legal and other measures to overcome these inequalities must be accompanied by efforts to raise awareness about **culturally based attitudes such as those toward women and people of different races, religions, or ethnic origin.**

Women’s legal rights have been broadened considerably in many countries. In a growing number of countries **daughters and sons** now have equal legal rights to inherit from their parents. The existence of such legal rights does not mean that **deeply rooted cultural norms** immediately change, however. Moreover, the legal system often gives people scope for implementing their own norms. For example, the option of writing a will allows people to maintain **cultural norms** on inheritance favoring **sons**.

Group differentiation by such characteristics as **ethnicity, race, religion, and language** can sometimes result in social fragmentation, with groups perceiving themselves as having distinct interests even though they may have similar socioeconomic status. **Ethnicity**—a

⁴⁴ “Valores, normas e instituições sociais podem reforçar as desigualdades que persistem entre grupos na sociedade, como o preconceito de gênero que existe em grande parte do mundo, o sistema de castas na Índia e as relações raciais na África do Sul e nos Estados Unidos. Em última instância, estas divisões sociais podem ser a base de privações severas e conflitos. Medidas legais, entre outras, voltadas para a superação dessas desigualdades devem ser acompanhadas por esforços que aumentem a percepção sobre atitudes culturais voltadas a mulheres e pessoas de diferentes raças, religiões e origens étnicas.”

“Os direitos legais das mulheres foram ampliados consideravelmente em muitos países. Em um número crescente de nações filhas e filhos agora têm direitos legais iguais relativos à herança de seus pais. A existência desses direitos não significa que as normas culturais fortemente enraizadas, mudem imediatamente. Além disso, o sistema legal frequentemente dá às pessoas a oportunidade de implementarem suas normas. Por exemplo, a opção por escrever um testamento permite às pessoas manterem as normas culturais sobre a herança que favorecem os filhos.”

“A diferenciação de grupos através de características como a etnicidade, raça, religião e linguagem podem às vezes resultar na fragmentação social, com os grupos percebendo que têm interesses distintos apesar de partilharem de um status econômico similar. A etnicidade – um fenômeno multidimensional e uma noção controversa – é baseada nas diferenças culturais percebidas entre grupos em uma sociedade, diferenças que formam uma fonte poderosa de identidade e uma base para a mobilização política.”

“Alguns estudos mostram que as mulheres sofrem mais com as adversidades do que os homens. O crescente aumento dos preços levou a maiores reduções de consumo de nutrientes por parte das mulheres do que em homens na Etiópia e na Índia. Os fatores culturais e tradicionais podem aumentar a exposição das mulheres aos riscos.”

multidimensional phenomenon and a controversial notion— **is based on perceived cultural differences between groups in a society**, differences that form a powerful source of identity and a base for political mobilization

Some studies have found that **women suffer more than men** from adverse shocks. Rising food prices led to larger reductions in nutrient intake for **women than for men** in Ethiopia and India. **Cultural and traditional factors can increase women’s exposure to risk.**

Através das páginas do relatório a “cultura” vai ganhando contornos que apontam para práticas que promovem a desigualdade e que estão relacionadas a questões de gênero, religião, etnicidade e raça. Essas são questões históricas, ideológicas e, conseqüentemente, discursivas que determinam a ação do sujeito.

Conforme mencionei anteriormente, partindo de uma crítica aos sistemas “reacional” e “informativo” de cunho psicossociológico, e mais especificamente à função que A (destinador) e B (destinatário) têm no célebre esquema de Jakobson, Pêcheux tece uma reflexão na qual afirma que A e B

Designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais **a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos** (...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (Pêcheux, 1990b, p.82, grifos meus)

Assim sendo, “cultura” é o “local” onde se constroem lugares imaginários – o lugar do “negro”, da “mulher”, do “morador de rua”, do “pobre”, etc. – que determinam não só a posição do indivíduo na sociedade, mas também o que ele pode dizer e como que é dito⁴⁵. Estes lugares, resultado de processos históricos, circunscrevem um local de interpretação da pobreza, atribuindo a ela sentidos específicos e, paralelamente, silenciando outros.

De acordo com o discurso sociológico/antropológico aqui analisado, a possibilidade de quebra com lugar ocupado pelo “pobre” reside no *empoderamento*, que ao dar “voz” ao “pobre” o torna agente, apagando as contradições. Este movimento da estrutura para acontecimento, ao colocar o sujeito no centro, tem o efeito de retirar de

⁴⁵ Remeto aqui à noção de individualização de Orlandi (2002) abordada no capítulo 2.

cena o mercado e o Estado, os quais surgem como benfeitores, oferecendo tanto a capacitação necessária como uma rede de segurança.

É interessante notar também que as questões gênero, religião, etnicidade e raça, mobilizadas na construção da argumentação do relatório, são questões que, no campo das Ciências, são historicamente mais preponderantes em estudos realizados em comunidades minoritárias ou países não ocidentais e em “desenvolvimento”⁴⁶. Com isto quero dizer que a institucionalização das Ciências (ou da Antropologia mais especificamente), centradas na problemática da cultura, se deu através de um processo histórico no qual o Ocidente tomava como objeto empírico sociedades e países “longínquos” e “misteriosos” e, ao os descrever, interpretava e cristalizava sentidos para estes “povos”. Esta materialidade, hoje recalcada, ainda circula e produz efeitos, como os que podemos ver no relatório de 2001. Ao relacionar cultura com questões de gênero, raça, etc., que foram (e ainda são) o foco das pesquisas que viriam a formar a ciência que hoje conhecemos por Antropologia, o relatório circunscreve a pobreza a regiões do globo distantes do Ocidente. Mais que isso, devido ao fato de essas questões estarem fortemente filiadas a pesquisas do final do século XIX e início do século XX, há também um efeito de distância cronológica: a pobreza está distante, em todas as dimensões, da realidade dos países ricos ocidentais.

A reflexão desenvolvida até aqui traz à tona dois eixos que de certa maneira estão interligados. O primeiro diz respeito à formulação da pobreza como objeto científico e os efeitos das releituras deste objeto na determinação de seus sentidos. É possível observar, nos relatórios de 1990 e 2001, um *simulacro* que tem como efeito aparentar uma mudança de foco na qual a estrutura social emerge, ocupando o mesmo patamar da estrutura econômica. Isto incide diretamente no caminho trilhado pela Ciência ao abordar a pobreza, a qual assume o estatuto de objeto das Ciências Sociais. É importante mencionar que, entretanto, este simulacro tem um segundo efeito, que é o de dissimular o fato de que a atualização do discurso do relatório de 1990 no relatório de

⁴⁶ Cito como exemplo as pesquisas de Franz Boas, considerado um dos pais da Antropologia contemporânea, que teve sua primeira experiência de campo com um grupo de esquimós *Inuit*; Bronisław Malinowski, o principal precursor da Antropologia funcionalista, que baseou sua teoria nas pesquisas que fez que aborígenes na Austrália e com os nativos das ilhas Trobriand; Claude Lévi-Strauss, pai do estruturalismo e famoso por investigar questões de gênero e parentesco com tribos indígenas no Amazonas; Marshall Sahlins, conhecido por suas pesquisas com sociedades tribais das ilhas do Pacífico; Clifford Geertz, um dos principais antropólogos do último século, que construiu sua teoria baseado em visitas feitas à Indonésia e a Marrocos, onde se preocupou em observar a religião Islâmica.

2001 pode se resumir como sendo *mais do mesmo*, ou seja, os mesmos elementos – fortalecimento do mercado, apagamento do Estado, foco na responsabilização do indivíduo considerado “pobre” – estão presentes, porém articulados de diferentes modos, com mais ou menos “intensidade⁴⁷”. O segundo eixo está relacionado ao papel crescente que o conceito de *cultura* ocupa nas discussões, principalmente no relatório de 2001. O movimento da estrutura econômica para a social promove e potencializa algo que, apesar de presente no relatório de 1990, não era tão latente: o indivíduo que surge na posição de *sujeito jurídico*. Este é um sujeito individualizado através do conceito de cultura. De acordo com Rodríguez-Alcalá (2004)

Os processos de identificação nacional estão desse modo articulados a processos de identificação cultural, o que configura o atual funcionamento político do apelo à cultura, enquanto elemento que está na base de um modo particular de legitimação do poder do(s) Estado(s) sobre seus cidadãos.

O percurso até aqui traçado tem mostrado o modo de funcionamento do sujeito jurídico que “surge” no relatório do Banco Mundial de 1990 e que em 2000, no âmbito das Ciências através do trabalho de Amartya Sen, e em 2001, no campo das políticas públicas através do Relatório de Desenvolvimento Mundial, ganha maior preponderância, como um sujeito “político”, “social” e “cultural”, passível de ser responsabilizado.

Assim sendo irei, no próximo item, abordar de um ponto de vista teórico as diferentes noções de cultura, com o intuito de mostrar o possível paralelo entre os deslocamentos no sentido de pobreza nos documentos até aqui analisados e no sentido de cultura dentro da Antropologia. Com isto espero esclarecer um fato importante: o movimento de legitimação e institucionalização no campo das Ciências possibilita e atua como gatilho para novos discursos no campo das políticas públicas. Pretendo também no final do próximo item mostrar quais as contribuições da Análise de Discurso para a discussão em torno do objeto “cultura”.

⁴⁷ Cito como exemplo o conceito de *empoderamento* e a possibilidade que ele oferece de deslocar o foco ainda mais para o indivíduo “pobre”. Apesar de estar presente no relatório de 1990, é no de 2001 que o indivíduo ganha centralidade a qual, em 1990, era dada ao papel do mercado. Isso aponta para o fato de que, dentro do discurso do Banco Mundial, existem deslocamentos no modo de argumentar em prol de uma definição de pobreza, de pobre, e de combate a ambos, mas a “natureza” do argumento em si pouco mudou.

4. Contribuições teóricas da Antropologia e da Análise de Discurso para a discussão de “Cultura” e seus efeitos no entremeio de Estrutura e Acontecimento

O que é “cultura”? Quais são os sentidos dados a ela? O conceito de cultura, em última instância, promove e/ou marginaliza a diferença? Estas são algumas questões que contribuem para com a reflexão aqui proposta. “Cultura” pode ter usos específicos, podendo assumir, muitas vezes, a forma de “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 1996, p.10). Com isto quero dizer que, por ser uma noção central nas discussões relacionadas à problematização das formas de sociabilização existentes em nossa sociedade, “cultura” pode ser mobilizada tanto para desconstruir uma aparente homogeneidade, dando lugar à diferença como elemento estruturante das relações humanas, como para reafirmar esta mesma homogeneidade, silenciando neste processo as singularidades que nos permeiam e perpassam. Geertz nos alerta para este fato ao discorrer sobre os usos da diversidade (1999, p.24):

São as assimetrias (...) entre o que nós acreditamos ou sentimos e o que os outros creem e sentem, que torna possível localizar aonde nós estamos agora no mundo, qual é a sensação de aí estar, e onde podemos querer ou não querer ir. Obscurecer essas diferenças e essas assimetrias relegando-as ao campo das diferenças reprimíveis ou ignoráveis, mera dessemelhança (...) significa nos isolar de tal conhecimento e tal possibilidade: a possibilidade de mudar, no mais amplo e literal dos sentidos, nossa mentalidade.

O que o autor afirma é que a diferença serve tanto para pensar que a realidade é complexa, possibilitando uma melhor perspectiva do lugar histórico e socialmente constituído que ocupamos, como também para discriminar. Faz-se então presente a necessidade de pensar sobre os usos de “cultura”, e como que estes usos atribuem significações à “diferença” ou “diversidade”. A problemática aqui apresentada é consequência direta do momento pelo qual passamos. Geertz (*ibid.*, p.31) afirma que

Chegamos a um tal ponto da história moral do mundo (claro, uma história que é tudo menos moral) que somos obrigados a pensar sobre tal diversidade de uma maneira bem diferente da que estamos acostumados. Se for verdade que, ao invés de estarem sendo separados em unidades cercadas e espaços sociais com bordas bem

definidas, modos de viver seriamente díspares estão se misturando em áreas mal definidas e espaços sociais de bordas soltas, irregulares e difíceis de localizar, então a questão de como lidar com os quebra-cabeças de julgamento que tais disparidades levantam assume um aspecto bem diferente. Confrontar paisagens e naturezas-mortas é uma coisa; panoramas e colagens é bem outra. Parece claro por toda parte que nos dias de hoje nós confrontamos essas últimas, que estamos vivendo cada vez mais no meio de uma enorme colagem.

Vivemos em um mundo que, de acordo com Geertz, se parece cada vez mais com um bazar kuaitianiano do que com um clube de *gentlemen* inglês, ou seja, um mundo no qual as relações entre indivíduos são pautadas pela diversidade, dando origens a diferentes colagens, a sociedades sempre em movimento. O panorama descrito por Geertz tem como base uma visão homogênea de diferentes “modos de ser” que, com o processo de globalização, se “misturam” (daí a ideia de colagem), negando assim um elemento importante: a *diferença* se coloca em qualquer que seja a unidade social focalizada.

O movimento mencionado por Geertz é sintoma de um mundo globalizado, caracterizado pela compressão do espaço e do tempo. Segundo Bauman (1999, p.8):

Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores. A globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo.

A quebra das restrições geográficas e cronológicas possibilita novas configurações e novos modos de (inter)agir e de se (inter)relacionar. É a esta dispersão que Stuart Hall chama de “diáspora”. Segundo Hall (2003), este é um momento produtivo para se pensar a questão da relação entre “cultura” e “diferença”. Ele afirma que (*ibid.*, p.320)

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural. Isso vale não somente para a raça, mas também para outras etnicidades marginalizadas, assim como o feminismo e as políticas sexuais no movimento de gays e lésbicas, como resultado de um novo tipo de política cultural.

O cruzamento constante, potencializado pela globalização, de pessoas de nacionalidades diferentes, portadoras de experiências diversas, permite que outras identidades sejam constituídas, atribuindo à “diferença” um papel central no questionamento das relações de poder. Entretanto, assim como Geertz, Hall pensa a diferença a partir do pressuposto de unidades originariamente homogêneas que, ao entrarem em “contato”, ao se “cruzarem”, resultam na diferença. Apoiada em uma determinada noção de relação de poder esta concepção de *diferença* ignora a questão da contradição e do litígio como definição de vínculo social em qualquer instância. Sobre as relações de poder Hall (*ibid.*, p.321) afirma que

As estratégias culturais capazes de fazer diferença são o que me interessa – aquelas capazes de efetuar diferenças e de deslocar as disposições do poder. Reconheço que os espaços ‘conquistados’ para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio na especularização. Eu sei que o que substitui a invisibilidade é uma espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada. Mas simplesmente chamando-a de ‘o mesmo’, não adianta. Depreciá-la desse modo reflete meramente o modelo específico das políticas culturais ao qual continuamos atados, precisamente o jogo da inversão – nosso modelo substituindo o modelo deles, nossas identidades em lugar das suas – a que Antonio Gramsci chamava de cultura como “guerra de manobra” de uma vez por todas, quando, de fato, o único jogo corrente que vale a pena jogar é do das “guerras de posição” culturais.

A concepção de mundo globalizado, caracterizado pela diáspora ou por novas colagens e propagada por grande parte das Ciências Sociais, apesar de apagar a diferença como *litígio*, coloca em xeque as teorias que tenham como objeto a “cultura” e que tratem desta ora privilegiando a estrutura – porque não explicam a mudança – ora privilegiando a ação – porque não explicam a permanência de certas formas de sociabilidade, ou seja, de “comportamentos”.

Para isto muito contribuiu o trabalho de Foucault, que tem como um de seus pontos nodais o fato de mostrar que o poder é, antes de tudo, uma prática que não se possui, mas que circula entre indivíduos. Segundo Foucault (2004a, p.183), o poder

Não é algo que se possa dividir entre aqueles que possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Esta teorização sobre o papel do poder desloca as concepções tradicionais de um poder hierárquico imposto pelo Estado. Além de o poder ser uma prática que se dá nos sujeitos, o Estado deixa de ser o local privilegiado de seu exercício. Por último, o poder não atua só por repressão, ele é positivo, sedutor, cria realidades (*ibid.*, p.148):

Se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande super-ego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo – como se começa a conhecer – e a nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz.

Assim como em outros contextos, no mundo Ocidental capitalista e globalizado o poder assume um papel positivo que tem uma forma histórica específica, relacionada às condições de produção do discurso neoliberal. Foucault (2005, p.135), afirma que “já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade”. Em última instância, o indivíduo *produz* capital e o põe em circulação, sendo então que o poder, necessariamente, o perpassa. Isto significa dizer que o poder afeta também as estruturas, mas que para isso “depende” da ação do indivíduo. Sobre este fato Ortner (2007, p.27) comenta que

Assim, o interesse de Foucault em situar a produção de poder menos nas macro-instituições, como o Estado, e mais nas micro-instituições, como as relações padre-penitente, tem afinidades óbvias com o interesse da teoria da prática em examinar fontes que estão na base de formações maiores.

A reflexão sobre o papel do poder escancarou, em grande parte, a necessidade de se pensar em teorias que conciliem estrutura e ação, isto é, de repensar a questão da “cultura” como algo total, absoluto, e que determina a prática cotidiana dos indivíduos. Segundo Ortner (*ibid.*, p.29) “cultura” é composta por objetos “produtos do incansável funcionamento tanto de dinâmicas internas (sobretudo relações locais de poder) como de forças externas (capitalismo, colonialismo, etc.)”. Em um mundo globalizado há que pensar “cultura” a partir do fato incontornável da diferença, de pensar “cultura como sendo altamente politizada ou como elemento de um processo político” (*ibid.*, p.34), o que lhe garante mobilidade.

O funcionamento político de “cultura”, marcado pela contradição, permite que esta seja usada para promover a diversidade de formas divergentes. Primeiramente, o que se observa em alguns discursos é o uso da cultura como demarcação das diferenças. De acordo com Sahlins (1997, p.2)

A “cultura” está sob suspeita porque marcaria *diferenças* de costume entre povos e grupos, sobretudo quando, ao fazê-lo, visa populações subordinadas dentro de regimes políticos opressivos. O que se ataca aqui é a cultura como *demarcação de diferenças*. (...) Assim, para um povo colonizado ou racialmente discriminado, uma referência à sua cultura (...) seria uma forma de marcar hegemonicamente sua servidão. (...) A idéia antropológica de cultura, por conspirar para a estabilização da diferença, legitimaria as múltiplas desigualdades – inclusive o racismo – inerentes ao funcionamento do capitalismo ocidental.

Nestes casos, “cultura” constitui um espaço onde é possível construir hierarquias entre diferentes grupos. Sahlins afirma que isto é uma redução funcional de “cultura”, apresentando-a como um “meio ideológico de vitimização”. O mesmo autor apresenta outro sentido para “cultura” (*ibid.*, p.4):

Diferentemente da “civilização”, que podia ser transferida aos outros – mediante, por exemplo, os gestos benevolentes do imperialismo – a “cultura” é aquilo que caracterizava de modo singular um determinado povo – ao contrário, por exemplo, das maneiras superficialmente afrancesadas da aristocracia prussiana. Há variedades, não graus, de cultura. Por caracterizar formas específicas de vida, o conceito de cultura é intrinsecamente plural, em contraste com a noção de um progresso universal da razão que culminaria na “civilização” europeia ocidental.

Sahlins formula “cultura” não como uma demarcação das diferenças, estabelecendo relações hierárquicas, mas sim como um instrumento que possibilite olhar a diferença como variedades. Entendo por isto que “cultura”, neste sentido, permite estudar grupos de uma maneira que ponha sempre a diferença em uma relação de horizontalidade, e não de verticalidade. Falarei mais sobre isto adiante.

As questões apresentadas até o momento convergem em um ponto específico, a saber, o olhar entre o “eu” e o “outro”, e o distanciamento (vertical ou horizontal) existente entre estes. É um fato incontornável que este “olhar” mais ou menos distanciado é constituinte de muitas das relações características das Ciências Humanas e Sociais entre pesquisador e o objeto “outro”.

Deste modo a Antropologia apresenta a si mesma alguns questionamentos com grandes repercussões: Será que o fazer científico, a “prática antropológica” deve buscar descrever e analisar o seu objeto de perto, reduzindo o distanciamento entre ambos? Em outras palavras, deverá o “eu” conviver com o “outro”, viver como o “outro”, de forma a melhor entender como as ações individuais que permeiam e perpassam o seu cotidiano modificam, ou não, as estruturas? E por outro lado, será que essa mesma “prática”, em busca da tão propagada “neutralidade”, deve conservar certa distância de seu objeto? O “eu” distante do “outro” permite uma maior perspectiva do que realmente está em jogo? Será o distanciamento um problema ao se lidar com o agenciamento? Ainda é válido pensar sobre o “distanciamento” ou a “proximidade” do objeto de um modo tão literal? São estas questões que causam confusão e, paralelamente, impulsionam o campo da Antropologia. Questões que têm o seu funcionamento atrelado a um efeito de sentido proveniente das pesquisas que fundaram o campo, as quais eram fundamentalmente etnológicas, demandando o contato direto entre pesquisador e objeto. É somente com os movimentos feministas e negros das décadas de 60 e 70 que a Antropologia começa a considerar o fato de que o distanciamento se dá pelo método utilizado e não pela distância empírica⁴⁸.

⁴⁸ Toda a questão do método promover a distância ou proximidade é, em meu entendimento, uma pedra de tropeço para a Antropologia já que, como disciplina científica, foi fundada e legitimada a partir do “contato concreto” com o objeto. Apesar de hoje se reconhecer que isso não fundamental, o sentido da Antropologia como uma prática etnológica ainda circula. A título de exemplificação, ao cursar uma disciplina de Antropologia na pós do IFCH, constatei que a grande maioria da sala estava envolvida com pesquisa de campo, principalmente com “comunidades” indígenas e “comunidades carentes”. Fica então

Entre mais ou menos distância, entre o “eu” e o “outro”, como se dá o funcionamento de “cultura” e a promoção, ou não, da diferença como matéria incontornável das relações humanas? Será a diferença incontornável? O “eu” observa para que possa se compreender melhor? Concordo com Abu-Lughod (1991, p.139)⁴⁹, quando afirma que a Antropologia, Ciência que se ocupa com o estudo de “cultura”

Is a discipline built on the historically constructed divide between the West and the non-West. It has been and continues to be primarily the study of the non-Western other by the Western self (...). And the relationship between the West and the non-West, at least since the birth of anthropology, has been constituted by Western domination.

Isto significa dizer que a questão da diferença sempre foi, mais ou menos explicitamente, um ponto importante para as Ciências Humanas e Sociais, representadas aqui pela a Antropologia. O estudo de outros povos, sociedades, comunidades, é, em última instância, o estudo do “outro”, abarcando a questão do lugar desse “outro”, dessa diferença, numa hierarquia orientada para o “Ocidente”. Entretanto é importante mencionar que reside aqui a grande falha dos discursos sobre a diferença, seja esta “cultural”, de “gênero”, etc.: a “diferença” é situada *entre* sociedades, e não *dentro* delas, como fator definidor do vínculo social. Deste modo, a diferença é abordada a partir de uma lógica que, em minha opinião, impossibilita reflexões mais críticas.

O surgimento de novos movimentos como as feministas ou os “halfies” (mestiços) muito contribuíram para com a desconstrução do posicionamento dicotômico entre “eu” e “outro”. Abu-Lughod (*ibid.*, p.139-140)⁵⁰ afirma que a teoria feminista,

posta a questão (não irei a desenvolver por não se tratar de meu objetivo, mas irei retornar a ela ao tratar das fotografias) do aparente antagonismo entre o positivismo empirista - contato “concreto” com o objeto – e a suposta “neutralidade científica” que esse contato subverteria.

⁴⁹ “É uma disciplina com base na divisão historicamente construída entre o Ocidente e o não-Ocidental. Foi e continua a ser primariamente o estudo dos não-Ocidentais pelo eu Ocidental (...). E a relação entre o Ocidente e o não-Ocidente, pelo menos deste o nascimento da Antropologia, tem sido constituída pela dominação Ocidental.”

⁵⁰ “Uma prática acadêmica que trafega entre eus e outros, tem em sua história relativamente curta se apercebido do perigo em tratar os eus e os outros como dados *a priori* (...). A partir de sua experiência com esta crise da individualidade ou subjetividade, a teoria feminista pode oferecer à antropologia duas lembranças úteis. Primeiro, o eu é sempre uma construção, nunca uma entidade natural ou encontrada, mesmo que tenha essa aparência. Segundo, o processo de criação do eu através da oposição a um outro sempre carrega em si a violência de reprimir ou ignorar outras formas de diferença.”

An academic practice that also traffics in selves and others, has in its relatively short history come to realize the danger of treating selves and others as givens (...) From its experience with this crisis of selfhood or subjecthood, feminist theory can offer anthropology two useful reminders. First, the self is always a construction, never a natural or found entity, even if it has that appearance. Second, the process of creating a self through opposition to an other always entails the violence of repressing or ignoring other forms of difference.

Isso significa que não existe neutralidade no olhar do “eu” da Ciência direcionado ao “outro”, e que a relação posta entre ambos é marcada pela questão das formações imaginárias que funcionam na relação entre A e B, perpassadas por relações de poder:

Feminist and halfie anthropologists (...) force us to confront the dubiousness of maintaining that relationships between self and other are innocent of power. Because of sexism and racial or ethnic discrimination, they may have experienced – as women, as individuals of mixed parentage, or as foreigners – being other to a dominant self, whether in everyday life in the U.S., Britain, or France, or in the Western academy. This is not simply an experience of difference, but of inequality. My argument, however, is structural, not experiential. **Women, blacks, and people of most of the non-West have been historically constituted as others in the major political systems of difference on which the unequal world of modern capitalism has depended.** Feminist studies and black studies have made sufficient progress within the academy to have exposed the way that being studied by “white men” (to use a shorthand for a complex and historically constituted subject-position) turns into being spoken for by them. It becomes a sign and instrument of their power (*ibid.* p.140, 142, grifos meus)⁵¹.

Assim sendo, retomando Ortner (2007), quando afirma que o funcionamento político de “cultura” permite que seja apreendida de diferentes maneiras, e considerando

⁵¹ “Antropólogos feministas e mestiços (...) nos forçam a confrontar a incerteza de que a manutenção de relações entre o eu e o outro são isentas de poder. Devido à discriminação sexista, racial ou étnica, eles podem ter experienciado – como mulheres, indivíduos de pais de diferentes raças, ou estrangeiros – ser outro a um eu dominante, seja na vida cotidiana nos E.U.A, Inglaterra ou França, ou na academia Ocidental. Esta não é simplesmente uma experiência de diferença, mas de desigualdade. Meu argumento, no entanto, é estrutural, não experiencial. Mulheres, negros, e pessoas de grande parte do não-Occidente têm sido historicamente constituídas como outros na maioria dos sistemas políticos da diferença nos quais o mundo desigual do capitalismo moderno tem dependido. Os estudos negros e feministas fizeram progresso suficiente dentro da academia permitindo expor que o modo como pelo qual são estudados pelo “homem branco” (usando neste termo um desvio para não discutir a posição-sujeito complexa e historicamente constituída) se transforma em ser falado por ele. Se torna um signo e instrumento de seu poder.”

que a relação entre o “eu” e o “outro”, a Ciência e o seu objeto, nunca é neutra⁵², a noção de “cultura” e tudo o que ela contempla pode vir a se configurar como um mecanismo no exercício de poder, direcionado aos processos de identificação conforme discorre Foucault (2005). Desta forma, “cultura” é uma ferramenta essencial na construção do outro, sendo que a distinção antropológica entre o “eu” e o “outro” repousa nela. De acordo com Abu-Lughod (1991, p.143-144, grifos meus)⁵³

Anthropological discourse gives cultural difference (and the separation between groups of people it implies) the air of the self-evident (...) in this regard, the concept of culture operates much like its predecessor – race – even though in its twentieth-century form it has some important political advantages. Unlike race, and unlike even the nineteenth-century sense of culture as a synonym for civilization (contrasted to barbarism), **the current concept of culture allows for multiple rather than binary differences. This immediately checks the easy move to hierarchizing; the shift to ‘culture’ (...) has a relativizing effect.** The most important of culture’s advantage, however, is that it removes difference from the realm of the natural and the innate. Whether conceived of as a set of behaviors, customs, traditions, rules, plans, recipes, instructions, or programs (...) culture is learned and can change. Despite its ante-essentialist intent, however, the culture concept retains some of the tendencies to freeze difference possessed by concepts like race.

Segundo Abu-Lughod, a concepção corrente de cultura, ao invés de raça, permite que as diferenças deixem de ser tratadas binariamente para serem abordadas como múltiplas. Porém, devido ao fato de desconhecer o litígio, esta concepção “multiplica” a visão homogênea de grupos, projetando-os como internamente estáveis, cujo o “cruzamento” dá lugar à diferença. Isto nos remete ao que Sahlins (1997) afirma sobre “cultura”, a qual, segundo ele, é constituída por variedades. Posiciono-me

⁵² Este é, aliás, um dos axiomas da Análise de Discurso, já que ela se baseia no fato de que não há sujeito fora da ideologia e da história, incluindo aqui o sujeito da Ciência (Orlandi, 2002).

⁵³ “O discurso antropológico dá à diferença cultural (e à separação entre grupos que ela implica) a aparência de auto-evidente (...) deste modo, o conceito de cultura funciona muito como o seu predecessor – raça – apesar de sua forma no século XX ter vantagens políticas importantes. Ao contrário de raça, e ao contrário do senso de cultura do século XIX como sinônimo de civilização (contrastando com barbárie), o conceito atual de cultura permite diferenças múltiplas ao invés de binárias. Isto permite imediatamente a fácil mudança para a hierarquização; o deslocamento para ‘cultura’ (...) tem um efeito relativizante. A vantagem mais importante da cultura é, no entanto, que ela remove a diferença do âmbito do natural e inato. Seja concebida como um conjunto de comportamentos, costumes, tradições, regras, planos, receitas, instruções ou programas (...) a cultura é aprendida e pode mudar. Apesar desta intenção anti-essentialista, o conceito de cultura retém algumas das tendências em cristalizar a diferença característica de conceitos como raça.”

criticamente frente a esta afirmação, pois se algo é uma “variedade”, o é porque varia em relação a um padrão, ou, em outras palavras, sem padrão não há variação. Isto é, ainda que consideremos que não existam graus e sim variedades de “cultura”, o que aparentemente permite lidar com a diferença de uma forma mais “democrática”, existe ainda, mesmo que recalcada, a velha questão do “eu” e do “outro”, reformulada como o “eu ocidental” e os “outros plurais”. Há um processo de horizontalização das diferenças, que as apresenta de modo estanque, sendo que o exercício do poder não se dá verticalmente, e sim de forma dispersiva. Retomo aqui a reflexão de Abu-Lughod, quando afirma que “cultura” tem um efeito relativizante, de modo a pensar o efeito desta sobre a horizontalização: indo além da superficialidade, o que existe efetivamente e é recalcado no funcionamento de “cultura” são hierarquias mais “amplas” ou “horizontalizadas” das diferenças, dos “diferentes”, que não os coloca no mesmo nível.

Até este ponto tentei mostrar que um dos desafios ao se pensar a noção de “cultura” é como fazê-lo levando em conta as estruturas e, paralelamente, o individual. Se consideramos somente as estruturas, a “cultura” assume um papel determinante nas ações humanas e formas de sociabilidade. Este ponto de vista, no âmbito dos estudos sobre a pobreza, permite discursos que afirmem que determinada comunidade, grupo ou até mesmo nação é “pobre” pois isso é algo que lhes é historicamente, politicamente, socialmente, ou seja, culturalmente intrínseco, logo, cristalizado e muito difícil de sofrer deslocamentos. Por outro lado, se considerarmos somente o individual, a “cultura” passa a ser o resultado do agenciamento por parte do indivíduo, isto é, ele – e este “ele” pode significar mais do que um – através de suas ações, modifica as formas de sociabilidade e de identificação, ou seja, a sua “cultura”. Pensar o componente cultural e a sua relação com a pobreza por este prisma permite afirmar que o pobre só o é porque quer: basta *agir* para sair desta situação⁵⁴.

Esta última maneira de pensar *cultura* embasa aparentemente, e conforme apresentei na discussão anterior, a racionalidade atual dos estudos sobre pobreza, a qual se baseia no paradigma pós-moderno de que tudo é percebido através de uma perspectiva parcial e incompleta, encorajando a desconstrução das estruturas em práticas discursivas, negando a materialidade das estruturas como entidades reais. Em outras palavras, ao afirmar que as estruturas são discursos, o movimento pós-moderno

⁵⁴ Esta é uma relação que à qual o dicionário Furetière já aludia em sua definição de *pauvre*: o “pobre” como alguém sem “caráter”.

impõe os indivíduos a resistirem e a se “libertarem” dos “discursos estruturais” através de outras interpretações. Isso só é possível se o sujeito for eleito como baluarte da própria mudança. Assim sendo, no mundo pós-moderno, globalizado, capitalista, etc. o indivíduo assume um papel central como unidade de análise, principalmente quando se trata do tema da pobreza e desigualdade. Isto traz algumas consequências para o modo como se estruturam as formas de enfrentamento destas questões.

É neste ponto que a Análise de Discurso tem muito a contribuir, pois nos mostra como os discursos são em parte estrutura, ou seja, são efeitos dos modos de funcionamento das estruturas (Pêcheux, 1997). Isto significa que o aparato teórico da Análise de Discurso permite lançar uma nova luz sobre as discussões teóricas e políticas acerca da pobreza, um olhar diferente daquele hoje legitimado e propagado por grande parte das Ciências Sociais, embasadas em teorias pós-modernistas, que colocam o indivíduo como centro e causa das questões e problemas inerentes ao convívio social, ignorando assim as condições de produção. A Análise de Discurso toma outro caminho, apontando para este indivíduo apresentado pelas Ciências Sociais como sendo um efeito de sentido da ideologia pós-modernista e capitalista que define as Formações Discursivas nas quais este indivíduo se identifica através da forma-sujeito e que determinam o que pode e deve ser dito dentro de uma determinada conjuntura política/ideológica (Pêcheux, 1988a).

É importante afirmar que não estou dizendo que os discursos de cunho científico, político, econômico e cultural sobre a pobreza são determinados somente pelas estruturas que compõem o mundo globalizado. Há que levar em conta que os discursos são também acontecimento (Pêcheux, 1997) e que são passíveis de vários deslocamentos, interpretações e diferentes leituras.

Em 1967 Pêcheux, sob o pseudônimo Thomas Herbert, publicou um dos textos fundadores da Análise de Discurso intitulado *Remarques pour une théorie general des ideologies*. Neste texto Pêcheux começa afirmando que se apóia sobre a preposição de que

(...) toda a Ciência – qualquer que seja seu nível atual de desenvolvimento e seu lugar na estrutura teórica – é produzida por um trabalho de mutação conceptual no interior de um campo conceptual ideológico em relação ao qual ela toma uma distância que lhe dá, num só movimento, o conhecimento das errâncias anteriores e

a garantia de sua própria cientificidade. Nesse sentido, toda a Ciência é inicialmente Ciência da ideologia da qual ela se destaca. (Herbert, 1994, p.64).

Pêcheux distingue neste artigo duas formas predominantes de ideologia, que funcionam segundo ilusões e esquecimentos específicos. A primeira seria a *forma empírica*, na qual a relação entre o sujeito e as coisas é tomada como uma relação natural, sendo a língua um código que permite nomeá-las. Segundo Rodríguez-Alcalá (2005), a questão central nesta forma de ideologia é que ela pressupõe a passagem contínua e homogênea entre a ordem natural e a ordem humana, através do esquecimento apontado por Pêcheux da especificidade simbólica do “animal humano”, pelo qual a gênese da ordem do simbólico é situada no interior da ordem biológica. A segunda forma seria a *forma especulativa*, que lida com as relações entre sujeitos, entendidas enquanto relações “naturais” cuja característica seria precisamente a natureza lingüística do “animal humano” como animal social apto para intercambiar significações codificadas. Nesta forma da ideologia, conforme propõe Pêcheux, existe um recalque da instância política, na idéia de que toda sociedade seria um mero sistema em funcionamento, cujos membros se comunicam intersubjetivamente com a ajuda de “códigos”. De acordo com Rodríguez-Alcalá (*ibid.*) a articulação de ambas as formas de ideologia cria a ilusão da existência de um *continuum* bio-psico-social, na concepção da realidade humana, primeiramente da ordem natural (real) à ordem humana (sujeito), e em último lugar do sujeito para com outros sujeitos. Este *continuum* explica a hierarquia das Ciências estabelecida na visão neo-positivista dominante, que vão desde a Química e Física, passando pela Biologia e desembocando no sujeito através da Psicologia, formando uma base teórica e ideológica à qual muitas Ciências humanas se filiam. Estas seriam, nessa concepção, um prolongamento das Ciências naturais. Esta determinação natural da ordem humana tem como efeito significar a maneira como se dão as formas de sociabilidade como uma necessidade natural, alheias à responsabilidade dos sujeitos. Assim sendo, dentro desta lógica, a violência e a pobreza seriam um sintoma da *natureza humana*, cabendo então às políticas públicas somente o reconhecer e o responder às “leis naturais”, “administrando” assim o viver em comunidade. Em suma, o *continuum* bio-psico-social promove um apagamento do político ao relacionar, em última instância, os fatos e acontecimentos de nossa sociedade a uma causa de *ordem*

natural, isto é, ao situar que a sociedade *cultiva* sua *cultura* em determinações naturais. Para Pêcheux (1988a, p.72)

As teorias empiristas do conhecimento, tanto quanto as teorias realistas, parecem ter interesse em esquecer a existência das disciplinas científicas historicamente constituídas, em proveito de uma teoria universal das ideias, quer tome ela a forma realista de uma rede universal e, a priori, de noções, quer tome a forma empirista de um procedimento administrativo aplicável ao universo pensado como conjunto de fatos, objetos, acontecimentos ou atos. Esses dois tipos de teoria podem ser qualificados de ideológicos, na medida em que exploram a existência das disciplinas científicas, mascarando essa existência, de forma que a distinção entre Ciência e não-Ciência seja encoberta.

De forma a discutir este paradigma, Pêcheux sustenta a existência de um corte simbólico, através do qual visa romper com essa perspectiva que atribui uma continuidade a estas relações. Este corte é operado via discurso, determinado pela ideologia e pelo inconsciente materializado na língua, sendo que é a partir desse reconhecimento que a cultura deve ser definida: o que as sociedades *cultivam*, o trabalho sobre as condições materiais de existência, está determinado ideologicamente, ou seja, é fruto de um trabalho simbólico e político sobre essas condições de existência. Dentro da perspectiva discursiva a passagem entre a ordem natural e a ordem humana não é direta nem homogênea (Rodríguez-Alcalá, 2005.). Através de um gesto teórico a ideologia é discursivizada, introduzindo o equívoco, a falha, o esquecimento e a contradição como elementos estruturantes do sujeito, animal não natural, mas político e simbólico, reflexo de um trabalho da ideologia sobre o real. Observa-se aqui um forte questionamento em relação à ideologia que sustenta as Ciências ditas “naturais” e ao estatuto do sujeito humanista. Esta é uma das principais propostas da Análise de Discurso, e permanece até hoje um dos focos principais do campo.

Orlandi (2002) discorre sobre este ponto, pensando não só o assujeitamento e a relação ideologia → discurso → língua, (fato desenvolvido por Pêcheux), mas também acrescentando elementos importantes que permitem pensar o papel do Estado na individua(liza)ção do sujeito no social. A autora começa por afirmar que “o assujeitamento não é quantificável” (*ibid.*, p.66), o que significa dizer que o sujeito se submete à língua para dizer (e ser dito). Conforme já mencionei antes, nas palavras de Althusser (1971, p.171) “toda ideologia tem a função de constituir indivíduos concretos

em sujeitos”, sendo que, segundo Orlandi (2002), este fato decorre do vínculo radical do sujeito ao simbólico. Assim sendo, a noção de discurso desenvolvida por Pêcheux, permite que a Análise de Discurso se beneficie “da linguística, do materialismo e da psicanálise, sem se colocar como herdeira servil nem do marxismo, nem da psicanálise, nem da linguística.” (*ibid.*, p.68). Desta forma, “entre o possível e o historicamente determinado é que trabalha a análise de discurso. Nesse entremeio, nesse espaço da interpretação. A determinação não é uma fatalidade mecânica, é histórica.” (*ibid.*, p.69).

Todos estes pontos permitem afirmar que a Análise de Discurso, assim como a concebeu Pêcheux – tendo em mente que não há Ciência e sujeito fora da ideologia – tem o potencial e a possibilidade de agir como uma ciência dentro das outras Ciências (humanas e sociais, “rígidas”, etc.), mostrando que “a ideologia não é uma pura falsa consciência, uma pura alteridade, mas o indício de um problema real” (MALDIDIER, NORMAND e ROBIN, 1997, p.85), permitindo analisar o funcionamento dos discursos, questionando assim os possíveis sentidos que cruzam e constituem os paradigmas instituídos em nossa sociedade.

Ao conceber o discurso como seu objeto, constituído simultaneamente pela língua e pela ideologia, sendo irreduzível a uma ou outra, a Análise de Discurso instaura a possibilidade de deslocamento e descentramento das noções de língua e história, ao focar em um ponto nodal às duas, a saber, o político. De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p.24):

A dificuldade do estudo das línguas naturais provém do fato de que suas marcas sintáticas nelas são essencialmente capazes de deslocamentos, de transgressões, de reorganizações. É também a razão pela qual as línguas naturais são capazes de política.

Isto aponta para o primado da autonomia relativa da língua, ou seja, a língua tomada como sistema fechado em si só não é suficiente para produzir sentidos. Há que remeter o seu funcionamento para o que lhe é, como sistema autônomo, exterior⁵⁵, ou

⁵⁵ Há que deixar claro que este ponto de vista é o disseminado por vários campos da Linguística, os quais entendem a língua como um sistema autônomo cujo funcionamento não depende do exterior. Assim sendo, lida-se com o social e o histórico como se fossem um acréscimo à língua, o que opera um fechamento. Por pensar o discurso como a relação da língua na história, a Análise de Discurso compreende a língua enquanto sistema simbólico perpassado pelas condições de produção, ou seja, neste sentido não há um extralingüístico para o discurso.

seja, ao histórico. Esta afirmação traz alguns pontos importantes ao se pensar língua, linguagem e sujeito: primeiramente, a relação do sujeito com a língua é feita na história, logo, não há linguagem sem ideologia; segundo, afirmar que não há linguagem sem ideologia significa dizer que a linguagem não é transparente; e por último, se a linguagem não é transparente é porque a língua, matéria constituinte da linguagem, é política, pois está sempre posta em “relação a”. Segundo Orlandi (2008)

O político é aqui compreendido de um ponto de vista discursivo sendo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido, esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas. Por outro lado, a ideologia refere o próprio fato de que a língua não é transparente e que há injunção à interpretação em condições de produção em que joga a relação dos sujeitos com os sentidos, no mundo. Sem esquecer que esta relação é trabalhada pelo equívoco, compreendido como inscrição da falha da língua na história.

Pensar a língua como política é possível, entre outros fatores, devido à reflexão sobre a noção saussureana de valor do signo linguístico. Para Saussure, um signo é definido por aquilo que os outros não são⁵⁶. Esta questão desloca o debate centrado na oposição significado/significante:

Passamos de uma configuração dicotômica para um espaço de três termos, em que o linguístico se baseia em uma exclusão. O que vem aqui (...) é a relação de um signo com um outro signo, o mecanismo não gestáltico interno à língua, próprio ao real desta última: o valor sustenta e, ao mesmo tempo, limita o arbitrário (...) Colocar o valor como peça essencial do edifício equivale a conceber a língua como rede de “diferenças sem termo positivo”, o signo no jogo de seu funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade; conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a “presença” do dizer e do sintagma; o não dito é constituinte do dizer, porque o todo da língua só existe sob a forma não finita do “não-tudo”, efeito da alíngua (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.58)

O primado do valor permite operar uma quebra com teorias linguísticas centradas no conteúdo, pois insere o significante em uma cadeia:

⁵⁶ Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 2006, p.136).

“o sentido” é produzido no “non-sens” pelo deslizamento do significante, de onde a instauração do primado da metáfora sobre o sentido, mas é indispensável acrescentar imediatamente que esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica, identificada com a evidência de um sentido (PÊCHEUX, 1988a, p.300).

Deixa-se de lidar com a oposição para se trabalhar com a contradição: um sentido não é somente “um ou outro”, mas sim “um e outros”. Este movimento “abre” a língua, mostrando-nos a sua incompletude. Orlandi (2008, p.19) afirma que

A incompletude é característica do todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude, incompletude que consideramos como uma qualidade e não um defeito: a falta, como temos dito em abundância, é também o lugar do possível na linguagem. É isto que chamamos “a abertura do simbólico”, à qual juntamos o fato de que a questão do sentido é uma questão que não se fecha pois é uma questão filosófica. Em outras palavras, o sentido é o ponto nodal em que a Lingüística tem a ver com a Filosofia e as Ciências Sociais.

Gadet e Pêcheux (2004, p.19, 32) entendem que este ponto, o real da língua, é a pedra de tropeço da Lingüística

Ciência da língua e das línguas, Ciência da divisão sob a unidade, traria assim, inscrito em seu destino o desejo irrealizável de curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento da divisão. Seria esse destino que induz a estranha propensão da lingüística a se resvalar na ignorância? Essa surdez interna ganha terreno cada vez que a lingüística deixa o *real da língua*, seu objeto próprio, e sucumbe às realidades psicossociológicas dos atos de linguagem que – pelo viés da designação, do contrato, do imperativo ou do performativo – terminam em histórias de maçãs (...) tudo não pode ser dito, em outras palavras, toda língua é afetada por uma divisão (figurada pela distinção entre o correto e o incorreto), que se sustenta pela existência de um impossível, inscrito na própria ordem da língua.

Ou seja, o real da língua é a incompletude; o “poder falar tudo” é impossível. Não há sujeito centrado capaz de dar à língua uma unidade e coesão total, assim como também não há um sentido definido, já que a consciência do sujeito está descentrada, determinada por processos inconscientes. Pêcheux (1990a, p.8) afirma que “através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em

relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ (...) o alhures, o além e o invisível”. É o jogo da língua com a história que vai indicar quais os sentidos possíveis. Assim sendo, se há um real da língua – sua incompletude – o que dizer então da história?

Se considerássemos que a categoria materialista de real especifica-se exclusivamente pela sua relação com o impossível, com que real poder-se-ia afirmar que o materialismo histórico trabalha? A questão do materialismo excede, portanto, o puro terreno da epistemologia: ela engaja uma aposta política baseada na existência de um real da história. O materialismo histórico pretende basear-se em uma percepção desse real como contradição (*ibid.*, p.35).

Afirmar que o real da história é a contradição nos leva a pensar a história como uma constante demanda de sentidos, ou seja, há sempre diferentes percursos de interpretação, diferentes leituras determinadas pelas condições de produção e relações de poder. Desta forma, trabalhar com o discurso é trabalhar com a possibilidade de deslocamentos, com a reformulação, tendo a língua como base material que permite o movimento da história⁵⁷. Segundo Henry (1981, p.162):

A categoria discurso implica uma des-individualização do sentido e da significação. Os fatos de sentido da ordem do discurso não são remissíveis ao discurso de um sujeito, nem mesmo aos de vários conjuntos para fazer uma espécie de “sujeito médio”, mas a “formações discursivas” que não têm realidade no nível do indivíduo, senão pelo fato de que elas determinam as posições que pode e deve ocupar todo indivíduo, para ser o sujeito de uma enunciação provida de sentido.

Este postulado retira a centralidade do sujeito, pois qualquer deslocamento se dá pelo simbólico. O sujeito ocupa uma “posição”, isto é, ele é constituído frente a determinações históricas. Em outras palavras, a possibilidade de deslocamentos reside na incompletude da língua e na impossibilidade de “resolver” a história. Logo, ao falarmos do real da língua e do real da história, entramos no campo da dispersão e do movimento, da possibilidade dos sentidos virem a serem outros.

⁵⁷ Sobre este fato Pêcheux (1990, p.8) afirma o seguinte: “Assim, a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?”

Assim sendo, a Análise de Discurso permite abordar o funcionamento dos discursos e a constituição dos sentidos tanto do ponto de vista estrutural como do individual – não cognitivo, mas do sujeito tomado pela língua e sua incompletude, pelo histórico e suas contradições. As implicações que isto acarreta para o estudo dos discursos sobre a pobreza são, no mínimo, produtivas: os sentidos de pobreza não são transparentes e imóveis, passando a serem colocados em “relação a”, ao funcionamento político e ideológico, à “posição sujeito” que os indivíduos ocupam e que incidem nas formas de sociabilidade. Face ao histórico, estes sentidos funcionam em termos contraditórios e múltiplos. A incompletude do simbólico “abre” os discursos sobre a pobreza, possibilitando fugir ao estabilizado: enquanto que grande parte das Ciências Sociais tem como foco ou a estrutura ou o sujeito, a Análise de Discurso fornece ferramentas que permitem deslocar o olhar para o processo existente entre ambos. É no entremeio dos discursos estruturais/sobre a estrutura e dos discursos individualizantes/sobre o indivíduo que sentidos surgem e outros são calados. E esta é uma questão que não cessa nunca, daí a possibilidade de desestabilizar e desnaturalizar “cultura” e “pobreza”, isto é, analisar os seus sentidos como sendo constituídos em redes de filiações sócio-históricas, e não como um fato *natural e/ou cultural*, o que é um modo de dizer que deste ponto de vista, não há determinações de ordem cultural/natural, e sim, ocupação de posições-sujeito na ordem social. É nesta conjectura que a ideia de *funcionamento* permite relacionar estrutura e acontecimento. De acordo com Pêcheux (1988a, p.190)

A história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes, como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma ‘inovação nas mentalidades’, uma ‘criação da imaginação humana’, um ‘desarranjo dos hábitos do pensamento’, etc., mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica (...) as condições de produção do conhecimento científico estão inscritas nas condições de reprodução/trans formação das relações de produção.

O fato de toda produção de conhecimento, todo corte epistemológico estar inscrito numa conjuntura histórica determinada pelas relações de produção, indica que

não há um momento ou local de inocência “pré-epistemológico”, ou seja, não há a ignorância “pré-científica”. As formas de produção de conhecimento colocam em jogo, “sempre-já”, objetos desse conhecimento “até o ponto de acumulação que constitui as condições de possibilidade do corte epistemológico no qual são produzidos os *conceitos fundadores* de uma Ciência”. (*ibid.*, p.192). Esse conhecimento que “precede o corte epistemológico” em determinado campo permanece inscrito na forma sujeito, ou seja, “existem sob a forma de um *sentido evidente* para os sujeitos – seus suportes históricos – através das transformações históricas que afetam esse sentido.” (*ibid.*). É este processo que permite construir um saber sobre a pobreza que a naturaliza, saber este ancorado a uma noção “científica” de cultura que emerge a partir de condições de produção determinadas pela estrutura econômica:

O que resulta disso no que se refere à discursividade é que o efeito de conhecimento coincide, nessas condições, com um efeito de sentido inscrito no funcionamento de uma formação discursiva, isto é, como se viu, o sistema de reformulações, paráfrases e sinônimas que a constitui. (*ibid.*, p.192-193).

A Análise de Discurso oferece ferramentas que permitem olhar de modo crítico para alguns discursos provenientes da Antropologia e da Economia que, ao enfatizarem a pobreza como um problema estrutural, ou individual, no qual a “cultura” é peça importante, acaba determinando e naturalizando quais os sentidos atribuídos ao pobre. Como mostrarei a seguir, este mecanismo também está presente em documentos produzidos sob a chancela da ONU.

5. A Cúpula do Milênio: Matriz para o “Desenvolvimento Humano”

Entre 6 e 8 de Setembro de 2000, os países membros da ONU se reuniram na chamada “Cúpula do Milênio” para discutirem e traçarem novas metas aos objetivos de desenvolvimento no novo milênio. Desta cúpula, surgiu a “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, na qual está definida a lista dos principais componentes da agenda da ONU até o ano de 2015. Estes componentes são⁵⁸:

- a) Erradicar a extrema pobreza e fome
- b) Atingir o ensino básico universal
- c) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
- d) Reduzir a mortalidade infantil
- e) Melhorar a saúde materna
- f) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
- g) Garantir a sustentabilidade ambiental
- h) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Com base nos componentes acima, a ONU tem traçado os seus objetivos que se encontram espelhados em seus vários documentos, textos, livros, panfletos de propaganda, etc. Estes documentos vão traçando efeitos de sentido a partir dos quais se constrói a racionalidade de seu discurso, revelando um sujeito da ação, capaz de, deliberadamente, alterar o mundo em sua volta. Tal efeito pode ser evidenciado pelos seguintes verbos de ação-processo: erradicar, atingir, promover, reduzir, melhorar, combater, garantir e estabelecer (CAMPOS, 2011). Tais verbos indicam a expressão de uma “... ação realizada por um sujeito agente e/ou de uma causação levada a efeito por um sujeito causativo, que afetam um complemento. A ação-processo sempre atinge um complemento que expressa mudança de estado, de condição ou de posição...” (BORBA, 1990, p.XVII). O funcionamento discursivo desses verbos aponta para certos indícios de que, assim como no relatório de 2001 produzido pelo Banco Mundial, aqui também o indivíduo ocupa sua forma histórica dentro do capitalismo neoliberal, a de sujeito jurídico, agente e responsável pelos seus atos.

⁵⁸ Texto retirado do site <http://www.pnud.org.br/odm/#>

No prefácio da declaração, o então secretário geral da ONU Kofi Annan dirige-se ao leitor afirmando (ONU, 2000, p.2, grifos meus):

Os líderes definiram alvos concretos, como **reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem na pobreza extrema, fornecer água potável e educação a todos**, inverter a tendência de **propagação do VIH/SIDA** e alcançar outros objetivos no domínio do desenvolvimento. Pediram o reforço das operações de **paz** das Nações Unidas, para que as **comunidades vulneráveis** possam contar conosco nas horas difíceis. E pediram-nos também que combatêssemos a **injustiça** e a **desigualdade**, o **terror** e o **crime**, e que protegêssemos o nosso patrimônio comum, a Terra, em benefício das gerações futuras.

É interessante notar que ao mencionar a pobreza como um dos problemas existentes, a declaração opera uma diferenciação entre *pobreza* e *pobreza extrema*, sendo que a última abarca aqueles que vivem com menos de um dólar por dia e aqueles que passam fome. Esta definição de pobreza vai em direção à adotada pelas Ciências Sociais no final da década de 90, já que leva consideração o fator renda e também a “qualidade de vida”, ou seja, indivíduos que vivam com mais de um dólar por dia mas que passem fome são inseridos na faixa da *pobreza extrema*. A mesma pode também ser relacionada à definição de *pobreza rural absoluta*, usada como base teórica pelo Banco Mundial sobre a presidência de McNamara para a formulação de estratégias. Deste ponto de vista, a declaração do milênio é construída em cima de uma divisão histórica da pobreza, a qual alicerça todo o discurso neoliberal, já que naturaliza uma pobreza considerada “aceitável”, tendo-se que combater somente os casos “extremos”.

Depois de mencionar a pobreza a declaração elenca uma série de outros elementos relacionados à higiene, saúde, segurança e educação. Apesar de os problemas mundiais serem apresentados de forma sequencial, mais à frente se observa que, no terceiro capítulo da declaração com o tema “O desenvolvimento e a erradicação da pobreza”, todos são relacionados (*ibid.*, p.9, grifos meus):

19. Decidimos ainda: a) Reduzir para metade, até ao ano 2015, a percentagem de habitantes do planeta com **rendimentos inferiores a um dólar por dia e a das pessoas que passam fome**; de igual modo, reduzir para metade a percentagem de pessoas que **não têm acesso a água potável ou carecem de meios para o obter**. b) Velar por que, até esse mesmo ano, as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam **concluir um ciclo completo de ensino primário**

e por que as crianças de **ambos os sexos tenham acesso igual a todos os níveis de ensino**. c) Reduzir, até essa data, **a mortalidade materna em três quartos e a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em dois terços**, em relação às taxas actuais. d) Até então ter detido e começado a **inverter a tendência actual do VIH/SIDA**, do flagelo do paludismo e de outras **doenças graves** que afligem a humanidade. e) Prestar **assistência especial às crianças órfãs** devido ao VIH/SIDA. f) Até ao ano 2020, ter melhorado consideravelmente a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes das **zonas degradadas**, como foi proposto na iniciativa “Cidades sem bairros degradados”. 20. Decidimos também: a) Promover a **igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher como meios eficazes de combater a pobreza, a fome e as doenças** e de promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Assim como em “Desenvolvimento como Liberdade”, do prêmio Nobel da economia Amartya Sen, a declaração do milênio, publicada no mesmo ano, e também baseada no “desenvolvimento⁵⁹”, complexifica a pobreza como objeto ao relacioná-la com diversas problemáticas de campos e características diferentes. Ao isolar todos fica claro que se resumem à lista inicial dos principais componentes a serem abordados até 2015 pela ONU. Ou seja, tanto no campo das Ciências Sociais (representadas aqui pela obra de Sen), como no campo das instituições globais multilaterais (na figura do Banco Mundial e da ONU), o deixar de caracterizar a pobreza apenas pela falta de renda mínima, isto é, atrelar o viés social ao econômico, resulta em um efeito interessante: a pobreza é significada como um grande “guarda-chuva” sob o qual todas as outras crises mundiais se encontram. A introdução do social (social aqui no sentido daquilo que, em primeira instância, não pertence à alçada do econômico) na definição de pobreza fez com que vários fatores já aqui mencionados – da igualdade de gêneros, passando pela educação, saúde, etc. – fossem deslocados e colocados sob a chancela da pobreza, silenciando a responsabilidade social que é historicamente do Estado. Vê-se aqui em funcionamento uma das características do discurso sobre a pobreza, ao significá-la como a causa ou a raiz de todos os problemas⁶⁰. Esse efeito aponta para outro extremamente interessante: a dificuldade de se lidar com o social, resultando em seu

⁵⁹ A ênfase no “desenvolvimento” nos discursos sobre a pobreza é basilar, condição de funcionamento desses mesmos discursos, já que se configura como o grande pré-construído neoliberal sobre o qual todas as articulações e argumentações são desenvolvidas. Parte-se do princípio que todos almejam o “desenvolvimento” determinado pelos padrões ocidentais neoliberais.

⁶⁰ É importante mencionar que, como mostrei no início do trabalho, este discurso já era presente na Idade Média, onde a palavra “pobre” foi designada para se referir a problemas concernentes à saúde e segurança.

apagamento, assim como do político. Observa-se nesta rede de filiações o funcionamento da contradição, já que se na declaração da cúpula do milênio a pobreza é significada como *causadora* de uma multitude de problemas, no relatório do Banco Mundial de 2001 ela é *efeito* dos mesmos problemas. Acredito que isso se deve às diferentes posições nas quais estas instituições estão inscritas. A ONU, em sua “missão humanitária”, se propõe a resolver os problemas da humanidade significando a pobreza como o avatar das diversas crises, apagando o fato de que estes problemas são produto do funcionamento capitalista do mercado. O relatório do Banco Mundial de 2001, ao afirmar que a pobreza é consequência da falta de saúde, educação, igualdade de gêneros, empoderamento, etc. acaba tendo o mesmo efeito, o de retirar o mercado do foco. A argumentação dessas instituições se esforça em “totalizar” o papel da problemática, é a pobreza pela pobreza, desvirtuando assim discussões mais críticas e, principalmente, livrando o capitalismo neoliberal.

Fica ainda por mencionar o papel do indivíduo nesta trama discursiva. O prefácio da declaração termina da seguinte maneira (*ibid.*, p.2, grifos meus)

Na Declaração, os dirigentes mundiais deram indicações claras sobre como adaptar a Organização ao novo século. Estão preocupados – aliás, justamente – com a eficácia da ONU. Querem acção e, acima de tudo, resultados. Pela minha parte, renovo a minha dedicação e a do meu pessoal ao cumprimento deste mandato. **Mas, em última análise, são os próprios dirigentes que são as Nações Unidas.** Está ao seu alcance, e portanto **compete-lhes a eles, alcançar os objectivos** que definiram. **A eles e àqueles que os elegeram, os povos do mundo,** digo: só vós podeis decidir se a ONU estará à altura do desafio.

Neste parágrafo o secretário geral Kofi Annan reitera o seu compromisso em cumprir os acordos alcançados e ratificados na cúpula do milênio, e coloca a ONU em posição de ser cobrada em relação à sua eficácia. Através do mecanismo de paráfrase a responsabilidade da cobrança sofre um deslizamento, dos dirigentes da ONU para os dirigentes dos governos que a compõem, e destes para os cidadãos que os elegeram. Quem deve alcançar os objetivos são os 196 países que assinaram o documento produzido na cúpula, e para tal é necessária a compreensão e a participação dos que os *elegeram*, os *povos do mundo* que têm como um de seus deveres fiscalizar a instituição democrática. Assim sendo, apesar de este recorte não mencionar diretamente

a luta contra a pobreza e, à primeira vista, não se filiar a nenhuma das grandes instituições multilaterais reguladoras do mercado global, o discurso da ONU, ao colocar o cidadão no centro do processo, ou seja, ao *empoderá-lo*, fortalece sua rede de filiações com outros discursos provenientes de uma matriz claramente neoliberal. Tanto na esfera do econômico como na do social os sentidos dados para o sujeito são os mesmos: o da responsabilidade individual.

A grande maioria dos planejamentos de políticas públicas propostas pela ONU e outros órgãos a ela filiados tem como base o Índice de Desenvolvimento Humano, instrumento desenvolvido com o objetivo de mensurar o “desenvolvimento” – dentro de uma concepção neoliberal – das nações. É a partir desta ferramenta que os Relatórios de Desenvolvimento Humano, documento chefe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), são produzidos. É sobre estes relatórios que falarei a seguir.

5.1 O Relatório de Desenvolvimento Humano

Os documentos mais relevantes para a análise são sem dúvida os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH). Estes relatórios são fruto do PNUD, órgão da ONU responsável pela promoção do desenvolvimento e luta contra a pobreza. Junto com a elaboração do relatório, o PNUD é também responsável pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma medida comparativa que serve de base para o relatório e que tem como objetivo possibilitar a mensuração e a classificação dos países pelo seu grau de “desenvolvimento humano”. Este índice foi desenvolvido juntamente com o primeiro RDH no ano de 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a parceria de Amartya Sen, e sofreu uma revisão no ano de 2010⁶¹. A principal característica do RDH e, concomitantemente, do IDH é o de utilizar uma equação que leve em consideração a dimensão “econômica” e “social”. Sobre o conceito e a história do relatório, o PNUD afirma^{62 63} (grifos meus):

⁶¹Nesta revisão houve uma adaptação dos cálculos e o item *taxa de escolarização* foi substituído por *índice de educação*, o qual é subdividido em *índice de anos médios de estudo* e *índice de anos esperados de escolaridade*.

⁶² Retirado de <http://hdr.undp.org/en/humandev/> em 17/05/2011.

Human Development is a development paradigm that is about **much more than the rise or fall of national incomes**. It is about **creating an environment in which people can develop their full potential** and lead productive, creative lives in accord with their **needs and interests**. **People are the real wealth of nations**. **Development is thus about expanding the choices people have to lead lives that they value**. And it is thus about much more than economic growth, which is only a means — if a very important one — of enlarging **people’s choices**. Fundamental to enlarging these choices is **building human capabilities — the range of things that people can do or be in life**.

The Human Development Report was first launched in 1990 with the **single goal of putting people back at the center of the development process** in terms of economic debate, policy and advocacy. The goal was both massive and simple, with far-ranging implications — going beyond income to assess the level of people’s long-term well-being. Bringing about development **of the people, by the people, and for the people**, and emphasizing that the goals of development are **choices and freedoms**.

Toda a conceptualização do RDH gira em torno do indivíduo, peça fundamental para a elaboração de um cálculo de desenvolvimento mais “social” e “humano”. O conceito de indivíduo que o relatório apresenta, e que ao longo dos anos vem construindo, é o de um indivíduo livre para decidir, desenvolver e alcançar o seu potencial, seja através do investimento no “capital humano”, seja investindo em suas “capacidades humanas”⁶⁴. Logo o desenvolvimento é sinônimo da relação e atuação do

⁶³ “O desenvolvimento humano é um paradigma em desenvolvimento que vai além do crescimento ou redução das rendas nacionais. É sobre criar um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu potencial e levar vidas produtivas e criativas de acordo com suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Deste modo o desenvolvimento está relacionado à expansão das escolhas que as pessoas têm em viver a vida que valorizam. Logo, é bem mais do que o crescimento econômico, o qual é apenas um meio – mesmo que muito importante – que ampliar as escolhas das pessoas. Fundamental para a ampliação destas escolhas é a construção de capacidades humanas – o alcance das coisas que as pessoas podem fazer ou ser em vida.”

“O RDH foi lançado em 1990 com o objetivo único de colocar as pessoas de volta no centro do processo de desenvolvimento no que diz respeito ao debate econômico, políticas e medidas de apoio. O objetivo era tanto massivo como simples, com implicações amplas – ir além da renda do modo a avaliar o nível de bem estar das pessoas a longo prazo. Causar o desenvolvimento das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, e enfatizar que os objetivos do desenvolvimento são escolhas e liberdades.”

⁶⁴ De acordo com Ugá (2004), a teoria do capital humano afirma que as diferenças de renda são influenciadas pelo capital humano (principalmente educação) que cada indivíduo investe em si mesmo. “Em suma, o raciocínio básico pode ser assim sintetizado: (i) aumento da educação dos trabalhadores, (ii) estes terão suas habilidades e conhecimentos melhorados, (iii) quanto maiores as habilidades e conhecimentos, maior a produtividade do trabalhador; (iv) essa maior produtividade acaba gerando maior competitividade e, assim, maiores rendas para o indivíduo.” (*ibid.*, p.59). Já o conceito de capacidade

indivíduo livre, isto é, do *cidadão*, com e através da democracia. Isto significa que o RDH tem como base um Estado democrático pleno e idealizado. É este Estado imaginário que permite formular uma noção de desenvolvimento atrelado à liberdade que tenha o indivíduo como agente responsável pela sua prática.

É também interessante notar a rede de filiações com o surgimento do discurso neoliberal. Ao afirmar no primeiro recorte que *as pessoas são a verdadeira riqueza das nações*, o PNUD nos remete a “The Wealth of Nations”, a principal obra do economista Adam Smith⁶⁵, publicada em 1776, considerada a base para a teoria econômica moderna. Neste livro Smith tece uma reflexão sobre a economia no início da Revolução Industrial e defende que as economias abertas são mais produtivas e benéficas à sociedade. Através de um mecanismo de paráfrase o PNUD institui que as pessoas livres, e não mais o mercado livre, são a *riqueza das nações*, colocando assim a liberdade individual e social como condição para a liberdade econômica e o pleno funcionamento do mercado. Já no segundo recorte há uma referência direta à declaração de Gettysburg⁶⁶, o discurso mais famoso do então presidente dos Estados Unidos

humana desenvolvido por Sen (2000) se baseia no princípio da liberdade. Para melhor ilustrar, Sen usa o dilema de Annapurna, que busca contratar da maneira mais correta possível alguém para limpar seu jardim, considerando 3 candidatos, os quais executariam o trabalho com a mesma qualidade e o mesmo preço. A) Dinu é o mais pobre e, considerando que não há nada mais importante de ajudar aos pobres, ele seria a contratação correta - princípio da igualdade econômica; B) Bishanno empobreceu recentemente e é o mais triste, portanto, Annapurna considera que ele é quem ficaria mais feliz com o trabalho (já que Dinu e o outro candidato já estão mais acostumados com a pobreza) – princípio da utilidade; C) Rogini usaria o dinheiro para curar-se de uma doença crônica e, apesar de não ser tão pobre quanto os outros, é o que mais se beneficiaria da oportunidade - princípio da liberdade. A doença limita a liberdade de Rogini em ter uma melhor qualidade de vida, no sentido de perseguir seus objetivos. A capacidade humana depende da funcionalidade da instituição democrática. Segundo Sen (*ibid.*, p.182) a democracia deve ser vista como criadora de um conjunto de oportunidades, logo, é necessário uma análise que aborde a prática da democracia, isto é, o uso das oportunidades e direitos políticos.

⁶⁵ Amartya Sen (2000) menciona várias vezes “The Wealth of Nations” e o restante da obra de Adam Smith como sua fonte principal de inspiração.

⁶⁶ “Há 87 anos, os nossos pais deram origem neste continente a uma nova Nação, concebida na liberdade e consagrada ao princípio de que todos os homens nascem iguais. Encontramo-nos atualmente empenhados numa grande guerra civil, pondo à prova se essa Nação, ou qualquer outra Nação assim concebida e consagrada, poderá perdurar. Eis-nos num grande campo de batalha dessa guerra. Eis-nos reunidos para dedicar uma parte desse campo ao derradeiro repouso daqueles que, aqui, deram a sua vida para que essa Nação possa sobreviver. É perfeitamente conveniente e justo que o façamos. Mas, numa visão mais ampla, não podemos dedicar, não podemos consagrar, não podemos santificar este local. Os valentes homens, vivos e mortos, que aqui combateram já o consagraram, muito além do que nós jamais poderíamos acrescentar ou diminuir com os nossos fracos poderes. O mundo muito pouco atentará, e muito pouco recordará o que aqui dissermos, mas não poderá jamais esquecer o que eles aqui fizeram. Cumpre-nos, antes, a nós os vivos, dedicarmo-nos hoje à obra inacabada até este ponto tão insinamente adiantada pelos que aqui combateram. Antes, cumpre-nos a nós os presentes, dedicarmo-nos à importante tarefa que temos pela frente – que estes mortos veneráveis nos inspirem maior devoção à causa pela qual

Abraham Lincoln. Apesar do sentido diferente (pessoas ao invés de povo), o trecho *of the people, by the people, and for the people*, é exatamente o mesmo, tanto no discurso de Lincoln como no texto do PNUD. Este recorte nos remete a um dos discursos fundadores da democracia americana, no qual a liberdade e a igualdade são colocadas como valores máximos e a ação do povo - a cidadania - é significanda como meio de se alcançar o ideário democrático. Tendo em vista estes fatos afirmo então que o RDH é um documento que veicula e legitima o neoliberalismo no campo das instituições e políticas públicas, já que tem um duplo efeito: coloca a ação do indivíduo livre como condição essencial para o bom funcionamento do mercado e, ao fazer isso, determina que a liberdade de mercado é o modelo ideal para o funcionamento econômico e social. Este efeito de sentido sobrepõe capitalismo e liberdade, constituindo um ideário no qual é impossível vislumbrar a existência de um sem o outro. Isto leva, em última instância, ao não questionamento das contradições inerentes ao sistema econômico e a aceitar os princípios capitalistas de maneira acrítica e passiva, já que dentro do discurso neoliberal aqui analisado, questionar o capitalismo é sinônimo de colocar a liberdade em perigo. Em última instância, a liberdade de mercado funciona como uma espécie de síntese da liberdade de escolha.

A equação que servia de base até 2009 para se calcular o IDH usava três índices como critério de avaliação⁶⁷, sendo que seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento pleno):

A) Índice de educação: Consiste em dois indicadores, sendo o primeiro a taxa de alfabetização de pessoas acima dos com 15 anos, com 2/3 do peso, e o segundo, com 1/3 do peso, é a taxa de escolarização: o somatório das pessoas matriculadas em cursos do ensino fundamental, médio ou superior, supletivo ou pós-graduação, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade.

B) Longevidade: Considera a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade, em um

deram a última medida transbordante de devoção – que todos nós aqui presentes solenemente admitamos que esses homens não morreram em vão, que esta Nação, com a graça de Deus, renasça na liberdade, e que **o governo do povo, pelo povo e para o povo** jamais desapareça da face da terra.”

⁶⁷ Informações retiradas de <http://www.pnud.org.br/home/> em 17/05/2011.

ano de referência, deve viver. Reflete as condições de saúde e de salubridade no local, já que o cálculo da expectativa de vida é fortemente influenciado pelo número de mortes precoces.

C) Renda: A renda é calculada tendo como base o PIB per capita do país. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina essas diferenças.

Com estes índices realizava-se o seguinte cálculo⁶⁸:

$$\text{IDH} = \frac{L + E + R}{3}$$

$$L = \frac{EV - 25}{60}$$

$$E = \frac{2TA + TE}{3}$$

$$R = \frac{\log_{10} \text{PIBpc} - 2}{2,60206}$$

Como podemos observar a equação concentra todos os pontos centrais utilizados para se definir a pobreza nos relatórios produzidos pelo Banco Mundial em 1990 e 2001, isto é, renda, saúde e educação. Em outras palavras, apesar de o RDH ser, em tese, um documento marcado pelo investimento nas “capacidades humanas”, a equação tem como base a teoria do capital humano, já que não faz referência a nenhum

⁶⁸ L - Longevidade, E - Educação, R - Renda, EV - Expectativa de vida ao nascer, TA - Taxa de Alfabetização. TE - Taxa de Escolarização. log10 – logaritmo decimal do PIB per capita.

tipo de “liberdade”, levantando então a seguinte questão: como representar uma medida aritmética da liberdade e da cidadania? Mais interessante é olhar a questão por outro prisma, ou seja, por se tratar de um documento que afirma ter como base as capacidades humanas, ao calcular e publicar o IDH o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, através do RDH, legitima os países mais “justos”, mais democráticos no sentido de permitirem aos cidadãos expandirem as suas capacidades.

Por se tratar de um índice extremamente importante para o planejamento das políticas públicas, a nível internacional, nacional e municipal (os fenômenos medidos – longevidade, educação e renda – são os mesmos, havendo uma mudança nos indicadores levados em conta, sendo escolhidos os mais adequados para avaliar as condições de núcleos menores), é importante refletir sobre o uso do IDH já que este, por ser a ferramenta principal do RDH, formula um espaço de interpretação das condições econômicas e sociais, a nível macro e micro, que incidem na pobreza, ou seja, o IDH constrói e retrata uma ordem social mundial que passa pelo crivo da ONU. E que ordem mundial é esta? Através das críticas do economista Bryan Caplan ao IDH⁶⁹ é possível vislumbrar esta “nova ordem”:

A) Ao dar pesos iguais à Longevidade, Educação e Renda, e ao limitar as medidas entre 0 e 1, o IDH permite que se criem cenários absurdos. Efetivamente isso significa que um país de imortais com uma renda per capita infinita teria uma pontuação de 0.666 (menor do que a África do Sul), caso a sua população fosse iletrada e nunca tivesse frequentado a escola.

B) Apesar de o IDH achar plausível atribuir pesos iguais aos três fatores, é importante compreendermos que isso se deve à racionalidade ocidental que ele tenta imprimir. Mesmo que todos concordem que tanto a renda como a longevidade possam ter pesos similares, independentemente da região do mundo (de um modo genérico, já que ninguém quer ter falta de poder de compra e ser doente ou morrer cedo), colocar a educação no mesmo páreo é questionável, se considerarmos que outros “bens”, para usar a nomenclatura de Amartya Sen (2000), podem ser compreendidos como mais importantes do que a educação, ou seja, existem contextos nos quais a educação formal escolarizada não é tida como algo imprescindível para se alcançar ou potencializar o

⁶⁹ Retirado de http://econlog.econlib.org/archives/2009/05/against_the_hum.html em 18/05/2011.

bem estar⁷⁰. Há aqui outro problema ao qual Caplan não faz referência: a própria noção de “renda” é tão “cultural”, ou seja, relativa, quanto a de educação (apesar de, no atual panorama mundial, a falta de educação e renda formal poder se configurar como um sério empecilho). Em economias de subsistência a “renda” não é um fator central. Esta possibilidade coloca em xeque o discurso do empoderamento.

C) O fato de 1/3 do peso do índice da Educação vir da taxa de escolarização que, como vimos acima, tem como um dos parâmetros o total de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio ou superior, significa que para se alcançar o coeficiente máximo neste índice é necessário que toda a população seja composta por estudantes.

D) Por último Caplan afirma que o maior problema do IDH é a falta de ambição, pois ao impor limites, restringe a possibilidade de medições mais realísticas dos países ricos, ou seja, as metas do IDH foram formuladas tendo em mente a possibilidade de crescimento das nações pobres. Caplan afirma então que o IDH proclama o “fim da história”, sendo que a Escandinávia é o pináculo do alcance humano, já que o “IDH é basicamente a medida de quanto escandinavo o teu país é”.

Apesar do tom de deboche, as críticas de Caplan não devem ser desconsideradas, pois apontam para um fato que tenho tentado mostrar ao longo desta análise: as instituições multilaterais abordam a pobreza como fenômeno a partir de uma ordem social idealizada criada por elas mesmas na qual o cidadão agente/empoderado e a democracia plena são as duas peças principais. É a partir desta ordem que a racionalidade do RDH de 2003 é desenvolvida.

5.2 O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2003 (RDH 2003) tem como tema *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. O título do relatório já deixa claro de antemão uma filiação direta com os objetivos de desenvolvimento do milênio produzidos 3 anos antes, apontando para o fato de que a pobreza é atribuída, ou ela é vinculada, à causa de todos os grandes problemas globais, conforme se pode verificar no trecho a seguir (ONU, 2003, p.1, grifos meus)

⁷⁰ A título de exemplo, este é o caso de comunidades que funcionam em torno da agricultura, nas quais, em muitos casos, a educação formal não é imprescindível.

Emanado da Declaração do Milênio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milênio vinculam os países a fazer mais no ataque aos **rendimentos inadequados, à fome generalizada, desigualdade de género, deterioração ambiental e à falta de instrução, cuidados de saúde e água potável**. Também incluem acções para **reduzir a dívida e aumentar a ajuda, comércio e transferências de tecnologia** para os países pobres (...) A necessidade de erradicar a pobreza não concorre com a necessidade de tornar o mundo mais seguro. Pelo contrário, **erradicar a pobreza devia contribuir para um mundo mais seguro** – a visão da Declaração do Milênio.

Assim como na Declaração do Milênio, as dificuldades mundiais são postas em uma relação direta e binária com a pobreza, dando a entender que através da erradicação da causa primária, todos os outros problemas serão facilmente solucionados⁷¹. Apesar de o RDH 2003, assim como os outros documentos analisados até aqui, apresentar a pobreza como uma entidade complexa e que possui várias faces, ao relacioná-la de um modo simplista com saúde, educação, segurança, etc. acaba por operar um reducionismo ao afirmar que a solução para todos os problemas é a erradicação da pobreza. Observa-se aqui mais uma vez a contradição em funcionamento, já que o mesmo objeto é alvo de uma visão complexa e redutora.

Outra peculiaridade também presente em alguns dos documentos analisados diz respeito à estrutura do texto e à argumentação. Após os parágrafos iniciais, os relatórios produzidos pelo Banco Mundial (1990, 2001), afirmam sobre a necessidade de compreender as causas da pobreza e de reexaminar as tendências no combate a ela dos anos anteriores, para de seguida introduzir um novo elemento. O RDH 2003 segue o mesmo padrão (*ibid.*, p.1, grifos meus):

Para **tratar** da pobreza é preciso **compreender as suas causas**. Este Relatório contribui para essa compreensão, **analisando as causas radicais do fracasso do desenvolvimento**. Durante a década de 1990, os debates sobre o desenvolvimento concentraram-se em três conjuntos de questões. O primeiro foi a **necessidade de reformas económicas** para criar estabilidade macroeconómica. O segundo foi a **necessidade de instituições fortes e de boa governação** — para impor o estado de direito e controlar a corrupção. O terceiro foi a **necessidade de justiça social e de envolver as pessoas nas decisões**

⁷¹ É interessante verificar a filiação do RDH 2003 com o discurso do Banco Mundial enquanto presidido por McNamara, que associa a segurança doméstica e internacional ao “controle” da pobreza.

que as afectam, a elas e às suas comunidades e países – uma questão que este Relatório continua a defender. Estas questões são cruciais para o desenvolvimento humano sustentável e continuam a merecer uma atenção prioritária na decisão política. **Mas passam ao lado de um quarto factor**, aqui explorado: **os constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano**. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio apresentado neste Relatório propõe uma abordagem política para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que começam pelo tratamento desses constrangimentos.

Primeiramente quero focar no uso do verbo *tratar*, o qual o dicionário Aurélio online define do seguinte modo (grifos meus):

v.t. Agir bem ou mal com alguém: tratar os vencidos com humanidade. / Receber, hospedar: tratou-nos esplendidamente. / **Modificar por meio de um agente**: tratar um minério. / Expor verbalmente ou por escrito; discutir sobre: tratar de uma questão. / **Cuidar: tratar de um doente**. / Dar certo título, qualificação ou alcunha a; tachar de: tratar alguém de Excelência. / Pactuar, ajustar: despachou o embaixador para tratar uma trégua com o inimigo.

O funcionamento do sistema da língua demanda que, ao utilizar *tratar* – um verbo transitivo direto – algo seja posto na posição de objeto, o que aconteceu aqui com a pobreza. Para além dos efeitos na linearidade textual há que se prestar atenção para aqueles que apontam para a autonomia relativa desse mesmo sistema, ou seja, os que escancaram o fato de que a língua funciona na história: a pobreza significada como objeto das Ciências, das instituições multilaterais e das políticas públicas. É também interessante considerar que para se *tratar* algo há a necessidade de um agente capaz de proporcionar uma mudança. Conforme mostrei anteriormente, a posição de agente é ocupada pelo indivíduo em sua configuração histórica atual, a de sujeito de direito. O verbete também menciona usos do termo que se referem à esfera da medicina. Deste modo a pobreza seria uma metáfora de *doença*. Esta colocação pode parecer estranha, mas a frase inicial do trecho transcrito é composta por sentidos que apontam para uma relação entre doença e diagnóstico: *Para tratar da pobreza é preciso compreender as suas causas*; ou, através de um deslocamento no eixo paradigmático, *Para tratar a doença é preciso diagnosticar as suas causas*. Burke e Porter afirmam que “a nomeação de doenças envolve classificação, promove o prognóstico e indica a terapia. Como diz o velho ditado, uma doença nomeada é uma doença quase curada.” (1993, p. 366).

Diagnosticar as deficiências na saúde, educação, distribuição de renda, segurança, disparidade entre “gêneros”, etc. como causas da pobreza permite a construção de um cenário “favorável” – mesmo que imaginário – no qual a “cura”, ou a solução do problema, está bem próxima. Se este olhar clínico para a pobreza possibilita enunciar e elencar uma série de causas, complexificando-a, opera, de outro lado, uma redução nominalista. Segundo Foucault (2003, p.135):

Compostas de letras, as doenças não têm outra variedade além da ordem de sua composição. Suas variedades remetem, em última análise, a estes poucos indivíduos simples, e tudo o que se pode construir com eles e acima deles não é nada mais do que Nome (...) com relação ao ser individual e concreto, a doença nada mais é do que um nome; em relação aos elementos isolados de que está constituída, tem a arquitetura rigorosa de uma designação verbal.

O que Foucault está aqui dizendo é que a nomeação da doença cria a ilusão de que o nome aceita tudo, de que qualquer coisa pode ser colocada sob a égide da doença. O mesmo fenômeno acontece com a pobreza, já que nomeá-la e significá-la como “o maior de todos os problemas” surte um efeito de apagamento: relativiza as questões de saúde, educação, segurança, etc. ao colocá-las debaixo da pobreza de um modo desproporcional.

O RDH 2003 continua a sua argumentação ao afirmar que as estratégias de incentivo ao desenvolvimento falharam na década passada e ao apresentar os três elementos que serviram de base para o combate à pobreza: *necessidade de reformas econômicas* (mercado), *necessidade de instituições fortes e de boa governação — para impor o estado de direito e controlar a corrupção* (Estado), e *a necessidade de justiça social e de envolver as pessoas nas decisões que as afectam* (indivíduo). Em seguida o RDH 2003 acrescenta um novo elemento, a saber, *os constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano*. Este constante acréscimo de novos elementos (o relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1990 tinha como base dois elementos, o de 2001 três, e o RDH 2003 tem quatro) aponta para a atualização de uma memória. Pêcheux (1997) ilustra este fato através da análise do enunciado “On a gagné” veiculado pela mídia quando François Mitterrand venceu as eleições na França, ao afirmar que este se configura em um acontecimento discursivo que convoca e reorganiza uma memória, pondo em circulação outros possíveis sentidos.

O mesmo se dá no discurso aqui analisado, já que enunciar as causas do “fracasso” na luta contra a pobreza permite recuperar uma memória e trazer novos elementos, atualizando-a. O acréscimo dá o efeito de novidade, de movimento para frente, de que algum progresso está sendo feito. Outro elemento recorrente é a centralidade dada ao indivíduo. Aqui, como na Declaração do Milênio, o indivíduo na posição sujeito cidadão ocupa um papel central através de deslizes na cadeia paradigmática, conforme se pode observar no próximo recorte (ONU, 2003, p.1-2, grifos meus):

Os Objectivos só terão êxito se significarem alguma coisa para os **milhares de milhões de indivíduos** a que se destinam. Os Objectivos têm que se tornar uma **realidade nacional**, abraçada pelos **principais participantes – as pessoas e os governos**. São um conjunto de pontos de referência para avaliar o progresso — e para **proporcionar às pessoas a responsabilização dos políticos**. Ajudam as pessoas a lutar pelo tipo de políticas e acções que hão-de criar empregos dignos, melhorar o acesso às escolas e erradicar a corrupção. **Também são compromissos dos líderes nacionais, que têm de ser responsabilizados pelos seus eleitorados em função do seu desempenho.** (...) **Grupos da sociedade civil** – desde organizações comunitárias a associações profissionais, passando por grupos de mulheres e redes de organizações não governamentais (ONG) – têm um papel importante na ajuda à execução e acompanhamento do progresso em direcção aos Objectivos. Mas estes também exigem **estados** capazes e eficientes, que cumpram os seus compromissos de desenvolvimento. E exigem **mobilização popular** para sustentar a vontade política de os atingir. Essa **mobilização popular exige culturas políticas abertas e participativas**.

Através de algumas substituições – *milhares de milhões de indivíduos* → *realidade nacional* → *principais participantes as pessoas e os governos* → *às pessoas a responsabilização dos políticos* – ao cidadão é novamente atribuída a responsabilidade pelo sucesso no combate à pobreza através do cumprimento dos objetivos do milênio. Assim como no nível “nacional” a responsabilidade pela pobreza é atribuída aos indivíduos, à sua (in)capacidade, apagando o processo económico/nacional que o produz, no nível internacional a responsabilidade pela pobreza de certas nações é atribuída a elas, à sua capacidade, apagando o processo económico/internacional. Este mecanismo é o mesmo utilizado no último parágrafo do prefácio da Declaração do Milênio, apesar de aqui ser mais aparente. É interessante notar que os elementos que serviram de base para a argumentação dos documentos analisados surgem novamente: o mercado na figura do 3º setor – *grupos da sociedade civil* -, o Estado e o sujeito de

direito – *mobilização popular* – assim como a questão cultural – *culturas políticas abertas*. Este “aglomerado” de elementos permite afirmar que o RDH 2003 é resultado da somatória de todas as tendências no combate à pobreza descritas nos documentos que o precedem. Seguindo a veia do neoliberalismo, a argumentação em prol do mercado e responsabilizando o indivíduo também está presente (*ibid.*, grifos meus):

As reformas políticas, como a **descentralização dos orçamentos e das responsabilidades pelo fornecimento de serviços básicos, colocam a tomada de decisão mais perto das pessoas e reforçam a pressão popular para a realização dos Objectivos.** (...) Em Moçambique, autoridades locais empenhadas e com capacidade financeira aumentaram a cobertura de vacinação e as consultas pré-natal em 80%, vencendo limitações de capacidade através da contratação de Organizações Não Governamentais (ONG) e de fornecedores privados a nível municipal. (...) Este tipo de acção colectiva melhora os serviços básicos e ajuda a estimular e sustentar a vontade política. **Cidadãos comuns pressionam os seus líderes para cumprirem os seus compromissos políticos. E os Objectivos fornecem aos cidadãos um instrumento que lhes permite exigir a responsabilização dos seus governos.**

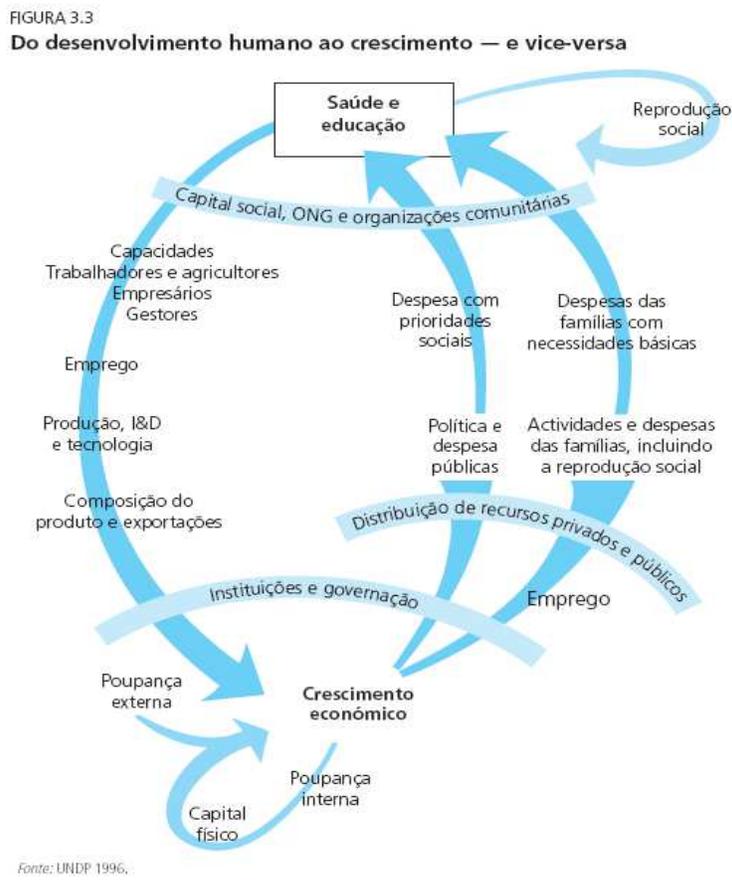
O RDH 2003 apresenta como condição do exercício da cidadania o livre funcionamento do mercado, afirmando que ao fazer isso retira do Estado a tomada de decisões, colocando-a nas mãos da sociedade. Dentro deste panorama os Objectivos do Milênio são apresentados como uma ferramenta para a cidadania permitindo aos *cidadãos comuns* responsabilizarem o Estado pelos insucessos, apesar de, como tenho mostrado, a responsabilidade cair sempre sobre o indivíduo. Através deste movimento o mercado é significado como o “guardião” dos Objectivos do Milênio, que por sua vez são reflexo das necessidades sociais, ou seja, em uma democracia neoliberal o mercado desloca o papel do Estado, livrando a sua responsabilidade.

Voltando à atualização da estratégia no combate à pobreza, o RDH 2003 acrescenta um quarto fator, denominado *constrangimentos estruturais que impedem o crescimento econômico e o desenvolvimento humano*, afirmando que (*ibid.*, p.4, grifos meus):

A maioria dos países de prioridade máxima e alta está a tentar atingir esses limiares básicos. Todavia, enfrentam **obstáculos estruturais profundamente instalados**, que terão dificuldade em vencer por si próprios. **Os obstáculos incluem barreiras aos mercados**

internacionais e níveis elevados de dívida – muito acima do que podem pagar dada a sua limitada capacidade de exportação. Outro obstáculo importante é o **tamanho e a localização de um país**. Outros constrangimentos estruturais ligados à **geografia de um país** incluem **baixa fertilidade dos solos, vulnerabilidade a choques climáticos, ou desastres naturais e doenças implacáveis como a malária**.

Ao introduzir problemas estruturais relacionados ao mercado, à geografia, às catástrofes naturais e a epidemias, o RDH 2003 assinala operar uma mudança na estratégia de combate à pobreza, se apoiando em questões que em primeira instância estão fora da alçada da ação individual. Porém isto não significa que a questão do agenciamento através do empoderamento e da cidadania deixa de figurar como uma das bases do funcionamento discursivo do RDH 2003, conforme se pode verificar na imagem abaixo, retirada do terceiro capítulo que tem como título “*Vencer as barreiras estruturais ao crescimento – para alcançar os Objectivos*” (*Ibid.*, p.70):



O desenvolvimento humano é apresentado como tendo dois alicerces, o crescimento econômico e o investimento em capital humano representado pela saúde e educação, sendo que os três fatores – mercado (*instituições, distribuição de recursos privados*), Estado (*governança, distribuição de recursos públicos*) e indivíduo (*capital social*⁷², *organizações comunitárias*) – que vem delineando as estratégias de combate à pobreza nos diversos documentos estão aqui representados de forma bem clara, ao contrário do novo elemento denominado *barreiras estruturais*, que é apresentado de modo diluído. Para o identificarmos é necessário voltar um pouco no texto do RDH 2003 (p.4, grifos meus)

As respostas políticas aos **constrangimentos estruturais** exigem intervenções simultâneas em várias frentes – juntamente com maior apoio externo. **Seis cachos de políticas** podem ajudar os países a sair das suas armadilhas de pobreza: A) **Investir cedo e ambiciosamente na educação básica e na saúde**, estimulando ao mesmo tempo a igualdade de gênero. Estas são condições prévias do crescimento econômico sustentado. O crescimento, por sua vez, pode gerar emprego e aumentar o rendimento – realimentando mais ganhos na educação e na saúde. B) **Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores em ambientes desfavoráveis** – isto é, da maioria das pessoas com fome do mundo. Uma estimativa fiável diz que 70% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura. C) **Melhorar as infra-estruturas básicas** – como portos, estradas, energia e comunicações – para reduzir os custos de fazer negócios e vencer barreiras geográficas. D) **Intensificar uma política de desenvolvimento industrial que alimente a iniciativa empresarial e ajude a diversificar a economia**, afastando-a da dependência das exportações de produtos primárias – com um papel activo para as pequenas e médias empresas. E) **Promover a governação democrática e os direitos humanos** para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de

⁷² A teoria do capital social foi desenvolvida por Robert Putnam, sendo definida como “o conjunto de elementos da organização social, encarnados em normas e redes de compromisso cívico, que constitui um pré-requisito para o desenvolvimento econômico assim como para um governo efetivo. São elementos básicos do ‘capital social’ a autoconfiança que gera a confiança social, as normas de reciprocidade (associativismo) e as redes de compromisso cívico (responsabilidade social). Especificamente na América Latina, o conceito de ‘capital social’ é dirigido às comunidades locais e às populações pobres. A noção de ‘capital social’ visa, portanto, a conservar as relações sociais capitalistas, construindo uma nova sociabilidade a partir da redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, apontando para uma ‘ação integrada’, baseada na colaboração, entre essas duas esferas. Segundo seus formuladores, o capital social’ é, assim, um instrumento para formação da ética da responsabilidade coletiva, de fortalecimento da subjetividade e uma estratégia de recomposição da cidadania perdida pelo aumento da desigualdade, a partir de práticas democráticas baseadas no voluntariado e na concertação social. O ‘capital social’ é, ainda, um componente intangível do desenvolvimento econômico.” (NEVES, PRONKO, MENDONÇA).

todas as pessoas. F) **Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã**, de modo que as melhorias do desenvolvimento sejam de longo prazo.

Colocando em relação a imagem a partir deste recorte é então possível identificar que somente o item A) está representado de uma forma bem visível e clara, sendo que os outros estão inseridos nos componentes restantes. Isso sinaliza que apesar de os problemas serem estruturais, a sua solução passa por ações localizadas de capacitação e empregabilidade. É também interessante notar que as questões de saúde e educação sempre acabam vindo à baila, indicando que todas as estratégias de combate à pobreza giram em torno do capital humano. Deste modo, o RDH 2003 não adiciona nada de inovador sendo, assim como os outros documentos que o antecederam, uma atualização/reformulação da mesma estratégia que tem como base o livre mercado, a redução da presença Estatal e o agir do cidadão, pensados a partir de uma democracia plena e idealizada.

5.3 O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2005

Em 2005 foi produzido pelo PNUD Brasil o *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005: Racismo, Pobreza e Violência*. O relatório apresenta as três palavras chave como os principais entraves ao desenvolvimento no Brasil, propondo assim fazer uma reflexão e análise que possibilite superar as dificuldades geradas pelos três pontos. De acordo com o seu prefácio (PNUD Brasil, 2005, grifos meus)

O desenvolvimento humano tem como fundamento a remoção dos **obstáculos que restringem as escolhas dos indivíduos – obstáculos socioeconômicos, como pobreza e analfabetismo, ou institucionais, como censura e repressão política**. O Brasil convive, há séculos, com uma barreira que trava o desenvolvimento humano de parte significativa de sua população: **o racismo**, que se apresenta como um **obstáculo de caráter tanto institucional** (por meio de políticas que ignoram a população negra e indígena) **quanto socioeconômico** (por meio da desigualdade social que segrega parte da população nas áreas mais pobres do país). Todos temos direito à segurança humana. A ausência dessa condição impede a **expansão de oportunidades, o direito às escolhas** e, ultimamente, o direito à vida. Os **jovens negros**, a principal aposta para um futuro diferente, são as vítimas mais frequentes da violência nas grandes cidades brasileiras. Uma violência que só encontra paralelo em países em

guerra civil. Isso significa que **essa parcela da população vive não só uma situação de pobreza de renda, mas também de pobreza de direitos**. O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 tem como principal objetivo provocar uma reflexão e uma análise de racismo, pobreza e violência, apontando caminhos que tornem possível remover obstáculos ao desenvolvimento humano – **não só dos negros, mas de todos os brasileiros, dado que a contribuição desse grupo para a história, a cultura e a economia o torna parte indissociável do futuro do país**.

O texto do prefácio, principalmente o seu parágrafo inicial, mostra ao leitor o ponto de vista apresentado pelo relatório, o qual se insere na matriz que caracteriza a totalidade dos documentos aqui analisados. O RDH 2005 Brasil, assim como outros RDHs internacionais, compreendem a noção de *Desenvolvimento Humano* a partir da obra do economista Amartya Sen, conforme já comentado, isto é, o desenvolvimento como resultado da *remoção dos entraves à ação individual*, sendo que neste processo o Estado ocupa a função de intermediador entre o indivíduo/cidadão (ou “em vias de ser cidadão”) e o mercado. O texto também apresenta outro sintoma característico do discurso neoliberal da ONU: mostrei em seções anteriores que, principalmente após o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2001, a pobreza é apresentada como uma soma ou consequência de uma série de outros fatores, mas que ainda assim é significada, através de uma determinada concepção de *cultura*, como um problema estrutural ou individual, sendo abordado de forma dicotômica. Mesmo que silenciado, o discurso presente no relatório sobre o desenvolvimento humano produzido pelo Banco Mundial em 1990, fortemente embasado nas políticas públicas das décadas anteriores que compreendiam a pobreza como um problema primeiramente econômico, ainda circula e significa, levando a uma compartimentação e categorização das causas e efeitos dos problemas sociais. No RDH 2005 esse efeito não se refere só à *pobreza*, como também ao *analfabetismo* (leia-se educação) – apresentados como *obstáculos socioeconômicos* – e à *censura e repreensão política* – que figuram como *obstáculos institucionais*. Ao inserir *pobreza* e *educação* na alçada do *socioeconômico*, este discurso desloca o foco da responsabilidade do Estado. Primeiramente porque, conforme tenho mostrado, o sentido de *social* é construído de um modo que coloca a ação individual no cerne da mudança: o *status quo* se mantém devido à “incapacidade do indivíduo”; em segundo lugar porque a economia e o mercado são apresentados

como questões estruturais às quais o Estado funciona à parte, como complementar. Resumindo, seja pelo viés econômico ou social o Estado, no discurso neoliberal, não ocupa um papel central.

Do outro lado do espectro se tem a *censura e repreensão política* como *obstáculos institucionais*. Apesar de o Estado figurar como instituição há que notar os possíveis sentidos que circulam dentro do discurso neoliberalista aqui em análise. De acordo com o que foi dito anteriormente, o discurso dos documentos produzidos sob a chancela da ONU pressupõem uma ordem social baseada no ideário da Democracia plena, que desconsidera ou desconhece a condução do litígio como o cerne de seu funcionamento e que subentende a existência de um *Estado Democrático* que permita e incentive o livre e total acesso ao “exercício da *cidadania*”. Deste modo a *liberdade* é significada como *liberdade de mercado*, condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico, colocando em circulação outro efeito de sentido, segundo o qual *países pobres/em desenvolvimento são países sem democracia ou em vias de se tornarem democráticos* (dentro dos padrões idealizados do discurso aqui analisado). O racismo é então apresentado no contexto brasileiro como consequência de acontecimentos socioeconômicos – *expansão de oportunidades* – e institucionais “característicos” de um “país em desenvolvimento” – *direitos às escolhas* –, ou seja, assim como em outros temas, indivíduo, mercado e Estado estão no cerne da problemática.

Seguindo a esteira do discurso da ONU no qual a pobreza é significada como um grande “guarda chuva” sob o qual reside toda uma gama de problemas, o racismo figura também como mais uma consequência das várias faces da pobreza, no caso *econômica e de direitos*. Mais uma vez se observa em funcionamento a contradição, já que apesar de a pobreza ser significada como uma grande confluência de outros problemas, continua a ser abordada de modo estanque.

Por último chamo atenção para o funcionamento da separação racial operada no recorte *não só dos negros, mas de todos os brasileiros*. Este recorte é atravessado por uma série de já-ditos, seja no contexto das ciências humanas e sociais no Brasil, na figura da “Democracia Racial” (Jesus, 2008), como no contexto destas mesmas ciências a nível internacional. De acordo com Silvério (1999) esta separação tem como base a resposta dada pelo movimento político negro às teorias raciais (seja de cunho explicitamente biológico ou de cunho “social”) desenvolvidas por cientistas brancos,

denominada de *Pan-africanismo*, e que tinha como objetivo a criação de uma identidade entre negros. Segundo o autor (*ibid.*, p.20)

Com esta ideia central da construção de uma unidade mundial entre os negros, o pan-africanismo tem seu início na diáspora fora da África. Desenvolveu-se por meio de uma complicada triangulação atlântica de influências entre o Novo mundo, Europa e África (...) associado à necessidade de reagrupar um povo que experimentou um processo de dispersão (...) este processo, aparentemente, resultou em um sentimento de desterritorialização e despossessão, com a perda de referência em relação à “mãe” África, além de caracterizar uma ausência de liberdade, de independência e de dignidade, palavra mágica no vocabulário Pan-africanista. Reconquistar a dignidade perdida é a chave de quase todas as ações deste movimento.

Silvério afirma (p.20-23) que os temas principais que perpassam o Pan-africanismo e que são latentes em sua literatura são o do exílio, da ambiguidade em relação ao Ocidente – a “incapacidade” de se desvencilhar do “mundo ocidental”, o da criação de uma identidade comum entre negros, a qual dará origem a um senso de solidariedade e segurança, a da consciência de que “raça” nasce de cor, a do passado perdido – a aceitação da condição de negro que vem acompanhada pela demanda da descoberta do passado da “raça” negra, a da ideia de uma “personalidade africana” peculiar e distinta. Assiste-se então a um processo peculiar no qual o branco significa o *negro* como negativo e o negro, por sua vez, se reconhece e se reafirma como tal, resignificando neste processo a sua “condição” como algo do qual se orgulha tendo como ponto inicial a partilha de um mesmo passado, uma mesma cultura, uma mesma história. Deste modo em *não só dos negros, mas de todos os brasileiros* vemos o funcionamento de uma separação histórica e ideológica caracterizada pela contradição: dos brancos brasileiros que demarcam o negro como não brasileiro (em termos de cidadania, liberdade, etc.) e dos negros que se reafirmam como tal de modo a criarem uma identidade além da de “negro brasileiro”. Seja de um ou do outro lado do espectro, o indivíduo ocupa neste discurso uma mesma posição sujeito, a de *negro*. Segundo Pêcheux (1988a, p.163)

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do

sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

Alguns parágrafos adiante, na seção intitulada “Sumário Executivo”, o RDH 2005 apresenta dados do IBGE e do Ministério da Saúde que mostram que a quantidade de jovens negros assassinados entre os 20 a 24 anos, em 2001, foi o dobro da de jovens brancos da mesma faixa etária. A partir destes dados o relatório afirma que (PNUD Brasil, 2005, p.12, grifos meus)

A maior parte dos jovens negros assassinados vivia **em favelas, bairros periféricos e subúrbios das grandes cidades**. Enfrentar questões urgentes como essa é tarefa inadiável, e é por isso que este Relatório de Desenvolvimento Humano aborda os temas do **racismo, da pobreza e da violência – problemas que se imbricam de tal forma que só podem ser confrontados conjuntamente**, combinando tanto **ações de cidadania e de participação como políticas públicas**, sejam elas de caráter universalista ou focalizadas.

Na primeira frase deste recorte o relatório circunscreve geograficamente a violência contra negros a locais como *favela, periferia e subúrbio*, palavras que representam mais do que pontos em um mapa, significando locais socialmente e historicamente marcados pela pobreza. Desde modo, o relatório significa o *negro* como *pobre*, colocado *as margens* da sociedade. A violência é apresentada como uma consequência da condição humana destes indivíduos: não é somente o fato de serem *negros* ou *pobres* que os condena a uma vida sobre o jugo da violência, e sim a junção dos dois, *negros e pobres*. No final do recorte se observa, mais uma vez, a responsabilidade individual surgindo através de *ações de cidadania e de participação*. Cabe ao indivíduo, em sua posição sujeito *cidadão*, agir e participar, resignificando desde modo as *políticas públicas*: o Estado deve fornecer a oportunidade de mudança, mas para que esta aconteça o “cidadão” deve participar. Em outras palavras, as políticas públicas, consideradas como as “várias funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado, tais como saúde, educação, previdência, moradia, saneamento básico, entre outras” (Fernandes, p.1), ou seja, como a expressão do poder público face aos problemas e aos diferentes atores que compõem a sociedade, têm o seu sentido deslocado. O Estado e suas políticas ocupam uma função *facilitadora* que, para terem sucesso, dependem da *participação* e da *performance* do cidadão, sem questionar o

funcionamento do sistema caracterizado pelo processo econômico e político que produz a pobreza.

No parágrafo seguinte, sob o título “A falácia do conceito de ‘raça’”, o relatório apresenta um breve histórico, a partir de alguns autores, sobre a “origem do racismo como ideologia”, para depois justificar de que modo esse mesmo conceito é usado no relatório (PNUD Brasil, 2005, p.12-13, grifos meus):

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os **estudos em diversas áreas puseram em xeque os pressupostos das teorias racistas**. Em quase todas as características humanas hereditárias estudadas pela Ciência, observa-se que as diferenças entre indivíduos são mais relevantes que as diferenças entre populações. Pesquisas realizadas por cientistas brasileiros, por exemplo, evidenciaram que em uma cidade como São Paulo há pessoas de fenótipo negro sem marcadores genéticos tipicamente africanos, e brancos com esses mesmos marcadores. Toda discussão sobre as diferenças “raciais” humanas se limita a no máximo 0,001% do genoma do *Homo sapiens*. **“Raça”, no sentido biológico do termo, não existe. Estudos feitos sob outras perspectivas e com outros métodos, nas Ciências Sociais e na antropologia, chegaram à mesma conclusão sobre a falácia do conceito de raça**. As pesquisas nessas áreas mostram também que **o discurso racial tem sido usado para manipular ideologicamente as diferenças fenotípicas entre os grupos humanos, de maneira a legitimar a dominação das “raças” supostamente superiores sobre as “raças” supostamente inferiores**.

O relatório inicia a sua argumentação sobre o conceito de *raça* ao afirmar que as teorias que servem de suporte, tanto as biológicas como as sociais, não são mais válidas. Biologicamente porque o *fenótipo* – as características observáveis de um organismo – não é a expressão exclusiva do *genótipo* – as informações hereditárias de um organismo contidas no genoma –, sendo resultado também da interação entre fatores ambientais e genéticos. Isso significa que nem todos os organismos com um mesmo *genótipo* parecem ou agem da mesma forma, sendo modificados por um amplo conjunto de condições. Do mesmo modo, nem todos os organismos cujas aparências se assemelham possuem necessariamente o mesmo *genótipo*. Em termos leigos, os avanços na biologia comprovaram que o fato de um indivíduo aparentar ser negro não significa que este carrega genes que o caracterizem como tal, sendo o inverso também válido. Este é um dado importante já que a sobreposição de características fenotípicas e genéticas servia de argumento para teorias racistas de cunho biologizante.

O relatório continua a sua argumentação ao afirmar que no campo das Ciências Sociais o conceito “raça” também foi provado falho, já que pesquisas mostraram como este era usado para legitimar uma suposta hierarquização entre “raças”. Conforme mostrei anteriormente, a questão reside em um ponto crucial não mencionado pelo relatório, a saber, o fato de que “cultura”, de um modo mais furtivo, tem o seu funcionamento similar a “raça”. Segundo Silvério (1999, p.13 e p.70)

A representação do Africano como Outro, ressaltando características fenotípicas e culturais como evidências de sua inferioridade passou a constituir uma medida do progresso e civilização europeus. Como um dos resultados, o sentido da diferença personificada nas representações europeias do Outro veio a ser interpretado como uma diferença de raça que é, primariamente, uma diferença biológica e natural considerada, posteriormente, inerente e inalterável. Além disso, essa suposta diferença era apresentada como um fato “cientificamente” dado. Esse discurso de raça, produto da atividade “científica”, foi amplamente reproduzido na Europa, América do Norte e nas colônias europeias do século XIX.

Três séculos de debates sobre raça têm demonstrado convincentemente que as diferenças raciais não são naturais no sentido de terem qualquer existência além dos critérios de classificação racial. Mesmo assim, existe uma história recente em que raça e ou etnia passam a ser sinônimo de cultura.

A popular proposição de que cada “raça” tem sua própria cultura sustenta a continuidade das classificações raciais, já que evidencia *cultura* como algo onipresente que tem o seu funcionamento relacionado a raça, que circula em segundo plano e, ao fazer isso, apresenta a cultura como o reflexo de características ou necessidades naturais decorrentes da “raça”, de características genotípicas e genéticas “comuns”, que criam hábitos, costumes, valores, etc. A combinação de critérios anatômicos e culturais – seja qual for a definição de cultura adotada – dá forma a uma simetria entre grupos ditos “raciais” e “étnicos”,⁷³ já que sugere a possibilidade de classificar racialmente grupos culturalmente demarcados.

Desta forma (...) os cientistas sociais têm mantido uma subserviência às classificações raciais por afirmarem a existência de diferenças culturais que têm uma correspondência com raças. Assim, se raça sobrevive nos estudos sociais, deve estar totalmente associada a uma categoria comportamental tal como cultura. O grupo étnico é o

⁷³ Remeto à questão da continuidade entre a ordem natural e humana abordada anteriormente.

descendente dessa união, mas ele retém sua autonomia de raça em virtude da discrição da cultura. Um grupo étnico é definido com referência a uma dada cultura, enquanto uma raça é identificada anatomicamente. Nessas circunstâncias, uma raça também pode ser um grupo étnico, uma vez que cada raça pode ter sua própria cultura. Desse modo, a distinção entre raça e etnia entra em colapso. No entanto, ela tem sido mantida por vários autores. Essa contradição fica evidente pela constante referência a grupos raciais e ou étnicos. A questão é saber se grupo racial e grupo étnico forma um mesmo grupo ou alguns grupos são raciais e outros grupos são de etnicidade. (*ibid.*, p.71).

De acordo com Webster (1992, *apud* Silvério, 1999), a “política da diferença” teve sucesso já que frente à possibilidade das diferenças raciais serem ambíguas, as culturais são “reais” e inegáveis. Essa afirmação possibilita atribuir ao binômio raça/cultura as desigualdades socioeconômicas. É possível observar o papel central que *cultura* tem no desenvolvimento da teoria racial, já que a ideia da existência de uma inferioridade cultural serviu de base para a construção de uma hierarquia entre brancos e não-brancos.

Se no período que compreende entre o século XIX e a metade do século XX o discurso sobre “raça” integrava claramente o debate sobre racismo, o avanço da genética – no campo das ciências naturais – e as quatro declarações da UNESCO – no campo da política – que abordavam “raça” e deram origem à “Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais”, datada de 27 de Novembro de 1978, permitiram com que as discussões nas décadas de 70 e 80 sobre os novos contornos da questão racial ou do novo racismo se dessem sem a “presença” do discurso sobre raça (*ibid.*). De acordo com Munanga (1994, *apud* Silvério, 1999, p.70), os debates sobre racismo e anti-racismo passam a ter como base questões concernentes à cultura, religião, tradição, mentalidades e imaginários, produzindo uma diversidade de reformulações não expressamente biologizantes do racismo:

O discurso racista torna-se, então, culturalizado ou mentalizado, abandonando o vocabulário explícito da raça e do sangue e os rituais da metáfora biológica e zoológica (...) a substituição da noção biológica de raça pela noção de cultura implica um deslocamento da problemática e uma refundição completa da argumentação anti-racista, o que torna o pluralismo cultural um dos fenômenos aceitos por todos hoje, porque nele se esconde o racismo.

Conforme veremos abaixo, o relatório reconhece este fato, ou seja, de que apesar de ser “politicamente incorreto”, os efeitos do conceito *raça* ainda circulam e se fazem sentir. (PNUD Brasil, 2005, p.13, grifos meus)

Todavia, embora o estatuto teórico-científico de raça tenha sido desmontado na segunda metade do século 20, o conceito permanece como uma construção social, uma categoria analítica que continua sendo usada para agregar indivíduos e coletividades que compartilham aspectos físicos observáveis, como cor da pele, textura do cabelo e compleição corporal. A aplicação do conceito de “raça” é hoje uma necessidade teórica e prática nos estudos e nos processos sobre identidade étnica, conquista de direitos e justiça social de grupos fenotipicamente distintos. Nesse sentido, a erradicação do racismo e a luta contra *raça* como um critério de segregação social e de exclusão de oportunidades requer que o termo – ou conceitos correlatos, como cor e fenótipo – seja mantido nas coletas de dados e nos registros e notificações das instituições, públicas ou particulares, ao menos enquanto perdurar essa situação de flagrante desigualdade. Esse é o sentido que se dá à utilização de *raça* neste relatório. A classificação aqui usada, porém, não é das Nações Unidas, que não reconhecem nenhum sistema de classificação racial, mas a utilizada pelo Estado e pela sociedade brasileiros.

O relatório apresenta *raça* como uma *necessidade teórica e prática* e para isso se apoia no fato de o conceito figurar como *categoria analítica* que permite categorizar indivíduos. Sumariamente, o relatório afirma que a “instrumentalização” de *raça* de um modo “positivo” fez do conceito uma poderosa ferramenta contra a *segregação social*, a *exclusão* e na *conquista pelos direitos*. É como se *raça* fosse uma *tábula rasa*, um vazio à espera de ser “preenchido” por sentidos que permitam a empregar no debate contra posições racistas. É interessante pensar o funcionamento deste discurso a partir do que Pêcheux (1990b, p.83-84) denomina “formações imaginárias”, caracterizadas por duas ilusões ou esquecimentos: a de que o sujeito é a origem do sentido (nº1) e da literalidade/univocidade do sentido (nº2). Estes dois esquecimentos têm como característica criar um efeito de apagamento do histórico no/do dizer. O recorte aqui em análise permite observar este funcionamento, já que o relatório afirma que a desconstrução do *estatuto teórico-científico de raça* possibilita que esta seja usada como uma ferramenta de categorização para “o bem”, ou seja, *raça* é abordada como um conceito dicotômico, ao qual é possível uma “inversão de

polaridades”: em vez de se categorizar para hierarquizar, categoriza-se para *agregar indivíduos e coletividades*, “agrupando-os” através de *conceitos correlatos* como *cores, fenótipos e etnias*. A Análise de Discurso nos mostra que o funcionamento da linguagem não se dá de modo ingênuo, simplista e transparente, já que a língua significa face à história, ou seja, os sentidos de *raça* como um instrumento de segregação, conforme compreendida em outros discursos e de acordo com outras condições de produção, ainda circulam e se fazem sentir, especialmente em um país como o Brasil, que tem o surgimento de sua sociedade “moderna” enraizado em políticas e movimentos racistas, especialmente nas áreas econômica – trabalho escravo – e educacional – imposição do português como língua de ensino (Silva, 1998 e Pfeiffer, 2000).

Antes de prosseguir acredito ser interessante aprofundar a relação, já mencionada anteriormente, entre *cultura* e *raça*, que se dá por meio do conceito de *etnicidade* também presente no recorte. De acordo com Poutignat e Streiff-Fenart (1998) a noção de etnia é introduzida nas Ciências Sociais no século XIX pelo zoologista Vacher de Lapouge, como um modo de “prevenir um erro” que, segundo ele, consistia em confundir “raça” – identificada como a associação de características morfológicas e psicológicas – com agrupamentos de indivíduos que partilham laços intelectuais e culturais. “É, então, para dar conta de uma solidariedade de grupo particular, simultaneamente diferente daquela produzida pela organização política e daquela produzida pela semelhança antropológica, que o termo etnia foi introduzido.” (*ibid.*, p.34) O termo deriva de outros dois: do grego *ethnos*, usado para fazer referência aos povos bárbaros ou aos gregos que não seguiam o modelo organizacional da Cidade-Estado, e do latim *ethnicus*, designando na tradição eclesiástica do século XIV os pagãos em oposição aos cristãos. A história inscrita na palavra aponta para o fato que o uso de *étnico* ou *etnicidade*, com o intuito de delinear fronteiras e marcar diferenças, se dá de modo dicotômico, funcionando com base na oposição Eu X Outro (cidadão X bárbaro, fiel X pagão). É este modo de funcionamento que se faz sentir a partir da década de 1940 no campo das Ciências Sociais quando surge, de modo comprovado, o termo *étnico*, designando em um primeiro momento a simples pertença a um grupo outro que não anglo-americano. Esse uso tem um caráter etnocêntrico que manifesta o “poder de nomear” por parte da comunidade acadêmica e científica. Na década de 60 o uso do termo assume uma forma não tautológica, designando não a pertença étnica,

“mas os sentimentos que lhe estão associados: o sentimento de formar um povo (sense of peoplehood) partilhado pelos membros de subgrupos no interior das fronteiras nacionais americanas, ou o sentimento de lealdade (feeling of loyalty) manifestado em relação aos novos grupos étnicos urbanos pelos africanos destribilizados” (*ibid.*, p.23), assinalando uma oposição entre concepções objetivistas e subjetivistas.

A partir da década de 1970 surge um movimento que tinha como base a universalidade do domínio de aplicação da noção de etnicidade, já que se antecipava nela a possibilidade de assinalar a “pertença étnica como uma categoria pertinente para a ação social e a crescente tendência de fazer derivar dela lealdades e direitos coletivos (...) impõe-se cada vez com mais clareza a ideia de que o grupo étnico (a unidade que engloba os indivíduos definidos por sua posição comum dentro do circuito da produção) como categoria fundamental da diferenciação social.” (*ibid.*, p.25). Frente ao movimento modernista a etnicidade passa a figurar como um fenômeno essencialmente contemporâneo, um produto dos processos capitalistas, podendo assim ser interpretada como uma característica da desigualdade inerente ao capitalismo ou como uma estratégia de reivindicação e resistência. Este outro olhar não configura a *etnicidade* como um fenômeno “novo”, e sim como sendo o resultado de uma releitura de questões teóricas e empíricas no campo das Ciências Sociais por um viés menos essencialista⁷⁴, questionando o caráter pretensamente estável e homogêneo do sentimento de pertença e solidariedade inerentes a grupos que funcionam dentro de uma dada. Os deslocamentos no sentido de *etnia* permitem o seu funcionamento a partir da sobreposição com *raça*, confundindo “traços biológicos” (raciais) com “traços socioculturais” (étnicos). Poutignat e Streiff-Fenart (*ibid.*, p.41) afirmam que “em sua acepção contemporânea, o termo ‘raça’ (ou o qualificativo ‘racial’) não mais denota a hereditariedade biossômática, mas a percepção das diferenças físicas, no fato de elas terem uma incidência sobre os estatutos dos grupos e dos indivíduos e as relações sociais.” Admite-se assim que grupos sociais diferem dos étnicos pois são definidos a partir de diferenças no fenótipo, e não socioculturais. Deste modo, não é uma abordagem ontológica de

⁷⁴ Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p.39-40) afirmam que a obra de Max Weber foi importante neste processo, já que o mesmo define grupo étnico a partir da crença subjetiva na origem comum, ou seja, não são os “traços” de caráter essencialista que apontam para a “fonte” de um grupo étnico, mas a “atividade de produção, de manutenção e de aprofundamento de diferenças”. Deste modo o grupo étnico é uma construção social com uma existência problemática. A diferença tem um papel essencial, implicando que é através do contato, e não do isolamento, que os indivíduos estabelecem fronteiras.

“raça” que a constitui como objeto para as Ciências Sociais, mas as relações entre “raças”. O resultado deste processo é a naturalização das características físicas sob a forma de atributos que definem e fundam um tipo particular de relação social.

Fazendo da “raça” uma construção inteiramente cultural, elas (Ciências Sociais) são levadas a abordar a variação fenotípica como elemento “simplesmente natural”, neutro e não estruturado em si próprio, e cuja utilização permite distinguir as classificações raciais de outras classificações (étnicas), desprezando o fato de que as variações fenotípicas são, elas próprias, socialmente construídas (...) Não levar isso em consideração é aceitar como evidente que os atributos fenotípicos designados como “raciais” constituem-se, naturalmente, bons indicadores para a categorização social (...) Disto resulta que o domínio das pesquisas sobre as relações sociais é inseparável da história de um discurso especificamente ocidental e de suas transformações. (*ibid*, p.42).

O conceito de *etnia* assume assim o estatuto de ser uma tentativa vã de fugir da concepção biologizante de *raça* funcionando, porém, de modo similar através da oposição “Eu” (ocidental) X Outro:

De maneira geral, as teorias da etnicidade acentuam o fato de que o Nós constrói-se em oposição ao Eles (...) ao mesmo tempo que afirma um Eu coletivo, nega um Outro coletivo. Sua característica principal é a emergência de uma consciência de separação e de formas de interação que só podem surgir num contexto social comum (...) a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações características do mundo moderno e do universo urbano que torna salientes as identidades étnicas. (*ibid*, p.123).

Este fato aponta para a necessidade nas Ciências Sociais de, ao invés de concentrar todos os esforços no estudo dos grupos étnicos – uma abordagem tipicamente “antropológica” – focar em desvendar o funcionamento da matriz social e histórica que determina estes grupos – uma abordagem discursiva. Segundo Poutignat e Streiff-Fenart (*ibid.*, p.125-127) o debate que perpassa a temática da *etnicidade* está centrado em autores que a explicam em termos de relações de classe e de estatuto de poder, e os que afirmam ser a construção simbólica da distinção cultural a base conceitual da etnicidade. A visão antropológica deste conceito, por tratá-lo dicotomicamente, empobrece a discussão, sendo que acredito ser interessante refletir a

partir da Análise de Discurso, levando em consideração que o simbólico é político, ou seja: a questão cultural é estruturada simbolicamente por relações históricas de poder, que por sua vez constroem e determinam a noção de “classe”. O caráter político dessas relações apontam para o fato de que a falha no conceito de etnicidade se mantem, já que sendo “real” ou “instrumental”, a ideia de que a origem comum cria “solidariedade” num grupo e institui o vínculo social, é uma ideia consensual que constrói um consenso etnocultural que tem um efeito dogmático e xenófobo.

O parágrafo introdutório do segundo capítulo do relatório, denominado *A dimensão política da pobreza*, apresenta a concepção de pobreza disseminada por este (PNUD Brasil, 2005, p.42, grifos meus):

A pobreza é um fenômeno multidimensional, que não se restringe aos aspectos socioeconômicos com os quais é com frequência identificada. Em geral, **os pobres são vistos como uma categoria privada de bens econômicos e sociais facilmente mensuráveis**. Por essa razão, as medidas voltadas ao enfrentamento da situação não ultrapassam o campo dos programas e das políticas sociais, quase sempre traçados sem a participação dos maiores interessados. Poucos estudiosos enfocam a **dimensão política da pobreza, abordando os processos históricos de destituição de poder da população submetida** a essa condição, assim como a **falta de representação desse contingente nas várias esferas de decisão do Estado**, entidade eleita como fundamental nessa análise. É nesse âmbito que residem os aspectos primordiais para entender tanto a **pobreza socioeconômica dos brasileiros de origem africana** quanto a persistência dessa situação no tempo.

Conforme os documentos produzidos sob a chancela da ONU a partir da década de 90, alguns dos quais tiveram aqui recortes analisados, a pobreza é apresentada como uma problemática que vai além da dimensão social e econômica, sendo então de extrema importância atentar para a relevância da dimensão política. Mais uma vez se tem a mesma “fórmula” segundo a qual o *empoderamento* - a criação de *oportunidades* que potencializem a capacidade de agenciamento do indivíduo “pobre” - é apresentado como a alternativa a ser seguida no combate à miséria (irei aprofundar este ponto no próximo recorte). A “novidade” aqui reside no funcionamento da relação entre pobreza e racismo, presente na última frase. Apesar de o relatório afirmar que “o estatuto teórico-científico de raça foi desmontando na segunda metade do século 20”, permanecendo agora como “categoria analítica e de coleta de dados”

(*ibid.*, p.13) o que se observa aqui é “raça” funcionando como modo de discriminação: em *a pobreza socioeconômica dos brasileiros de origem africana*, o termo *origem africana* engloba todos os “negros pobres” dentro de uma mesma matriz histórica e genética, significando-os como descendentes do continente africano. O efeito mais direto deste discurso é o apagamento do político já que, ao colocar os negros dentro de uma mesma “categoria”, a diferença é silenciada. Ao instaurar uma mesma “origem” para todos os negros, o relatório descarta questões por ele mencionadas como sendo importantes para a discussão, como a da variação e dinamicidade do fenótipo. De acordo com o RDH 2005 *ser negro pobre* é algo que vai além do superficial e observável, é algo que está no sangue – no genoma passado de geração em geração – e na cultura – nos valores passados partilhados que dão um senso de identidade, efeito de processo que tem como base de seu funcionamento a homogeneização produzida pelo consenso etnocultural acima mencionado. Deste modo *raça* funciona de modo similar a *cultura*, já que tem como efeito naturalizar a condição de “pobre” (associando pobreza à cor) no indivíduo.

Na página seguinte o relatório apresenta, a partir da noção de *politicidade*⁷⁵ de Paulo Freire, um quadro nomeado *Conhecimento: a chave da oportunidade*, onde expõe as três dimensões do combate à pobreza (*ibid.*, p.44, grifos meus):

Politicidade sinaliza que a história pode ser relativamente própria, na medida em que seja possível **conquistar autonomia** crescente. Nunca se é totalmente autônomo, porque a autonomia de um invariavelmente se choca com a de outros. Entretanto, pode-se **alargar a autonomia humana por meio da capacidade de aprender, conhecer e se organizar politicamente** para construir projetos alternativos. Por isso, a **política social do conhecimento provavelmente será a estratégia mais eficiente de combate à pobreza**, porque é nesse patamar que se **condicionam as oportunidades**. A dimensão material da pobreza não se torna secundária, como dito anteriormente, mas passa a ser entendida a partir da dinâmica das desigualdades. O lado mais auspicioso dessa

⁷⁵ Para Paulo Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo, portanto "a qualidade de ser política, inerente à sua natureza (...) na educação não vira política (...) ela é política" (Freire, 2004, p.124). Ainda segundo o mesmo autor “a educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto à serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável” (Freire, 2000, p.58).

noção é que a pobreza foi forjada na história, e o que é histórico pode ser mudado. Pode-se negociar sociedades igualitárias e democráticas, desde que todos os seus **membros participem da disputa por oportunidades** dentro de regras de jogo que tenham o **bem comum como base**. Sobre esse pano de fundo, o combate à pobreza também pode ser organizado em três dimensões: **a assistência social, porque a sobrevivência é um direito radical; a inserção no mercado, para que o pobre se auto-sustente e tenha projeto de vida; e a cidadania, para que o pobre assuma seu destino com a devida autonomia. Os três componentes são essenciais, mas há uma hierarquia entre eles. O mais decisivo é a cidadania, seguindo-se a inserção no mercado e, por fim, a assistência. O contrário de pobreza política é “qualidade política”, designando a dinâmica da cidadania individual e coletiva. Qualidade política implica a capacidade de construir consciência crítica, organizar-se politicamente de modo a transformar-se no sujeito da própria história e arquitetar e tornar possível um projeto alternativo de sociedade.** Mas, para a construção de adequada qualidade política, existem outras dimensões fundamentais, como o acesso à informação e à comunicação social. Há necessidade, ainda, do cultivo de identidades e de oportunidades culturais. Sem falar no **papel que o Estado deve cumprir, não como promotor e menos ainda como condutor da cidadania, mas como instância delegada de serviço público, cuja qualidade depende, antes de tudo, do controle democrático.**

Neste recorte é importante observar primeiro o destaque dado à questão da autonomia, apresentada como algo a ser conquistado e, paralelamente, uma condição na luta contra a pobreza no âmbito da dimensão *política*, a qual depende invariavelmente do agir do indivíduo que ocupa a posição-sujeito *cidadão*. Sem autonomia – possibilidade de escolha – há um afunilamento e condicionamento das *oportunidades*. À *dimensão política* juntam-se outras duas: primeiro, a *assistência social*, significada como *direito à sobrevivência* e que, conforme mostrei atrás, se dá na forma de políticas públicas “assistencialistas” (bolsa escola, bolsa família, etc.) criticadas pela ordem neoliberal, já que demandam um Estado ativo e presente. Cabe aqui questionar o porquê do uso *sobrevivência*, em detrimento de outras possibilidades como, por exemplo, dignidade, amplamente presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isto aponta para uma reconfiguração de sentidos que dão à atividade estatal, na figura do *assistencialismo*, um papel minimalista. O que se observa no funcionamento do discurso neoliberal é a erosão do raio e do campo de ação do Estado, outrora encarregado com a responsabilidade de promover dignidade e igualdade. No fio do discurso há a substituição de direitos como *dignidade e igualdade* por sobrevivência, indicando que a

última não é necessariamente correlata a outros direitos. A outra dimensão é a *inserção no mercado*, a qual permite que o *pobre se auto-sustente*. É interessante notar que o uso do pronome reflexivo *se* – indicando que o sujeito pratica a ação sobre si mesmo – faz com que o prefixo *auto* não seja necessário. O que se observa é o uso do pleonasma *se auto-sustente*, figura de linguagem que tem como objetivo enfatizar o dito. O pleonasma aqui surge como efeito ideológico – reforçar a ideia de que o pobre deve se sustentar – já que, dentro do discurso do empoderamento, os indivíduos que “tiveram oportunidades” e não saíram da pobreza são taxados como “preguiçosos” ou “incapazes”, ou seja, a pobreza é “culturalmente intrínseca” a certos indivíduos.

Assim como nos outros documentos já analisados, o discurso da luta contra a pobreza tem como base três pontos cruciais: o Estado (assistência social), o Mercado e o indivíduo (cidadania), sendo que entre os três o enfoque cai sobre o último. É o cidadão, através de seu agir, que tem o maior potencial de modificar o cenário atual. Na hierarquia descrita no recorte o Mercado vem em segundo plano, como um veículo que permite a mudança e o Estado surge *não como promotor e menos ainda como condutor da cidadania*, mas como complementador, assistindo àqueles que mais necessitam. O agir do cidadão faz com que a *pobreza política* se transforme em *qualidade política*, que implica *organizar-se politicamente e transformar-se no sujeito da própria história*. Mais uma vez o uso do pronome reflexivo *se* desloca a questão do combate à pobreza para a exclusividade do indivíduo. Este deslocamento tem como efeito apagar as consequências da relação dinâmica entre Mercado e Estado na perpetuação da pobreza e alargamento do abismo social: o cidadão tem o poder de mudar a conjuntura histórica e social logo, se esta não muda, é porque o cidadão não faz a sua parte. Aqui, como nos outros casos, há um jogo discursivo entre o que funciona a partir de uma determinada *Estrutura* – o Mercado, o Estado, a cultura (como algo que constitui e determina historicamente o indivíduo) – e o que funciona a partir do acontecimento – a ordem neoliberal como acontecimento/possibilidade de engajamento no mercado de trabalho, o pobre na posição sujeito cidadão, responsável por seus atos e sua condição e agente de mudança, a cultura (atrelada à ação individual).

Por último irei abordar de modo mais detalhado as políticas públicas propostas pelo relatório aqui em discussão. Nos cinco capítulos iniciais o RDH Brasil 2005 tem como objetivo principal apresentar um panorama histórico da questão do

racismo em solo nacional, se preocupando em traçar paralelos e estabelecer relações com outras temáticas como a pobreza e a violência. No primeiro capítulo *História, Mitos e Crenças* o relatório aponta para dados que ilustram o cenário de fluxo de escravos africanos para as Américas e o reflexo que isto teve na mudança e consolidação do mercado escravocrata no Brasil (de índios para africanos), relacionados à força da economia açucareira, mineradora e do café (PNUD Brasil, 2005, p.22): “Se nos séculos 16 e 17 o braço indígena erigiu a economia dos canaviais e engenhos, coube ao braço africano expandi-la ainda no século 17 e sustentá-la no século 18, bem como assumir no século 19 a responsabilidade exclusiva pela produção da economia agroexportadora do café.” O mesmo capítulo aborda a luta contra a ordem escravocrata e como a República pós-abolição solidificou o ideário racista através de três mitos⁷⁶ – “Racismo Científico”, “Escassez de mão-de-obra” e “Democracia Racial”. O segundo capítulo, o qual já abordei, tem como objetivo apresentar a luta contra a pobreza através de uma nova “dimensão”, não só econômica e social mas também de empoderamento. O terceiro capítulo, denominado *As desigualdades sócio-raciais*, traça, a partir de vários dados estatísticos, o panorama do desenvolvimento humano no Brasil a nível nacional e municipal, chegando à conclusão que o racismo é um enorme entrave ao desenvolvimento brasileiro, já que os três principais índices – longevidade, educação e renda – divididos em sub-categorias, apontam para enormes disparidades entre a qualidade de vida entre brancos e negros. O quarto capítulo *Violência, segurança pública e cidadania*, novamente apoiado em dados estatísticos, mostra o processo de criminalização do negro na sociedade brasileira, vítimas de violência policial e que, devido ao seu fenótipo, encontram dificuldades de ingressar em uma carreira no judiciário, o que ocasiona uma grande disparidade entre brancos e negros no que diz respeito a atuarem como agentes da lei, sejam eles policiais ou juízes. O quinto capítulo *Movimento negro no Brasil* mostra como se deram, a partir da década de 70, as

⁷⁶ a) Os partidários do Racismo Científico defendiam a tese de que os negros eram uma “raça inferior” e que este era um fato biologicamente comprovado. b) De modo a impedir o ingresso de negros no mercado de trabalho, a República afirmou que havia uma escassez de mão de obra, incentivando e facilitando a imigração de contingentes vindos da Europa que acabariam por assumir as vagas formais, empurrando os negros para a informalidade e para as regiões marginais do trabalho. c) Os defensores da Democracia Racial, difundida por Gilberto Freyre, rejeitavam as teses nazistas e o Racismo Científico e colocavam o Brasil como um caso peculiar ao afirmarem que a miscigenação entre brancos, negros e índios fora o modo encontrado no país para viabilizar a convivência “pacífica e harmoniosa” entre diferentes raças. Tanto a miscigenação como o apadrinhamento dos senhores aos escravos constituía prova sólida de que o Brasil era um país tolerante.

principais conquistas do movimento negro, que em plena ditadura começa a ingressar na cena política brasileira, retirando o debate sobre o racismo da esfera exclusiva da academia, trazendo-o para a política e os movimentos sociais. Neste capítulo não figuram dados estatísticos que embasem e argumentem em favor do que está sendo dito. Em seu lugar há declarações e depoimentos de personalidade e ativistas do movimento negro.

O propósito deste sumário do relatório é dar ao leitor suporte para a análise de alguns recortes do sexto e último capítulo *As políticas da diferença*. O parágrafo inicial tem a função de “fechar” a discussão dos capítulos antecedentes e direcionar as conclusões estritamente para a esfera das políticas públicas (*ibid.*, p.117, grifos meus):

O que se conclui da leitura dos cinco capítulos anteriores é a **existência de um racismo que, no Brasil, adquiriu uma forma peculiar e específica, mantida até hoje**. Esse racismo tem como resultado uma **cidadania incompleta da população negra**. Os negros estão em situação de **desigualdade nas mais diferentes esferas da vida política, social e econômica do país**. Tal desigualdade, considerando sua duração, transformou-se em padrão. Assim, é necessária uma **ação política do Estado e da sociedade brasileira** para debater e implementar **políticas públicas** que sejam capazes de romper com os padrões de desigualdade. No presente relatório apresentamos algumas formas que podem assumir tais políticas.

Segundo o relatório o racismo no Brasil foi, ao longo da história, consolidado como *cidadania incompleta*. Frente a outros documentos aqui analisados, que apresentam o “empoderamento” como um componente crucial da cidadania, a incompletude pode ser interpretada como a falta de oportunidades de escolha e participação. Deste modo, apesar de a desigualdade estar presente nas esferas *política, social e econômica*, é no âmbito político que o racismo é sentido de forma mais “agressiva”. Consequentemente, o *Estado* e a *sociedade brasileira* são chamados a agir na implementação de políticas públicas dirigidas ao presente cenário. Chamo a atenção para o fato de o *Mercado* figurar neste recorte apenas como um setor no qual há desigualdade atribuída ao racismo. No que diz respeito às políticas públicas somente as esferas Estatal e Social estão presentes, operando o apagamento da esfera econômica. Esta é uma das contrariedades do discurso neoliberal capitalista. As políticas do Banco Mundial e FMI para países com necessidade de auxílio financeiro demandam cortes

com gastos públicos, que se dão principalmente através de processos de privatização, (basta olhar para a situação atual da Grécia e de Portugal), tornando o Estado uma instituição mais permeável e, paralelamente, exigem uma forte intervenção estatal em áreas de atuação onde não há interesse do Mercado. Em outras palavras, o discurso neoliberal desarma o Estado de suas principais e mais lucrativas instituições enquanto demanda que este atue fortemente em cenários como os descritos no relatório, de pobreza, racismo e violência. No que diz respeito à pobreza a contradição funciona de modo diferente: a) o Mercado figura como o principal veículo de quebra para com a condição do pauperismo – através da oferta de emprego; b) cabe ao Estado fornecer a possibilidade de capacitação – tornar o indivíduo “empregável”; c) ao indivíduo na posição sujeito *pobre* pesa a responsabilidade de aproveitar as *oportunidades* dadas a ele. Se no primeiro contexto o foco está sob o Estado, que deve agir onde não há interesse de outras partes, no segundo a responsabilidade recai sob o *pobre*, ou seja, opera-se um apagamento do Mercado como instituição que partilha responsabilidade na perpetuação da pobreza.

Este funcionamento típico do discurso aqui em análise também está presente na continuidade do relatório (*ibid.*, p.117 – 118, grifos meus):

O **universalismo** – princípio republicano e democrático que pressupõe o uso de normas comuns, em respeito ao estatuto da **igualdade de todos perante a lei** – deve reger as **políticas públicas**. Tal princípio promove a aplicação das políticas sem distinção ou privilégio. A Constituição Federal reconhece a **igualdade** e a **justiça** como valores supremos de uma sociedade fraterna, **pluralista** e sem preconceitos (CF 1988, Preâmbulo) e, no Artigo 5, reconhece que todos são **iguais perante a lei**. Alcançar o princípio da universalidade significa, portanto, garantir a todos os brasileiros a consecução dos objetivos últimos estabelecidos pelas políticas públicas. **Isso não significa que os meios para atingi-los devam necessariamente ser iguais para todos, pois se continuaria acentuando a desigualdade no lugar de corrigi-la.** É evidente a necessidade de, junto com políticas universalistas, **aplicar políticas focalizadas**. Há um debate sobre a constitucionalidade das políticas focalizadas e se estas entram em conflito com as políticas universais. **Não há contradição entre políticas de alcance universal e políticas focalizadas: políticas universais são e serão sempre indispensáveis. Tratar igualmente desiguais pode, no entanto, agravar a desigualdade, em vez de reduzi-la. As políticas universais podem e devem ser complementadas por programas que atendam a públicos específicos, a fim de superar desvantagens e discriminações de natureza regional, racial, de**

gênero, de faixa etária, de nível de escolaridade ou outras situações especiais de vulnerabilidade.

A discussão sobre a configuração e extensão das políticas públicas é circunscrita, neste recorte, à temática do caráter universal e local. Apesar de o Estado de direito democrático brasileiro reconhecer a *pluralidade* – a diferença constituinte – do corpo social, o mesmo afirma ter como princípio de *justiça* tratar a todos de modo *igual*. Perante o óbvio – a falha do Estado em lidar com a pluralidade e a diferença – o relatório significa a *universalidade* e a *igualdade* como um fim a ser atingido, não importando os meios utilizados. Através desta manobra é justificado o uso das políticas *focalizadas*, como ferramenta que vem *complementar* e alcançar aqueles que se encontram fora do alcance do ideário universalista, fato que nos deve levar a refletir sobre os possíveis sentidos de *universal*. Chamo atenção para o trecho “*Não há contradição entre políticas de alcance universal e políticas focalizadas: políticas universais são e serão sempre indispensáveis. Tratar igualmente desiguais pode, no entanto, agravar a desigualdade, em vez de reduzi-la*” e o modo como se dá o funcionamento de *contradição*. Ao afirmar que as políticas focalizadas não anulam as de alcance universal, o relatório significa *contradição* como *oposição*. Porém, como já mostrei anteriormente, a *contradição* opera em termos de E – que enfatiza a pluralidade do dizer – e não OU – que através de uma lógica dicotômica “fecha” o discurso. Ao abordar a *contradição* a partir de seu funcionamento característico o que se observa é uma abertura nas possibilidades de interpretação que apontam para o fato de que há *contradição*: a *igualdade* coexiste com a *desigualdade*, a *diferença* com a *indiferença*, o *universal* com o *local*, etc. A sobreposição destes pares é apagada por discursos que têm como matriz o ideário democrático – que operam sob a ilusão de uma democracia plena – já que são colocados como opositivos. O maior reflexo deste processo discursivo é o artigo nº 5 da constituição de 1988⁷⁷, contraditório em si mesmo já que, para funcionar, nega a diferença constituinte de “*todos*”. De acordo com Gadet e Pêcheux (2004, p.24)

A língua do direito representa, assim, na língua, a maneira política de denegar a política: espaço do artifício e da dupla linguagem, linguagem de classe dotada de senha e na qual para “bom

⁷⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e a propriedade.

entendedor” meia palavra basta. A língua do direito é uma língua de madeira.

O sujeito pobre e negro é interpelado por um discurso que, em sua formulação, apaga a realidade social. Com a constituição de 1988 o Estado homogeneiza, através do *universalismo*, a posição-sujeito na ordem do discurso constitucional ao determinar que “todos” são legalmente iguais, apagando nessa discursividade o histórico. Segundo Pêcheux (1990a, p.10-11, grifos do autor):

A dominação da ideologia política introduz assim, por meio de seu universalismo, uma *barreira política invisível*, que se entrelaça sutilmente com as fronteiras econômicas visíveis engendradas pela exploração capitalista. (...) Esta estratégia da diferença sob a unidade formal culmina no discurso do Direito, que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa no interior da língua, a maneira política de negar na política.

No 5º artigo da Constituição Federal de 1988 o pronome indefinido *todos* tem um efeito de agrupamento e, paralelamente, projeta um indivíduo na posição-sujeito cidadão, que tem garantidos o exercício da liberdade, segurança, bem-estar, igualdade e justiça como valores supremos da sociedade. Segundo Haroche (1992, p.158), “o sujeito não é livre, ‘ele é falado’, isto é, dependente, dominado”.

Após a introdução da temática das políticas focalizadas, o relatório dedica alguns parágrafos a justificar o seu uso e a especificar a natureza das mesmas (PNUD Brasil, 2005, p. 118 – 119, grifos meus):

As políticas focalizadas são justificadas como meios de reparação. Há uma necessidade de reconhecimento do **sofrimento infringido pela escravidão** e de tomar medidas que reparem **as consequências da escravidão que até agora persistem**. Trata-se da **redução da desigualdade e da integração efetiva dos grupos discriminados, tanto na vida política quanto na vida social**, tendo presente as especificidades dos grupos e da realidade do país. **Esse é o papel das políticas de reparação que devem ser desenhadas e implementadas.** Um dos mecanismos fundamentais das **políticas de reparação são as políticas focalizadas**, cujo principal instrumento são as **ações afirmativas**. Estas últimas podem ser definidas como **um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário que tem por finalidade combater toda e qualquer forma de discriminação e também**

reparar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado. O objetivo das políticas de ação afirmativa é a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como **educação e emprego**.

Neste recorte se observa a construção de uma temporalidade que aponta para o passado escravocrata como acontecimento fundante e principal responsável pelo contexto social presente no que atende à população negra. A construção dessa temporalidade em *escravidão* promove o apagamento do político já que coloca as causas da discriminação racial, econômica e social em um passado distante. É certo que os discursos sobre raça e escravidão ainda circulam e se fazem sentir, mas não podemos torná-los discursos “totalizantes”, com ampla capacidade explicativa e legitimadora de fenômenos complexos como o racismo. Fazer isso é se inserir na lógica do Pan-Africanismo, procurando construir a identificação pela via do “descobrimento” de um mesmo passado e cultura, resultando em uma homegeinização etnocultural. Há que se olhar para o cenário atual e reconhecer que a pobreza, a violência e o racismo são questões presentes e reais e cuja causa não pode ser colocada somente em um ponto de um passado distante, por mais relevante que este acontecimento seja. Neste contexto é interessante reparar que as políticas focalizadas são significadas como *meios de reparação* dos erros cometidos no passado – *consequências da escravidão* – e que se fazem sentir hoje, remetendo à noção jurídica de *equidade* que, como já mencionei, desqualifica a *igualdade*. Novamente se observa os efeitos da temporalidade: não se nega que a desigualdade e a discriminação existam, no entanto se desconsidera um olhar mais apurado para as condições de produção desses discursos, olhar que tem o potencial de revelar outros fatores que concernem à temática do racismo e da pobreza. No recorte as *ações afirmativas* são apresentadas como o principal instrumento das políticas focalizadas, sendo definidas como *políticas públicas e privadas* que têm “por finalidade combater toda e qualquer forma de discriminação e também reparar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado”. Através de um efeito de metonímia entre as expressões grifadas cria-se uma sobreposição entre a discriminação atual e a do passado, como se a primeira fosse resultado da última, negando assim mais uma vez olhar para as causas presentes que perpetuam as várias facetas da desigualdade. É também interessante notar que o objetivo destas políticas se resume a tornar a *educação* e o *emprego* mais acessíveis. Em outras palavras, são políticas reparatórias de caráter

assistencialista diferente dos termos do *Welfare State*, já que demandam do indivíduo ação – ir à escola, procurar emprego, etc. O problema deste modelo é que ele se baseia em um ideal de “democracia plena” no qual um Mercado forte, juntamente com um Estado complementar é sinônimo de crescimento econômico, social e político *para todos*. Porém a história tem nos mostrado que a integração entre Estado, Sociedade e Mercado não é tão simples e transparente. Esse efeito de transparência coloca a responsabilidade sobre a sociedade, já que se há escola e há emprego, a pobreza não deveria persistir: na democracia plena e neoliberal a falha sempre é do indivíduo (e comunidades) e de sua (in)capacidade de ser agente.

O texto do relatório tem continuidade, afirmando sobre a importância da implementação paralela de políticas universais e locais (*ibid.*, p.120, grifos meus):

A ação afirmativa reduziu as desigualdades entre grupos nos locais onde tem sido eficazmente executada. Todavia, apesar do êxito dessa política, **as desigualdades de rendimento entre indivíduos continuaram a aumentar**. O que indica que, para reduzir as desigualdades individuais e construir sociedades inclusivas e equitativas, são necessárias outras políticas, além das focalizadas, que sejam capazes de **promover o desenvolvimento econômico equitativo**. Desse modo, é imprescindível a compreensão de que políticas universalistas e políticas focalizadas devem ser implementadas simultaneamente e que a implementação – apenas e tão-somente – de **políticas universalistas de crescimento econômico equitativo** demandaria um tempo excessivamente longo para a eliminação das desigualdades raciais existentes no Brasil.

Apesar de os vários trechos apresentados afirmarem que o racismo e a pobreza têm o seu maior peso no componente político, compreendido como a participação na tomada de decisões, o que se observa aqui é uma redução ao componente econômico. É interessante notar que cabe às políticas focalizadas complementar o *crescimento econômico* das áreas não afetadas pelas políticas universais. É fácil traçar um paralelo entre o que é dito aqui e o funcionamento da relação entre Mercado e Estado, onde o último age como políticas de caráter corretivo. O crescimento econômico em termos de equidade nega complementar. Deste modo, caberia ao Estado, através das ações afirmativas, incentivar o crescimento em situações que não são de interesse do capital. Deve-se notar também o uso do termo *equitativo* que, como mostrei anteriormente, diferente do termo *igualdade*, sinaliza os princípios

democráticos de igualdade perante a lei, já que reconhece uma profunda desigualdade que deve ser retificada.

Após a análise do PNUD 2005 acredito que é possível afirmar que este relatório se insere na mesma matriz discursiva dos outros documentos aqui analisados, já que se sustenta no mesmo tripé – Mercado, Estado, Sociedade – e partilha do mesmo ideário neoliberal. É de se notar que o relatório cria um efeito de temporalidade que apaga o presente e remete as causas do racismo e da pobreza à tradição escravocrata de séculos passados. É importante questionar em que medida isso impede de haver progressos significativos no debate contra a pobreza já que, em última instância, o relatório não oferece nada de novo, a não ser dados empíricos que legitimam uma relação construída historicamente entre ser “negro” e ser “pobre”. Digo que não oferece novidades pois apresenta o engajamento político do indivíduo – empoderamento – como o caminho a ser seguido, fato presente em outros documentos que o antecedem e que comprova que a obra de Amartya Sen pode ser considerada como um acontecimento fundador no debate neoliberal sobre a pobreza.

O relatório também falha ao tentar se apoderar do conceito de *raça* como um instrumento na luta contra o racismo. Apesar de reconhecer o conceito como uma falácia historicamente e socialmente construída, o relatório afirma a necessidade de seu uso em estudos demográficos e de identidade étnica, como ferramenta de coleta e categorização de dados, os quais informam os legisladores e agentes das políticas públicas - universais e locais - das necessidades e lacunas a serem preenchidas. A utilização pelas Nações Unidas e pelo Estado brasileiro do conceito de “raça” na alocação diferenciada de recursos tem o efeito oposto ao antecipado, isto é, consolida o ideário do conceito de raça. A promoção de políticas públicas específicas para aqueles cidadãos que se definem e são definidos como negros, longe de anular a crença em diferentes raças, a legitima. Em suma, a criação de políticas públicas que têm como pressuposto o conceito de “raça” atrelado ao debate sobre a pobreza tem como efeito a consolidação no Brasil de duas “raças” ou “categorias” e, portanto, de um pensamento social legalmente racializado e estratificado.

Dando continuidade à análise de discursos sobre a pobreza produzidos no âmbito nacional, irei de seguida abordar alguns documentos vinculados ao *Plano Brasil*

sem Miséria, apresentado pelo atual Gabinete da Presidência da República como a grande bandeira da presente administração.

6. Plano Brasil sem Miséria

No dia dez de Fevereiro de 2012 a Presidente Dilma Rousseff apresentou ao Brasil o novo slogan do governo “País rico é país sem pobreza”, determinando qual será o foco em seu mandato. Na esteira deste acontecimento no dia dois de Junho de 2011 é instituído via decreto nº 7.492 o plano “Brasil sem miséria”. Porém, antes de iniciar a análise do plano irei pontuar brevemente, a partir de Orlandi (2011), algumas questões referentes ao slogan acima mencionado que irão servir de base à minha análise.

Nesse texto Orlandi, através de um jogo de paráfrases, elucida o funcionamento de “país rico é país sem pobreza” e mostra que o deslizamento de pobre para pobreza (país rico é país sem pobres) tem como efeito o não questionamento desta já que figura como uma formulação, um objetivo a ser alcançado. Segundo Orlandi (*ibid.*, p.137-138)

Pobreza é uma nominalização e assim as causas são incertas, indeterminadas. Já o pobre é tomado como indivíduo, pode ser identificado, adjetivado e facilmente descartado, segregado (...) o pobre poderia ser tomado na dimensão da sua existência concreta, o que não acontece com a pobreza em seu modo de significar indeterminado.

O pobre, lugar de “de litígio, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria uma possibilidade real de ruptura da estrutura, da divisão social” (*ibid.*, p.142) é apagado do enunciado.

Outra questão interessante que Orlandi menciona é sobre o papel que a “capacitação” ocupa neste discurso. De acordo com a autora, “capacitação” assume contornos de um “treinamento” que deve corresponder às necessidades do mercado. Deste modo, o sujeito continua a ser um objeto na relação de trabalho, treinado, logo mais produtivo, um maior consumidor. O discurso da “capacitação” ocupa o lugar da “educação” silenciando a distinção fundamental entre ambos: a de que a educação de base, como prática formadora do indivíduo, dá a ele condições para que saiba do efeito de sua intervenção nas formas sociais, que aponte para a estrutura e discuta a divisão social. Consequentemente, a “capacitação” funciona sobre a ilusão do empoderamento,

mas seu objetivo real é a manutenção do exército de reserva de mão-de-obra do Capitalismo Neoliberal.

Estas duas questões, a do apagamento do “pobre”, e a da capacitação, vai surgir no decreto nº 7.492 que instaura o plano “Brasil sem miséria” (BRASIL, 2011):

Art. 1º Fica instituído o Plano Brasil Sem Miséria, com a finalidade de superar a situação de **extrema pobreza** da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações.

Parágrafo único. O Plano Brasil Sem Miséria será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e com a **sociedade**.

Art. 2º O Plano Brasil Sem Miséria **destina-se à população em situação de extrema pobreza**.

Parágrafo único. Para efeito deste Decreto considera-se em extrema pobreza aquela população com **renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais)**.

De acordo com Silva (2005, p.47), os recentes estudos sobre a pobreza no Brasil apresentam a desigualdade como fator determinante da massa de pobres no país. Entretanto, os consensos parecem cessar por aí:

Se para o caso brasileiro o diagnóstico a respeito das causas da pobreza de parcelas significativas da população parecem convergir, mesmo entre autores com referências teóricas muito distintas (...) o mesmo não ocorre na definição das estratégias de enfrentamento da pobreza no país. Existem duas linhas gerais que refletem o panorama econômico mundial do último século descrito anteriormente. A primeira linha defende a importância do crescimento econômico como condição necessária, mesmo que insuficiente, para a redução da pobreza, já que o crescimento teria efeitos sobre a oferta de emprego e a seguridade social, fatores que têm efeito direto sobre o padrão de vida da população. A segunda linha, que predomina na academia e que vem ditando os rumos do debate, desqualifica o crescimento econômico como condição necessária, sugerindo uma melhor locação dos recursos públicos, especialmente os direcionados a gastos sociais e políticas universais, destinando-os de modo extremamente seletivo aos “mais pobres entre os pobres”.

O primeiro fator que chama a atenção é a categorização da pobreza operada pelo decreto e que se insere na segunda linha descrita acima. Ao afirmar que existe uma camada da população em situação de *extrema pobreza*, aquilo que não é dito, mas que

significa, indica que há outra parcela que vive na pobreza, filiando o discurso da presidência ao que vem sendo propagado pelo Banco Mundial e outras instituições, desde a década de 1970, com base no conceito de *pobreza rural absoluta*. Essa divisão entre pobres e pobres extremos é feita através da renda per capita mensal, critério estritamente econômico (utilizado também no relatório do Banco Mundial de 1990) e bastante criticado nos documentos até aqui analisados. É produtivo trabalhar esta questão, já que a adjetivação da pobreza com a qualificação de *extrema* é indício de um processo de naturalização desta através de uma medida de mercado e de estudos no campo da Economia. Segundo Silva (*ibid.*), as metodologias estatísticas de medição da pobreza se desenvolveram, nos últimos anos, em dois tipos principais. Primeiro o que busca medir a *pobreza absoluta*, relativa a questões de sobrevivência física e usada nos países “subdesenvolvidos”, onde esta noção é considerada extremamente relevante. O segundo tipo refere-se à *pobreza relativa*, predominantemente utilizada nos países “desenvolvidos” e que busca definir as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida da sociedade em questão:

Em ambos os casos, a renda monetária tem sido utilizada como principal indicador, sobretudo em economias modernas e monetizadas, onde o atendimento às necessidades é operacionalizado de forma indireta, através da renda, construindo-se durante o processo de mensuração as chamadas linhas de pobreza, abaixo das quais os indivíduos ou famílias são considerados pobres. No caso da medição da pobreza absoluta, trata-se de identificar as pessoas cujos rendimentos são inferiores ao necessário para adquirir um mínimo de bens e serviços vitais (*ibid.*, p.68)

Os vários métodos de mensuração da pobreza que têm como base a renda *per capita* são frequentemente questionados por diversos motivos: as informações fornecidas pelos indivíduos são geralmente imprecisas; a renda declarada é a renda presente, quando a permanente seria a variável relevante; o custo de vida varia entre regiões; existem parcelas da população que possuem rendas não monetárias e produzem para o autoconsumo; a exclusividade da variável renda não considera o efeito do patrimônio das famílias e seu acesso a bens e serviços públicos; qualquer linha de pobreza definida pela renda é arbitrária, já que não existem critérios objetivos para defini-las. Isso significa que procedimentos metodológicos distintos conduzem a valores diferentes. Deste modo o Estado Brasileiro, através de políticas públicas baseadas em

metodologias de mensuração da pobreza veiculadas a teorias científicas determinadas pelo capital (toda ciência é uma ciência da ideologia dominante conforme Pêcheux – falo mais sobre esta questão no final da tese), legitima uma pobreza “média”, silenciada no funcionamento do discurso Estatal, passando a ser considerada um fator “normal” do método de produção do capital. Nota-se também o que à superfície parece ser uma disparidade entre os documentos de cunho internacional analisados e este decreto, já que aqui o Estado se faz mais presente, “indo contra” o ideário neoliberal de um Estado permissivo e menos regulador. A aparência de um Estado “soberano” e “presente” é efeito de apagamento do mercado, o que não significa que o Brasil esteja inscrito em outro modo de funcionamento do capital: em qualquer instância, no plano Brasil sem Miséria, é um padrão de mercado que determina os limites da pobreza, apontando para o fato de que o Estado Brasileiro funciona a partir de uma lógica neoliberal.

Foi também produzido um site do plano, onde é possível acessar um folder explicativo de 20 páginas. Após a introdução há a delimitação dos eixos de ação do plano, sob o título “Ações globais, ações regionais”. Após o texto acompanha um pequeno gráfico que dá visibilidade à “metodologia” utilizada (BRASIL, p.7, grifos meus):

A miséria tem caras e necessidades diferentes conforme a região. A realidade no campo é uma, na cidade é outra bem diferente. Por isso, o Brasil Sem Miséria terá **ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: renda, inclusão produtiva e serviços públicos.** No campo, o objetivo central será **aumentar a produção dos agricultores.** Na cidade, **qualificar mão de obra e identificar oportunidades e emprego para os mais pobres.** Paralelamente, o plano vai garantir maior acesso da **população mais pobre à água, luz, saúde, educação e moradia.** Para atingir essas metas, o plano está montando o mais completo mapa da pobreza do Brasil. E também está desenhando um mapa de oportunidades para identificar **os meios mais adequados e eficientes de fazer essas pessoas melhorarem de vida.**



Assim como no decreto nº 7.492, a pobreza é dividida em categorias através de deslocamentos na cadeia parafrástica. Há a substituição do termo *pobre* por *miséria* e *mais pobres*, sendo que os dois se sobrepõem. Através desse procedimento discursivo o Estado indica que o plano está inscrito na lógica da *equidade* que, conforme comentei acima, é indício da contradição no ideário da democracia plena já que acena para diferenças estruturais no corpo social que incidem no funcionamento jurídico do Estado. Assim como no RDH Brasil 2005, o plano tem como base políticas universais e focalizadas que trabalham em simultâneo e que são repartidas em três eixos: *renda*, *inclusão produtiva* e *serviços públicos*. Estes três eixos estão vinculados ao *aumento das capacidades e oportunidades*, compreendidos como condição essencial. Novamente não há nada de revolucionário aqui, já que as políticas públicas nacionais, principalmente aquelas que buscam lidar com a pobreza, têm como matriz discursiva os documentos produzidos pelo Banco Mundial, FMI e principalmente ONU que, como mostrei, funcionam dentro de uma mesma lógica partindo da obra de Amartya Sen. Cabe ao Estado fornecer oportunidades de emprego e de capacitação o que, em tese, garante aumento de renda e inclusão no mercado. Paralelamente, o Estado deve também oferecer o acesso aos serviços públicos, o que permitirá melhores condições de bem estar. Há todo um efeito de benevolência que perpassa este discurso e que caracteriza o que é tanto no âmbito moral como legislativo, uma obrigação do Estado. Não nos podemos esquecer que todas estas medidas estão dirigidas à parcela *miserável* da população, deixando em suspenso o sentido de *pobre*. O fato de que, conforme consta no decreto nº 7.492, a linha entre *miséria* e *pobreza* ser definida por um critério estritamente econômico – que não considera o acesso a serviços públicos – categoriza o “pobre não miserável” como aquele que ganha mais de 70 reais por mês. Mesmo que ele não tenha acesso aos bens essenciais como saúde, educação, água, eletricidade, etc., o

seu estatuto não muda. Este tipo de política “social”, mas com um fundo “mercadológico” é tirânico pois cria todo um setor invisível na sociedade de pessoas que, objetivamente, não têm uma melhora na dita “qualidade de vida”. Na tensão entre o direito público e a implantação e expansão do mercado, a contradição significa. Por último devo mencionar o papel de agente que o sujeito *miserável* tem neste processo. O objetivo central do plano é aumentar a renda através da capacitação para o mercado de trabalho, recaindo no indivíduo a responsabilidade final. Isto é visível no último trecho do recorte *identificar os meios mais adequados e eficientes de fazer essas pessoas melhorarem de vida*. Cabe às *pessoas* melhorar de vida e ao Estado fornecer os meios. O sentido seria outro se fosse usada a frase *identificar os meios mais adequados e eficientes para melhorar a vida dessas pessoas*. Ao dizer de um modo, e não de outro, o Estado configura os indivíduos como agentes de sua própria mudança. Ainda sobre a qualificação de mão de obra, o folder afirma que (*ibid.*, p.17, grifos meus)

A meta é inserir os beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho através de cursos de formação **sintonizados com a vocação econômica de cada região**. Escolas técnicas, o Sistema S e outras redes serão mobilizadas para que seja possível oferecer mais de 200 tipos de cursos gratuitos e certificados. O aluno receberá material pedagógico, lanche e transporte.

Intermediação Pública de Mão de Obra:

As ações de intermediação serão realizadas **considerando o conjunto de oportunidades mapeadas junto às empresas públicas e privadas**. Serão selecionados, prioritariamente, os beneficiários do Bolsa Família e pessoas com idade entre 18 e 65 anos.

Este recorte aponta para a contradição do conceito de “liberdade como desenvolvimento” desenvolvida por Amartya Sen e que serve de base para os documentos e as políticas públicas centradas na temática da pobreza. A idílica “liberdade de escolha” é claramente determinada pelas necessidades do mercado (vocação econômica), restringindo a possibilidade de *ser* do indivíduo (usando a nomenclatura de Sen). Interpreto este recorte como um índice do real, de que, independentemente do modelo democrático, se estiver inscrito em um discurso neoliberal, *o mercado sempre terá a última palavra*. Este sintoma dá visibilidade a um importante fato que opera como *eixo organizador dos discursos sobre a pobreza*: as políticas públicas e seus discursos operam a partir de um imaginário de uma democracia

plena, que não se configura como espaço de condução do litígio, onde Mercado e Estado funcionam em perfeita sintonia e integração e onde o indivíduo é livre para escolher. Estes discursos, ao promoverem um apagamento da tensão e da contradição inerente à relação entre Mercado e Estado, deslocam questões estruturais para a alçada do individual, significando a pobreza como resultado de sua (in)capacidade de agir, naturalizando neste processo a posição sujeito *pobre*. No caso do plano Brasil sem Miséria, o uso de determinadas medidas e padrões estatísticos e econômicos implica um universo descritivo universal: des-historização da pobreza e do “pobre”.

7. Conclusão da primeira parte

Após analisar alguns recortes textuais de documentos que considero essenciais para se compreender o funcionamento do discurso sobre a pobreza, já que constituem a matriz discursiva que servem de base para o planejamento e execução de políticas públicas a nível internacional e nacional, é possível apresentar algumas conclusões:

- a) Os sentidos de pobreza estão veiculados a um longo processo discursivo que pode ser denominado de *Discurso sobre a Pobreza no Estado Moderno* e que teve sua constituição na ruptura da forma sujeito religioso e seu deslocamento para sujeito jurídico. Algumas características principais deste discurso são significar a pobreza como a “mãe de todos os problemas” e de atribuir ao indivíduo “livre” e “empoderado” a responsabilidade para com a quebra de sua condição de “pobre”.
- b) A mudança de foco para o sujeito, que tem como consequência o apagamento das questões políticas, econômicas e sociais, se dá por intermédio da noção de “cultura”, que ora sendo abordada como um problema estrutural, ora como um problema de agenciamento, tem como efeito *naturalizar* a condição do “pobre”.
- c) Os documentos apresentados, apesar de afirmarem que trazem novos elementos que irão contribuir no combate à pobreza, são na realidade reformulações daqueles que lhes precedem e funcionam na direção de atualizarem e perpetuarem uma memória sobre o “pobre”, memória esta que partilha de elementos que surgiram em finais da Idade Média, mas potencializada com o advento do capitalismo, da globalização e do neoliberalismo.
- d) Os sentidos provenientes do discurso sobre a pobreza determinam uma redução na ação Estatal, a qual, dentro do paradigma neoliberal, deve ter políticas públicas de cunho assistencialista, “caridoso” e “benevolente”, em detrimento do livre acesso ao mercado,

apresentado como a solução para a pobreza. Deste modo, apesar de os documentos atrelarem a pobreza a diversos fatores, é sempre o econômico que acaba sendo preponderante.

No próximo capítulo deste trabalho irei tecer algumas considerações sobre o discurso até aqui analisado através da análise de fotos sobre a pobreza, produzidas pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado. O objetivo aqui é olhar para diferentes materialidades que promovem outros modos de circulação e legitimação do discurso sobre a pobreza. Para tal, antes de analisar as fotos irei discorrer sobre as implicações teóricas, a partir da Análise de Discurso, ao se lidar com a fotografia, a qual tem sua materialidade específica.

SEGUNDA PARTE

IMAGENS

Pesquisador: aquele que pesquisa a sua dor

1. Por que imagens da pobreza?

A minha “atração” pela pobreza não é de hoje. Explico: Meus pais tinham decidido ir procurar uma vida melhor em Portugal, em plena crise financeira da década de 80, com pouquíssimas poupanças, e a melhor “casa” que conseguimos foi em uma propriedade, uma criação de porcos, que ficava no topo de uma montanha a algumas dezenas de quilômetros de Lisboa. Além de ser isolada, a casa não tinha acesso à rede de água, esgoto e de eletricidade. Nessa casa também não havia janelas, apenas os “buracos” nas paredes, pois quem a construiu obviamente não teve condições de instalá-las. Lembro que no inverno minha mãe fazia gelatina à noite e colocava na “janela”, sendo que de manhã estava prontinha, como se tivesse acabado de sair da geladeira. Pois bem, minha primeira memória é justamente dessa casa, de algum momento de brincadeira entre eu e meu irmão.

Após essa casa meus pais arrumaram um emprego em um orfanato para vítimas das guerras civis que assolavam as ex-colônias portuguesas na África. Nós morávamos no orfanato e me lembro que, aos 6 anos de idade, todos os meus amigos eram órfãos da violência. Após o orfanato me lembro que chegamos a morar em um conjunto habitacional no qual a maioria dos habitantes eram emigrantes africanos. Pulando vários anos, já no Brasil, trabalhei como professor voluntário no Desafio Jovem, um centro de recuperação de dependentes químicos em Itatiba/SP, cidade na qual moro. Lá tive contato com famílias que, além de não terem condições dignas de vida, enfrentavam também o problema das drogas e bebida. Após meu trabalho no Desafio desenvolvi, junto com a minha esposa, alguns trabalhos sociais com crianças carentes na igreja da qual participava.

Não é então surpreendente, pelo menos para mim, querer desenvolver uma pesquisa nesse âmbito. O contato direto com esses diferentes contextos me leva a refletir sobre os modos de abordagem da pobreza pelos órgãos e políticas públicas. O meu engajamento com pesquisas na área da Análise de Discurso abriu as portas para que eu também percebesse que os discursos sobre a pobreza (assim com tantos outros), funcionam não só no plano do verbal, mas em outros planos, como o da imagem. Assim sendo, diante do interesse e crescente necessidade que foi surgindo durante o processo inicial de análise, voltei o olhar para outras materialidades, de modo a verificar se era o mesmo discurso sobre a pobreza que nestas circulava. Isso me levou a pesquisar sobre Sebastião Salgado e algumas fotos de sua autoria, e devo dizer que tiveram tamanho impacto em mim, ao ponto de se tornarem parte do *corpus* desta tese.

Antes de dar um tom mais formal e acadêmico a esta seção, gostaria de afirmar que faço para mim uma máxima o que Paul Henry afirmou sobre a Análise de Discurso: “uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas Ciências Sociais” (HENRY, 1990, p.36). Estou ciente de que o contexto histórico, político, social, ideológico, era outro, ou seja, de que as condições de produção que cercaram a constituição da Análise de Discurso como campo de saber eram diferentes das que hoje vivemos. No entanto, em um mundo capitalista e globalizado, produtor, veiculador e legitimador de discursos que tendem a homogeneizar e naturalizar as relações sociais, apagando assim o político, isto é, o fato de que um sentido pode vir a ser outro, a Análise de Discurso serve como aparato teórico e analítico que “abre” esses discursos, mostrando que a linguagem não é transparente, que a contradição é constituinte dos processos simbólicos, colocando assim as concepções amplamente divulgadas de língua e de social em xeque. Ou seja, a metáfora do cavalo de Tróia ainda é válida.

2. O Problema da Redução

A pesquisa sobre pobreza me levou a analisar algumas fotografias da autoria de Sebastião Salgado. O primeiro contato com as imagens e a análise inicial deixaram claro a necessidade de se pensar teoricamente a relação da fotografia com sua interpretação, isto é, do verbal com o não-verbal, apresentando a seguinte pergunta: Qual a relação entre imagem e linguagem (verbal)? A esta pergunta acrescentamos outra: Partindo do princípio que o fotográfico se constitui em linguagem, qual o conceito mobilizado ao se analisar imagens⁷⁸? Segundo Courtine (L'archéologie de l'imaginaire)⁷⁹:

Qui pourrait bien penser encore aujourd'hui que les représentations iconiques aient quoi que ce soit à voir avec les signes linguistiques ? On repartira donc de la critique de cette application des conceptions linguistiques à la matérialité de l'image pour suggérer que, si cette dernière n'a guère de rapport avec la structure de la langue, elle n'est en revanche pas sans relation avec le fonctionnement du discours.

Apesar da afirmação de Courtine, a grande maioria das obras que consultei e que têm como temática a imagem, seja esta estática ou em movimento, ao abordarem questões relativas à interpretação acabam operando a partir de um mesmo paradigma: a redução da significação ao linguístico, ou seja, abordam a imagem como signo. Autores como Barthes (1980), Schaeffer (1996) ou Dubois (1993), apesar de reconhecerem na imagem um tipo diferente de materialidade, buscaram em conceitos provenientes da linguística formal e, principalmente, da semiótica, as ferramentas que permitam compreender os processos de significação de seu objeto. A título de exemplificação trazemos algumas frases destes autores. Barthes (1980, *apud* Dubois, 1993): “Tal foto jamais se distingue de seu referente” (p.16); “Diríamos que a foto sempre continua

⁷⁸ As páginas a seguir traçam o meu caminho de reflexão sobre a materialidade da imagem tendo como base alguns princípios da Análise de Discurso. Por isso peço ao leitor que não as considere como uma crítica à semiótica, e sim como a exposição do processo de construção do meu olhar e de minha prática em particular.

⁷⁹ “Quem poderia pensar ainda hoje que as representações icônicas tenham algo a ver com os signos linguísticos? Então vamos deixar a crítica da aplicação de abordagens linguísticas à materialidade da imagem para sugerir que, se ela tem pouco a ver com a estrutura da linguagem, em contrapartida, não está sem relação ao funcionamento do discurso.”

carregando o seu referente” (p.17); “A fotografia é literalmente uma emanção do referente” (p.126). E Dubois, ao apresentar a sua teoria do índice (1993, p. 48 e 52)

Com o seu passado semiótico, Barthes decerto é o primeiro a saber que a imagem fotográfica é atravessada por todos os tipos de códigos.

Essa observação faz com que compreendamos que a lógica do índice que hoje assinalamos no centro da mensagem fotográfica utiliza plenamente a distinção entre *sentido* e *existência*: a foto-índice afirma a nossos olhos a *existência* do que ela representa (o ‘isso foi’ de Barthes), mas nada nos diz sobre o sentido dessa representação; ela não nos diz ‘isso quer dizer aquilo’. O referente é colocado pela foto como uma realidade empírica, mas ‘branca’, se for possível se expressar assim: sua significação continua enigmática para nós, a não ser que sejamos participantes da situação de enunciação de onde a imagem provém. *Como índice, a imagem fotográfica não teria outra semântica que não sua própria pragmática.*

Anos mais tarde Dubois comenta em uma entrevista sobre o impacto que contexto histórico, entre a década de 1930 o início da década de 1980, teve no trabalho com a imagem, tanto em um nível teórico como prático. Além do fortalecimento do estruturalismo e seus efeitos imediatos na História, Linguística, Antropologia, Sociologia, Psicologia, etc., os escritos de Charles Sanders Peirce (1839 – 1914) que descreviam uma teoria da Semiótica, encontraram o seu lugar na academia europeia, permitindo refletir e postular aparatos teóricos de análise da imagem que tinham como base conceitos então considerados chave como o de signo, objeto, interpretante, ícone e índice, entre outros. Sobre a sua pesquisa a partir da década de 90 Dubois (2003, p.146) afirma:

Fiquei distante dessa abordagem puramente a-histórica da semiologia, que jamais se pergunta de que contexto vêm os objetos em estudo. Uma das críticas que podemos fazer à primeira parte de meu livro, *L’acte Photographique*, é que é totalmente a-histórica; essa dimensão não é levada em conta.

Esta fala de Dubois deixa claro que, durante vários anos, houve toda uma produção acadêmica sobre imagens ancorada em uma tradição que abordava o real na/da fotografia de um modo estrutural e a-histórico, fruto de uma concepção redutora e pragmática de linguagem como meio de comunicação, com referente e código

(remetendo ao famoso esquema de Jakobson). Esta concepção ainda serve de base para pesquisadores de diversos campos, mas principalmente da semiótica, para os estudos sobre a imagem, ou seja, pesquisas que visam a produção de sentidos no/do não-verbal. É importante atentar para o fato de que a questão central não está na transposição de ferramentas da linguística para outros campos, com o propósito de compreender a produção e os processos de significação do visual, e sim na natureza de tais ferramentas, no caso, a noção de referente e de sua relação entre a imagem e as coisas (assim como as palavras e as coisas), sintoma de uma concepção de linguagem e de simbólico ancorada, em última instância, no cognitivo.

Orlandi (1995, p.35), ao buscar refletir sobre a natureza destes estudos, afirma que

Há um momento na história da reflexão sobre a linguagem em que o linguístico se identifica com a linguística, ou seja, se reduz diretamente o fato (de linguagem) à disciplina (que trata da linguagem). Concomitantemente a esta redução, outra se sobrepõe a ela: reduz-se a significação ao linguístico, ou seja, ao fato de linguagem definido pela perspectiva da linguística. E assim se apagam as diferenças entre o verbal e o não-verbal, ou então se submete um (o não-verbal) ao outro (ao verbal).

O exercício de traçar um breve histórico das concepções sobre fotografia permite estabelecer relações entre a sua história – a materialidade fotográfica – e as noções provenientes da teoria linguística que produzem um efeito de apagamento dessa mesma materialidade. Em todo caso, é importante mencionar que é o modo pelo qual essas noções são mobilizadas e reelaboradas que produz a redução, e não o fato de que provenham da teoria linguística. Nesse sentido, a abordagem utilizada para o estudo do visual acaba, em alguns momentos, incorrendo no mesmo deslize da Linguística como ciência, a saber, o apagamento da exterioridade, pela tese da autonomia do sistema linguístico.

Dubois (1993) afirma que no século XIX, com o nascimento da fotografia, surgem dois discursos, um negativo e outro positivo, acerca do que se entendia ser uma característica nata do ato de fotografar: a fotografia como espelho do real. De acordo com Krauss (2002, p.66)

O homem estava ali, constatando que a natureza era capaz de reproduzir-se a si mesma (...) a luz podia curvar-se e permitir que a natureza se redobrasse sobre si mesma e restituísse sua própria semelhança sem a intervenção do homem (...) uma das reações frente àquilo que a natureza relatava sobre ela mesma estava portanto relacionada ao fato de que ela pudesse ultrapassar a percepção humana.

Estes discursos buscavam contrapor a fotografia à arte (pintura), ora afirmando que a fotografia, por ser um processo mecânico, químico e quase instantâneo, não podia ser considerada uma obra de arte, já que não passava pelo crivo da interpretação do artista – discurso estético –, ora defendendo que, por lidar com o real de modo direto, a fotografia liberava a arte para exercer outras funções além da representação do real – discurso sociológico. Deste modo, a arte assumiria uma função mais “artística” ao cabo que caberia à fotografia agir no plano social e científico. Em meio a este debate outras questões importantes surgiam. Segundo Krauss (*ibid.*)

O discurso estético desenvolvido no século XIX organizou-se cada vez mais em torno daquilo que se poderia chamar de espaço de exposição. Quer se trate de museu, salão oficial, feira internacional ou exposição particular, este espaço era constituído em parte pela superfície contínua da parede, uma parede concebida cada vez mais para expor arte, exclusivamente.

A fotografia compartilha assim, em seus primórdios, o mesmo espaço de veiculação de sua contraparte – conforme julgado na época –, a pintura. Chamo a atenção para este fato, pois os livros de fotografia hoje se assemelham, e muito, à materialidade da parede como uma superfície contínua. O que quero dizer com isto é que, embora não se possam pendurar molduras em livros, fotografias podem muito bem figurar em suas amplas páginas. Isto aponta para o fato de que, apesar de a fotografia ter evoluído tecnicamente e sua circulação alcançado níveis maciços, ela ainda é íntima, se bem que em outros moldes, às superfícies vazias. Esta materialidade própria dos museus e dos livros, que em suas “paredes” recebem grandes imagens, indicam que a fotografia, no que refere à sua disposição e exposição, tem algo de singular, efeito de simulacro do real:

Captar o instante, como frequentemente diz-se que procede a fotografia, é prender e congelar a presença. É dar a imagem da simultaneidade, da forma como cada coisa em dado lugar e dado

instante está presente para todas as outras. É uma afirmação de integridade sem falha do real. A fotografia restitui sobre uma superfície contínua o traço ou o rastro de tudo o que o olhar apanha em um piscar de olhos. A imagem fotográfica não é só um troféu, a amostragem de um pedaço da realidade, mas também um documento que dá testemunho de sua unidade na qualidade “do-que-estava-aqui-em-dado-momento”. Ora, o fato de marcar os espaçamentos destrói a simultaneidade da presença: isto equivale a apresentar as coisas em sequências, quer uma após à outra, quer exteriores uma à outra, ocupando células separadas. São estes espaçamentos que nos fazem entender muito bem (...) que não olhamos a realidade, mas um modo contaminado pela interpretação e pela significação, ou seja, uma realidade dilatada pelos vazios e os brancos que constituem as condições formais anteriores à existência do signo. (*ibid.*, p.118).

Como consequência deste efeito outro discurso ganha força, já em pleno século XX, na esteira do estruturalismo francês, que afirma que a fotografia não é uma mimese do real, e sim que ela opera uma transformação do real. Isto se deve, em primeiro lugar, à enumeração de critérios técnicos – a incapacidade de reproduzir as nuances luminosas, a redução do espectro de cores a jogos dégradés de preto e branco, a redução da tridimensionalidade à bidimensionalidade, a exclusão de sensações olfativas ou táteis, etc. – que, de modo bem claro, contestam a capacidade da fotografia de espelhar, *ipsis litteris*, o real. Em segundo lugar, a partir da semiótica diversos pensadores sublinham que a foto é eminentemente codificada, sob os pontos de vista técnico, cultural, sociológico, estético, etc. Não é mais a fotografia em si que está em jogo, mas também o “emissor”, “receptor” e “meio”, o responsável pelas fotos, aqueles que a recebem e interpretam, e o objeto da fotografia (Schaeffer, 1996). Estas reflexões levam ao terceiro ponto, que consiste na contemplação da dimensão “ideológica” da fotografia. De acordo com Dubois (1993, p.40), “a caixa preta fotográfica não é um agente reprodutor neutro, mas uma máquina de efeitos deliberados. Ao mesmo modo que a língua, é um problema de convenção e instrumento de análise e interpretação do real.” Frente ao crescente uso de fotos, em sua maioria de guerra, por governos de vários países para fazerem propaganda, surgem críticas e denúncias à possibilidade de que algumas destas fotos são, na verdade, encenações. Bergala (1976, *apud* Dubois, 1993 p.41) afirma estas serem

(...) fotos inteiramente dominadas, controladas, – qualquer que seja seu local de origem – engodo de um consenso universal factício, simulacro de uma memória coletiva, na qual elas imprimem uma

imagem de marca do acontecimento histórico, a do poder que as selecionou para fazer calar todas as outras (...) Antes de mais nada, o espaço da representação fotográfica não deve deixar que dele se suspeite como espaço de enunciação. Constrói-se pela grande angular como um espaço envolvente no qual nos encontramos capturados brutalmente, mas sempre como por acaso, por acidente (...). A grande angular trabalha maciçamente em benefício do humanismo choramingão; isola o personagem, a vítima, em sua solidão e sua dor.

Todo este questionamento do caráter da fotografia leva a diversas posturas que promovem um deslocamento, da ancoragem na realidade à ancoragem no próprio trabalho que a fotografia implica: “a foto vai se tornar reveladora da *verdade interior* (não empírica). *É no próprio artifício que a foto vai se tornar verdadeira* e alcançar sua própria realidade interna. A ficção alcança, e até mesmo ultrapassa, a realidade.” (Dubois, 1993, p.41). Os dois tipos de concepção apresentados aqui – foto como espelho do mundo e foto como transformação do real – partilham de um mesmo denominador, a saber, a consideração de que a imagem fotográfica é portadora de um valor absoluto, seja por semelhança ou por convenção, e permitem uma terceira e última concepção: a foto como traço do real, livrando assim a fotografia de um plano totalmente referencialista ou “ideologista”⁸⁰. “O princípio do traço, por mais essencial que seja, marca apenas um momento no conjunto do processo fotográfico” (Dubois, 1993, p.51), sendo que o antes (escolha do aparelho, do ângulo, da película, tempo de exposição, etc.) e o depois (modos de revelação, difusão e circulação, etc.) são determinados por gestos “culturais” (*ibid.*). Esta concepção está diretamente relacionada à definição Peirciana de índice – que representa algo que não está “presente”, como uma pegada na areia.

Estas três concepções de fotografia como a) espelho do real, b) transformação do real ou c) traço de um real, derivam da noção saussuriana de signo, já que, grosso modo, o significante (a parte “concreta” do signo) seria a fotografia/imagem em si e o significado (a parte abstrata) estaria relacionado ao real. Usar um modelo de linguagem fortemente inspirado no “linguístico”, conforme mencionado acima, acarreta fortes implicações na análise iconográfica das imagens. De acordo com Pêcheux e Gadet (2004), seja pela via do empirismo – língua como um dado apreensível a ser

⁸⁰ Ideologista no sentido da tradição de algumas imagens serem usadas em um tipo específico de propaganda política bastante prolifera em períodos de conflito.

tomado e analisado – ou do racionalismo – que colocam o sujeito no centro – estes modos de pensar a linguagem fecham a possibilidade do jogo entre sujeito e sentidos. Ainda segundo os mesmos autores (p.20), a linguística moderna, constituída a partir das dicotomias Saussurianas, se fecha para o deslocamento, não saindo de seu próprio interior.

Caminhar nesta esteira significa trabalhar exclusivamente com e a partir do referente, delimitando assim as possibilidades de produção de outros sentidos. Com isto quero dizer que a concepção de língua e, concomitantemente, de linguagem unívoca e transparente que serve de base para a Linguística acaba tendo um grande peso na formulação de teorias que buscam abordar a análise de imagens, ou seja, retomando Orlandi (1995), reduz-se o não-verbal ao verbal. Sobre este fato a autora (*ibid.*, p.35) afirma que

O sentido tem matéria própria, ou melhor, ele precisa de uma matéria específica para significar. Ele não significa de qualquer maneira. Entre as determinações – as condições de produção de qualquer discurso – está a da própria matéria simbólica: o signo verbal, o traço, a sonoridade, a imagem etc. e sua consistência significativa. Não são transparentes em sua matéria, não são redutíveis ao verbal, embora sejam intercambiáveis, sob certas condições.

Antes de prosseguir acho interessante abrir um pequeno parêntesis para discutir a relação entre verbal e não verbal. Para Vargas, Medeiros e Beck (2011, p.45) à luz da Análise de Discurso, essa posição é problemática:

Se a imagem, em sua materialidade própria, e mediante as redes que estabelece com as séries de imagens que povoam a “realidade” social, instaura sentidos, não os instaura de forma isolada, desconectada; ela, antes de ser analisada como peça avulsa e unilateral, fora do jogo da história, deve ser concebida de maneira mais ampla. Na garimpagem por processos de significação, a imagem deve ser observada como sendo relativa a uma formação ideológica. Em determinadas condições, as textualidades não podem ser analisadas separadamente (como na perspectiva dicotômica verbal x não verbal), pois, independente de suas formas textuais, elas são arranjadas na dependência interdiscursiva de sentidos possíveis, tomados em uma formação ideológica que orienta a “montagem” e, portanto, as versões que se alinham a determinados sentidos e que produzirão os efeitos de sentido.

Entendo que os autores afirmam que ao se trabalhar com *materialidade*, se adota o posicionamento de que os discursos são produzidos materialmente a partir de processos simbólicos oriundos de práticas de linguagem, com materialidades significantes diferentes como a pintura, músicas, imagens, grafia, etc. Em outras palavras, ao operar dentro do campo teórico da Análise de Discurso o analista considera que discurso não está restrito ao verbal, pois é vinculado aos processos de interpretação do mundo. “Isso nos permite postular que não cabem separações entre modalidades de discursos (verbal, não verbal, imagético), o que importa é considerarmos como esses diferentes registros discursivos funcionam em relação a sua constituição/formulação/circulação e em suas especificidades.” (*ibid.*, p.55). Este é um ponto de debate importante e que acredito ser delicado, já que as *especificidades* de cada materialidade demandam uma reflexão teórica direcionada às características em causa:

Isto porque a materialidade do texto impõe limites para a produção dos sentidos. Importam as palavras usadas assim como a sintaxe do texto, no caso da materialidade verbal. Importam as imagens em seus vários elementos constitutivos, tais como as cores, a relação luz e sombra, a perspectiva, os traços no caso da materialidade visual. (LAGAZZI, 2011, p.499)

Se em tese não cabe separar o verbal do não verbal, já que a teoria do discurso contempla a análise de diferentes materialidades, a minha prática proveniente do trabalho com fotografia tem mostrado que esse fato deve levar o analista, partindo dos princípios da Análise de Discurso, a construir um aparelho teórico e analítico que dê conta das especificidades de um corpus constituído por fotografias. Com isto quero dizer que o analista deve compreender que a independência teórica da Análise de Discurso não exclui o diálogo interdisciplinar, sempre contemplando que, em outras disciplinas, a separação operada entre materialidades é evidente⁸¹.

Outro ponto importante a se considerar é que a análise que constitui este trabalho contempla um corpus constituído por recortes de materialidades distintas, que concernem ao campo do verbal – documentos analisados na primeira parte – e ao campo do não verbal – fotografias – sendo que, em alguns momentos há uma imbricação entre

⁸¹ Não estou advogando a favor de tal separação, mas afirmando que há algo a se aprender com ela.

as duas materialidades – fotografias acompanhadas por textos com função de legenda ou contextualização. Assim sendo, de acordo com Lagazzi

Não se trata de analisarmos a imagem *e* a fala *e* a musicalidade, por exemplo, como acréscimos uma da outra, mas de analisarmos as diferentes materialidades significantes uma no entremeio da outra (...) Em análises com diferentes materialidades é importante que o analista mobilize, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra pela contradição. (2011b, p.402).

Com isto quero dizer que, apesar de compreender o ponto de vista de Vargas, Medeiros e Beck (2011) que, na esteira de Lagazzi, criticam a oposição dicotômica entre o verbal e o não verbal, sustentando que devem ser postos em relação, acho que refletir sobre a distinção entre as duas materialidades, nesta pesquisa, além de ser produtivo, se apresenta como uma necessidade teórica e prática, servindo um propósito “pedagógico”.

O não verbal tem uma consistência significativa que lhe é própria, isto é, “o sentido necessita de uma matéria própria para significar. Não há como as diferentes materialidades significantes produzirem os mesmos efeitos. Pois cada materialidade significa de uma maneira que lhe é peculiar.” (Brasil, 2011, p.66). De acordo com Orlandi (1995, p.39)

Há uma necessidade do sentido, em sua materialidade, que só significa, por exemplo, na música, ou na pintura etc. não se é pintor, músico, literato, indiferentemente. São diferentes relações com os sentidos que se instalam. São diferentes posições do sujeito, são diferentes sentidos que se produzem.

Ao trabalhar com a forma material da língua, a Análise de Discurso reconhece e aceita um elemento fundamental, a saber, de que tanto a língua como as diferentes linguagens, ou materialidades, (cinema, pintura, fotografia, música, grafite, etc.) são complexas e múltiplas e que o processo de produção sentidos se dá frente ao histórico e que a estabilização é, em si, um efeito. Deste modo recorrer ao discursivo significa operar uma abertura. De acordo com Orlandi (2008), a discursividade se caracteriza por ser a inscrição dos efeitos da língua na história, ou seja, deixa-se de lidar

com o social e o histórico como se fosse um acréscimo à língua. Assim, a teoria do discurso permite não só abordar o texto de modo diferente, mas também traçar uma relação entre o seu funcionamento e o das imagens, ou seja, em meu caso, refletir sobre a fotografia como linguagem por um viés discursivo.

Antes de prosseguir abro aqui outro parênteses de modo a definir a noção de texto com a qual trabalho. Para o leitor que não está a par da teoria do discurso pode parecer estranho falar de “texto” ao se referir a imagens. Tradicionalmente o texto está relacionado à matéria verbal, e até pouco tempo, dentro da linguística, não era considerado unidade de análise, devido à sua extensão. Foi somente com algumas discussões provenientes da pragmática, da sociolinguística e da linguística textual, que o texto assumiu um estatuto de unidade analisável, ocupando um lugar na hierarquia, concebida inicialmente por Benveniste, que tem como seu ponto inicial os fonemas. Este modo de operacionalizar determinadas “unidades linguísticas” se apresenta problemático perante uma teoria do discurso, já que este não é uma camada. A noção de texto na Análise de Discurso, promovida por Orlandi a partir de um deslocamento da noção de enunciado, tem como base o fato de que a constituição e formulação do discurso pode ser pensada a partir de dois eixos: o interdiscursivo, de dimensão vertical, e o intradiscursivo, de dimensão horizontal, sendo que todo dizer se dá no cruzamento desse dois eixos. “Sendo atualização da memória discursiva, a formulação se faz materialmente pela colocação do discurso em texto, pela textualização”. (*ibid.*, p.11) A autora continua afirmando que

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significativa e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade (...). Não mais como unidade linguística disponível, preexistente, espontânea, naturalizada, mas o texto em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade. (*ibid.*, p12-13).

O texto é a estrutura, ou unidade, que nos permite ter acesso ao discurso. A historicidade do texto significa que a sua relação com o “exterior” não é automática nem direta, ou seja, o texto não é um documento “portador de um conteúdo” da história. Ao

buscar compreender como o texto produz sentidos em determinados contextos, ou condições de produção, o analista apreende a sua historicidade, ou seja, conceber o texto como um objeto linguístico e histórico – lugar material onde a relação ideologia/discurso/língua produz seus efeitos – permite refletir sobre o fato de que palavras e imagens não significam em si, e sim porque são dotadas de textualidade, “porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa.” (*ibid.*, p.86). Se para o leitor o texto é a unidade empírica e imaginária produzida por um autor e caracterizada por sequências compostas por sons, letras, imagens organizadas de modo “coeso” e “coerente”, para o analista é “unidade de análise afetada pelas condições de produção e pela memória (...) lugar da relação com a representação física da linguagem, onde ele é som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho – material bruto – mas é sobretudo espaço significativo” (*ibid.*, p.89). Deste modo, ao me referir a texto não estou fazendo alusão a um aparato teórico e analítico estritamente linguístico, ou seja, não estou reduzindo o não-verbal ao verbal, e sim operacionalizando um modo específico de trabalhar com a materialidade discursiva, já que, ao objeto teórico *discurso* corresponde o domínio analítico *texto*.

O deslocamento no estatuto do texto permite repensar também questões relativas à linguagem. Se o texto, assim como o discurso, não é composto por meras camadas de um sistema linguístico, a linguagem também passa a ser abordada de um modo diferente, que não a encerra em si mesma. De acordo com Neckel (2010, p.39)

Portanto, não se trata de perceber a linguagem presa a um sistema, ou, a um esquema linear de código – mensagem – receptor, e sim, pensar a linguagem em sua relação complexa com a sociedade, com a história e com a ideologia. Esse “outro modo” apontado pelo autor coloca a relação necessária e complexa da linguagem com a subjetividade e com as condições de produção de sentido, sempre em processo. Dito de outro modo, os sentidos operando na incompletude, na abertura, na possibilidade de sentidos outros.

Courtine (*Discours, Images*, p.3)⁸² comenta sobre as consequências de se pensar a linguagem discursivamente:

⁸² “Se há uma lição que acredito poder tirar do trabalho realizado sobre o discurso comunista, é que um discurso político não é somente texto. É mais bem que isso. É um fragmento de história. E as palavras do texto, como são atravessados pela história, deixam de ser simples unidades lingüísticas. Eu pude ver a esse respeito que as mutações que afetavam então a fala pública, das quais acabamos de falar, esta inundação progressiva de discursos líquidos, não podia deixar-se apreender exclusivamente a partir das

S'il y a une leçon que j'ai cru pouvoir tirer du travail réalisé sur le discours communiste, c'est qu'un discours politique, ce n'est pas du texte. C'est bien plus que du texte. C'est un fragment d'histoire. Et les mots du texte, en tant qu'ils sont traversés par l'histoire, cessent d'être de simples unités linguistiques (...) En conséquence, il m'a semblé que, si le projet d'une analyse des discours qui rende à la discursivité son épaisseur historique devait être poursuivi, il ne pouvait faire l'économie de l'analyse de représentations faites de discours, d'images, et de pratiques. La circulation contemporaine de la parole publique est bien, pour parler comme Marcel Mauss, un « fait social total », dont aucun aspect ne saurait être négligé, si l'on veut saisir ce qui s'y joue. Fait social extrêmement complexe, au demeurant, dont l'analyse du discours à l'ancienne ne saurait guère, du fait de la restriction de son champ, rendre véritablement compte : les discours y sont imbriqués dans des pratiques non verbales, le verbe ne peut plus y être dissocié du corps et du geste, l'expression par le langage s'y conjugue à celle du visage, de façon à ce qu'on ne puisse plus séparer langage et image.

Vale a pena mencionar a importância desta afirmação para minha pesquisa pois, se inicialmente tinha o objetivo era analisar somente discursos verbais sobre a pobreza, o meu contato com o *corpus* escrito e com as imagens me levaram a ver a necessidade e a possibilidade de analisar este discurso a partir de diferentes materialidades, tecendo relações entre estas. De acordo com Silva (2004, p.44)

Dessa forma, a fotografia enquanto objeto discursivo passa a ser, como todo discurso, atravessada tanto pelas significações estabilizadas quanto pelos deslizamentos de sentidos, funcionando como linguagem em movimento que tem seus sentidos dependentes do imaginário. A fotografia como objeto de estudos discursivos, constitui-se como um lugar onde há jogos de sentidos, constitui-se como textualidade atravessada por diferentes formações discursivas e pela diversidade de sujeitos.

palavras e das formas sintáticas, como havíamos projetado até então. Consequentemente, me pareceu que o projeto de uma análise dos discursos que toma a discursividade como sua espessura histórica a ser perseguida, não pode economizar na análise de representações feitas de discursos, de imagens, e de práticas. A circulação contemporânea da fala pública é, para usar Marcel Mauss, um “fato social total”, cujo nenhum aspecto deve ser negligenciado se queremos compreender o que está em jogo. Fato social extremamente complexo, de resto, do qual a análise do discurso à antiga não saberia, devido à restrição do seu campo, dar verdadeiramente conta: os discursos são imbricados em práticas não verbais, o verbo não pode mais ser dissociado do corpo e do gesto, a expressão pela linguagem conjuga-se à do rosto, de modo que não se possa mais separar linguagem e imagem.”

Em última instância, formulo a hipótese de que as imagens operam aqui sob a ilusão de serem um *suporte e prolongamento* dos discursos verbais sobre a pobreza, quando na verdade são mais do que isto, se configurando como outra materialidade determinada pelo mesmo interdiscurso de matriz neoliberal. Sobre este ponto Courtine (Discours, Images, p.3)⁸³ afirma que

J'ai donc eu le sentiment qu'analyser des discours ne pouvait plus se limiter à caractériser un corpus à différents niveaux de fonctionnement linguistique. Mais à penser et à décrire la manière dont s'entrecroisent, - dans la matérialité de l'archive tout autant que dans le support « psychique » des mémoires individuelles et collectives - régimes de pratiques, séries d'énoncés, réseaux d'images.

Assim sendo, o imbricamento entre imagem e outras materialidades, na perspectiva da intericonicidade, não se dá no nível do funcionamento do signo, conforme a Semiótica, mas sim através do interdiscurso, do papel desempenhado pela memória:

Ce que j'ai voulu faire, en introduisant la notion d'intericonicité, c'est tout d'abord souligner le caractère discursif de l'iconicité : j'ai pensé que, plutôt qu'à un modèle de la langue, c'était à un modèle du discours qu'il fallait référer l'image. Mais au discours au sens de Foucault, c'est-à-dire en un sens où le discours peut être aussi bien un fragment d'image qu'un éclat de langage. Il m'a semblé que les recherches que j'avais menées dans cette perspective sur la notion de mémoire discursive étaient de nature à pouvoir rendre quelques services tout à la fois conceptuels et méthodologiques dans le champ de l'analyse des images. Je m'explique : l'idée de mémoire discursive implique qu'il n'y a pas de discours qui ne soient interprétable sans référence à une telle mémoire, qu'il y a « toujours-déjà » du discours, selon la formule que nous employions alors pour désigner l'interdiscours. Je dirais la même chose de l'image : toute image s'inscrit dans une culture visuelle, et cette culture visuelle suppose l'existence chez l'individu d'une mémoire visuelle, d'une mémoire des images où toute image a un écho. Il y a « toujours-déjà » de l'image. Cette mémoire des images, ça peut être une mémoire des images externes, perçues, mais ça peut être tout aussi bien la mémoire des images

⁸³ “Senti então que analisar discursos não podia mais limitar-se a caracterizar um corpus em diversos níveis de funcionamento lingüístico, mas a pensar e descrever a maneira como se cruzam, - na materialidade do arquivo tanto quanto no suporte “físico” das memórias individuais e coletivas - regimes de práticas, séries de enunciados, redes de imagens.”

internes, suggérées, “réveillées” par la perception extérieure d’une image. (COURTINE, Discours, Images, p.8)⁸⁴.

Do mesmo modo que, através da memória discursiva, um discurso remete a outros discursos e permite diferentes leituras – pois só há discurso se houver inscrição na história – uma imagem, sendo também discurso, remete a outras imagens, outros modos de perceber, de fotografar, de interpretar o mundo. Segundo Rodríguez-Alcalá (Ambiência e Linguagem, p.7)

Os sujeitos percebem os objetos e acontecimentos do mundo ao redor não a partir de um gesto individual, determinado por estímulos neuropsicológicos, mas de sentidos que estão previamente atribuídos na história, de acordo com as condições políticas, econômicas e culturais das sociedades em que vivem, sentidos esses, nós acrescentamos, que são produzidos em e pela materialidade linguística. É a esse trabalho de interpretação, afetado pelo político e pelo esquecimento, que chamamos memória discursiva, ou interdiscurso, enquanto conjunto de dizeres estabilizados historicamente numa sociedade dada, que instituem, nas palavras de Pêcheux, um sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas por todos.

Se há uma continuidade problemática entre a linguística e outras disciplinas de interpretação (Pêcheux, 1999, p.50), a memória, conforme compreendida pela Análise de Discurso, possibilita refletir através de outro ponto de vista. Ao falar sobre a questão do icônico e da imagem, Pêcheux (*ibid.*, p.55) afirma que “a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por outro viés: não mais a imagem legível na transparência, por que um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda”. Dizer que a imagem, assim como a língua, é opaca é colocá-la em relação à

⁸⁴ “O que quis fazer, introduzindo a noção de intericonicidade, é em primeiro lugar sublinhar o caráter discursivo da iconicidade: pensei que, antes que um modelo da língua, era um modelo do discurso que era necessário para referir à imagem. Pareceu-me que nas investigações que fiz sobre o discurso, a noção de memória discursiva, que já havia introduzido, era de tal natureza que possibilita auxiliar conceitualmente e metodologicamente no campo da análise das imagens. Explico-me: a idéia de memória discursiva implica que há discursos que não sejam interpretáveis sem referência a tal memória, que há um “desde sempre” do discurso, de acordo com a fórmula usada então. Diria a mesma coisa da imagem: qualquer imagem inscreve-se numa cultura visual, e esta cultura visual supõe a existência no indivíduo de uma memória visual, uma memória das imagens onde qualquer imagem tem um eco. Há um “desde sempre” da imagem. Esta memória das imagens pode ser uma memória das imagens externas, mas pode ser percebida igualmente como a memória das imagens internas sugeridas pela percepção externa de uma imagem.”

cadeia de significantes, ao processo, aos sentidos, à memória. Na passagem do visível ao nomeado, a imagem atua como um operador de memória social, contendo, nela mesma, um programa ou gesto de leitura. Nas palavras de Orlandi (2003, p.15) é nessa memória constitutiva que “os sentidos se estabilizam e se movimentam. Uma coisa ou outra – a estabilização ou a transformação – vai depender da natureza do gesto de interpretação produzido, da posição do sujeito na relação com o interdiscurso”. Dessa forma, o interdiscurso pode ser definido como (Pêcheux, 1999, p.31 e p.52)

Aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.

Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (...). A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão “ausentes por sua presença” na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro oculto?

A densidade desta fala de Pêcheux contribui muito ao se pensar imagens e, mais especificamente, as fotos que aqui serão analisadas. Primeiramente porque aponta para a noção de pré-construído⁸⁵, intimamente ligada à de interdiscurso, e que contribui para desestabilizar a oposição entre o exterior e o interior de uma formação discursiva, em benefício da noção de imbricação entre discursos e de relações com outras formações discursivas exteriores e anteriores. Em segundo lugar descreve o funcionamento da memória discursiva com base na repetição que visa uma regularização através do que ele nomeia de “implícitos” e, por último, porque apresenta

⁸⁵ Ao refletir sobre o discurso em *A Arqueologia do Saber* Foucault talvez tenha estabelecido as bases que permitiram Henry e Pêcheux desenvolver a noção de pré-construído. Nesta obra Foucault afirma que “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro (...) Não é preciso remeter o discurso `longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.” (2007, p.28).

uma questão no mínimo interessante, colocando em relação a localização dos implícitos com a necessidade de uma sequência.

Posso partir deste ponto e propor, tendo a discussão sobre memória e interdiscurso como pano de fundo, uma espécie de genealogia das fotos de Sebastião Salgado, pensando a partir da noção de formação discursiva de Foucault como a possibilidade de definir, entre um determinado número de enunciados caracterizados por um sistema de dispersão, uma regularidade ou regularidades, ou seja, na dispersão das fotos produzidas a partir de temáticas e em contextos diferentes, as regularidades que permitam que sejam classificadas como “imagens da pobreza”⁸⁶. Posso também pensar na mesma noção a partir de Pêcheux (1975, p.160) que a define como o que pode e deve ser dito – o que pode e deve ser mostrado sobre a pobreza – e que, como consequência, caracteriza as regularidades. Podemos ainda adicionar outra dimensão investigativa se levarmos em consideração o que Ginzburg (1989, p.152) nomeia de paradigma indiciário: “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente.” Ginzburg defende que a partir de pequenas pistas como traços na areia, lóbulos de orelhas⁸⁷, lapsos, etc. é possível construir um saber sobre algo com o qual não há contato direto, ou seja, é possível pensar a ideologia e, conseqüentemente, o interdiscurso que perpassa as fotos em questão:

Mas o mesmo paradigma indiciário usado para elaborar formas de controle social sempre mais sutis e minuciosas pode se converter num instrumento para dissolver as névoas da ideologia que, cada vez mais, obscurecem uma estrutura social como a do capitalismo maduro. Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. (Ginzburg, *ibid.*, p.177)

⁸⁶ Ou seja, pensando a Formação Discursiva como conceito operatório na compreensão da produção dos saberes sobre a pobreza no interior da História e da Ciência. Abordarei esta questão mais adiante.

⁸⁷ Aos interessados recomendo pesquisar sobre Giovanni Morelli.

Courtine (Discours, Images, p.7)⁸⁸ comenta sobre o paradigma indiciário de Ginzburg, afirmando que:

Il y aurait donc *deux sémiologies*. Celle imaginée par Saussure, fondée sur sa conception du signe linguistique, qui nous situe dans l'univers dématérialisé et systémique de l'usage conscient des codes et des signes, avec ses prolongements structuralistes. Et une autre, à l'inscription anthropologique beaucoup plus ancienne, basée sur le repérage d'indices déposés plus ou moins consciemment au fil des ensembles signifiants ; appuyée sur des pratiques dans lesquelles l'élément qualitatif, la part subjective de celui qui produit l'indice comme celle de celui qui le détecte ne saurait être éliminés, ni même réduits ; des pratiques où l'usage de l'intuition, le coup d'œil, le « flair » constituent des éléments essentiels... Et, s'il faut choisir entre ces deux voies divergentes dans l'analyse et la compréhension des images, j'ai, en ce qui me concerne, choisi mon camp depuis longtemps : celui de Sherlock Holmes, plutôt que celui de Saussure.

Fazendo um acréscimo a Courtine, ao invés de opor Holmes a Saussure, talvez seja mais interessante atentar aos indícios em si através de sua *relação*, rementendo à ideia de valor do signo linguístico que, conforme mencionado na primeira parte desta pesquisa, projeta o funcionamento do simbólico operacionalizando uma abertura ao histórico.

Os três pontos apresentados – formação discursiva em Foucault e Pêcheux, e o paradigma indiciário de Ginzburg – permitem-me pensar na fotografia, enquanto linguagem, como um processo de paráfrase e polissemia (ORLANDI, 1987), seja, entre o dizer “o mesmo” (regularidade) e a ruptura (dispersão) que aponta para a possibilidade de outros sentidos que se dão em formações discursivas que “representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes.” (Pêcheux, 1988a, p.160-161).

⁸⁸ “Haveria assim duas semiologias. A imaginada por Saussure, fundada sobre a sua concepção do signo lingüístico, que situa-nos no universo desmaterializado e sistemático do uso consciente dos códigos e dos signos, com os seus prolongamentos estruturalistas. E outra, a inscrição antropológica muito mais antiga, baseada na determinação de índices depositados mais ou menos conscientemente sobre conjuntos significantes; apoiado sobre práticas nas quais há o elemento qualitativo, a parte subjetiva daquele que produz o índice e que não o detecta, não sabe o eliminar, nem mesmo reduzir; práticas onde o uso da intuição, o golpe de olho, o “flair” constituem elementos essenciais... E, se é necessário escolher entre estas duas vias divergentes na análise e na compreensão das imagens, tenho, no que me diz respeito, escolhido o meu campo por muito tempo: o de Sherlock Holmes, antes que o de Saussure.”

A estes processos é possível traçar um paralelo entre a ordem do visível e do invisível na fotografia. A ordem do visível se formula por meio de uma rede parafrástica, das regularidades e temas socialmente estabilizados. Esta ordem se articula ao esquecimento número dois, já que os sujeitos “operam uma escolha, mediada pela FD que os domina, dentre uma rede de sentidos possíveis que se encontram em relação de paráfrase. Tal escolha fornece aos sujeitos uma ideia de ilusão referencial, de relação direta entre as coisas e o mundo.” (Vargas, Medeiros, Beck, 2011, p.46). A ordem do invisível remete ao caráter polissêmico da linguagem que, via interdiscurso, opera a possibilidade de outros sentidos, através da invocação de imagens esquecidas “que não se inscreveram na história e são da instância ideológica constitutiva dos discursos (o esquecimento nº 1)” (*ibid.*). As duas ordens não se inscrevem em uma lógica dicotômica, sendo exatamente na tensão entre as duas – paráfrase/polissemia, reprodução/transformação - que é possível observar o processo de constituição dos sentidos no discurso imagético. Para tal é necessário refletir sobre a memória do olhar, não no âmbito cognitivo, mas do olhar compreendido como uma prática material regulada ideologicamente, isto é, o olhar como leitura. Lagazzi (2011, p.498) afirma que a “Análise do Discurso materialista é um dispositivo de leitura que busca compreender a interpretação em suas diferentes condições possíveis, na relação com os diferentes efeitos de sentido produzidos, para determinar as posições-sujeito que sustentam os gestos de interpretação.”

Pode-se pensar as imagens e sua leitura, funcionamento e efeitos de sentido através da tensão entre o visível e o invisível. Primeiramente, a construção de uma memória através do processo de repetição – paráfrase – do mesmo tema, estilo, método, personagens, cenários, ambiente, elementos visuais, etc., que, através da regularização e sistematização produz a relação entre certos indícios que aponta para o que pode e deve ser dito e visto sobre a pobreza. De acordo com Silva (2004, p.18)

Os vestígios devem ser pensados não como marca formal de conteúdo, ato que remete a uma concepção redutora de texto, mas como forma-material, o lugar de observação dos efeitos de sentido, o que permite chegar às propriedades discursivas da imagem em questão, isto é, compreender o seu funcionamento. Para tal é fundamental reconhecer a memória como lugar de sustentação e filiação dos dizeres. A memória é a historicidade do dizer.

Em segundo lugar refletir sobre a polissemia, já que uma foto, mesmo que filiada a uma rede de imagens constituídas por paráfrases de si, é única, logo “fala” diferente, desestabilizando em um só movimento a produção de um espaço de interpretação da pobreza, remetendo a outras imagens, silenciadas, apagadas:

Para a análise discursiva, é fundamental a observação dos vestígios deixados na materialidade, a observação da forma do dizer, dos significantes nas suas relações. Detalhes (...) por vezes levando a silenciamentos ou explicitações, podem estar se constituindo em pontos de deriva em que a discursividade se desestabiliza. Esses detalhes, quando observados em relação às condições de produção do material em análise e na relação com outros detalhes, outras “formas-materiais”, podem possibilitar ao analista perguntar-se por interpretações que vão além do que está imediatamente referido, evidente, e compreender os funcionamentos silenciados, que a fotografia não está contando diretamente mas que sustentam ideologicamente os sentidos. Os detalhes então interessam à análise à medida que organizam o jogo parafrástico responsável pela compreensão dos deslizamentos de sentido. (*ibid.*, p.20).

Buscando pensar os processos de significação de imagens a partir de uma perspectiva inserida na Análise de Discurso, Souza (1998) menciona as duas principais vertentes em voga e seus efeitos reducionistas:

Sobre o processo de significação da imagem, as discussões estão, em geral, restritas a duas vertentes principais: ou se toma a imagem da mesma forma como se toma o signo linguístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade, à imitação, à referencialidade, ou se toma a imagem nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura, etc., buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico.

Ambas as vertentes mencionadas por Souza vão de encontro ao que Dubois (2003, p.147) menciona como sendo as duas grandes tendências, atualmente, no domínio da imagem:

No domínio da imagem há, basicamente, duas grandes tendências. Existem aqueles que dizem que a linguagem é muito mais forte que a imagem, porque podemos articular os sentidos, enquanto diante da imagem não sabemos fazê-lo, porque ela não quer dizer nada ou quer dizer tudo. Só a linguagem pode comunicar um sentido articulado. É o poder da linguagem, o poder do sentido formulado. Mas há também

os que consideram que a imagem tem mais poder que a linguagem, porque passa justamente por outras coisas além do sentido atualizado pelas palavras; é um pensamento que se exprime de outra forma que não a discursiva.

As duas vertentes ou tendências operam uma redução na forma de uma descrição formal da imagem. A primeira, conforme comentei anteriormente, coloca a imagem em relação ao signo linguístico – o primado do processo de significação fechado em si mesmo. A segunda vertente opera na via do olhar técnico – o sentido reduzido a uma série de operações pragmáticas. Estes dois modos de “ver” a fotografia não colocam em pauta a materialidade significativa da imagem em sua dimensão discursiva, isto é, suas possibilidades de interpretação e circulação social e historicamente determinadas. De acordo com Souza (2001):

Ao se entender o não-verbal através do verbal, ocorre um reducionismo na própria conceituação de linguagem (verbal e não-verbal), por ser esta pensada com relação ao signo linguístico. No outro caso, a relação com o linguístico cede lugar à relação com os traços da imagem entendidos a partir de um "olhar técnico". Em ambos os casos, acaba-se por se propor para o estudo do não-verbal uma descrição formal da imagem, não entrando em pauta a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva. Ou seja, não se discute nem os usos que vêm sendo feitos - como na mídia, por exemplo - da imagem, nem as possibilidades de interpretação da imagem social e historicamente determinadas. Ao se pensar a imagem através do verbal, acaba-se por descrever, falar da imagem, dando lugar a um trabalho de segmentação da imagem em unidades discretas. A palavra fala da imagem, a descreve e traduz, mas jamais revela a sua matéria visual. Por isso mesmo, uma "imagem não vale mil palavras, ou outro número qualquer". A palavra não pode ser a moeda de troca das imagens. É a visibilidade que permite a existência, a forma material da imagem e não a sua correlação com o verbal.

Conforme mencionei na primeira parte deste trabalho, a teoria sobre o discurso, tal como instituída por Pêcheux e que tem sido levada a cabo por diversos pesquisadores – principalmente no Brasil, onde encontrou “solo fértil” – fornece as ferramentas teóricas e analíticas que escancaram a “pedra de tropeço” da Linguística, a saber, a questão da significação, que por sua vez remete não só a perguntas “estritamente linguísticas”, mas também a pontos que concernem a outros campos da Ciência e que contemplem outras teorias. Com isto quero dizer que lidar com o sentido

não é exclusivo à Linguística e que teorias a ela filiadas – como no caso da Análise de Discurso – permitem um olhar “não linguístico” (neste caso discursivo) para outras materialidades e possibilidades de se fazer sentido.

Um dos axiomas da Análise de Discurso é que o trabalho de interpretação da materialidade discursiva, seja verbal ou não verbal, pressupõe que esta seja produzida e circule mediante uma rede histórica de filiações que de certo modo determinam a formação do sujeito. Deste modo o ato de interpretar é um trabalho que vai em direção a revelar o funcionamento do discurso e como que este é administrado em várias e diferentes instâncias. Souza (*ibid.*) afirma que

O discurso, no caso, deixa antever o trabalho de um sincretismo de imagens (rede de associações) de caráter ideológico. Trata-se, então, como já referimos anteriormente, da possibilidade de falar de implícitos no âmbito da imagem. As imagens implícitas funcionam como pistas, favorecendo a compreensão das associações de ordem ideológica (o discurso), ou favorecendo a compreensão da narratividade de uma publicidade, filme, etc., sem se ater exclusivamente ao verbal, mas buscando uma articulação num plano discursivo não-verbal e revelando a tessitura da imagem em sua heterogeneidade.

Dito de outro modo, para a Análise de Discurso a relação direta e natural entre as palavras e/ou imagens e as coisas é uma ilusão (referencial) que funciona a partir do esquecimento e que é em si condição estruturante para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção dos sentidos (ORLANDI, 2001). Conforme mencionei anteriormente esta relação entre a ordem natural e a ordem humana não é direta já que é atravessada por um corte simbólico, que implica no reconhecimento de que a vida humana não é reflexo da natureza, mas o resultado de um trabalho sobre ela. A realidade psíquica do sujeito não é o reflexo de seu corpo biológico, as relações sociais não são a extensão de necessidades naturais comuns e os sentidos da língua não emanam das coisas do mundo (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2005). Esta discussão é produtiva ao se pensar a análise de imagens, já que permite associá-las ao plano ideológico, social e histórico de um modo diferente: não é a fotografia sendo usada deliberadamente a favor ou contra estes planos, e sim o seu sentido sendo constituído a partir deles. Pensar a fotografia por este prisma faz uma diferença brutal, já que não explica o funcionamento da imagem pela via da “intencionalidade”, seja esta do autor

ou do leitor. Dentro do aparato teórico e analítico da Análise de Discurso o autor não é um sujeito empírico, e sim uma função. Segundo Orlandi (1988, p.56) “o autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É onde se realiza seu projeto totalizante.”. Ao autor cabe a produção de um texto como unidade coerente e fechada. Deste modo a autoria se configura como uma prática de configuração de um texto (LAGAZZI, 2006, p.99). Por sua vez, configurar um texto significa produzir um espaço de interpretação marcado por especificidades que caracterizam o sujeito como autor:

O que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo como ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que interpreta. (ORLANDI, 1996, p.97).

Isto aponta para um fato interessante, o de que o autor está inserido em um espaço de interpretação determinado pelo interdiscurso. Em resumo, não é possível criar um espaço de interpretação sem que haja uma inscrição do autor nesse espaço. Pensando na obra de Sebastião Salgado, as suas fotografias servem como indício da filiação na qual ele está inscrito/interpelado, ou seja, do modo que as imagens funcionam no sentido de atualizarem e legitimarem o que “pode e deve ser dito/mostrado” sobre a pobreza a partir de uma Formação Ideológica capitalista dominante.

Outra dimensão produtiva desta discussão reside no fato de que abordar a fotografia por um viés que não esteja sobre o domínio da palavra permite contemplar a imagem de um modo que realmente considere a sua materialidade. Tratar a imagem como discurso, considerando a sua incompletude, isto é, de que um discurso sempre remete a outros, permite afirmar que a interpretação da imagem leva a outras imagens, apontando para o caráter recursivo do imagético: o recorte produz outra imagem e outras possibilidades de significação. Na língua o inverso acontece: quanto mais segmentada menos as possibilidades de outros sentidos. Segundo Souza (2001):

A interpretação do texto não-verbal se efetiva, então, por um efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte (e não exclusivamente do segmento), a partir das

formações sociais em que se inscrevem tanto o sujeito-autor do texto não-verbal, quanto o sujeito-espectador. Do ponto de vista ideológico, a interpretação da forma material da imagem pode se dar a partir da ausência (silenciamento) de elementos próprios da imagem dando lugar aos apagamentos de natureza ideológica. Pode se dar também a partir do simbólico, da iconicidade. Ler uma imagem, portanto, é diferente de ler a palavra: a imagem significa não fala, e vale enquanto imagem que é. Entender a imagem como discurso, por sua vez, é atribuir-lhe um sentido do ponto de vista social e ideológico, e não proceder à descrição (ou segmentação) dos seus elementos visuais.

A leitura da imagem que considera sua materialidade é algo de extrema importância, já que esta pode ser silenciada através de um trabalho de paráfrase verbal daquilo que é não verbal. Este é o processo de disciplinarização da interpretação: “Reduz-se a imagem a um dado complementar, a acessório (ou cenário), destituindo-lhe o caráter de texto, de linguagem, uma vez que a imagem, ao ser traduzida através da sua verbalização, se apaga como elemento que pode se tornar visível. É o verbal que se superpõe ao não-verbal.” (*ibid.*).

Não pretendo, com esta reflexão, advogar a favor de uma dicotomia entre o verbal e o não verbal, já que, ao se pensar a linguagem discursivamente, o que se coloca em questão é o simbólico e a sua incompletude. Segundo Henry (1992, p.164 *apud* NECKEL, 2010, p.41)

(...) a distinção do verbal e não verbal não tem sentido: é o nível do significante, aquele que Lacan chama de *o simbólico*. O simbólico não é a linguagem. Seria preciso dizer sobretudo que a linguagem é simbólico realizado, com a condição de concebê-lo simplesmente como um certo registro de materialidade em que se podem inscrever, materialmente, as relações de significante com significante e não sob a modalidade do verbal e do não-verbal. É preciso acrescentar que, se a linguagem é do simbólico realizado em formas e substâncias (...) (HENRY, 1992 p.164).

Com isto quero dizer que acredito ser importante e produtivo, visando a análise, pensar a problemática entre verbal e não verbal a partir do primado do simbólico, colocando assim duas condições: a) o seu objetivo é evitar a análise de materialidades “imagéticas” a partir de um modelo reducionista de linguagem; b) para não se cair na armadilha de outro reducionismo oriundo da dicotomia palavra X imagem (ora pendendo para a palavra, ora para a imagem) é necessário compreender que o que

está em foco são as relações entre significantes que se podem dar em diferentes materialidades. Esta é uma questão que vai além de refletir sobre o método, caracterizando-se como um problema de postura analítica, ou seja, o modo – nunca neutro – como o analista se posiciona perante o seu objeto. Entre essas posturas Dubois (2003) destaca duas “categorias” disseminadas. A primeira é a que aborda a imagem pelo viés de uma abordagem histórica/sociológica, na qual a imagem é instrumentalizada, “uma ilustração de algo que existe antes dela e fora dela”. A segunda categoria toma a imagem como um objeto de “cultura” e de “natureza”. Cultural porque implica a existência de um saber que é preciso dominar para abordar a imagem; natural porque a imagem tem algo que lhe é característico, sua própria materialidade. Segundo Dubois (*ibid.*, p.153)

Mas também é preciso desconfiar. Tratar o objeto imagem unicamente em termos de saber, de conhecimento, puro objeto de cultura, é também perder muita coisa. A essa posição junta-se outra - e a articulação entre as duas é toda a questão, todo o problema. A imagem é também algo em si, que tem um poder que lhe é próprio e que não se origina do saber constituído a seu respeito. E também um objeto por natureza e não apenas um objeto de cultura. Essa é uma afirmação perigosa, porque é muito perigoso dizer isso, pois devolver a imagem a uma situação de coisa em si é um ponto de vista um tanto ontológico, que consiste em considerar a imagem pura, a imagem destacada, a imagem objeto, sem nada que lhe venha acrescentar uma significação ou um sentido. É isso que tento trabalhar. Entre a questão mais histórica do conhecimento, que faz da imagem um objeto de cultura, e a questão que chamo de fenomenológica, que toma a imagem como um fenômeno, um evento para o olhar.

As duas posturas mencionadas por Dubois, e a operacionalização que ele faz delas – imagem como objeto de cultura e imagem como um evento para se olhar – é problemática, já que, a partir do momento que o homem olha para uma imagem ou objeto, estes já são *objetos de cultura*, destituídos de seu caráter “natural”, o que não nega a sua existência “empírica”, ou melhor, seu real, o real da imagem.

Após esta reflexão que teve o objetivo de expor a relação entre teoria e prática, irei falar um pouco sobre o fotojornalismo e Sebastião Salgado para, a seguir, concentrar na análise das fotos.

3. Sobre o fotojornalismo, Sebastião Salgado e as fotos a serem analisadas

O fotojornalismo moderno se consolida na Europa, mais especificamente na Alemanha, no período pós primeira guerra, entre 1919 e 1933. O espírito liberal que se instala no país, a criação da escola de artes e design Bauhaus e o surgimento de revistas ilustradas que tinham como característica articular texto e imagem, foram decisivos nesse processo. “Este é o momento em que a atividade ganha força, pois pela primeira vez na história a fotografia suplantou o texto, que agora aparecia como um complemento da imagem, reduzido a legendas.” (GUADAGNUCCI, 2010, p.8). Neste mesmo período se dá uma mudança nas convenções fotográficas já que, devido ao avanço tecnológico, surgem máquinas mais leves, que conferem uma maior mobilidade ao fotógrafo e que permitem registrar sem ter que recorrer ao ato de posar. O flagrante adquire um novo peso estético e social, sendo que a fotografia não posada se torna um pré-requisito para o fotojornalismo. Paralelamente ao desenvolvimento da câmera, a Guerra Civil da Espanha (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945) tiveram grande importância no estabelecimento do fotojornalismo como um campo de saber e uma prática anexada à imprensa. A popularização da fotografia fez com que, na década de 1950, se assistisse ao rompimento de fronteiras temáticas e ao desenvolvimento da foto-reportagem, fato que ocasionou mais um deslocamento no campo da estética, sendo que o trabalho de alguns fotógrafos “da imprensa” se confundia cada vez mais com um modo de expressão artística. A popularização da fotografia e o desenvolvimento da foto-reportagem, tomados como acontecimentos, potencializaram algo que pode ser chamado de a “evidência da imagem”, resumida como o acesso direto às coisas sem a mediação das palavras. É este efeito de objetividade que fortaleceu a relação da fotografia com o jornalismo.

Buscando enfrentar o problema de definir o que é o fotojornalismo, Mraz (2006) afirma que “Para defini-lo de maneira mais simples, poderíamos dizer que são imagens feitas para publicações jornalísticas.” Partindo da simplicidade da definição, o autor começa a problematizar a própria natureza da prática do fotógrafo/jornalista, ao questionar se é possível “comparar o trabalho de um diarista de *Ovaciones*, por exemplo, que tem que cobrir cinco pautas por dia, com o de Sebastião Salgado, que

pode dedicar-se a projetos documentais durante seis anos (ainda que publique seleções de suas fotos em veículos como o *New York Times* durante esse período)?” (*ibid.*). Desta constatação surge outra problemática, a do controle autoral: “até que ponto é o fotógrafo fonte da concepção original do artigo ilustrado? Quem tem controle sobre o ato fotográfico? Quem tem poder a respeito da edição da imagem?” (*ibid.*).

Mraz constrói o que ele chama de hierarquia heurística para responder a esta questão, que está ordenada de menor a maior controle: fotógrafo de imprensa, fotojornalista, foto-ensaísta e documentarista. O primeiro é aquele que trabalha para veículos de mídia diários é que provavelmente foi designado a cobrir um acontecimento, não tendo palavra sobre o produto final (reportagem). O segundo está veiculado a revistas, as quais requerem matérias baseadas em uma maior profundidade e número de imagens. Há a possibilidade de o fotógrafo ser o “criador” da ideia que fundamenta o projeto da reportagem, tendo assim maior controle na realização das imagens, mas não em sua edição. Como o nome indica, o foto-ensaísta é aquele que faz ensaios. A distinção entre ensaio e reportagem reside no fato de que a última significa necessariamente a cobertura de um fato ou evento que é “notícia”. Deste modo o foto-ensaísta tem maior liberdade, já que a “expressão de suas ideias” tem proeminência sobre a “comunicação de informações” a respeito de um acontecimento, o que possibilita a este, em alguns casos, ter a palavra em respeito à edição do artigo. Por último, e é aqui que penso o lugar de Sebastião Salgado, se encontra o documentarista. Apesar de todo fotojornalismo ser documental, o conceito de “documentarista” se refere a uma categoria particular, como ser freelancer ou estar vinculado a uma agência como a Magnum que possibilita trabalhar em projetos individuais. Segundo Mraz (*ibid.*)

O fotojornalismo oferece a oportunidade de fazer coincidir os dois polos da fotografia: a informação e a expressividade. Na medida em que esta relação se aproxima do lado informativo, a imagem fica em seu aspecto documental, que é o que acontece no fotojornalismo tradicional. Na medida em que pende para o lado expressivo, converte-se em símbolo, em uma arte descontextualizada. O melhor fotojornalismo faz coincidir o expressivo e o informativo para criar uma metáfora, uma imagem que contém informação sobre um acontecimento que, ao mesmo tempo, está encarnado com uma força estética para transformá-lo em uma representação de uma referência mais ampla.

Em meio às diversas formas de fotojornalismo Mraz aponta para o que chama de “metafísica⁸⁹” do campo, o fato de que existe uma “crença” de que o fotógrafo não teve nenhuma inferência no ato fotográfico⁹⁰. A credibilidade documental baseia-se nesta crença e sua linguagem estrutura-se dentro de “códigos de objetividade” que ocultam o efeito causado pela presença do fotojornalista: “O pressuposto de que o descobrimento e a não-interferência dão impulso ao ato fotográfico é particularmente relevante no fotojornalismo, em que a veracidade fotográfica aparentemente transparente combina-se com a suposta objetividade do jornalismo.” (*ibid.*). Sobre este efeito de objetividade da fotografia jornalística Schaeffer (1996, p.73) afirma que a “utilização da imagem fotográfica para a transmissão de informações tem estatuto de testemunhos visuais. Aqui, a imagem é com frequência considerada como tendo função de uma “prova” para o conjunto das informações verbais que a acompanham.” Em suma, o fotojornalismo tem como base três pilares: 1) a temporalidade, onde a imagem “reflete” o evento que está sendo retratado, 2) a objetividade, que implica que a mensagem “transmitida” através da imagem deve ser uma honesta representação dos fatos acontecidos e 3) a narrativa, onde a imagem combinada com outros elementos da notícia devem dar um insight ao leitor sobre as circunstâncias do acontecido. A análise irá mostrar que os três pilares funcionam como uma ilusão já que, como discurso, a fotografia tem na interpretação um elemento crucial, sendo que interpretar um texto sempre é uma tarefa inserida em um contexto social, histórico e ideológico.

Dentro do fotojornalismo Sebastião Salgado é um dos fotógrafos documentaristas de maior renome a nível nacional e internacional. Ao longo de sua carreira desenvolveu trabalhos relacionados a temas diversos, porém tendo quase sempre como pano de fundo a “pobreza”. De acordo com Mraz (2005): “Mesmo tendo coberto as guerras na Angola e no Saara Espanhol, os israelitas aprisionados em Entebe, os incêndios de poços de petróleo no Kuwait e a tentativa de assassinato de Ronald Reagan, conhecem-no melhor pelos seus projetos documentais de longa duração sobre a fome e os trabalhadores migrantes ao redor do mundo.”

⁸⁹ Questão de metafísica e não de ética porque, segundo o autor, estas “crenças” são profundas ao ponto de criarem o efeito de serem eternas quando são, na realidade, relativamente recentes.

⁹⁰ Irei abordar esta questão ao longo do texto.

A sua trajetória com a fotografia é peculiar e começa após o término do seu doutorado em Economia na Universidade de Paris. Entre os anos de 1971 e 1973, morando em Londres, desenvolve um trabalho para a Organização Internacional do Café, em colaboração com o Fundo Europeu de Desenvolvimento, com a FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, e com o Banco Mundial, tendo como função diversificar as plantações de café na África⁹¹. Sua função o leva a viajar várias vezes para o continente africano, e o seu contínuo contato com o contexto que cercava a região faz com que Salgado decida, em 1973, começar a trabalhar como repórter fotográfico, primeiro cobrindo a região seca do Sahel e depois fotografando trabalhadores imigrantes na Europa (MORAES, 1999).

Em 1974 começou a trabalhar para a agência Sygma cobrindo acontecimentos em Portugal (Revolução dos Cravos) e em Angola e Moçambique (lutas pela independência). De 1975 a 1979 muda-se para a agência Gamma, trabalhando em eventos na África e América Latina. Em 1979 ingressa na Magnum Photos^{92 93}, fundada por fotógrafos de renome como Henry Cartier-Bresson e Robert Capa – o primeiro uma influência para Salgado, devido a ter desenvolvido o que na fotografia é conhecido como o “momento decisivo”, e o segundo conhecido mundialmente por suas fotos da guerra civil espanhola e conflitos entre as Coreias – e o seu trabalho lá rende o primeiro

⁹¹ Este foi apenas um dos vários projetos que o Banco Mundial implementou, sobre a direção de McNamara, visando aquilo que era denominado de a “revolução verde”, já mencionada na primeira parte deste trabalho.

⁹² Segundo Sontag (2003, p.33) “o propósito imediato da Magnum – que rapidamente se tornou o consórcio de fotojornalistas mais prestigioso e mais influente – era prático: representar fotógrafos autônomos e aventureiros perante as revistas fotográficas, que os enviavam em missões jornalísticas. Ao mesmo tempo, o regulamento da Magnum, moralista a exemplo de outros regulamentos de novas organizações e associações internacionais criadas no imediato pós-guerra, preconizava uma missão ampla e eticamente árdua para os fotojornalistas: fazer a crônica de seu tempo, fosse este de guerra ou de paz, como testemunhas honestas, livres de preconceitos chauvinistas. Na voz da agência Magnum, a fotografia declarava-se uma atividade mundial. A nacionalidade de fotógrafo e sua filiação jornalística eram, em princípio, irrelevantes. O fotógrafo poderia ser de qualquer parte. E sua esfera de ação era ‘o mundo’. O fotógrafo era um errante que tinha como destino predileto guerras de interesse incomum (pois havia numerosas guerras).”

⁹³ É interessante pensar sobre o porquê do nome “Magnum”. Fora do mundo da fotografia, “Magnum” é um modelo calibre de revólver desenvolvido pela empresa Smith & Wesson em 1934 (curiosamente o mesmo ano em que Henry Cartier-Bresson e David Seymour, dois dos fundadores da agência juntamente com Robert Capa, se conheceram). O conceito deste calibre é proporcionar o que é designado por “balística terminal”, para os leigos, maior poder de impacto. Até hoje os revólveres Magnum, especialmente os modelos de calibre .357 e .44, são considerados os mais poderosos e letais à disposição. Talvez o nome da agência seja uma alusão à capacidade e poder da câmera de, quando “disparada”, causar um grande impacto.

livro, *Outras Américas*, fruto de 16 viagens à América Latina entre 1976 e 1983. Salgado torna-se, em 1981, mundialmente famoso a ser o único fotógrafo a conseguir imagens do atentado do então presidente americano Ronald Reagan. A partir daí começa a trabalhar mais intensamente com projetos “humanísticos” e a colaborar com algumas instituições – de 1984 a 1985 registra os efeitos da seca na região do Sahel na África em parceria com os “Médicos sem Fronteiras”. Tanto este trabalho, denominado *O Homem em Abandono* como *Outras Américas* lhe rendem vários prêmios, encorajando-o iniciar, em 1987, um projeto documentário sobre as disparidades do trabalho manual e industrial no mundo, o qual o resultado final é apresentado no MASP em 1994 com o título *Trabalhadores*, que resultou em mais um livro. Em 1994 sai da Magnum e cria junto com sua esposa a Amazonas Images, alcançando assim mais autonomia para desenvolver seus projetos. A partir daí Salgado registrou as migrações populacionais mundiais, resultando em mais dois livros, *Êxodos* e *Retratos de Crianças do Êxodo* que, publicados em 2000, lhe consolidaram o seu nome perante o público mundial⁹⁴.

Sebastião Salgado, em entrevista, justifica o seu estilo único de fotografar ao afirmar que “você fotografa com tudo o que você é. Venho de um país subdesenvolvido onde os problemas sociais são muito intensos. E assim torna-se inevitável que as minhas fotos reflitam isso... creio que exista uma forma latino americana de se ver o mundo. É algo que não se pode ensinar, porque simplesmente faz parte de você.” (COTT, 1991, *apud* MRAZ, 2005). Em outra entrevista Salgado diz que suas fotografias refletem o que ele denomina de fenômeno fotográfico, no qual “uma imagem é a sua integração com a pessoa fotografada no momento em que trabalham tão incrivelmente juntos que a sua foto nada mais é que a relação que você tem com o seu sujeito”. (BLOOM, 1990, *apud* MRAZ, 2005). Além de seu trabalho com os “Médicos sem Fronteiras”, Sebastião Salgado atua como embaixador da boa vontade da UNICEF, organização que tem como objetivo desenvolver programas sociais voltados para crianças carentes, e contribui para com outras organizações humanitárias como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, a Organização Mundial da Saúde

⁹⁴ A obra de Salgado contém mais livros e ensaios, sendo que a lista completa pode ser acessada em <http://www.amazonasimages.com>.

e a Anistia Internacional, todas engajadas em trabalhos sociais dirigidos à população carente.

As fotos serão analisadas conforme veiculadas nos livros publicados (alguns com suporte verbal e outros nos quais as fotos figuram sem referência a qualquer tipo de texto ou legenda). É importante mencionar que todas as fotos estão, em sua grande maioria, circunscritas geograficamente a alguns países – Brasil, Bolívia, Equador, México, Cuba, Quênia, Tanzânia, Zaire (hoje República Democrática do Congo), Sudão, Chad, Mali, Etiópia, Ruanda, Moçambique, Índia e Indonésia – ou seja, à América do Sul, África subsaariana e central e algumas partes da Ásia. Algumas das fotos foram veiculadas em jornais e revistas de circulação internacional. A lista é extensa, mas os mais conhecidos são o New York Times Magazine e Sunday Herald (USA), Géo e Libération (França), Stern (Alemanha), Folha de São Paulo (Brasil), El País Semanal (Espanha) e Rolling Stone (Internacional). Aqui fica latente que, dos países fotografados, somente no Brasil as fotos foram publicadas em jornais ou revistas, ou seja, há uma nítida “exportação” de fotos de pessoas e locais em contextos de miséria para países considerados de primeiro mundo, fato que interpreto como um índice de que Sebastião Salgado atende às expectativas do público europeu e americano. Em última instância, é o olhar ocidental determinando e legitimando espaços de interpretação.

Volto-me agora para a análise das fotos, sendo que tentarei abordar duas questões específicas: 1) que tipo de memória sobre a pobreza as fotos constroem e em que memória se inserem, b) quais os indícios ou as regularidades que dão coesão às fotos e permitem que sejam classificadas como “imagens da pobreza”?

É importante mencionar que, ao abordar as fotografias discursivamente, os sentidos que aqui serão apresentados são apenas alguns dos possíveis, já que a interpretação é aberta face a condições de produção específicas. Em suma, estarei analisando as imagens tendo em conta que estas são lidas a partir de uma formação ideológica neoliberal e dos possíveis efeitos que esta potencializa. Fica então uma questão a qual, apesar de não ser respondida neste trabalho, tem o potencial de promover uma reflexão mais profunda sobre o tema, tendo em vista a materialidade significativa das fotografias de Sebastião Salgado: *Que condições de produção de leitura devem ser pensadas sobre as fotos para que a contradição possa vir a produzir sentidos para além da leitura neoliberal?* Em outras palavras, o que leva a fotografia de

Sebastião Salgado a sustentar e propagar discursos que têm efeitos além, e até contrários, ao de reforçar o ideário neoliberal?

4. As Fotografias

Serão aqui analisados conjuntos de fotografias retirados dos livros da autoria de Sebastião Salgado. As fotografias serão agrupadas cronologicamente, tendo como princípio norteador o ano de publicação das obras onde se encontram veiculadas, assim como a ordem em que estão expostas. Irei iniciar com algumas imagens que compõem o livro “Outras Américas”, datado de 1986. Neste livro não há legendas explicativas, sendo que o único texto que acompanha as imagens é composto apenas pelo nome do país e ano.



México, 1980



Bolivia, 1977



Brasil, 1983



México, 1980



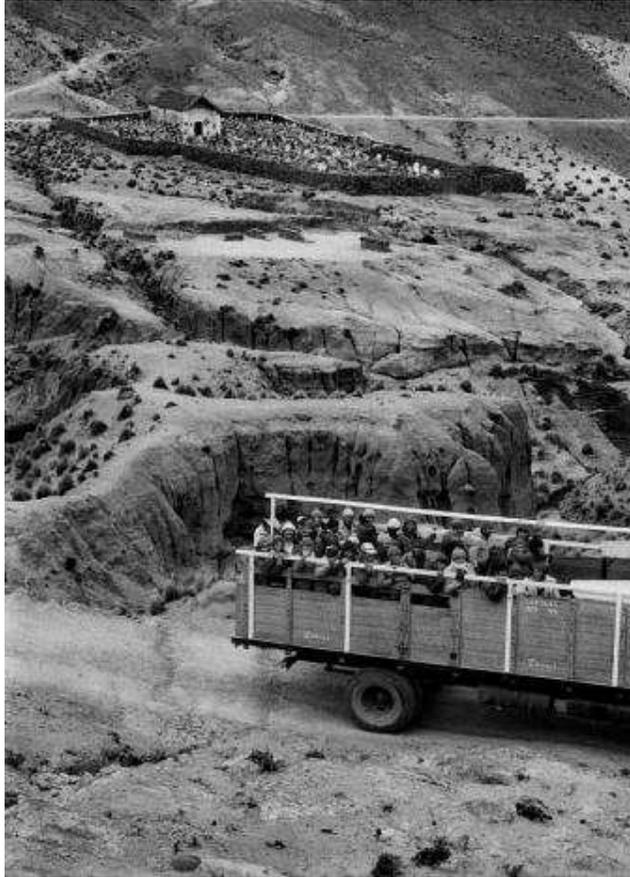
Brasil, 1983



Brasil, 1983



Brasil 1981



Bolivia, 1983



Brasil, 1983



Equador 1982

Abordando em um primeiro momento os elementos visuais que compõem a cadeia parafrástica, é possível observar alguns pontos e temas em comum que constroem uma regularidade, dando ao conjunto de imagens um efeito de coesão. Tecnicamente há uma partilha do mesmo jogo de sombras e de luz, ausência de cor enfatizando o uso do preto e branco, e a temática que atravessa as imagens: morte, misticismo, falta, desolação, dando corpo às diversas faces da pobreza, ou ainda, à relação do ser humano com a condição do pauperismo. Estes três pontos – jogo de luz, imagens a tons de cinza e tema – são suficientes para que um leitor com um pouco de conhecimento sobre fotografia e fotojornalismo possa identificar as imagens como pertencentes a Sebastião Salgado, já que é a sua “assinatura”. Esta regularidade atribui às imagens a possibilidade de deslizamentos parafrásticos, já que, se não houvesse indicação do país e do ano, todas poderiam ser facilmente intercambiáveis. Isto aponta para um apagamento da individualidade dos protagonistas, sendo que o “onde” e o “quando” são indiferentes.

Em *Other Americas* a forma de narrativa que o autor escolheu está mais ajustada à construção dos símbolos eternos universais que na elucidação de particularidades daquilo que aparece nas fotografias. Publicadas de um modo que deixa um sentido de vácuo histórico, as imagens perdem suas referências específicas. Pode-se dizer que sejam

mais *símbolos* do que *documentos* ou, para levar a questão mais adiante, *metáforas*. (Mraz, 2005).

Crianças que brincam com ossos, trabalhadores amontoados em um caminhão, ou pés desgastados, todos uma metáfora – uma imagem por outra – da América Latina rural. Os protagonistas não são definidos pelos seus nomes, idade ou contexto no qual foram “apreendidos” pelo gatilho da máquina; a historicidade é recalcada, são marcados pela sua condição de pobreza, a mesma para todos. Segundo Mraz (*ibid.*)

A falta de texto em *Other Americas* significa que a conotação das imagens deriva de um relacionamento criado entre elas e o gritante sentido de miséria, desespero e enigma, resultado do fato de que não nos é oferecido nenhum outro modo de interpretação que faça sentido nessa acumulação de significados. A ausência de um contexto histórico articulado deixa o leitor boiando num vácuo anacrônico e algo eterno. Não há movimento na narrativa porque tudo é dado e nenhuma modificação permitida. Isso representa o tipo de coisa que alguns críticos do mundo desenvolvido esperam ver, vindo da América Latina, e para eles o “mistério” e o “estranho” do livro se relaciona a “um realismo mágico na tradição pós-moderna onde pobre e pobreza são vistos misticamente”.

A polissemia também significa neste conjunto de fotos. Um senhor em um lugar desolado, abrindo os braços remetendo à imagem da cruz, em segundo plano uma velha igreja escondida no nevoeiro; um quadro de um Jesus ocidentalizado – loiro, olhos claros – em uma parede esburacada; um cemitério com túmulos cobertos de musgo, velas acessas e flores murchas; urubus que pairam sobre o lixão; um cemitério distante, no meio do deserto; crianças em meio a ossos; uma noiva pronta para o seu casamento, no meio de um lugar inabitado e inóspito, com casas sem teto; uma senhora e duas crianças passando por uma porta que leva a lugar nenhum. A religião, a esperança e a morte perpassam a pobreza de um modo real e místico. A fé e a salvação em meio a um nevoeiro, em uma imagem de um Cristo fora de contexto, na promessa da vida que simboliza o casamento; a morte real, palpável e presente, em túmulos, ossos, aves de rapina e portas sem destino. A esperança e o fim significam na/pela pobreza. Para Mraz (*ibid.*)

O livro negligencia a luta política e de classes. Apesar de o autor ter explicitamente declarado não ser religioso e não acreditar em Deus, outros têm apontado em sua obra imagética um significado religioso.

Por exemplo, William Shawcross e Frances Hodgson asseveraram que “Muitas das fotos de Salgado parecem posicionadas na longa tradição cristã da iconografia do sofrimento.”⁹⁵

Além de remeter a outras imagens de temática religiosa, as fotos aqui em questão também se filiam a cenas que evocam a memória da mão de obra sofrida e manual. Trabalhadores com um semblante cansado observando o trem que leva a sua esperança – os minérios que poderiam injetar dinheiro na região –; crianças sem perspectiva buscando o sustento no lixo dos outros; pés sujos, desgastados e deformados pelo trabalho árduo; trabalhadores amontoados como gado a caminho de mais um dia de trabalho em algum lugar inóspito. As imagens perspectivam a relação do pobre com o trabalho como sofrimento. Mão de obra desqualificada, sem muito a oferecer. Sem capacitação o trabalhador vive para a subsistência, significado nas formas de trabalho consideradas artesanais e manuais (o trem passa levando qualquer perspectiva de futuro), no fim da cadeia de consumo, causando estranhamento entre aquele que vê e os sujeitos que compõem a imagem. Ao analisar *Boca de lixo*, documentário de Eduardo Coutinho, Lagazzi reflete sobre a condição do catador de lixo, sendo que a mesma pode ser pensada no contexto das imagens aqui em questão:

Entre o espectador e o catador se produz a não identificação pela inaceitabilidade do lugar do outro: esse sujeito trabalha no lixo, coloca a mão no lixo, se acostuma com o cheiro do lixo, recolhe o lixo, vive do lixo, se diverte ao lado do lixo, o que produz no espectador o distanciamento em diferentes sentimentos: incredulidade, inconformismo, recusa, repulsa, tristeza, incômodo, nojo. Diferentes formulações que convergem para o estranhamento e a distância desse mundo outro. O espectador está do lado de fora do lixão, numa relação de fronteiras bem definidas. (LAGAZZI, 2011b, p.403).

Há uma desqualificação da mão de obra “incapaz” que se distancia do cenário industrializado. Aqui tudo é feito da mesma maneira há diversas gerações. Repito: o trabalho é significado como subsistência, suficiente para afastar o pobre da “morte”, mas incapaz de aproximá-lo da “vida” (caminhão que transporta os

⁹⁵ William Shawcross and Frances Hodgson “Sebastião Salgado, Man in Distress”, *Aperture*, 108, Fall 1987. Na opinião de David Leed Strauss “O sagrado está por detrás de quase toda imagem do Sahel”, “Epiphany of the Other”, *Artforum*, 29, 6, February 1991, p.98, Julian Stallabrass também se refere às “fortes correntes religiosas” da fotografia de Salgado, em “Sebastião Salgado and Fine Art Photojournalism”, *op. cit.* p. 150.

trabalhadores para a esperança de um dia de salário, tendo a morte – o cemitério – como pano de fundo).

As imagens que compõem o livro “Outras Américas” não apontam para a causa da pobreza, e sim os seus efeitos. Apesar de o prefácio mencionar que “muito simplesmente, é o mundo dos destituídos, daqueles que os desertos e serras desoladas da América Latina observam enquanto seus países mudam, deixando-os de lado” (SALGADO, 1999, p.7) as fotos não deixam entrever que o que os olhos registram são consequências, ou o subproduto, do capitalismo desenfreado. O silenciamento da historicidade, a qual vai além de locais e datas, homogeneiza e naturaliza tanto o “pobre” e a “pobreza” como algo exótico, geográfica e temporalmente distante (do mesmo modo que a Antropologia, em seus primórdios, representava o seu objeto), perpetuando a sua condição. Para Mraz (2005)

A impressão avassaladora que se tem, deixada pelas suas fotos em *Other Americas*, é que tudo ali seja tristeza, miséria e ruína. Paralela ao foco trágico está a tonalidade dominante de mistério. Tudo aparece contido numa incompreensível e inexplicável delitescência, tornando enigmática a fome, a pobreza e a morte que aparecem no livro (...). Ao assestar as suas lentes às culturas rurais, afirmou que tais problemas eram simplesmente parte da paisagem. Mas, qual seria o significado desse enfoque? A mais imediata e importante conotação é que esses problemas sejam *naturais* à América Latina, enraizados em tradicionais formas de ser.

A pobreza é vinculada a sentidos de sobrevivência e morte, mas também de esperança a um nível espiritual ou religioso. Isso não se dá ao acaso, pois um dos principais pontos das religiões ocidentais é a relação do ser humano para com a morte e o que “existe” depois, apresentado como consequência de suas ações em vida. Há que considerar que, geograficamente, os países retratados são de maioria cristã, representada pelas igrejas católica e protestante. As religiões de cunho cristão se baseiam em discursos que primam pelo trabalho social, pela ajuda ao próximo, pela salvação destinada aos pobres e humildes. Esse discurso atravessa as imagens, atualizando uma memória que relaciona a prática da religião ao âmbito da pobreza: “E, levantando ele os olhos para os seus discípulos, dizia: Bem-aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus.” (Lucas 6:20), ou ainda “Ouvi, meus amados irmãos: Porventura não escolheu Deus aos pobres deste mundo para serem ricos na fé, e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam?” (Tiago 2:5).

A *falta* retratada nas imagens origina um efeito de sentido de *não lugar*⁹⁶, distante geograficamente e temporalmente da realidade. Um *não lugar* que, apesar de ocupado por indivíduos de diferentes locais, tem como denominador comum a todos a fé, a perda e o sofrimento. Desde modo, os personagens que compõem as imagens são retratados de um modo peculiar: no *não lugar* no qual habitam, marcado pelo passado distante, sofrimento, pobreza e morte. O desajuste entre os sujeitos “pobres” e o lugar que ocupam é efeito do discurso neoliberal, que propõe um modo e um lugar de vida específico. O *não lugar* se constitui como a espacialização do *não ser rico*, enquanto que o *não buscar a riqueza* é um modo de viver que o neoliberalismo não suporta⁹⁷, qualificando a “ruralidade” das fotos como algo retrógrado e negativo.

Deste modo a pobreza é significada como uma forma de ser e viver, componente cultural, historicamente estruturado. Esta concepção é efeito do pré-construído, de um discurso sobre a pobreza que fala antes e alhures, caracterizado por um ideário que significa a pobreza como estagnação, atraso, sofrimento, fé infundada, beco sem saída, inospitalidade, não habitável. Por um lado a paráfrase que significa a pobreza como *falta e não lugar*, de outro a polissemia apontando para sentidos como *fé e morte*, porém uma morte que vai além do registro humano, atingindo o patamar do *místico*. É através desse funcionamento que o livro *Outras Américas* parafraseia o discurso da colonização, apresentando a América Latina como um continente por descobrir, composto por indivíduos afastados da “civilização” e que, em seu sofrimento, se apegam à religião, ao místico, àquilo que não é palpável.

A próxima sequência de fotografias compõe o livro *Sahel: o abandono do homem*, obra que foi produto de 15 meses de trabalho de Salgado na região da África conhecida como Sahel, que naquele momento passava por uma intensa seca. O livro, dedicado à organização Médicos sem Fronteiras, serviu como meio de arrecadação de

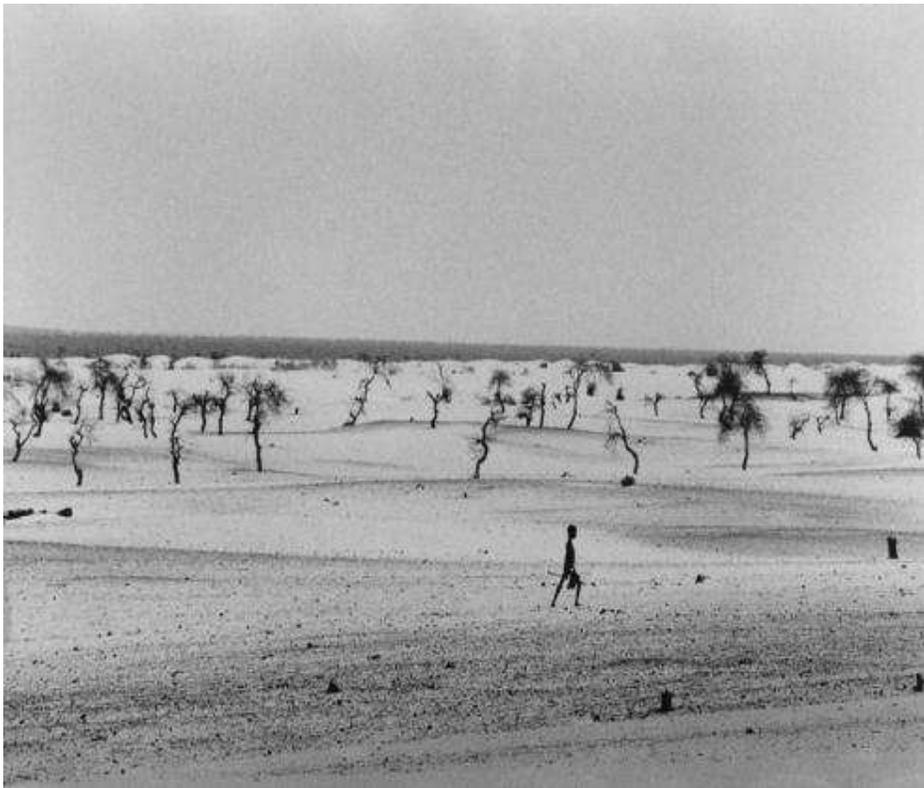
⁹⁶ Partindo de Augé (1994), que define os não lugares como sendo espaços opostos ao lar, ao espaço personalizado, caracterizados pela promoção do anonimato no cotidiano, da descaracterização e da impessoalidade, representados pelos espaços públicos de grande circulação, o *não lugar* aqui significa o habitar e o convívio “obliterado” pela pobreza no contexto neoliberal. Com isto quero afirmar dois pontos importantes: a) o neoliberalismo potencializa a produção de uma pobreza que desqualifica o indivíduo como humano, ao colocá-lo em condições sub-humanas, b) o neoliberalismo apaga o processo de produção da pobreza e da conseqüente desumanização do ser humano, ao desistoricizar o sujeito “pobre” e significa-lo perante a égide da *falta* – de capacidade e de bens. Em última instância, o *não lugar* é o local social, histórico, ideológico, ocupado pelo “pobre”, o qual o discurso neoliberal não comporta.

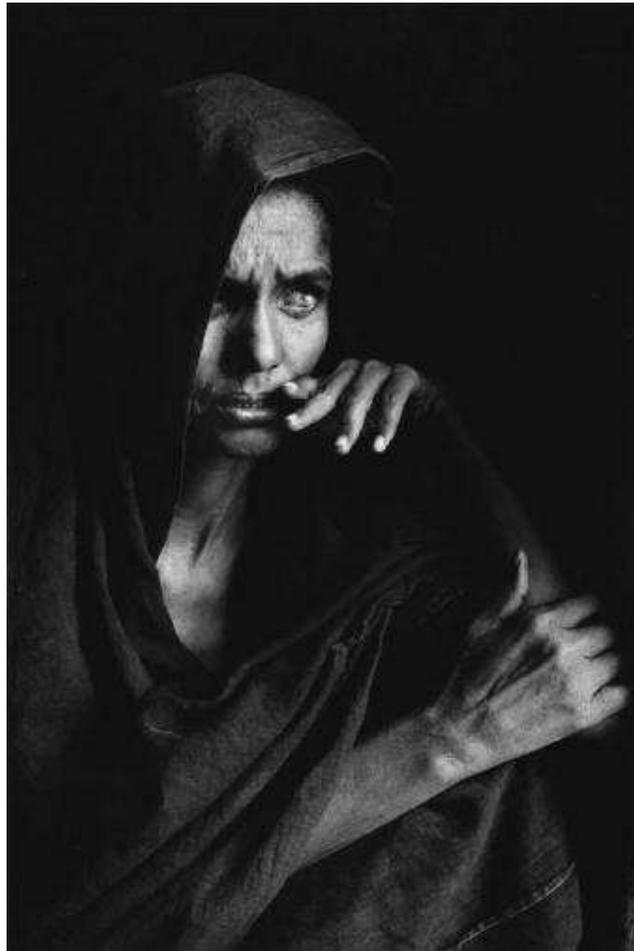
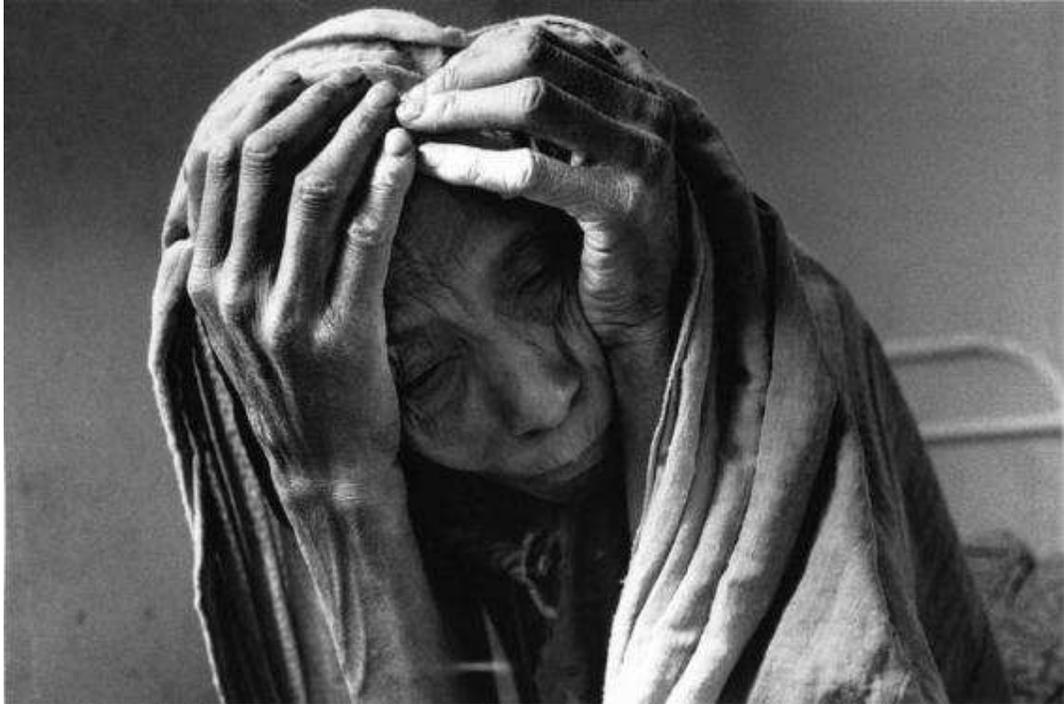
⁹⁷ Este elemento já estava presente no Dicionário da Academia Francesa e no Vocabulário Português e Latino, ao definirem o “pobre” como aquele que não busca a riqueza, ou que não é rico.

fundos para a mesma. As fotos não são legendadas, sendo que algumas contêm comentários separados no final do livro.













Mais uma vez se observa o efeito de sentido da *falta*: crianças sem roupa, malnutridas, planícies secas e sem vegetação, morte. Outro indício que perpassa as imagens é o apagamento do olhar. Os indivíduos retratados estão distantes, alguns de costas, outros com a face parcialmente coberta, o olhar da mãe que amamenta sua criança foge da lente. A sétima fotografia representa esta condição: uma mulher, com o rosto levemente encoberto, encara a câmera. Seu olho esbranquiçado, vítima de uma tempestade de areia que a deixou cega. Na imagem em que o contato direto do olho com a câmera é mais proeminente, o olhar do outro é apagado: o objeto é o mesmo, só existe o olhar do fotógrafo.

As fotos retratam pessoas aparentemente sem destino, buscando algo que lhes permita sobreviver. Uma criança nua, definhando, ao lado de uma árvore morta, metáfora de sua fisionomia; famílias que vagam no deserto, um homem carregando seu filho moribundo. Em outra imagem, um homem e uma criança, lado a lado, sendo preparados para o funeral. Aqui é acrescentada outra dimensão à pobreza: a fome e a miséria imperam absolutas, criando um efeito de desconcerto e desamparo.

Os comentários que constituem as últimas páginas do livro atribuem a falta à seca, a qual por sua vez dá origem ao clima de violência marcado pela guerra. O tema da sobrevivência é sempre presente. Seja em busca de moradia, alimentação, água ou paz, os indivíduos retratados apenas sobrevivem se apegando à possibilidade de encontrarem algo. As aldeias onde habitavam são significadas como *não lugar*, já que são retratadas como locais onde não há esperança de poder viver. Em outras palavras, a materialidade fotográfica sustenta o discurso de que os indivíduos aqui retratados são sujeitos impotentes, desamparados, habitando um *não lugar* onde não havia vida antes da seca e da guerra, as quais vieram obliterar a perspectiva de algo minimamente próximo a *viver*.

As fotos também partilham de uma mesma memória religiosa em dois contextos distintos. Primeiramente, as imagens das pessoas vagando fazem uma alusão direta ao Êxodo⁹⁸, sendo que tanto na narrativa bíblica como nas fotos aqui em questão o objetivo é o mesmo: escapar da falta e da violência, ir de encontro a um destino melhor. A última foto, dos refugiados assentados ao redor das árvores à espera de algo,

⁹⁸ Na narrativa bíblica o livro de Êxodo conta a história de 2 milhões de refugiados Israelitas, que fogem da escravidão no Egito em direção a Canaã, a “terra prometida”. Durante o seu deslocamento o povo vaga durante 40 anos no deserto.

atualiza a memória de outra narrativa bíblica, a da multiplicação dos pães e peixes⁹⁹. Apesar de a foto não retratar pessoas se alimentando, as apresenta assentadas como que estivessem esperando por algo. O efeito de luz também contribui, pois apresenta os raios solares descendo do céu de uma forma peculiar, como se um poder maior estivesse iluminando a vida de todos ali presentes.

Em relação a *Outras Américas*, as imagens de *Sahel* se aproximam mais à concepção que o leitor “médio” tem de pobreza, já que retratam de um modo “cru” e “brutal” a miséria como ausência total. É possível afirmar que as duas obras, publicadas em 1986, podem ser relacionadas ao discurso difundido pelo Banco Mundial e outras organizações (já comentado na primeira parte deste trabalho), que projeta uma divisão da pobreza a partir do conceito de *pobreza absoluta*. Enquanto que em *Outras Américas* a materialidade das imagens permite significar o “estado de pobreza” como algo relacionado a um modo de vida específico (cultura, agir do indivíduo, etc.), em *Sahel* a miséria é retratada como consequência de fatores estruturais que estão além do alcance humano no âmbito individual (seca e guerra generalizada). O choque do *absoluto da falta* que caracteriza *Sahel*, ao prender o olhar do leitor, silencia o fato de que existem outras “pobrezas” que, apesar de não serem visualmente “escandalosas”, também fazem parte do cotidiano de muitos. Este silenciamento, que é efeito do funcionamento discursivo neoliberal, naturaliza tanto uma como outra.

A próxima sequência de fotos pertence ao ensaio à obra *Trabalhadores*, publicada em 1993. O subtítulo do livro, *uma arqueologia da era industrial*, indica que o objetivo de Salgado é traçar um panorama sobre o trabalho como acontecimento histórico e social. Para tal, o autor sai do que me atrevo a chamar o seu “elemento comum”, isto é, suas fotografias não se restringem aqui a países “menos desenvolvidos”. Este fato é importante, já que as imagens que retratam trabalhadores em contextos “industriais” (que envolvam maquinaria) se concentram em países da Europa

⁹⁹ “E Jesus, ouvindo isto, retirou-se dali, num barco, para um lugar deserto, apartado; e, sabendo-o o povo, seguiu-o a pé, desde as cidades. E Jesus, saindo, viu uma grande multidão, e, possuído de íntima compaixão para com ela, curou os seus enfermos. E, sendo chegada a tarde, os seus discípulos aproximaram-se dele, dizendo: O lugar é deserto, e a hora é já avançada; despede a multidão, para que vão pelas aldeias, e comprem comida para si. Jesus, porém, lhes disse: Não é necessário que vão: dai-lhes vós de comer. Então eles lhe disseram: Não temos aqui senão cinco pães e dois peixes. E ele disse: Trazei-mos aqui. E, tendo mandado que a multidão se assentasse sobre a erva, tomou os cinco pães e os dois peixes, e, erguendo os olhos ao céu, os abençoou, e, partindo os pães, deu-os aos discípulos, e os discípulos à multidão. E comeram todos, e saciaram-se; e levantaram dos pedaços que sobejaram, doze alforfas cheias. E os que comeram foram quase cinco mil homens, além das mulheres e crianças.” (Mateus 14:13-21)

– principalmente do leste – e do norte do continente Americano. Considero isto um sintoma da formação ideológica que incide neste discurso, já que promove um apagamento de modos de trabalho “mecanizado” em países que não são considerados “industrializados”, restringindo-os a imagens de trabalho quase que exclusivamente artesanal e manual¹⁰⁰, sendo que a questão principal aqui reside na oposição rural (agrícola) e urbano (industrial). As fotos, que não contêm legendas, estão divididas em várias seções caracterizadas pelo tipo de trabalho que retratam e o local onde foram efetuadas. Um livreto, com comentários sobre as seções, acompanha a obra.



¹⁰⁰ Com o caminhar da análise irei aprofundar este ponto.









Seguindo a esteira das outras fotos, agora sobre a temática do trabalho, a *falta* continua presente, porém re-significada. Não é mais a falta de objetos ou da paisagem vazia, mas sim a falta do que chamaremos de singularidade, isto é, do sujeito individuado como pobre, sinalizando que a posição sujeito “pobre” é desde já delimitada e preenchida. Um cortador de cana com sua face coberta por um simples óculos de proteção, mãos gastas que colhem as folhas de chá, o formigueiro formado por garimpeiros, um canal construído por mulheres sem rosto, trabalhadores de uma mina de carvão e de um estaleiro de desmantelamento de barcos de costas para a câmera. O sujeito é significado pela posição social que ocupa: a de trabalhador. Interessante verificar que a natureza do trabalho retratado é a manual, árdua, sofrida, historicamente atribuída aos desfavorecidos¹⁰¹. Estes são caracterizados como desqualificados, incapazes de ocuparem e desempenharem outro tipo de função. O trabalho não é retratado como um modo digno de alcançar uma vida melhor (já que as cenas aludem a condições laborais desumanas), mas sim como algo a que o “pobre” tem que se submeter de modo a vencer a barreira do pauperismo.

A repetição do trabalho manual como acontecimento atualiza a memória do discurso que atravessa as imagens: o “pobre” não trabalha para consumir, e sim

¹⁰¹ Conforme mencionado na análise dos verbetes dos dicionários e do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990.

sobreviver. O “não buscar a riqueza” é um discurso que o neoliberalismo não suporta, operando dentro de uma concepção do social caracterizada pela divisão do trabalho que, do modo generalizado, desqualifica tudo o que é artesanal e manual. O discurso neoliberal propõe um lugar de vida onde trabalhar significa sonhar e acreditar em uma vida melhor: é através de sua ação e de seu engajamento no *mercado* que o “pobre” encontrará a tão desejada mudança de vida¹⁰².

Em meio à indistinção de corpos e faces, sua historicidade (quem são, qual a razão de viverem assim) é silenciada por conta de ser individuado. Constrói-se assim, através do apagamento das expressões a nível da imagem, a identidade de um grupo – o “trabalhador pobre” – anulando a diferença, silenciando o político: todos partilham do mesmo desejo. Não há “pobres” e sim o “pobre”, sem face – facilmente identificável com qualquer outro nas mesmas circunstâncias – lutando através da mão de obra para sobreviver.

A próxima série de imagens de *Trabalhadores*, ao focar em outras partes do globo, materiais e modos de produção (na ordem: Cazaquistão – produção de chumbo, Azerbaijão – petróleo, França – construção de um navio porta-aviões, Inglaterra e França – construção do Eurotúnel, Estados Unidos – produção em um matadouro) deslocam o sentido de *trabalho* manual, inserindo-o em um contexto onde a tecnologia tem uma função de suma importância.

¹⁰² Conforme mostrei na primeira parte do texto este discurso surge com muito mais força a partir de do ano 2000 com o relatório do Banco Mundial e com o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano realizado pela ONU, que apontam o empoderamento, ou seja, dar oportunidades aos “pobres”, como a via para a erradicação da pobreza. Este discurso naturaliza a responsabilidade individual pela pobreza através do viés cultural: se o “pobre” tem oportunidades, só continua em sua condição se quiser sendo que, racionalmente, só se justifica o fato de alguém querer ser pobre se isso lhe for culturalmente intrínseco.







Assim como nas imagens que retratam o trabalho manual “arcaico”, aqui os rostos permanecem escondidos, porém em meio a uma diferença elementar: manivelas,

faíscas, pedaços de metal, e capacetes são as barreiras que nos impedem de olhar nos olhos destes trabalhadores. No contexto dos países industrializados o trabalho manual é ressignificado: se na Índia canais são construídos através da enxada e de canos carregados manualmente, na Europa a tecnologia e toda a maquinaria que a acompanha potencializa o trabalho das mãos; os canos e buracos cavados são de tal dimensão que têm o efeito de simplificar o labor efetuado fora do padrão capitalista de trabalho. Lá, são as mãos que entram em contato direto com a cana, as folhas de chá, as pedras e lama do garimpo, que empunham enxadas, carregam cordas e empurram carrinhos, aqui, elas são intermediadas e amplamente potencializadas por manivelas, botões e outras ferramentas. No “mundo industrializado” a produção não tem como função preencher a falta, mas satisfazer o consumo.

Hanna Arendt, ao refletir sobre a divisão do trabalho no mundo moderno, o divide em três pontos principais: o labor, o trabalho e a ação. De acordo com a autora (2007, p.15)

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida. O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo "artificial" de coisas, nitidamente diferentes de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora nesse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade. A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política.

Resumindo, labor é aquilo que o Homem possui por “natureza”, o empreendimento necessário para a manutenção da espécie (produção de alimentos); trabalho é uma prática que o Homem se impôs, configurada como a atividade de transformar coisas “naturais” em coisas “artificiais” (a madeira de uma árvore em uma mesa); ação corresponde ao fato de que o Homem é eminentemente político, isto é, sua

existência tem como condição a relação para com o outro. Os três pontos estão relacionados ao que Arendt denomina de *Vita Activa*, caracterizada pela ocupação, desassossego e inquietude. Na Grécia Antiga o indivíduo só era considerado homem quando desenvolvia a capacidade de se afastar da *Vita Activa* em detrimento de um posicionamento contemplativo do mundo, sem compromisso com fins pragmáticos. Logo, o escravo não era considerado homem, já que ocupava o seu tempo com tarefas que visavam a sua sobrevivência e a do outro. Enquanto na Grécia antiga a vida contemplativa era destinada aos filósofos e cidadãos (ser cidadão implicava ter o governo do lar, o que significava ter outros encarregados das atividades essenciais), com a ascensão do cristianismo todos são estimulados a levarem uma vida contemplativa.

Na Grécia antiga a comunidade natural do lar decorria da necessidade, logo, estava relacionada ao *labor*. Na esfera da *polis* reinava a liberdade sendo que a relação entre o privado e o público era que “a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *polis*” (*ibid.*, p.40). A política não podia ser assim apenas um meio de proteger a sociedade: “é a liberdade (...) da sociedade que requer e justifica a limitação da autoridade política. A liberdade situa-se na esfera do social, e a força e a violência tornam-se monopólio do governo.” (*ibid.*). Ser livre significava não estar sujeito às necessidades da vida e ao comando do outro. Não era domínio nem submissão, ao contrário da esfera da família, onde havia desigualdade. Liberdade neste contexto não é sinónima de igualdade relacionada à justiça moderna. Ser livre significava viver entre os pares, mover-se em uma esfera onde não existiria governo nem governados, e pressupunha a existência de “desiguais”. Essa é a profunda diferença entre os conceitos antigo e moderno de política.

Além da *Vita Activa*, outro elemento que vai caracterizar *labor*, *trabalho* e *ação*, segundo Arendt, é a potencialização da esfera social tendo como pano de fundo uma concepção moderna e capitalista de economia. Segundo a autora (2007, p.37)

A distinção entre uma esfera de vida privada e uma esfera de vida pública corresponde à existência das esferas da família e da política como entidades diferentes e separadas, pelo menos desde o surgimento da antiga cidade-estado; mas a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional.

O fator social dilui a divisão entre as esferas pública e privada, já que a ideia moderna de “nação” contempla o que Arendt chama de “economia nacional”, “economia social” ou “administração doméstica coletiva”: “o que chamamos de ‘sociedade’ é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana, e sua forma política de organização é denominada ‘nação’”. (*ibid*, p.38). A nação como entidade moderna desloca o sentido de “economia política”, já que “o que fosse ‘econômico’, relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição.” (*ibid.*). Esta concepção de econômico funciona a partir da suposição de que

Os homens se comportam ao invés de agir em relação uns aos outros, que está na base da moderna Ciência da economia, cujo nascimento coincidiu com o surgimento da sociedade e que, juntamente com o seu principal instrumento, a estatística, se tornou a Ciência social por excelência. A economia – que até a era moderna não constituía parte excepcionalmente importante da ética e da política, e que se baseia na premissa de que os homens agem em relação às suas atividades econômicas como agem em relação a tudo mais – só veio a adquirir caráter científico quando os homens se tornaram seres sociais e passaram a seguir unanimemente certas normas de conduta, de sorte que aqueles que não seguissem as regras podiam ser considerados sociais ou anormais (*ibid.*, p.51 – 52).

A ação, que antes era exclusiva do lar doméstico, dentro do contexto social é excluída como possibilidade, já que se espera certo tipo de comportamento – que não comporta o espontâneo ou o inusitado – de seus membros: “a sociedade equaliza em quaisquer circunstâncias, e a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato de que a sociedade conquistou a esfera pública, e que a distinção e a diferença reduziram-se a questões privadas do indivíduo.” (*ibid*, p.50).

Estes elementos constituem o indivíduo em sua forma histórica de sujeito jurídico, possibilitando à autora identificar três formas de trabalho a ele relacionadas: improdutivo e produtivo, qualificado e não qualificado, intelectual e manual.

À primeira vista, porém, é surpreendente que a era moderna (...) tendo promovido o *animal laborans* à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale*, não tenha produzido uma única teoria que distinguisse claramente entre (...) o “labor do nosso corpo e o trabalho de nossas mãos”. Ao invés disso, encontramos primeiro a distinção

entre trabalho produtivo e improdutivo; um pouco mais tarde, a diferenciação entre trabalho qualificado e não-qualificado; e, finalmente, sobrepondo-se a ambas por ser aparentemente de importância mais fundamental, a divisão de todas as atividades em trabalho manual e intelectual. (*ibid.*, p.96)

É esta divisão que marca as imagens de *Trabalhadores*, já que opera uma clara distinção nos modos de trabalho: improdutivo, não qualificado nas regiões mais “rurais”; produtivo e qualificado nos países mais “urbanizados” do globo. O único elemento em comum é o manual, o que possibilita remeter os sentidos da materialidade imagética ao discurso do Banco Mundial no relatório de 1990 (o maior bem dos “pobres” é a sua mão-de-obra). Isto me leva a considerar que

A principal diferença entre o trabalho escravo e o moderno trabalho livre não é a posse da liberdade pessoal – liberdade de ir e vir, liberdade de atividade econômica e inviolabilidade pessoal –, mas o fato de que o operário moderno é admitido na esfera pública e é completamente emancipado como cidadão. (ARENDR, 2007, p.229)

Logo, o funcionamento das imagens em *Trabalhadores*, quando considerado dentro de uma matriz neoliberal, tem como efeito operar uma cisão ao nível do social: enquanto os “pobres trabalhadores” do mundo industrializado capitalista são legitimados como cidadãos, a sua contraparte no “terceiro mundo” tem a sua mão-de-obra caracterizada como marginal, já que sua força é direcionada ao *labor* e não ao *trabalho* (nos termos de Arendt).

As fotos que se seguem fazem parte da composição do livro *Terra*, publicado em 1997. Esta obra apresenta uma diferença significativa em relação a *Outras Américas* já que no final do livro existem extensos comentários com o objetivo de contextualizar as fotografias. Segundo Mraz (*ibid.*)

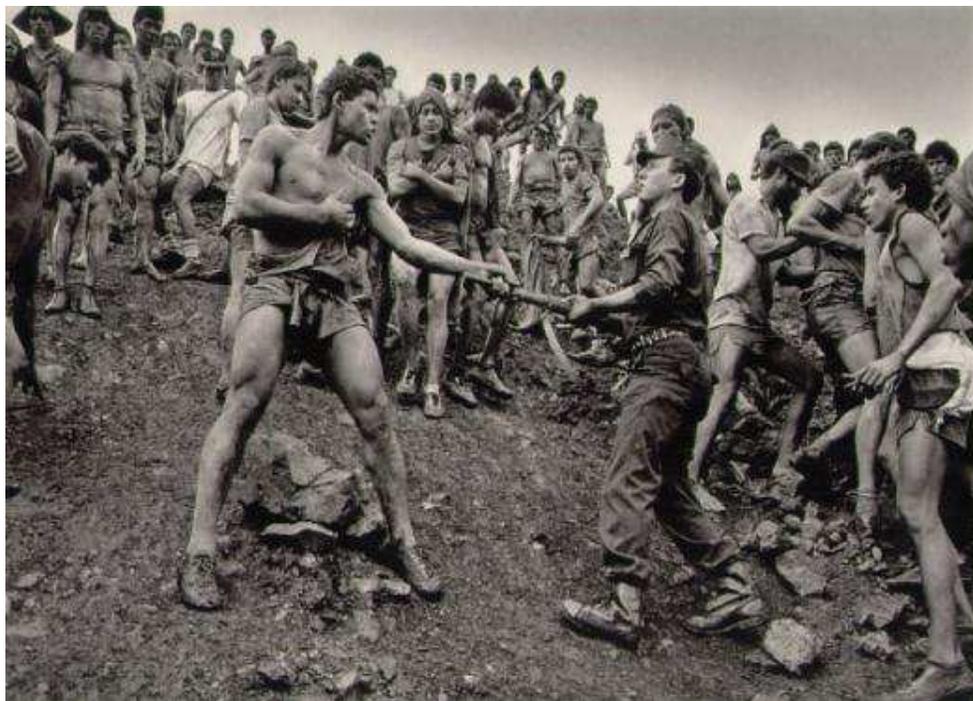
Às vezes uma auto-crítica das falhas de *Other Americas*, Salgado usa em *Terra* extensos subtítulos publicados no fim do livro para contextualizar a imagética dos *tristes tropiques* ligando-a a forças socioeconômicas. Igual importância está em que Salgado desenvolveu uma narrativa que documenta não só a opressão, mas também sua resposta dialética: a luta coletiva. A história de *Terra* se desdobra, em essência, em duas partes (...). As fotos de mãos retorcidas, linhas faciais aprofundadas, e de pessoas trabalhando duro no campo oferecem um pano de fundo para a segunda parte de *Terra*: as fotos de 1996 da migração urbana e da invasão de propriedades rurais. Esta estrutura oferece um mais amplo sentido histórico aos problemas e prospectos da América Latina

Outro fator digno de mencionar é o fato de algumas fotos publicadas em *Outras Américas* estarem também expostas nesta obra, principalmente em sua primeira parte. A “re-utilização” das fotos desloca o sentido das mesmas, já que *Terra* é um livro consagrado à luta do *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra* (MST) e tem como tema principal a tensão do movimento de migração urbana. De acordo com Mraz (*ibid.*)

Entre essas imagens tomadas desde 1980 e que oferecem um fundo para a primeira parte de *Terra*, estão outras que foram originalmente publicadas em *Other Americas*. Esta estratégia abre a questão da contextualização, pois em *Terra* adquirem, com frequência, significados diferenciados dos anteriores. Talvez o efeito mais imediato dessa contextualização seja o desaparecimento do enigma; agora entendemos porque essas pessoas parecem tão tristes: não possuem terra onde produzir comida, nem futuro, para si mesmos e suas crianças, outro que a miséria, a doença e a morte. A sua pobreza é tamanha que até a igreja fornece caixões temporários que são fornecidos somente para levar os mortos aos cemitérios, onde são enterrados sem eles, pois são usados de novo. Ao serem dadas informações sobre como subsistem ante essas deprivações, de repente as imagens se esclarecem onde antes era impenetrável.

Enquanto que em *Outras Américas* as fotos davam à pobreza um tom místico, em *Terra* as mesmas imagens significam de modo diferente, apresentando a pobreza de um modo “cru”, resultado do abismo criado pelo estilo de vida capitalista. Não é mais a falta de fé ou de esperança, e sim a falta de terra e alimento e os movimentos sociais que dão outra face à pobreza. As fotos serão apresentadas na ordem que figuram no livro¹⁰³.

¹⁰³ Confesso que tive extrema dificuldade em escolher as fotografias. Do universo de centenas de imagens que compõe o livro reduzi a 17, sendo que para a tese tive que as reduzir a um número bastante inferior, de modo que não tenho tanta certeza se as fotos escolhidas representam, da melhor maneira, aquilo que eu gostaria que fosse contemplado.



Em relação às imagens de *Outras Américas*, estas duas causam um enorme contraste. No espaço enquadrado pela máquina não há nada de religioso ou místico e sim força bruta, representada pelas pernas e troncos sem face, cobertos por uma mistura de suor e lama, de homens que se esforçam pelo seu sustento. Esse esforço se configura

em luta armada e violenta representada na figura do garimpeiro e do soldado¹⁰⁴. As duas fotos se configuram como uma representação da virilidade do trabalhador braçal. Há uma ruptura com o discurso que desqualifica a mão de obra. Aqui ela é significada como opção digna de “heróis” que, face a um sistema que promove a desigualdade, lutam arduamente pelo sustento. Em meio à luta de classes o pobre trabalhador é desmistificado e significado da forma mais crua e visual possível, como alguém que tem em seus braços e mãos a única possibilidade de alcançar ou ser algo mais na vida.



Esta fotografia apresenta um recurso técnico já observado em imagens anteriores. O olhar da câmera enquadra o que aparenta ser uma família no meio do sertão árido, em busca de algum lugar que sustente a possibilidade de vida. Aqui novamente a *falta* significa a ponto de esta imagem ser facilmente intercambiável com outras fotos aqui apresentadas. Basta trocarmos as vestimentas e apagarmos a estrada para imaginarmos que esta família está em algum lugar inóspito do continente africano. Este deslize na memória é possível devido ao mesmo ângulo utilizado nas fotos aqui mencionadas. Talvez seja um recurso técnico usado por Sebastião Salgado que, ao retratar famílias em movimento para se assentar, buscando por se fixar em outro lugar que lhe seja mais favorável, opte por tirar as fotografias por detrás, tentando captar as vastas distâncias a percorrer, dando assim à imagem um efeito de movimento, de

¹⁰⁴ O texto, nas últimas páginas do livro, que contextualiza esta imagem, descreve que muitos garimpeiros conseguiam obter rendimentos maiores aos dos soldados que mantinham a “ordem” nas minas, fato que causava atrito.

alguém que vai embora. Outro elemento, já mencionado anteriormente, que dá a estas fotos uma característica intercambiável é a ausência do olhar, originando um efeito de impessoalidade que opera uma redução na significação dos indivíduos retratados: a falta de face de-historiciza o “pobre” e sua condição, podendo este ser o mesmo no semi árido do nordeste brasileiro, na Índia, no Equador ou em Mali. Apesar das quatro fotos de *Terra* aqui apresentadas partilharem de um mesmo reportório técnico que tem como base o uso dos cinzas e o enquadramento que silencia o olhar, criando a ilusão de coesão, ao analisarmos o modo como a temática é exposta, mais especificamente, a pobreza do trabalhador rural, a dispersão/polissemia entra em jogo, já que o “pobre” é retratado através do espírito de luta, de sua capacidade de agenciamento e, paralelamente, como alguém à mercê do destino, sem ter para onde ir e o que fazer.

As próximas fotos adicionam uma nova dimensão discursiva já que, por serem retratos, constituem outra materialidade que traz em si a inclusão do olhar. De acordo com Sousa (2004, p.97 *apud* GUADAGNUCCI, 2010, p.12)

A difícil tarefa do fotojornalista ao retratar alguém consiste em procurar não apenas mostrar a faceta física exterior da pessoa ou do grupo em causa, mas também em evidenciar um traço da sua personalidade (individual ou coletiva, respectivamente). A expressão facial é sempre muito importante no retrato, já que é um dos primeiros elementos da comunicação humana.





Primeiro chamo a atenção para o debate que perpassa a obra de Sebastião Salgado, do qual estas fotos são sintoma, a saber, a montagem, a direção, a “influência” do fotógrafo que quebra com uma suposta ética do fotojornalismo. O alcance/impacto estético da obra de Salgado se dá de tal maneira que ele é repetitivamente acusado de montar cenários e situações para suas imagens. As fotos aqui em questão obviamente não se encaixam na mesma categoria das anteriores, já que são compostas por *crianças posando para a máquina*. Não irei entrar no mérito da questão “se” estas, e outras fotos, foram “construídas”¹⁰⁵; as escolhi pois acredito serem diferentes, em sua materialidade, de todas as imagens até aqui analisadas.

As três fotografias partilham de dois elementos que considero cruciais e que destoam das regularidades até aqui descritas: são imagens de *crianças que olham* para a câmera. Não estamos mais no âmbito dos efeitos da pobreza na vida de adultos sem face e sim de crianças que, com seu olhar, têm algo a dizer, ou melhor, falam diferentemente.

A primeira imagem¹⁰⁶ tem, em si, algo de especial. A circunspeção e a seriedade inesperada no rosto de uma criança criam um efeito de não-lugar. Se não fosse pela legenda poderíamos pensar que se trata de alguma criança judaica em um campo de concentração na década de 1940. O efeito do preto e branco, quando somado à roupa, sua face – cabelo, cor dos olhos e da pele suja – e o enquadramento, que efetivamente deixa de fora alguns componentes visuais que poderiam nos dar uma pista de onde e quando foi capturada esta imagem, resulta em um efeito de a-temporalidade, de que sempre haverá pessoas em sofrimento. A especificidade desta fotografia faz com que seja inserida em outra rede de filiação de imagens que está na gênese do fotojornalismo e que constitui sua historicidade, a saber, retratos de pessoas em campos de concentração¹⁰⁷. O autor e a temática é a mesma, mas diferenças em questões de

¹⁰⁵ Li em algum lugar durante minha pesquisa que estas fotos são o resultado de uma brincadeira que Salgado fazia com as crianças, de modo a que estas não o seguissem constantemente. Ele prometia tirar uma foto delas, mostrar como a câmera funciona e, em troca, as crianças o deixariam em “paz” para trabalhar.

¹⁰⁶ A Folha de São Paulo tem uma notícia muito interessante e inusitada sobre esta foto, na qual entrevista a mesma menina passados 16 anos do “click” que a eternizou. Acesse em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1142313-menina-eternizada-em-foto-de-sebastiao-salgado-ainda-e-sem-terra.shtml>

¹⁰⁷ Sontag (2004, p.19) comenta sobre o impacto das imagens tiradas em campos de concentração: “foram as fotografias de Bergen-Belsen e Dachau, que descobri por acaso numa livraria em Santa

nível técnico como enquadramento e escolha do objeto promovem um deslocamento na tessitura do discurso: o foco agora é a *vida*, no sentido mais “humano” do termo.

A segunda foto, apesar de ser composta por alguns elementos visuais – criança, olhar, enquadramento – que a constituem como uma paráfrase da que lhe antecede, tem também alguns fatores que apontam para o seu caráter polissêmico: é uma criança com a aparência relativamente arrumada e limpa – o branco de seu vestido se destaca – sentada em uma sala de aula com uma caneta e um caderno nas mãos, estes dois sendo os principais índices para desvendar o funcionamento desta imagem. Visualmente esta imagem contrasta com as outras devido à sua estética mais limpa – cores contrastantes, linhas mais retas (em grande parte devido às carteiras escolares), enfim, uma maior organização espacial. Discursivamente, é possível relacionar a diferença estética e o efeito criado por ela ao discurso da capacitação via escolarização que atravessa esta imagem. A menina que vai à escola, que estuda, que segura em suas mãos a chave para o sucesso, é diferente das outras. É limpa, organizada, não está perdida pois encontrou seu lugar na escola, e seu olhar é diferente. Não é um olhar que causa pena ou de desespero, e sim de alguém que está fixado em um objetivo: o olho de um predador. O modo como a cabeça está levemente inclinada para frente e o contraste entre a cor da pele e o vestido destacam os olhos e evocam imagens de um tigre prestes a atacar sua presa. Esta imagem aponta mais uma vez para o discurso do empoderamento, do agenciamento via capacitação, ocupando a educação um lugar central neste mecanismo discursivo. A razão de esta imagem destoar das outras reside no fato de que a sua materialidade imagética e os elementos estéticos que a compõem apontam para o discurso do empoderamento como modo que quebrar o “circulo vicioso da pobreza”. Em suma, esta fotografia funciona a partir da matriz neoliberal que legitima e veicula a “capacitação individual” como algo “positivo”.

A última fotografia é uma paráfrase da primeira. A criança fotografada, apesar de mais nova, se assemelha muito à sua “irmã”, seja no tom da pele suja, seja no cabelo. Aqui o quadro está mais aberto, permitindo vislumbrar ao fundo algumas barracas de lona que, com o apoio da legenda, aponta para a possibilidade de se tratar de um assentamento do Movimento sem Terra, confirmada ao recorrer ao texto explicativo no final do livro. Chamo aqui a atenção para a chupeta e a chuquinha, dois elementos

Mônica, em junho de 1945. Jamais vi algo – seja em fotografia ou na vida real – que me atingisse de modo tão incisivo, profundo e instantâneo. Com efeito, parece-me plausível dividir minha vida em duas partes: antes de ver aquelas fotografias (tinha 12 anos) e depois, apesar de que somente vários anos mais tarde pude entender plenamente seu significado.

que fortalecem o efeito de inocência. Possivelmente seja essa inocência característica à infância que permite o olhar direto para a câmera. Os adultos, conscientes de sua condição, desviam o olhar – por vergonha, medo ou receio, fica aberto à interpretação – enquanto que as crianças, talvez por não compreenderem a situação de pobreza que as marca, buscam com curiosidade desvendar o olhar que as registra. Não sei se esta regularidade é algo “intencional” por parte de Sebastião Salgado mas, de qualquer modo, é um efeito discursivo interessante e merecedor de maiores investidas. Um último elemento visual que prende a minha atenção é a sujeira que toma conta da criança. É como significasse que neste contexto a infância está condenada à pobreza desde o começo, sendo a ingenuidade da menina o seu ponto de ancoragem que lhe permite, enfim, tentar ser criança.

As próximas três fotos a serem apresentadas, que também serão as últimas de *Terra*, estão inscritas no discurso sobre a pobreza de um modo diferente. Elas abordam diretamente algumas manifestações do Movimento sem Terra, dando ênfase a outro lado da pobreza, o da resistência. Porém é importante refletir sobre “quem” é este que resiste. O MST, criado em 1984, se define como um movimento de caráter sindical, popular e político que tem como centro de suas reivindicações a reforma agrária. Ao analisar um dos lemas do MST “Reforma agrária uma luta de todos!”, Lagazzi-Rodrigues (1998, p.17) mostra que este é um movimento composto por um segmento bem específico da sociedade:

A elipse do verbo implica o tempo e o modo da relação entre a reforma agrária e a luta de todos. Na voz do Movimento, a reforma agrária **é/deve ser** uma luta de todos, mas sabemos que ela constitui uma luta singular, recusada por muitos, ou seja, ‘a reforma agrária **não** é uma luta de todos’, ou ‘é uma luta de todos aqueles que...’. Há nessa afirmação uma outra elipse, que relativiza o pronome ‘todos’: A reforma agrária é afirmada na exclusão de todos os que não a aceitam e por isso é uma luta.

O MST é constituído pelos sem lugar colocados à margem da sociedade, que buscam algo singular e que fazem disso um modo específico de vida. As palavras “reforma” e “luta”, na mesma sentença evocam a memória de movimentos de cunho socialista, de uma Formação Discursiva que destoa no funcionamento do Capitalismo. No ano de sua criação, em 1984, enunciados com esse “tom” eram comuns, entretanto, em 1996, ano em que as fotografias foram tiradas, o mesmo já não se sucedia. O MST, inscrito numa Formação Discursiva que determina o que pode e deve ser dito sobre a

pobreza, é um dos elementos que indicam a natureza heterogênea destas formações, já que se inscreve no Capitalismo como resistência.





As fotos partilham de um elemento comum – os braços levantados e os punhos cerrados – que dá a elas “coesão” e que permite as filiar em outra modalidade do fotojornalismo, a de fotografias de manifestações populares. As ferramentas e as bandeiras que figuram como elementos nas últimas duas imagens dão à manifestação um efeito de luta armada a qual, a história nos mostra, sempre surge em lugares onde a *falta* se faz mais presente. Seja nas revoltas camponesas no século XVIII na França, a revolução Bolchevique na Rússia de 1917 ou nas manifestações do MST nas décadas de

80 e 90 no Brasil, o pauperrismo sempre levou à união de certos grupos que, em sua revolta, buscaram modificar o funcionamento da sociedade. O importante aqui é notar que na iconografia dos movimentos populares a estética dos sujeitos é semelhante, ou seja, o discurso da revolução tem também uma materialidade visual marcante.

Chamo a atenção para as duas primeiras imagens. Apesar de o enquadramento ser diferente, um mais fechado e outro amplo, elas são caracterizadas por uma estética específica à luta de classes. Entretanto há mais uma regularidade entre as duas, já que têm como elementos não só adultos como também crianças. Aqui me prendo novamente à questão do olhar: enquanto todos os adultos olham para um mesmo ponto no espaço (provavelmente para alguém que estava discursando), as crianças buscam a câmera. Na primeira foto o menino, com a cabeça levemente inclinada, observa com um olhar curioso; na segunda, dois rapazes, o mais velho como se estivesse sendo surpreendido, já o segundo, apesar de estar com a sua boca tapada pelo topo da cabeça de outra criança, dá a entender que está sorrindo para a novidade de ser fotografado. A regularidade do índice *crianças que olham* para a câmera cria um efeito único nesta amostra de imagens: é como que, devido a uma suposta “ingenuidade”, o impacto da pobreza fosse reduzido. Preocupados em brincar e descobrir o mundo, as crianças não compreendem a dimensão da realidade que as cerca.

A última foto difere das outras em um elemento específico: ela imprime movimento. De acordo com Lagazzi-Rodrigues (*ibid.*, p.18)

O MST, em seu modo de ocupar a terra, produz o efeito de um deslocar contínuo, em que a sempre busca pela terra é o gesto que funda o sentido do movimento. Os Sem Terra não são apenas aqueles que não têm a terra, mas aqueles que se dispõem a ir para a terra, ir em busca da terra. Sem Terra é uma posição em movimento, discursivamente organizada pelo gesto de ir para a terra.

Nesta imagem o efeito de “ir em busca da terra” se dá principalmente pelo registro da abertura da porteira. A foto registra o exato momento em que o MST inicia a ocupação de uma fazenda. No âmbito estético, o homem que vai à frente, com o braço em riste empunhando sua ferramenta, simboliza não só a luta mas, como está em movimento, coragem e vitória. A sequência das fotos também permite observar o deslizamento parafrástico a nível do não-verbal: pessoas paradas com os braços erguidos e punhos fechados → pessoas paradas com os braços erguidos empunhando suas ferramentas → pessoas em movimento com os braços erguidos empunhando suas

ferramentas. Este efeito causado pela paráfrase aponta também para o caráter polissêmico das ferramentas que desloca o estatuto das personagens retratadas: são armas nas mãos de trabalhadores (no sentido do trabalho ser uma arma contra a pobreza), mas também são armas nas mãos de lutadores.

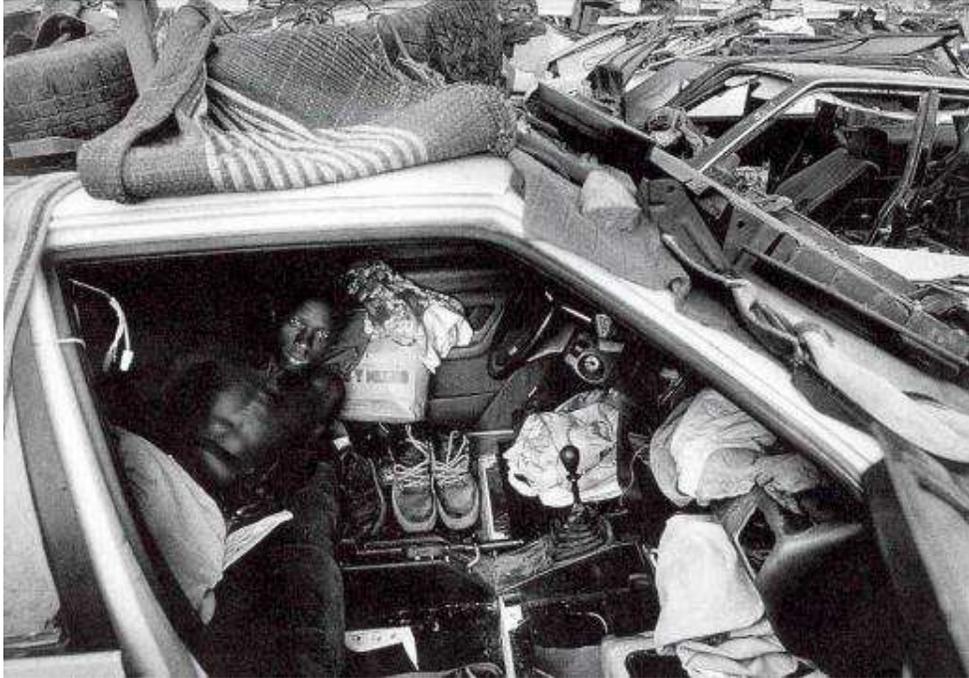
De modo geral o discurso de *Terra* significa a pobreza de um modo diferente de *Outras Américas*. As temáticas do misticismo e da religião são colocadas em suspenso, e em seu lugar figuram a luta de classes e a mão de obra. Se em *Outras Américas* a pobreza é vista por um prisma “cultural” de pessoas que levam um “estilo” de vida específico, em *Terra* a mesma pobreza é mostrada do ponto de vista do agenciamento do indivíduo, que através de seu esforço e organização coletiva é capaz de mudar o seu “destino”. Essa mudança pela via do empoderamento se dá através de dois elementos principais, o estudo e o trabalho, e tem uma cara: a face das crianças, que com seus olhos não temem a câmera.

A próxima sequência de fotografias é o resultado de um trabalho que teve início em 1993 e que resultou em algumas exposições e dois livros, *Êxodos* e *Retratos de crianças do Êxodo*. Irei me concentrar no primeiro livro, publicado no ano 2000 e que tem como temática a migração motivada por guerra, fome e catástrofes naturais. Esta obra tem uma diferença em relação às anteriores importante de mencionar. Ela é dividida em quatro capítulos, denominados *I - Migrantes e refugiados: o instinto da sobrevivência*; *II – A tragédia africana: um continente à deriva*; *III – A América Latina: êxodo rural, desordem urbana*; *IV – Ásia: a nova face urbana do mundo*. Um pequeno texto introdutório acompanha cada novo capítulo, de modo a contextualizar, se bem que de um modo bem amplo, as imagens que se seguem, as quais não possuem legendas. Tentando me aproximar do efeito produzido pelo livro, irei abordar os capítulos individualmente, apresentando os textos, seguido pelas fotos, para depois efetuar a análise (SALGADO, 2000, p.21, grifos meus):

I - Migrantes e refugiados: o instinto da sobrevivência

Quase sempre os migrantes abandonam seus lares cheios de esperança; os refugiados costumam fazê-lo por medo. Mesmo assim, cada um a sua maneira, **todos são vítimas de forças além de seu controle: a pobreza e a violência**. A maioria dos migrantes do Terceiro Mundo ruma para a cidade, mas **os mais ambiciosos** têm os Estados Unidos e a Europa como meta. Suas jornadas são longas e cheias de perigos, mas, para mexicanos, marroquinos, vietnamitas, russos e tantos outros, o sonho de uma vida melhor não morre facilmente. Aqueles que se tornam refugiados, contudo, não o fazem por vontade própria. Curdos, afeganes, bósnios, sérvios e kosovares

tiveram de deixar seus lares forçados pela guerra e, como os palestinos, que passaram décadas em campos de refugiados, muitas vezes alimentam o desejo de voltar para casa. Para alguns deles, porém, a ruptura com o passado é permanente: de refugiados passarão a exilados, e de exilados também eles passarão a migrantes.





De acordo com o texto introdutório do capítulo estas fotos foram tiradas em contextos de exílio causado por forças além do controle daqueles que estão sujeitos a elas. Aqui a miséria humana significa-se na tensão da contradição, tomada de um ponto

de vista totalmente estrutural, de pessoas à mercê do destino e que, paralelamente, em sua ambição e instinto de sobrevivência, se agarram à vida, procurando por algo melhor.

No plano técnico, a primeira foto tem como característica uma leve inclinação da máquina para baixo, o que permite centralizar a porta do carro, deixando vaziar espaço em cima e nas laterais. Este recurso permite valorizar os detalhes do objeto em primeiro plano, o carro, enquanto que dá profundidade ao campo e possibilita vislumbrar alguns componentes que informam ao leitor onde a foto foi tirada. Nesta imagem o carro não é um carro, os pneus estão no ar, o tapete no teto, as portas não isolam, o radiador é um para-brisas, o painel um guarda-roupa. Suas superfícies são irregulares, as linhas truncadas e o espaço finito enclausura; nada é redondo, nada é suave. Dentro um homem, apertado, desconfortável, com olhar oscilante para a câmera. Suas mãos não assumem a direção, seus pés invisíveis. A materialidade é a desordem, há uma inversão dos sentidos: tudo é o que não devia ser. O carro é como um túmulo, uma extensão do cemitério de automóveis. A pobreza é retratada como desordem e morte e o “pobre” como alguém que se agarra à vida do modo que pode, que consegue, mesmo que isso implique viver escondido, enterrado no meio do metal enferrujado e retorcido.

A segunda imagem evoca todo um imaginário visual pós-apocalíptico. Ao enfatizar a horizontalidade, a foto registra um amplo plano de desolação. Estradas de terra batida, prédios em ruínas, a destruição é tal que se assemelha a milênios de erosão. As únicas pistas que a imagem fornece que permite estabelecer, com bastante imprecisão, a sua temporalidade são os sujeitos e alguns postes. Sem esses elementos poderíamos afirmar que se trata de algum sítio arqueológico, há muito abandonado. O efeito de abandono contrasta com o ir e vir de pessoas. Em meio ao nada, para onde irão? Esta é a realidade daqueles que, vítimas da destruição causada pela guerra, decidem ficar, seja por algum tipo de apego, seja por não terem para onde ir. O jogo de luz na imagem é singular. A claridade que reflete no chão confronta a escuridão das nuvens, presságio do que ainda está por vir. No centro uma mulher, suas roupas claras e flutuantes contrastando com o peso das sombras projetadas nos prédios mais ao fundo. Este jogo entre o branco e o preto assume contornos excessivos. Na pobreza não há meio, somente extremos, aqui não há ambição, somente instinto de sobrevivência.

A terceira foto muda o cenário. Não estamos mais no deserto árido caracterizado pelo contraste das luzes. A imagem, fortemente carregada pelo cinza e negro, retrata um menino – o único ponto de luz – em meio a um campo estéril, com o

trem passando ao fundo sob um céu nublado. A geometria da foto é composta principalmente por duas linhas truncadas, um caminho vertical cortado pela horizontalidade da linha do trem. Em primeiro plano o menino sozinho, com sua mão nos olhos como que se estivesse enxugando algumas lágrimas. Ele olha para a câmera, porém o seu olhar não é de curiosidade ou de alegria. É um olhar perdido, de alguém que espera por algo. O trem imprime movimento face a um menino parado, sem ter para onde ir. Mais do que qualquer outra imagem até aqui apresentada, esta significa a impotência que muitos têm perante o seu futuro que é levado para longe, fora de seu alcance. Sob o signo da pobreza muitos são como meninos que observam o trem passar, imaginando para onde ele irá, sem poder agir.

A última imagem se trata de uma foto tirada sem inclinação e sem profundidade. O assunto é retratado em um único plano, relativamente fechado. Aproveitando a luz que se reflete no menino e a que se perde no buraco, há um contraste. A luz só é refletida nas camadas mais claras e nas fissuras do vidro. Nas partes escuras se perde. A superfície está toda estilhaçada, se assemelhando a uma pintura muito antiga cheia de rachaduras, consumida pelo tempo. O buraco à direita atrai o olhar; porém, onde há ruptura, não há quase nada a ser visto, apenas um esboço de uma camisa xadrez. As linhas formadas pelas fissuras no vidro desviam o olhar para a esquerda. Lá, várias mãos e um braço sem corpo que sustenta o menino. A luz que reflete na palma da mão e no rosto servem de contraponto ao buraco negro. As rachaduras conferem à imagem um movimento contínuo de quebra: vidas violentamente quebradas, rompidas, separadas do conforto de seus lares pela violência da guerra. O olhar do menino é mediado pelo vidro transparente e estilhaçado, indicando uma realidade fraturada, desorganizada, desestruturada.

Este primeiro conjunto de imagens aponta para sentidos que significam a pobreza e a violência como condições estruturantes da vida de milhões de pessoas em diferentes lugares do globo. Cada um deles, de um modo bem específico, vai se agarrando à vida do jeito que lhes é possível, fruto do instinto e da ambição de viver. Esta série de fotos inscreve a pobreza em um plano que ainda não tinha sido abordado de frente, colocando-a em uma relação estreita com a violência das guerras civis e entre países. Este elemento atualiza a memória sobre a pobreza, a qual é constituída por sentidos provenientes da religião e do misticismo, dos movimentos sociais, da relação do mercado com a mão de obra, da saúde, educação, e agora da violência.

As próximas fotos se referem ao segundo capítulo. O texto que o introduz é o seguinte (SALGADO, 2000, p.153, grifos meus):

II – A tragédia africana: um continente à deriva

A África foi traumatizada pelo **sofrimento e o desespero**. Seu povo ficou profundamente marcado pela **pobreza, a fome, a corrupção, o despotismo e a guerra**. Trinta anos depois que visitei o continente pela primeira vez, de um modo geral **as coisas pioraram**. Moçambique é uma exceção: décadas de guerra civil finalmente chegaram ao fim, permitindo que centenas de milhares de refugiados voltassem para casa. Enquanto isso, Angola e o Sul do Sudão continuam assolados pela guerra, que obriga milhões de pessoas a fugir. Há momentos em que se tem a impressão de que os Estados Unidos e a Europa **riscaram a África do mapa, dando-a por perdida**. Não há dúvida de que pouco fizeram para interromper o genocídio de 1994 em Ruanda, em que cerca de 1 milhão de Tutsi perderam a vida. Na sequência, os problemas de Ruanda atingiram o Zaire, com centenas de milhares de refugiados Hutu transformando-se em novas vítimas da **política étnica** da África Central.







O texto desloca geograficamente as fotografias para o espaço finito do continente africano. As imagens, com o suporte do texto, configuram a África como o

ponto no qual se cruzam todos os problemas da humanidade: fome, guerra, desgovernança, conflitos étnicos, todos partes de uma equação que significa este espaço como estando à deriva, onde o retrocesso é a palavra de ordem.

A primeira e terceira imagem partilham, no âmbito icônico, de algumas características presentes na foto de *Sahel*, em que várias pessoas estão assentadas ao redor de árvores. Imediatamente fica preso em nossa retina o mesmo jogo de luz – lá, uma luz vinda do céu, aqui, a luz entrando pela porta – e a mesma disposição espacial das pessoas, assentadas em pequenos grupos ocupando um espaço aberto, à espera de alimentos que possam preencher suas panelas vazias.

Na segunda imagem, a partir de um plano geral, Salgado conseguiu uma foto de caráter panorâmico em razão de sua horizontalidade. O enquadramento centraliza o caule e as raízes da árvore, deixando vazar seus galhos pelas laterais da foto. O fato de a imagem ter sido captada de um plano mais baixo valoriza o tamanho da árvore e destaca o volume das raízes mais próximas da lente. A árvore assume uma estética dramática, quase que petrificada. Seca e desgarrada do solo, a árvore perde sua função, o seu sentido é deslocado. As raízes que deveriam estar enterradas nas profundezas estão à flor da terra. Símbolo universal de vida, sustento e proteção, ela nada mais é do que uma natureza morta. O professor e seus alunos aproveitam para nela apoiar um cavalete. Debaixo da pouca sobra de seus galhos secos, o engenho humano transforma um lugar sem vida na possibilidade de conhecimento. Da natureza à cultura e à ciência, o imaginário resgata na rede de memórias visuais outro sentido inscrito na tradição religiosa: a árvore da sabedoria, do conhecimento do bem e do mal. Conhecimento que, como já mostrei, figura no discurso do empoderamento como um fator para a liberdade. Na tensão entre a morte da árvore e a vida dos alunos o efeito de metáfora, professor e alunos no lugar de frutos e sementes. Possibilidade de renovação/transformação pela via da ciência.

A quarta foto tem um enquadramento horizontal e é composta por linhas interessantes. As que se encontram na manta sob a cabeça das crianças estão na horizontal, já na manta que cobre o corpo delas, a verticalidade das linhas se sobressai. Apesar de estas retas fecharem o quadro, a foto não é obtusa. Os corpos sob a manta dão volume e ondulação. As linhas são diferentes, grossas, finas, claras, escuras, elas se moldam ao contorno dos corpos, dando fluidez à superfície da imagem. No topo uma abertura, como se fosse a boca de um bicho-papão. Dentro dela três rostos, três olhares que contemplam aquele que as registra, todos diferentes. Um curioso, outro assustado e

o último distante. Três crianças que, juntas, sentem e reagem separadamente. Três órfãos da guerra que talvez representem o passado (um continente a ser desbravado), o presente (um continente aterrorizado pela miséria) e o futuro (um continente moribundo, desligado do mundo). Três rostos (do mais “gordo” ao mais magro) que significam o percurso, quase que inescapável do ser humano na África, da alegria à tristeza, da vida à morte.

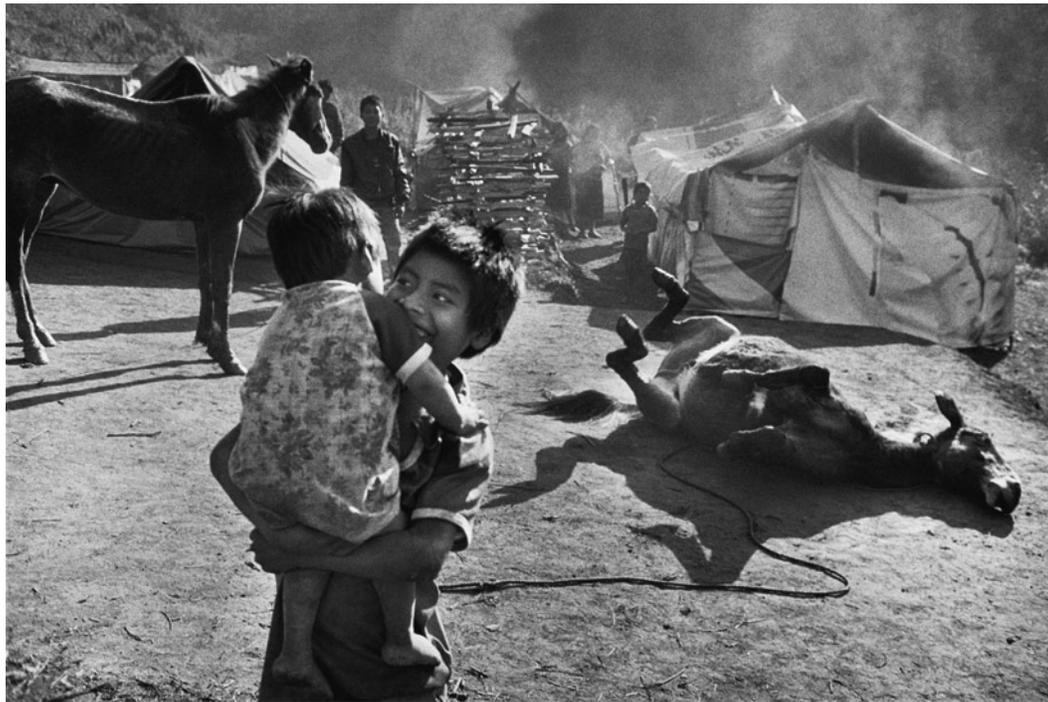
A última foto se destaca pela natureza diferente das anteriores. É uma foto panorâmica que captura um campo de refugiados estabelecido num enorme vale. Nas colinas as barracas brancas, no meio o espaço vazio que os separa. Esta foto não tem “atores” principais, em sua falta ela cria o efeito de a-temporalidade. A abertura da foto, de modo a contemplar a vastidão do vale, remete a antigas fotos do oeste Norte Americano no século XIX¹⁰⁸, que buscavam retratar a imensidão e a inospitalidade daquela região. O enquadramento amplo perspectiva a dimensão do terror na vida destas pessoas: a amplitude do vale coberta por milhares de vidas desalojadas, à mercê do destino. Enquanto as duas primeiras fotos falam sobre algum tipo de esperança – jovens estudando, crianças com vida – esta última significa a miséria e a violência como algo para além do alcance de muitos. Entre o estrutural e o individual, uma história da pobreza vai sendo construída.

Apresento agora três fotografias inseridas no terceiro capítulo do livro. O texto introdutório é o que se segue (Salgado, 2000, p.249, grifos meus):

III – A América Latina: êxodo rural, desordem urbana

A história recente da América Latina foi moldada pela **migração** de dezenas de milhões de camponeses para as **áreas urbanas**. A maioria deles abandona o campo em decorrência da pobreza, visto que as melhores terras cultiváveis estão concentradas nas mãos de uma minoria rica. Alguns se **recusam a desistir**: os indígenas da região amazônica lutam para permanecer em suas terras tribais; no Sul do México, os rebeldes zapatistas pegam em armas para recuperar as terras que perderam; o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, ousa apropriar-se de propriedades privadas a despeito da repressão. **De um modo geral, porém, a batalha está perdida**: nos povoados das montanhas equatorianas vivem somente mulheres e crianças, pois toda a população masculina migrou. A consequência disso são as vastas metrópoles incontroláveis, como Cidade do México e São Paulo, rodeadas pelas favelas onde se apinham os migrantes, e em que a **violência urbana** representa uma ameaça mesmo para os mais privilegiados.

¹⁰⁸ Entre os principais fotógrafos que se dedicaram ao oeste americano se encontram Ansel Adams e Timothy O’Sullivan. Para ver algumas de suas fotografias acesse <http://www.anseladams.com/> ou <http://www.theatlantic.com/infocus/2012/05/the-american-west-150-years-ago/100304/>





O título do texto introdutório de partida circunscreve os sentidos das fotos que o seguem. Tendo como base trabalhos anteriores de Salgado (algumas fotos de *Outras Américas* e *Terra* foram aqui também publicadas), a temática do êxodo rural é estendida para os problemas de “desordem urbana” causada pela migração. Na cidade, antítese estética do rural, os “camponeses” dão conta de que para eles não há muito espaço. As três imagens nos mostram as realidades contrastantes, mas que partilham tanto em comum, daqueles que, devido à pobreza, migram em busca de trabalho.

Um dos indícios recorrentes na análise até o momento é a questão da *falta*, seja por retratar indivíduos caminhando em vastos desertos, seja por retirar destes a sua individualidade, através de ângulos que não capturam a sua face. Neste conjunto de fotos o mesmo efeito aparece novamente. Na primeira foto, apesar de usar um plano mais próximo, as pessoas figuram de costas, cobertas totalmente por vestimentas, não sendo possível vislumbrar nem a cor de seus cabelos. Se não fosse pelo texto, seria difícil saber que se trata de uma família nômade de mudança.

O enquadramento e o foco da segunda foto concedem a ela uma profundidade interessante, que permite ao leitor “entrar” no que seria o cotidiano dos que vivem no campo. Um corredor composto de barracas de lona. No meio um amontoado de madeira, provavelmente para fazer uma fogueira coletiva que aqueça a todos no frio da noite ao ar livre. Dois animais, um ereto e o outro no chão, dormindo, acordando, agonizando, morrendo, a posição apenas nos dá pistas sobre sua condição.

Em primeiro plano um menino com uma criança no colo. O menino sorri pra ela, de costas para a dura realidade que o cerca.

A terceira foto choca. Em meio a um mar de lixo, um cavalo e três homens empurrando, metaforizando o ato de arar a terra. O cavalo é o índice que permite identificar estes homens como tendo algum tipo de relação com o rural. No campo ou na cidade, eles domesticam o animal para o trabalho. A vida não é fácil, a foto registra um momento de potência, onde é visível a força do cavalo e o esforço dos homens para sair da situação em que se encontram. Apesar dos cenários contrastantes as imagens significam que, no campo ou na cidade, *de um modo geral, a batalha está perdida*. Entre a terra árida e o lixo não há muito o que escolher. Este discurso *nivela* o pobre apagando sua individualidade e significando a sua mão de obra, perante a falta de capacitação, como *insuficiente*. De acordo com Lagazzi (2011b, p.407)

Na posição sujeito-catador a flexão do corpo só significa em meio ao lixo. E essa formulação visual concentra tensão e contradição. Ser catador é atualizar a memória do trabalho na postura do corpo, em uma posição-sujeito sem lugar na organização social, pois é um corpo que se debruça sobre o dejetivo, sobre o final do ciclo de consumo. O corpo fletido em meio ao lixo é a formulação da contradição que não se resolve.

De seguida irei apresentar mais três fotos, inseridas no último capítulo de *Exodos*. A elas precede o seguinte texto (Salgado, 2000, p.333, grifos nossos)

IV – Ásia: a nova face urbana do mundo

O **êxodo da pobreza rural** deu à Ásia um **novo perfil urbano**. Para os camponeses do estado indiano de Bihar, por exemplo, assim como para os agricultores da ilha de Mindanao, nas Filipinas, e os pescadores do Vietnã, as cidades se transformaram em polos de atração irresistíveis. Do Cairo a Xangai, de Istambul a Jacarta, de Bombaim a Manila, a migração (multiplicada por altos índices de natalidade) gerou megacidades somente igualadas, na América Latina, por Cidade do México e São Paulo. Na Ásia, contudo, a mudança foi ainda mais repentina, com favelas alastrando-se e novos e resplandecentes centros financeiros surgindo quase ao mesmo tempo. Xangai, por exemplo, modificou-se a ponto de tornar-se irreconhecível no decorrer de não mais que uma década. **As condições de vida dos migrantes mais recentes são precárias, o que não os impede de acreditar que deram um passo na direção de uma vida melhor.**





As imagens e os textos que introduzem cada um dos quatro capítulos circunscrevem dois tipos de êxodo: aquele causado pela violência e o que se origina na falta. De qualquer modo, o *Êxodo* está sempre relacionado ao jogo de forças tanto de caráter global como local. Isto está representado nas imagens de pessoas que, diante a amplitude da guerra, não têm para onde ir (fotos capítulo I), e também dos que, devido à possibilidade geográfica, se deslocam centenas de quilômetros e atravessam fronteiras em busca de alguma segurança. No âmbito local, as imagens narram histórias de indivíduos – camponeses, agricultores, pescadores – que saem do campo em direção à cidade na procura de emprego. Nos dois planos o *Êxodo* é significado como um deslocamento motivado pela necessidade, um caminho a ser percorrido no qual nem sempre há um final feliz.

As três fotos mostram de maneira marcante a contradição que atravessa a vida daqueles “atraídos” à cidade. A primeira, tirada de um plano alto, permite vislumbrar uma cidade em crescimento. Do lado esquerdo um trabalhador em meio a estruturas de aço, pilares de sustentação de mais um prédio. O operário olha para a cidade, contemplando-a como um espaço de oportunidades. Esta fotografia se filia a uma memória de imagens registradas na década de 1930 – período em que o fotojornalismo começou a se consolidar – que tinham como temática a expansão de *New York* impulsionada pelo crescimento econômico. Dentro deste corpo de imagens

existem várias fotos da construção do *Empire State Building* que, em seu plano estético, têm várias semelhanças com a de Sebastião Salgado¹⁰⁹.

Deste modo, a construção estética desta imagem está filiada à mesma matriz ideológica, já que fala sobre o *Boom* econômico pelo qual o continente asiático tem passado nas últimas décadas, muito similar ao que tem acontecido no Brasil. É importante também refletir sobre o sentido de mão de obra em jogo. Ao contrário da foto do capítulo III que mostra camponeses em um lixão, esta tem como personagem principal um operário de construção civil. A diferença de oportunidades para a mão de obra capacitada em relação aos *incapazes* é gritante. Enquanto um sobe às alturas, outros removem o lixo. Há todo um discurso do empoderamento em circulação neste conjunto de imagens que afirma que para haver expansão de possibilidades o indivíduo deve estar preparado e atualizado.

A segunda foto usa uma técnica diferente. O plano frontal e mais amplo nos mostra pessoas que estão de frente, habitando em um edifício “popular”. Entretanto, devido à distância, à quantidade e semelhança dos apartamentos em que habitam, a sua identidade permanece uma incógnita, não havendo nada que as distinga umas das outras. Se na maioria das imagens o efeito de sentido da *falta* funciona através da falta de referências geográficas ou faciais, nesta foto, assim como na de Serra Pelada, do ensaio “Trabalhadores”, a *falta* é operada através do excesso.

A terceira foto contrasta com a primeira e revela a outra face da migração. Esta imagem, também tirada de um plano alto, enquadra uma favela cortada por uma tubulação e coloca em perspectiva a dimensão da pobreza. Muitos daqueles que vão para a cidade não encontram lá o seu lugar, terminando às margens da sociedade. A contradição entre o público e o privado caracteriza a fotografia. Em meio à desordem e à pobreza um enorme tubo leva água para algum lugar da cidade. A água, bem essencial, um direito de todos, está “entubada”, “encapsulada”, próxima e ao mesmo tempo tão distante daqueles que mais precisam dela: a privatização do público. Devido à falta de espaço, a tubulação serve de passarela para os habitantes, uma via expressa que os permite “navegar” no meio de becos e vielas.

As imagens que compõem *Êxodos* atualizam uma memória sobre a pobreza através da paráfrase (o visível) e da polissemia (o invisível). A recorrência, através da paráfrase, de temas como educação e mão de obra atribuem, no âmbito geral, um “valor

¹⁰⁹ Remeto às fotografias de Lewis Hine.

positivo” na leitura da pobreza, isto é, de que para alguns ainda há esperança e de que o alcançar algo depende de sua vontade e participação. No plano polissêmico, as imagens narram uma história na qual os indivíduos nem sempre são agentes, e sim vítimas de acontecimentos amplos, como a guerra ou a seca. Este efeito se dá no plano estético, das grandes tomadas que enquadram a enorme dimensão da pobreza, como na imagem do campo de refugiados ou da favela. É importante também mencionar que em *Êxodos* a pobreza é tomada em sua dimensão global, não é só mais a África e a América Latina, a miséria também é retratada na Europa e na Ásia. De qualquer modo, a dimensão do global também deve ser discutida, já que as fotos tiradas na Europa, por exemplo, estão circunscritas a locais e eventos bem específicos.

Após a análise, irei aprofundar no próximo capítulo a questão da materialidade da fotografia e a sua relação com o que é denominado de “Antropologia Visual”, tendo como eixo o modo como a fotografia revela o “outro”.

5. Considerações sobre a fotografia como modo de revelar o outro: antropologia visual e o efeito da factualidade da imagem

A discursividade da sequência de fotos aqui apresentada é construída na tensão entre a paráfrase e a polissemia. Apesar de cada foto ser única e de sua possibilidade de significação ser aberta, ela também significa perante as outras devido à mesma filiação, criando uma memória sobre a pobreza e operando um mecanismo de apropriação do outro, característica esta inerente à materialidade fotográfica:

Fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o mundo, semelhante ao conhecimento – e, portanto, ao poder. (...) O que está escrito sobre uma pessoa ao fato é, declaradamente, uma interpretação, do mesmo modo que as manifestações visuais feitas à mão, como pinturas e desenhos. Imagens fotografadas não parecem manifestações a respeito do mundo, mas sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir. (SONTAG, 2004, p.14).

A fotografia, especificamente a documentária, estabelece uma espécie de relação voyeurística com o mundo o que, de certo modo, tem o efeito de nos mostrar a realidade por um prisma diferente, aliciador, convincente: “o realismo fotográfico pode ser – e é cada vez mais – definido não como o que “realmente” existe, mas como aquilo que eu “realmente” percebo (...). Tudo o que o programa de realismo da fotografia de fato implica é a crença de que a realidade está oculta. E, estando oculta, é algo que deve ser desvelado.” (*ibid.*, p. 136 – 137). Segundo Krauss (2002, p.124) aspectos técnicos como o enquadramento funcionam como agente de ruptura com a realidade, algo específico à materialidade fotográfica:

No interior da imagem, o espaçamento pode nascer do *cloisonné*, da solarização ou da incorporação de quadros presentes na realidade e destinados a segmentá-la ou a deslocar seus fragmentos. Mas na própria fronteira da imagem, o quadro da máquina fotográfica que corta ou recorta o elemento representado e o separa do contínuo da realidade pode ser considerado como um outro exemplo de espaçamento. Este é o sinal de uma ruptura na experiência instantânea do real, uma ruptura que produz uma sequência. O enquadramento fotográfico é *sempre* percebido como uma ruptura no tecido contínuo da realidade. (...) Ao mesmo tempo em que indica esta percepção da realidade, o quadro da máquina fotográfica também a controla e estrutura através da utilização do ponto de vista (...) ou pela escolha do comprimento focal.

Sontag e Krauss integram um leque de pesquisadores e pensadores sobre a imagem, e mais especificamente sobre fotografia, que defendem que, além da característica indicial e icônica da fotografia (que apontam para um referente), para se compreender o fotográfico não se pode desvincular o processo de construção da representação, ou seja, a realidade da fotografia não é a mesma do assunto que a originou: “Trata-se da realidade do documento, da representação: uma *segunda realidade*, construída (...), mas que é, todavia, o elo material do tempo e espaço representado, pista decisiva para desvendarmos o passado” (KOSSOY, 2002, p.22 *apud* GUADAGNUCCI, 2010, p.31), determinada por recursos “técnicos, mentais e culturais” (*ibid.*). A teoria sobre a fotografia constrói assim uma dualidade ontológica que deriva de dois pontos: a fotografia tomada como traço do real, colada ao seu referente – caráter documental – e a fotografia como resultado do processo “cultural/psicológico” de criação do fotógrafo – caráter representacional. Segundo Bodstein (2006, p.103)

O que há de natural na criação de marcas visuais para temas como a fome, a miséria, a discriminação racial ou a expressão de transcendência heroica dessas mazelas, que não sejam controladas pelo fotógrafo, além da luz, tempo de exposição, enquadramento e outras decisões imediatamente pertinentes ao ato fotográfico? (...) De Jacob Riis que, em 1880, sensibilizava a América flagrando gangs de Nova Iorque em seus redutos de penúria, a Eugene Smith cuja série “Country Doctor” tem-se na conta de fundadora de uma expressiva tradição documental que acabou por se revelar imagem dirigida (...) fica evidenciada a escolha de poses. Eugene Smith, inspirador de fotodocumentaristas como Sebastião Salgado, explica em seu “Photographic Journalism” (SMITH, 1948) que “a maioria das histórias fotográficas requerem um certo grau de montagem (reacomodação e direção cênica que lhe deem uma coerência pictorial e editorial).

De um ponto de vista discursivo, a *realidade do documento* resulta da relação material entre o fotógrafo e o fotografado, ou seja, do modo como este ocupa a função de autoria, atravessada e determinada por uma memória do dizer e do significar que delineia um espaço de produção/interpretação da imagem. Esta memória é dissimulada através da “culturalização” ou “psicologização” do ato fotográfico. Desde modo a objetividade deixa de ser uma característica fundamental da fotografia, já que, para além de descrever, o ato fotográfico *narra*. Para Guadagnucci (2010, p.33)

Diante desse quadro, convém perguntar porque apesar de toda esta gama de estudos acerca do estatuto representacional da imagem fotográfica, no fotojornalismo ainda persiste a convenção do instantâneo fotográfico, da foto não posada, como sinônimo de naturalidade e, conseqüentemente, de realismo (...) o que se considera é a verossimilhança com a realidade, aqui criada através da fotografia. Essa é a lógica do jornalismo.

Há uma inversão na racionalidade: não é o realismo fotográfico que constata fatos, mas sim a narrativa que “cria” o real, sendo que é esse efeito de “real” que encoberta o político e que legitima a fotografia tanto para o autor como para o leitor. Há que se somar também as conseqüências do advento da imagem digital que possibilita a construção de gamas alternativas e verossímeis da realidade, problematizando assim o ideário do “realismo da objetividade” como um paradigma agonizante de credibilidade para o fotojornalismo. Em entrevista a Bodstein (2006, p.39), Eder Chiodetto¹¹⁰ afirma que:

Essa é uma crise que não sei como o fotojornalismo vai resolver. Ela é latente. Se por um lado, está cada vez mais clara a farsa da encenação fotográfica de querer ser o real - de querer ter essa aura de realidade, que a gente já sabe, por a + b, desde os anos 60, pelo menos, quando os teóricos começaram a se debruçar mais sobre a linguagem de que se trata de uma construção -, por outro lado, os leitores de jornais se agarram desesperadamente ao documento fotográfico como a ratificação de que as coisas aconteceram, existiram de fato; o que o texto não consegue. A ideia da imagem comprovando os fatos. O que o senso comum não percebe é que a fotografia é um signo tão instável quanto o verbo. Quando eu coloco uma grande angular, mudei tudo. O recorte que faço, não mostrando o extra-quadro, muda tudo.

Toda esta discussão aponta para um fato extremamente interessante e digno de ser levado em consideração. Não se pode destacar a fotografia de caráter documental do jornalismo e, mais especificamente, do fotojornalismo. Constituído com base no ideal de “busca da verdade e transmissão de informação” – sendo a imagem o ápice – o fotodocumentarista desde sempre se vê refém da ideologia “lógico-purista” herdada da

¹¹⁰ É fotógrafo e jornalista formado pela Faculdade Metodista de São Paulo e mestre em Comunicação e Artes pela USP. Trabalhou por 13 anos na *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2004, onde exerceu as funções de repórter-fotográfico, editor-assistente de Fotografia na função de pauteiro, editor-adjunto e, a partir de 2001, editor-geral de Fotografia. Possui obras nos acervos do MASP e do MAM-SP. É autor do livro *O Lugar do Escritor* (Cosac&Naify,) e vencedor do prêmio Jabuti de 2004. Em 2005 assumiu o cargo de curador do Clube de Colecionadores de Fotografia do MAM-SP, exercendo até hoje o cargo de curador para outras instituições de caráter público e privado.

imprensa, tida como um “quarto poder” que se reafirma e legitima como porta voz autônoma da sociedade civil ao reportar os atos públicos, e de bastidores, dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Deste modo a fotografia age como metáfora do Panóptico concebido por Jeremy Bentham que, de acordo com Bauman (1999, p.56), é “uma metáfora da transformação moderna, das modernas redistribuições dos poderes de controle”.

O projeto do Panóptico se baseava em uma torre central cercada por uma construção em forma de anel, dividida em compartimentos e celas todas voltadas para o centro. Estas eram dispostas de maneira a que os seus ocupantes não tivessem acesso visual às celas próximas da sua, prevenindo, assim, qualquer tipo de comunicação entre eles. Entre as celas e a torre central, os espaços não eram preenchidos. Este aparato permitia uma vigilância constante dos encarcerados sem que estes soubessem se estavam, ou não, sendo vigiados. Isto deve-se à arquitetura do trabalho, a qual assegurava, dentro da construção, um jogo de luz que permitia ver da torre, mas não ser visto das celas. Ver sem ser visto, eis o princípio e o fim do Panóptico. Segundo Foucault (2004b, p.166):

O dispositivo panóptico organiza em unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha.

Para Larrosa (1994, p.61):

A imagem do panóptico preside as análises foucaultianas (...) a propósito dos aparatos disciplinares (...) a prisão, a fábrica, o hospital e a escola são, entre outras coisas, máquinas de ver. Dispositivos para “tornar visíveis” as pessoas que capturam (presos, trabalhadores, enfermos ou crianças), e para “tornar eficazes” os processos que realizam (reformular, produzir, curar ou ensinar).

É então possível afirmar que a fotografia de âmbito documental se constitui como uma máquina de ver, mecanismo de produção de um determinado saber e, conseqüentemente, de legitimação de uma “verdade” - processo que Foucault (2004a; 2004b) descreve como relação de poder-saber/regimes de verdade. O efeito de verdade se apresenta como consequência do funcionamento do discurso fundador do jornalismo, que atribui à imagem o valor de veracidade factual. Porém, este “regime de visibilidade

composto por um conjunto específico de máquinas óticas abre o objeto ao olhar e abre, ao mesmo tempo, o olho que observa. Determina aquilo que se vê ou se faz ver, e o alguém que vê ou que faz ver.” (LARROSA, 1994, p.61). Em termos discursivos, as fotografias aqui em destaque, para além de indícios, servem de porta de entrada para se observar o funcionamento de um discurso global institucionalizado sobre a pobreza que vem reformulando/constituindo os cânones da visão ocidental: imagens de “bastante ‘outros’ para serem exóticos, suficientemente ‘mesmos’ para merecer nosso interesse e suscitar nossa compaixão.” (ROSKIS, 2003, *apud* BODSTEIN, 2006, p.112). Todo este processo é potencializado pelo efeito de veracidade atribuído às fotos de caráter documental devido à sua filiação histórica com o jornalismo.

Outra consequência a ser considerada é o nivelamento dos significados do acontecimento registrado. Deste modo, fotografar nunca é uma atividade passiva, “é ter um interesse pelas coisas como elas são, pela permanência do *status quo* (...), é estar em cumplicidade com o que quer que torne um tema interessante e digno de se fotografar – até mesmo, quando for esse o foco de interesse, com a dor e a desgraça de outra pessoa. (SONTAG, 2004, p.22 -23).

Ao se tratar de fotos sobre a pobreza há também que levar em consideração o que Susan Sontag chama de tendência estetizadora da fotografia, isto é, a produção de imagens *sobre* o real, mas que têm como efeito a sua banalização:

As câmeras miniaturizam a experiência, transformam a história em espetáculo. Assim como criam solidariedade, fotos subtraem solidariedade, distanciam as emoções. O realismo das fotografias cria uma confusão a respeito do real, que é (a longo prazo) moralmente analgésica bem como (a longo e a curto prazo) sensorialmente estimulante. (*ibid.*, p.126).

A consideração destes fatos permite pensar a contradição na/da fotografia através de seu funcionamento. Em primeira instância, ela tanto compila como opera uma redução via efeito de reificação, isto é, o sujeito da fotografia sempre é um objeto. Esta é uma tradição herdada dos primórdios da Antropologia, onde se constituiu um campo de saber denominado Antropologia Visual, consequência das expedições científicas do século XIX, que com frequência contavam com um desenhista incumbido de documentar o trabalho da pesquisa e os diferentes “exemplares” e “espécies” encontrados. No caso da fotografia e do cinema, os seus usos não iam muito além de um registro de viagem que funcionava mais como um reforço à imagem romântica sugerida

pelas imagens expedições de exploração. Por outro lado alguns trabalhos, especificamente no que diz respeito à etnografia

percebendo o processo de rápida transformação e desaparecimento de populações da África e Ásia, dos povos indígenas americanos, procuraram, em maior ou menor grau, perenizar fotograficamente a memória da condição em que se encontravam à época (...) é neste panorama que vai se engendrar o interesse da Antropologia nestes meios de registro e comunicação e ainda produzir as bases para o desenvolvimento daquilo que John Collier Jr. Batizou de “Antropologia Visual”. (SÔLHA, 1998, p.19-20)

A Antropologia Visual é uma ciência constituída com base no efeito ideológico que caracteriza a visão como um “instrumento primaz da observação empírica” e que circunscreve a “fundamentação da utilização dos dispositivos de obtenção da imagem na pesquisa científica em geral e, particularmente, na antropológica.” (*ibid.*, p.28-29). Este efeito é um eco do alastramento do método empírico que se deu por volta do século XVI, onde a necessidade de comprovação “objetiva” das teorias exigiu uma reformulação no ato de ver que se caracterizou, a partir daí, pela observação e descrição de recortes particulares e passíveis de reprodução. Esse tipo de empirismo positivista, que se fazia presente principalmente nas ciências naturais como a Botânica ou a Anatomia, teve um grande impacto sobre a Ciência do século XIX, sendo que a formação do conhecimento passa a se confundir com o próprio ato de ver: razão e visão são dois lados da mesma moeda (ao contrário da ideologia religiosa, que promove o acreditar no que não se vê). Deste modo, a experiência sensorial no positivismo é o fator elementar de legitimação do saber.

Provavelmente aí reside uma das mais fortes razões para as ciências sociais, como quase todas as outras ciências de base empírico-indutivas da época, terem se aplicado tão logo à tarefa de utilizar fotografia à exaustão. O ato de fotografar não seria mais do que recortar o campo visual, eliminando a “especulação ociosa” para destacar aquilo que importa, a câmera fotográfica não passa de um instrumento de medição e registro classificatório e o filme somente realiza aquilo que é impossível para a retina humana, ou seja, a perenização da visão. (*ibid.*, p.48).

O movimento positivista concebe e se apropria da fotografia como instrumento de geração, catalogação e classificação de “dados”. Isto se dá principalmente no final do século XIX, quando vários pesquisadores constatam que

diversas formas de organização social estão sujeitas a um processo de transformação que “descaracteriza” os seus traços “culturais”. Neste momento é formada uma noção de “imagem imaculada” (*ibid.*), a imagem como instrumento confiável de observação e expansão de informações voltadas para a pesquisa. Este panorama se dá em meio a uma conjectura na qual se buscava formular uma concepção unificadora de Antropologia que a sustentasse como disciplina científica. A publicação de Herbert Spencer (1852) de *A hipótese do desenvolvimento* e de Charles Darwin (1859), *A origem das espécies*, formularam as bases propícias para que a estabilização da Antropologia viesse a acontecer de modo duradouro. O conceito de evolução e progresso presente nos dois trabalhos originou o paradigma básico sobre o qual seria criada uma noção científica do homem, impondo uma lógica da qual surgiu a noção de raça derivada da biologia. Segundo esta lógica, os povos “primitivos” evoluíam naturalmente, fazendo com que a sua cultura desaparecesse independente do contato com o branco europeu.

O desaparecimento de “raças exóticas” só deveria, assim, ser objeto de lamentação apenas quando não tivessem sido suficientemente documentadas pela ciência, tendo em vista a reconstituição da corrente evolutiva, na qual não deveriam faltar nenhum de seus elos, pois, de resto, o processo de desaparecimento pertenceria a um domínio quase natural. (*ibid.*, p.130).

De modo impressionante, este tipo de preocupação e de uso da imagem esteve presente até pouco tempo atrás. Cito como exemplo a iniciativa do Smithsonian Institute, na figura de R. Sorenson, que em 1974 formou um centro de produção de filmes etnográficos que tinham como perspectiva criar um acervo de filmes sobre populações e culturas em vias de desaparecimento, financiando inclusive outros projetos que partilhassem do mesmo objetivo. Este movimento tinha o apoio a American Anthropological Association (1971) e do 9º Congresso da International Anthropological and Ethnographic Sciences (1973), assim como da Comissão Internacional de Filmes Etnográficos de Paris e da Sociedade para a Comunicação Visual em Antropologia. Todo este apoio institucionalizado concebia a imagem como uma salvaguarda ao eminente processo de globalização que tinha como consequência inevitável o “desvirtuamento cultural” de vários povos. É interessante refletir sobre o fato de que

estas preocupações articulam concepções sobre a imagem técnica com uma postura geral frente às populações estudadas. Este tipo de posicionamento concebe o instrumento cinematográfico – e o fotográfico, por extensão – como dispositivo naturalmente neutro e

capaz de reunir informações seguras, ainda que incompletas, de cunho etnográfico, valiosas e comunicativas *de per se*. O registro cinematográfico, no caso, desde que conduzido por critérios de validação – reprodutibilidade, não interferência, etc. – universalmente aceitos, torna-se automaticamente um documento de importância capital. (*ibid.*, p.57).

A manifestação mais clara desta concepção do visual está na noção de observação defendida por esmagadora maioria dos antropólogos, de que o conhecimento é baseado e validado pela observação. As condições de observação científica na Antropologia ganham, no século XX através da pesquisa de Bronislaw Malinowski, uma nova abordagem. Em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, resultado de seu estudo dos nativos de Papua Nova Guiné realizado entre 1914 e 1918, Malinowski formaliza o método que se consagrou pelo nome de “observação participante”, baseado na convivência continuada com o objeto e que demandava inclusive o domínio da língua local, permitindo ao pesquisador participar das conversas e acontecimentos sem a mediação de tradutores. Somente assim seria possível “apresentar o ponto de vista dos nativos, *seu* relacionamento com a vida, *sua* visão de *seu* mundo” (MALINOWSKI, 1922, p.33). O trabalho de Malinowski popularizou a pesquisa de campo já que fornecia uma base metodológica sólida para a prática etnológica. Porém

a própria ideia do etnógrafo como uma testemunha ocular rearranja-se, aqui e ali, sob o manto protetor da observação participante, mantendo a circunscrição visualista na temática da observação. Dentre os muitos exemplos possíveis, o da Antropologia Visual é um dos mais recorrentes. Ao longo do desenvolvimento da noção de observação o visualismo deixou abertas as brechas, onde a utilização empírica dos meios técnicos de obtenção da imagem encobriram a redução das abordagens metodológicas a um simples conjunto de técnicas, destituídas de qualquer construção intelectual. (SÔLHA, 1998, p.74)

Dentro desta concepção a câmera é tomada como um instrumento neutro capaz de produzir dados “crus”. Ela retrata o real como ele é, cabendo àqueles que a operam a leitura dos dados gerados. É neste panorama que a fotografia surge como um elemento crucial que permite documentar povos que estão “desaparecendo”, se configurando como uma espécie de interface entre a produção estética (artística) e tecnológica (científica), tendo como efeito a perpetuação do “outro” como fato exótico:

Quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes.

Assim, a África pós-colonial existe na consciência do público em geral no mundo rico (...) sobretudo como uma sucessão de fotos inesquecíveis de vítimas com olhos esbugalhados, desde as imagens da fome em Biafra, no fim da década de 1960, até os sobreviventes do genocídio de quase 1 milhão de tutsis em Ruanda, em 1994 e, poucos anos depois, as crianças e os adultos cujas pernas e braços foram amputados durante a campanha de terror em massa promovida pela RUF, um movimento rebelde de Serra Leoa (...) Essas imagens trazem uma mensagem dupla. Mostram um sofrimento ultrajante, injusto e que deveria ser remediado. Confirmam que esse é o tipo de coisa que acontece naquele lugar. A ubiquidade dessas fotos e desses horrores não pode deixar de alimentar a crença na inevitabilidade da tragédia em regiões ignorantes ou atrasadas – ou seja, pobres – do mundo (...) Essa praxe jornalística é herdeira do costume secular de exibir seres humanos exóticos – ou seja, colonizados: africanos e habitantes de remotos países da Ásia foram mostrados, como animais de zoológico, em exposições etnológicas montadas em Londres, Paris e outras capitais européias, desde o século XVI até o início do XX (...) A exibição, em fotos, de crueldades infligidas a pessoas de pele mais escura, em países exóticos, continua a promover o mesmo espetáculo, esquecida das ponderações que impedem essas exposições quando se trata de nossas próprias vítimas da violência; pois o outro, mesmo quando não se trata de um inimigo, só é visto como alguém para ser visto, e não como alguém (como nós) que também vê. (SONTAG, 2003, p.61 – 62).

Em meio a um mundo onde o fluxo e a circulação de imagens (televisão, cinema, propaganda, etc.) são incessantes, a fotografia tem um efeito peculiar quando se trata da constituição de uma memória, já que sua unidade básica é a imagem isolada e recortada, logo facilmente compactada e memorizada. Com isto quero afirmar que a fotografia tem uma materialidade que lhe é específica. Ao a contemplarmos

não deslocamos o olhar como na leitura de um texto, da esquerda para a direita e de cima para baixo, por onde a linearidade impõe a lógica do sentido em qualquer forma atualizada de exegese. Para a fotografia, o olhar é deslocado de um ponto fixo, deliberado aleatória e inconscientemente para outras áreas da imagem. Ao retornar invariavelmente para o ponto-referência, um todo se vai resignificando a cada movimento sem que a relação entre as partículas de significação seja unida por laços de causa-efeito. Abandonamos, com esse olhar que remonta a interpretação secular do mundo antes da invenção da escrita, a ordem histórica de nossa existência. O eterno retorno desprende da imagem sua referência imediata para remagizá-la em propriedades fundamentais, contrárias a um “real-dado”. (BODSTEIN, 2006, p.170).

A facilidade ao acesso e percepção de imagens não se deve somente à sua materialidade, mas é também efeito do capitalismo, já que “a liberdade de consumir

uma pluralidade de imagens e de bens é equiparada à liberdade em si. O estreitamento da livre escolha política para libertar o consumo econômico requer a produção e o consumo ilimitados de imagens.” (SONTAG, 2004, p.195).

As imagens aqui apresentadas são provenientes de regiões geográficas e contextos diferentes. São fotos que narram sobre as partes inóspitas da América do Sul, sobre o sofrimento causado pela guerra e pela seca na Europa e na África, que descrevem a relação do homem com o trabalho e nos mostram a luta contra a doença. Em meio à dispersão foi possível encontrar algumas regularidades, alguns indícios que perpassam a seqüência de texto e imagens e que atualizam e constroem uma memória sobre a pobreza: a *falta de tudo* e, paralelamente, a *possibilidade de algo*. As vidas retratadas são muitas vezes significadas como sem lugar para habitar, sem perspectiva de vida, sem individualidade. Em meio à falta o pobre apegase à fé, aos sonhos e à sorte, na esperança de que sua condição mude pra melhor, através da possibilidade de trabalhar, que vem através da capacitação. Constrói-se um discurso onde a pobreza é retratada como um problema majoritariamente estrutural, inerente ao funcionamento do capitalismo neoliberal, mas que sua solução passa principalmente pelas mãos de suas vítimas. O indivíduo, na posição sujeito pobre, é significado como agente de sua mudança, a qual é apresentada como uma possibilidade de dimensão local.

Conforme discutimos acima a partir de Pêcheux (1999), a memória estrutura a materialidade discursiva a partir da repetição e da regularização. Desta forma, a repetição da *falta* na seqüência discursiva constituída por fotos e textos aqui apresentados funciona no sentido de construir um local de percepção e interpretação da pobreza. Rodríguez-Alcalá (Ambiência e Linguagem) afirma que a percepção é um processo definido pela natureza histórica e social, sendo que o percebido está relacionado a objetos e acontecimentos já dotados de significação e inscritos em um determinado contexto. Em outras palavras, o dispositivo fotográfico, a percepção, assim como a linguagem, são sensíveis à dimensão simbólica e política da experiência humana:

O dispositivo é o que regula a relação entre o espectador e suas imagens *em determinado contexto simbólico*. Ora, ao final desse apanhado dos estudos relativos aos dispositivos de imagens, o contexto simbólico revela-se também necessariamente social, já que nem os símbolos nem a esfera do simbólico em geral existem no abstrato, mas são determinados pelos caracteres materiais das formações sociais que os engendram. Assim, o estudo do dispositivo é

obrigatoriamente estudo histórico: não há dispositivo fora da história. (AUMONT, 2002, p.192).

Dentro do dispositivo fotográfico menciono a perspectiva, que pode ser pensada como a forma simbólica de apreensão do espaço adequada a uma concepção do visível e do mundo. Deste modo a perspectiva que produz uma convergência das linhas em um plano “em particular, as linhas que representam retas perpendiculares ao plano da imagem convergente em um ponto, o ponto de fuga principal” (*ibid.*, p.216), se configura como um sistema centrado que corresponde à posição do observador humano ideal. Esta questão levou ao desenvolvimento de algumas teses

sobre a câmera como máquina de fazer perspectiva, “logo” como instrumento marcado pela ideologia humanista e pela ideologia burguesa, que dela deriva. Além do fato de a câmera, como a máquina fotográfica, poder falsificar muitíssimo a perspectiva (basta usar focais muito longas ou muito curtas), não houve *uma* ideologia burguesa do século XV ao século XX, mas diversas formações ideológicas sucessivas que foram suas manifestações. (*ibid.*, p.217)

A título de exemplificação irei falar um pouco sobre algumas técnicas de composição da imagem que, apesar de serem matemáticas, têm uma forte relação com o movimento humanista que se observou no Renascimento. O humanismo refere-se genericamente a uma série de valores e ideais relacionados à celebração do ser humano e tinha como base o antropocentrismo, o racionalismo e o naturalismo, ou seja, o homem como centro (em oposição ao teocentrismo da Idade Média) e a razão e observação como fonte de produção de todo conhecimento (Bertato, 2008)

É na arte renascentista (arquitetura, escultura e principalmente na pintura) que se observam as maiores manifestações do ideal humanista, através da instauração de alguns princípios orientadores: o espaço cênico é suportado por princípios matemáticos, sendo que o equilíbrio e a harmonia derivavam de esquemas geométricos; a natureza passa a ser representada realisticamente (inclusive muitos artistas participavam de autópsias de modo a estudar a anatomia humana). De acordo com Bertato (*ibid.*, p.xxxix) o pensamento dos humanistas modificou profundamente as concepções do espaço e do tempo, sendo que

o sistema perspéctico do *Quattrocento*¹¹¹ é a redução à unidade de todos os modos de visão possíveis: o ponto de localização ideal é o frontal, isto é, aquele que põe como contrapostos, mas paralelos, o sujeito e o objeto. Considerando que a Perspectiva construía racionalmente a representação da realidade natural, podemos afirmar que inaugurava, além de uma nova fase artística, uma fase em que a realidade tornava-se compreendida em termos matemáticos. Na classificação humanista das disciplinas, a Perspectiva, como Ciência da visão, ainda era uma disciplina filosófica subalterna às artes do Quadrivium¹¹². Na universidade europeia do século XV, a Perspectiva era geralmente classificada como um caso de Geometria Prática.

Um dos principais instrumentos para a representação “fiel” do homem e da natureza foi o uso da proporção áurea¹¹³ que, apesar de implementada na Grécia antiga, foi potencializada e popularizada durante o Renascimento. Segundo a fórmula desta proporção a razão entre “a+b” e “a” é igual à razão entre “a” e “b”, sendo que através de vários cálculos chega-se ao número arredondado de 1,618, que pode ser “aplicado” na medição de diversos fatores, desde as linhas do rosto humano até à proporção entre abelhas fêmeas e machos em qualquer colmeia.

$$\frac{a + b}{a} = \frac{a}{b} = \phi .$$

É entre a última década do século XV e a primeira do século XVI com o tratado escrito por Da Vinci sobre o Homem Vitruviano, dedicado a descrever a anatomia do corpo humano médio, no qual as ideias de proporção e simetria são aplicadas à concepção de beleza humana, e a publicação da obra *De Divina Proportione*, da autoria do matemático Luca Pacioli e que conta com cerca de sessenta

¹¹¹ Expressão utilizada para se referir aos eventos culturais e artísticos do século XV na Itália, quando os artistas se voltaram às formas clássicas da Grécia e Roma.

¹¹² “As artes liberais podem ser divididas em dois grupos: o Trivium (...) e o Quadrivium (...). O Trivium, que significa “cruzamento de três caminhos”, era constituído pela Gramática, Retórica e Dialética (ou Lógica), artes consideradas mais elementares. As disciplinas Matemática, Aritmética, Geometria, Astronomia e Música compunham o Quadrivium, que por sua vez significa “cruzamento de quatro caminhos”. As artes do Quadrivium eram consideradas intermediárias, sendo o objetivo final a aquisição de uma forma de conhecimento superior, através da Filosofia e da Teologia.” (BERTATO, 2008, p.xxix).

¹¹³ Todas as informações técnicas foram retiradas do site www.entreculturas.com.br/category/fotografia/curso-de-fotografia/

ilustrações feitas por Da Vinci, que a medida áurea assume o estatuto de símbolo do “espírito” renascentista (BERTATO, 2008). Desde então esta medida tem sido usada em esculturas, pinturas, arquitetura (Le Corbusier), fotografia (documental e propaganda), etc., construindo uma perspectiva de mundo – uma materialidade – que tem como pano de fundo o ideal do sujeito humanista, uno, centrado. Essa proporção, representada de diversos modos, pode ser encontrada nas fotografias de Sebastião Salgado¹¹⁴:



¹¹⁴ Para aplicar a proporção áurea às imagens foi utilizado o programa online disponível em http://photoinf.com/Tools/Composition_Adjuster/Java-Composition-Adjuster.html









O objetivo deste breve exercício é mostrar que a percepção da pobreza nas fotografias de Sebastião Salgado é atravessada por um processo de composição do visual que é ideologicamente determinado, ou seja, a dimensão simbólica e política da experiência humana, nas imagens em questão, funciona a partir de um discurso filiado à estética da tradição humanista que racionaliza e naturaliza o ser humano.

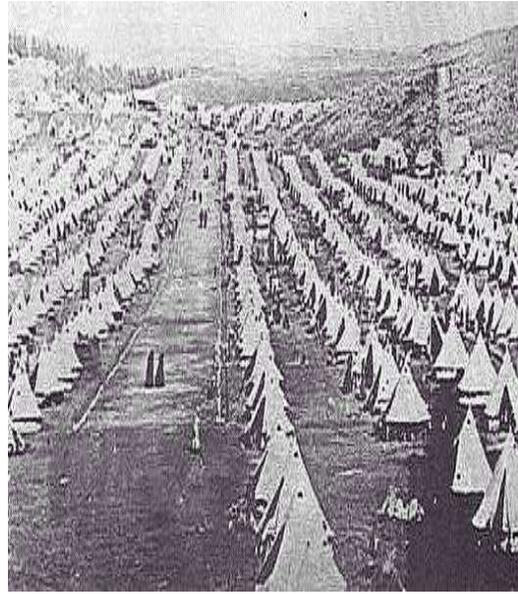
Isso aponta para um processo complexo onde a materialidade discursiva do *corpus* em análise legítima e veicula, através de diferentes tipos de publicações em diferentes países, sentidos para a pobreza, os quais por sua vez são “absorvidos” na memória discursiva que incide diretamente na nossa percepção das imagens. Através da repetição e regularização, as imagens significam e re-significam a pobreza e, ao fazerem isso, são também re-significadas, construindo nesse processo um roteiro leitura que nos remete a outras imagens e textos, criando assim um lugar onde se “lê” – interpreta – a pobreza, que tem como consequência direta a domesticação/adestramento do olhar. Assim como no caso da cultura, é o olhar ocidental determinando e naturalizando a condição do outro, neste caso, o “pobre”:

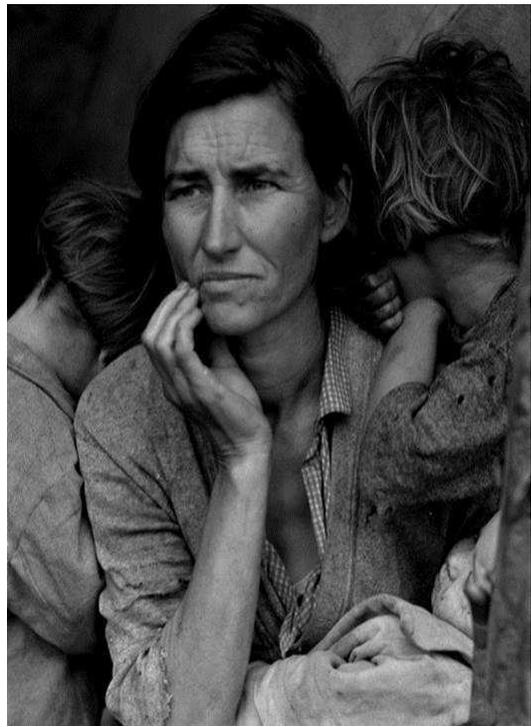
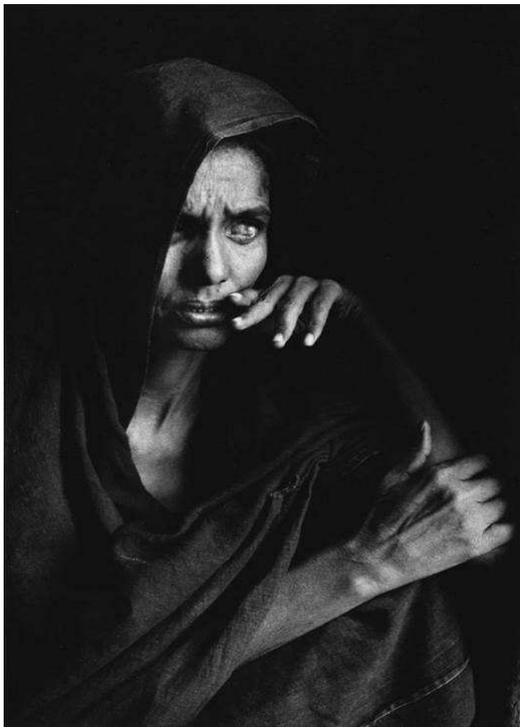
A fotografia, que tem tantos usos narcisistas, é também um poderoso instrumento para despersonalizar nossa relação como o mundo; e os dois usos são complementares. Como um par de binóculos sem um lado certo e outro errado, a câmera torna próximas, íntimas, coisas exóticas; e coisas familiares, ela torna pequenas, abstratas, estranhas, muito distantes (...). A sensação de estar isento de calamidades estimula o interesse em olhar fotos dolorosas, e olhar para elas sugere e reforça o sentimento de estar a salvo. Em parte isso ocorre porque a pessoa está “aqui” e não “lá”, e em parte devido ao caráter de inevitabilidade que todos os fatos adquirem quando transmutados em imagens. No mundo real, algo *está* acontecendo e ninguém sabe o que *vai* acontecer. No mundo-imagem, aquilo *aconteceu* e sempre *acontecerá* daquela maneira. (SONTAG, 2004, p. 183 – 184).

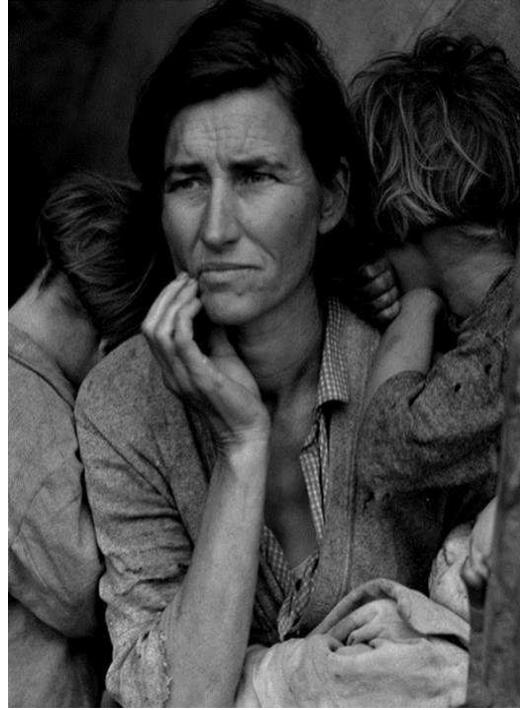
Acredito ainda ser interessante mencionar o funcionamento do clichê nas imagens em questão. De acordo com Pfeiffer (1997, p.37) o clichê produz o efeito de lugar-comum no âmbito verbal, através da repetição das mesmas “fórmulas” ou “regras” de escrita. O mesmo se dá na fotografia:

A fotografia não apenas reproduz o real, recicla-o – um procedimento fundamental numa sociedade moderna. Na forma de imagens fotográficas, coisas e fatos recebem novos usos, destinados a novos significados, que ultrapassam as distinções entre o belo e o feio, o verdadeiro e o falso, o útil e o inútil, bom gosto e mau gosto. Clichês reciclados, tornam-se metaclichês. A reciclagem fotográfica cria clichês a partir de objetos únicos, distintivos; e cria artefatos vívidos a partir de clichês. Imagens de coisas reais são entremeadas com imagens de imagens. (SONTAG, 2004, p.191).

O clichê na fotografia pode ser pensado como o modo no qual se recicla as imagens clássicas da humanidade. A recorrência frequente aos clichês não significa, entretanto, que eles sejam peremptoriamente repetitivos. De um ponto de vista discursivo, a atualização da memória se dá através da repetição do acontecimento (entendendo a fotografia como acontecimento, ou, em outro nível, a materialidade de um acontecimento), mas esta repetição se configura como paráfrase, uma imagem por outra, aberta à polissemia. Reside aqui um ponto essencial que determina se uma imagem é um simples pastiche ou se ela tem o efeito de trazer algo de “novo”. É a maior ou menor dissimulação do efeito de clichê que acredito distinguir uma boa imagem de uma banal. A título de exemplificação apresento, nas próximas páginas, algumas fotos de Sebastião Salgado (sempre à esquerda), comparando-as com







Apesar de Sebastião Salgado fazer o uso repetido das mesmas técnicas, com fotos em preto e branco que possibilitam um jogo de luz característico atribuindo, através da paráfrase imagética, um efeito de autoria e de coesão, acredito que o clichê funciona aqui em um nível mais profundo. Ele não se dá somente no nível do iconográfico e da técnica, já que Sebastião Salgado tem um estilo de fotografar muito particular, mas na representação da pobreza como uma *falta* naturalizada, distante do *eu* ocidental e bem próxima do *outro* exótico. A questão vai além do “conteúdo” das fotografias, sendo que o seu cerne está situado no próprio ato de *mostrar*, de determinada maneira, o “pobre” e a “pobreza”, reificando ambos. Em última instância, o próprio ato de *exibir* tem o efeito de distanciar, marginalizar e segregar o sujeito na posição *pobre*. Deste modo, o *real* da fotografia incide na *realidade* das imagens sobre a pobreza, atribuindo efeitos de sentido que operam no intermeio da realidade/ficção.

Como tenho tentado mostrar esta é outra característica do *Discurso sobre a Pobreza* já que, desde a Idade medieval, o mesmo discurso circula, mesmo que de outros modos, mas tendo o mesmo efeito: colocar o pobre às margens da sociedade e, ao fazer isso, significar a pobreza como algo que não está aqui, mas está lá (mesmo que esse *lá* esteja bem mais próximo do que a gente pensa). É o avesso da diferença “politicamente correta”: a diferença não como modo de compreender o outro, mas como

mecanismo de demarcação e marginalização, sinalizando a impossibilidade de um vínculo social.

6. Conclusão da Segunda Parte

Após a análise das imagens que compõem alguns livros da autoria de Sebastião Salgado, apresento as seguintes conclusões:

- a) As fotografias têm como efeito principal significar a pobreza como *falta*, naturalizando-a no pobre colocado às margens, distanciado geograficamente e temporalmente, através do que pode ser nomeado um mecanismo de *exibição*.
- b) As imagens também apontam para o que foi mostrado nas análises da primeira parte desta pesquisa: a mão de obra como única possibilidade de romper com o pauperismo, ou seja, apesar de a pobreza ser apresentada como um problema econômico, social e político, o mercado mantém-se na posição de estrutura dominante.
- c) As fotos têm um funcionamento muito próximo ao da noção de “cultura” já que, ao apresentar e construir um olhar para o outro, determina e cristaliza a sua condição.
- d) As imagens se inscrevem na retórica no Neoliberalismo, sendo que *não buscar a riqueza* é significado como sinônimo de *ser pobre*. Este discurso impõe um modelo de vida ocidental que tem como efeito principal desqualificar modos de vida (como o rural) que não se insiram na lógica do *agregar capital*.

Apresentadas as conclusões irei, no próximo capítulo, pensar o funcionamento discursivo da pobreza como um *domínio de saber*, buscando assim “amarrar” a discussão que vem se desenvolvendo ao longo do texto.

7. Refletindo sobre o domínio de saber *pobreza*

Após a análise do corpus irei, nesta seção, refletir sobre todos os elementos levantados. Para tal mobilizarei os conceitos de Formação Discursiva e Memória Discursiva que, apesar de já terem sido introduzidos, carecem de maior desenvolvimento. O objetivo é apresentar um “fechamento” ao percurso efetuado durante a pesquisa e descrever sumariamente o funcionamento discursivo de *pobreza* e dos elementos a ela filiados.

Este trabalho tem como meta buscar compreender a articulação entre Estado, Mercado e Ciência na produção de um saber legitimado sobre a pobreza que, por sua vez, serve de embasamento para o planejamento, produção e operacionalização das políticas públicas, colocando assim em jogo o fator “sociedade”. Trabalhei então com estes quatro pilares, tecendo correspondências entre eles e mostrando que essas relações são caracterizadas pela assimetria e a contradição. Retorno ao que disse anteriormente sobre a contradição de modo a enfatizar que não estamos trabalhando no âmbito da dicotomia: é um princípio teórico que intervém na representação do real histórico (COURTINE, 1981). A contradição na Análise de Discurso não deve ser confundida/reduzida à individuação de contrários. Ela “souligne l’irréductibilité d’une telle relation de contradiction à une perspective purement différentielle ou comparative: la contradiction est une contradiction ‘inégaie’¹¹⁶”. (*ibid.*, p.31) Deste modo, qualquer discurso deve ser pensado como “*unite divisée, das une hétérogénéité par rapport à lui-même* dont il appartient à l’AD politique de repérer la trace.¹¹⁷” (*ibid.*). Sumarizando, a assimetria aqui mencionada não é o embate de opostos: o Estado não se opõe ao Mercado e à sociedade (e vice-versa); as ciências que têm com elemento principal estes três objetos não se desqualificam uma à outra, estrutura e acontecimento não se anulam, etc. É a partir deste prisma que é possível desvelar a construção e o funcionamento de um discurso sobre a pobreza – discurso que se constitui como memória – marcado por rupturas, falhas, silenciamentos, interdições e recalques. É a partir dos conceitos de Formação e Memória discursiva que estas questões ganham uma maior inteligibilidade.

¹¹⁶ “sublinha a irredutibilidade de tal relação de contradição a uma perspectiva puramente diferencial ou comparativa: a contradição é uma contradição ‘desigual’”.

¹¹⁷ “*unidade dividida, numa heterogeneidade em relação a ela mesma, cujo traço cabe à AD política observar/recuperar*”.

A noção base que serviu para Pêcheux (1988a) desenvolver o conceito de Formação Discursiva se encontra em *A Arqueologia do Saber*, onde Foucault (2007, p. 43), afirma que

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

É importante levar em conta que o que Foucault faz aqui é uma crítica à História como campo do saber tradicional. Ao se referir a uma regularidade em meio à dispersão, ele alude a um deslocamento necessário no método de se fazer história: “As duas noções fundamentais da história (...) não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento” (FOUCAULT, 2000, p.287). Foucault afirma neste mesmo texto que esta abordagem, que toma a história como descontínua, “permite fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido.” (p.290). A título de exemplo o autor menciona, nesse mesmo texto, como esta metodologia possibilitou observar que o aumento repentino na expectativa de vida na Europa em um determinado período na Idade Média se deu à mudança na alimentação da população em geral, que passou a ingerir mais proteínas. Esta nova concepção de história, se levada em consideração, tem duas fortes implicações na teoria do discurso. Primeiro, segundo Possenti (2004, p.380)

O acontecimento fundamental poderia deixar de ser aquele de que todos se dão conta (a publicação de uma obra, um manifesto, um editorial, um programa de governo, uma proposta de pacto, etc.). Para a AD, pelo menos em suas práticas de análise, tal acontecimento seria considerado relevante na medida em que ensejasse sua retomada ou sua *repetição*, ou se já fosse uma. No entanto, além desses casos, poderíamos considerar como acontecimentos discursivos – e não apenas reformulações ou novas enunciações do mesmo, isto é, como discursos – o estruturalismo, o feminismo, o nacionalismo, etc. (...) Para tanto, considerar a história deveria ser mais do que inserir um acontecimento em uma série; teria que significar uma verdadeira ruptura com uma história linear.

Isto significa, para minha pesquisa, a possibilidade de considerar a Lexicografia, Economia, Antropologia, e até a Fotografia, entre outros, como discursos não lineares e que se cruzam em diversos pontos (apesar de dispersos), e que têm na

pobreza uma regularidade. A segunda consequência está presente no esforço intelectual de Pêcheux (1988a) em traduzir/reformular o conceito de Formação Discursiva para o campo da Análise de Discurso, definindo-a como “o que pode e deve ser dito” e na pesquisa de Courtine (1981), que a conceitua como algo fundamentalmente heterogêneo (algo já delineado na definição de Pêcheux).

Outra questão importante trabalhada por Pêcheux e Courtine foi considerar o papel da memória dentro desta equação, fundamentada principalmente pela releitura de Marx efetuada por Althusser que permite esquematizar a relação da ideologia – sempre um componente central para a teoria do discurso – com os conceitos desenvolvidos. Para Pêcheux (1988a, p.160) a Formação Discursiva está direta e intrinsecamente ligada às Formações Ideológicas, construindo deste modo uma “hierarquia” de formações que podem ser expostas do seguinte modo: Formação Econômica → Formação Social → Formações Ideológicas → Formações Discursivas (CAMPOS, 2009, p.41). De acordo com esta cadeia, são as Formações Ideológicas que fornecem às Formações Discursivas a matéria do dizer, sendo o “espaço” entre as duas formações caracterizado como interdiscurso ou memória discursiva. Segundo Courtine é no interdiscurso, que determina a Formação Discursiva, que se dá a articulação contraditória entre esta e as Formações Ideológicas, definidas como o domínio de saber específico à Formação Discursiva. Sua natureza contraditória caracteriza o funcionamento de uma Formação Discursiva como sendo, ao mesmo tempo, um princípio de “aceitabilidade” e de “recusa”. Em outras palavras, ao definir o que “pode e deve ser dito” se exclui o que “não pode nem deve ser dito”. O interdiscurso opera assim um fechamento da Formação Discursiva, o qual é fundamentalmente instável em função das transformações históricas, sociais e ideológicas (COURTINE, 1981, p.49):

L'interdiscours d'une FD doit ainsi être pensé, selon nous, comme un processus de *reconfiguration incessante* dans lequel le savoir d'une FD est conduit, en fonction des positions idéologiques que cette FD représente dans une conjoncture, déterminée à incorporer des éléments préconstruits produits à l'extérieur de lui-même, à en produire la redéfinition ou le retournement; à susciter également le rappel de ses propres éléments, à en organiser la répétition, mais aussi à en provoquer éventuellement l'effacement, l'oubli ou même la dénégation. L'interdiscours d'une FD, comme instance de formation/répétition/transformation des éléments du savoir de cette

FD, peut être saisi comme ce qui règle le déplacement de ses frontières.¹¹⁸

Em resumo, Courtine denomina a memória discursiva como o *domínio de saber* próprio a uma Formação Discursiva, operando um fechamento desta, mas também deixando-a em aberto, já que as mudanças na conjuntura social e histórica ocasionam um deslocamento nas Formações Ideológicas, logo nos objetos passíveis de dizer. Todo este percurso teórico me fornece ferramentas que permitem pensar o discurso sobre a pobreza funcionando dentro de Formações Discursivas que, conseqüentemente, têm como efeito criar a aparência de posições antagônicas – cultura/economia como questões estruturais ou o resultado do agenciamento do indivíduo – quando, na verdade, estas operam em simultâneo, ganhando mais ou menos ênfase (dependendo da conjuntura atual), significando, no decorrer deste processo, a pobreza.

É interessante pensar que, a partir do prisma do materialismo, o processo de produção do conhecimento se dá mediante formas históricas variadas nas práticas sociais. “A prática científica é primeiro, como toda prática, uma prática social, secundariamente é uma prática específica. Ora, como em toda prática social, os indivíduos humanos concretos que, se não são os sujeitos, são pelo menos os agentes, agem na e sob a determinação das formas de existência histórica das relações sociais de produção e reprodução” (HENRY, 1992, p.23). Dizer isso é afirmar que, como agentes, eles são constituídos em sujeito nas práticas sociais e por elas, ou seja, é na prática científica e através dela que os agentes se constituem pesquisadores, cientistas, etc. “Ora, precisamente, são formações ideológicas que constituem indivíduos concretos, agentes de práticas sociais, em sujeitos.” (*ibid.*) Esta reflexão dá à ideologia uma definição “positiva” que se afasta de *erro*, ou *ilusão* desprendida do real. “Ela aparece como um dos elementos necessários ao processo de produção de conhecimento.” (*ibid.*). Isto significa que tanto a Fotografia, como a Economia e a Antropologia, e conseqüentemente todas as questões que concernem à conceituação da pobreza como uma questão estrutural ou individual, ou seja, à produção de um saber sobre a pobreza,

¹¹⁸ “O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de *reconfiguração incessante* no qual o saber de uma FD é conduzido, em função das posições ideológicas que esta FD representa numa conjuntura, determinada a incorporar elementos pré-construídos produzidos em seu exterior, a produzir a redefinição ou o retorno; a suscitar igualmente a memória de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também a provocar eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a recusa. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber desta FD, pode ser apreendido como o que regula a deslocação das suas fronteiras.”

são determinadas pela Formação Ideológica dominante, a qual é, como sabemos, capitalista neoliberal:

Não convenceremos jamais a burguesia do caráter errôneo, de agora em diante não-científico, da economia política burguesa; a economia política burguesa cessará definitivamente de estar correta no dia em que as relações de produção capitalistas deixarem de ser as relações de produção dominantes. Se é assim, é porque a economia política burguesa representa a posição de objetividade e de verdade científicas do ponto de vista de suas posições de classe: ela é nos seus princípios adequada à realidade, vista a partir de suas posições (...) São produzidos apenas conhecimentos científicos que são prática e concretamente necessários numa certa conjuntura e essa necessidade histórica não tem nada de universal; ela é relativa às posições de classe. (*ibid.*, p.135).

Isto permite romper com a ideia de que o homem, em sua “sede de saber”, é levado a produzir todo o conhecimento científico que lhe é possível em determinada conjuntura. Dentro deste contexto “a posição do ‘sujeito da ciência’ não é a posição de um ‘sujeito universal’, permanente, do qual se poderia dizer que, nos seus limites, seu fundamento é mental ou orgânico, mas a posição de um sujeito histórico, assujeitado à divisão de classes.” (*ibid.*, p.128). Esta exposição de Henry explica o porquê de, em minha análise, o nível do econômico, apesar de algumas vezes “recalcado” ou “colocado” no mesmo patamar do social, sempre ser dominante. Nas palavras de Pêcheux (1988a., p.162) “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo dominante’ das Formações Discursivas, intrincado no complexo das Formações Ideológicas”.

Essa dissimulação não só apaga a presença da ideologia neoliberal como também tem um segundo efeito, concomitante ao funcionamento do neoliberalismo: o de naturalizar o indivíduo “concreto” na forma-sujeito pobre. Courtine comenta que em *A Arqueologia do Saber* o sujeito do enunciado não pode ser concebido como sendo o autor da formulação. Ele é uma função vazia a ser preenchida. Isso indica que a descrição e análise de um enunciado deve contemplar qual posição é essa, quem a ocupa e de que modo. Courtine relê essa relação a partir do conceito de forma-sujeito de modo a afirmar que esse lugar “vazio” só o é na aparência, já que é preenchido pelo sujeito de saber próprio de uma Formação Discursiva. Há um desdobramento da forma-sujeito, o

que significa que as “posições” consistem em um processo de apagamento da relação com o sujeito de saber:

Nous concevons donc une *position de sujet* comme un rapport déterminé qui s'établit dans une formulation entre un sujet énonciateur et le sujet du savoir d'une FD donnée. Ce rapport est un rapport d'identification, dont les modalités varient, produisant différents effets-sujet dans le discours. La description des différentes positions de sujet à l'intérieur d'une FD et des effets qui y sont liés est le domaine de description de la forme-sujet.¹¹⁹ (COURTINE, 1981, p.42).

Devido à natureza contraditória e heterogênea do Interdiscurso no qual está inscrita a problemática da pobreza, a posição-sujeito é ocupada por formas diferentes que servem de indício para se compreender as Formações Ideológicas dominantes em ação: ora o “pobre” à mercê das forças maiores (a pobreza como resultado de um processo histórico estrutural, a pobreza como desígnio divino), ora o “pobre” como agente de mudança (a pobreza como condição local/individual) ou, em várias instâncias, as duas formas coexistindo no mesmo discurso (como, por exemplo, nas fotografias de Êxodo), sinalizando o funcionamento de Formações Discursivas diferentes que têm como efeito sustentar o mesmo discurso neoliberal.

Em meio à dispersão de objetos de dizer, uma regularidade foi-se delineando. Os discursos sobre a pobreza, de matriz ideológica neoliberal, ao legitimarem o mercado livre e praticamente ausente de regulamentação como peça chave para o desenvolvimento, desqualificam o Estado de suas obrigações e atribuem a ele o papel de complementar e benfeitor, colocando em cena o indivíduo e a sociedade pelo viés do discurso do empoderamento, da capacitação, da liberdade e da cidadania. Desde modo, o ponto principal é deslocado: a questão não é desenvolver políticas que acabem com a pobreza, e sim que combatam o “pobre”. De acordo com Henry (1992, p.137-138)

A forma sujeito “indivíduo-sujeito”, a que apresenta o sujeito como interioridade da individualidade orgânica, é a forma-sujeito

¹¹⁹ “Concebemos, pois, uma *posição de sujeito* como uma relação determinada que se estabelece numa formulação entre um sujeito enunciativo e o sujeito de saber de uma FD dada. Essa relação é uma relação de identificação, cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que lhe são ligados é o domínio da descrição da forma-sujeito.”

constitutiva das ideologias práticas burguesas. Ela foi constituída principalmente a partir da noção de sujeito das ideologias jurídico-políticas burguesas, através das noções de representatividade jurídica individual, de direito político individual, de propriedade privada individual transmitindo-se à filiação orgânica do indivíduo etc... A noção jurídica de sujeito, inerente a essas noções do direito burguês, foi constituída como sujeito de natureza nessas ideologias práticas, fazendo pelo mesmo movimento das relações jurídico-políticas da democracia e do direito burguês relações naturais e universais entre “indivíduos-sujeitos”. Ao mesmo tempo, o caráter dominante da instância jurídico-política das ideologias práticas burguesas fazia dessa forma-sujeito, “sujeito de natureza” ou “indivíduo-sujeito”, a categoria de todas as ideologias práticas burguesas.

Naturalizar a pobreza como condição inerente ao pobre através do uso de *cultura* tem como efeito imediato o apagamento do político, e inscreve esta prática em uma memória do dizer que adjetiva o “pobre” como indigente, preguiçoso, despreparado, etc. Segundo Orlandi (2002, p.48)

A questão da responsabilidade, pensando-se o sujeito histórico do capitalismo e o modo como ele constitui a relação com o simbólico, aparece, na relação com o direito e os deveres, como uma questão individual. É do sujeito em si que se cobra a responsabilidade (o sujeito é responsável pelo o que diz). Na maneira como trabalhamos a significação, procurando compreender como ela se produz, a questão da responsabilidade aparece como da ordem da história e do social e da maneira como o sujeito se individualiza (relação sujeito/autor), em seus processos de identificação, significando e significado pelo Estado, pela ordem do político. Essa é uma contradição que está presente quando pensamos os gestos de interpretação do sujeito.

Os relatórios e as fotografias analisadas, tomados como *acontecimentos*, constituem através da repetição uma memória sobre a pobreza, memória na qual ressoa o que fala antes e alhures, que retoma elementos pré-construídos e que, deste modo, atualiza um espaço de interpretação da pobreza. É um discurso que domestica o que se lê e o que se vê e, ao fazer isso, significa o pobre como um efeito do *outro lá tão distante*, dissimulando em seu funcionamento o fato de que esse *outro se encontra aqui tão perto*.

8. Concluindo com dois “clicks”

Click!!!



Click!!!



Mais de vinte anos e dez mil quilómetros separam as duas fotos, mas posso afirmar com toda certeza que ambas tiveram parte fundamental no longo processo que caracterizou a escrita desta tese. A primeira foi tirada pelo meu pai em Portugal, mais especificamente no Cabeço de Montachique (a tal da casa que não tinha janelas), por volta de 1984/1985, e tem como “personagens” eu e meu irmão. A segunda não lembro quem tirou, mas foi em Jundiaí, no estado de São Paulo, por volta de 2007/2008, e nela figuram eu, minha esposa (que teve a infelicidade de sair mal na foto) e várias crianças, sendo que algumas delas compõem o grupo que mencionei no início da segunda parte do texto. Esta foto também tem um significado especial para mim, já que foi neste exato momento que “pensei” em fazer uma tese sobre a pobreza (em se tratando do “momento decisivo”, Cartier-Bresson daria algumas gargalhadas).

Apesar das condições de vida – tanto da minha família no contexto da primeira foto como das crianças na segunda – estarem muito distantes daquelas às quais o *corpus* e a análise aludem, não posso deixar de mencionar que elas partilham de algo em comum. Seja em Portugal, no interior do estado de São Paulo ou nas várias regiões do globo que os documentos e fotografias mencionam, a pobreza é algo visceral, uma realidade da qual não se pode escapar e que se tenta silenciar. O discurso aqui analisado é organizado e tem como eixo o fato de que não buscar a “riqueza”, o acúmulo de capital, é algo que o neoliberalismo não suporta. Deste modo, se esforça para desqualificar a pobreza ao *naturalizá-la como condição humana* no “pobre”. Seja por fatores “estruturais” ou “individuais”, a pobreza sempre fará parte de nosso cotidiano, tanto ao andar nas ruas de nossas cidades ou ao olhar imagens de locais distantes. É aqui que reside aquilo que considero mais alarmante: a naturalização silencia o caráter político do homem e das relações humanas de pertença e de vínculo, apresentando a pobreza como algo que está *sempre lá*, efeito de pré-construído. A consequência direta é o recalque do Mercado, do Estado e da relação entre os dois, mediada e perpassada pela ideologia capitalista e legitimada por alguns nichos da Ciência, desviando assim o foco daquilo que acredito ser o cerne da questão: o acúmulo de capital não está de modo algum isento do crescimento da pobreza, sendo ambos funcionam de modo imbricado.

A grande crise global deflagrada em 2008 tem mostrado exatamente isso. Em meio a famílias que ficaram sem casa e sem emprego, as medidas adotadas pelos governos nos EUA e na Europa (Portugal, Espanha, Grécia principalmente) são, de modo bem claro, medidas *de e do* “Mercado”: o Estado se endivida para “salvar” as grandes instituições privadas e, de modo a equilibrar as contas, corta gastos na área

social, operando um deslocamento naquilo que se compreende como os “direitos do cidadão”. Com a relativa “desestruturação” destas sociedades o *real* vem ganhando contornos visíveis: a pobreza não é “africana”, “sul-americana” ou “asiática” e existe nas fundações das sociedades consideradas industrializadas e de “primeiro mundo”. O periférico é, também, um problema central.

Finalizando, durante a análise das fotografias, uma afirmação de Nietzsche me “atormentava”. Hoje, pensando nela, acredito que sintetiza bem a condição humana face ao “abismo” que é o capitalismo neoliberal. Deste modo espero que ela, junto com esta pesquisa, possa nos levar a refletir e a se posicionar de um modo mais humano em relação à pobreza:

Aquele que luta com monstros deve acautelar-se para não tornar-se também um monstro. Quando se olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. Writing Against Culture. In: FOX, R. (org.) *Recapturing Anthropology*. Santa Fe, School of American Research Press, 1991.

ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. *O Marco Discursivo da Participação Solidária e a Redefinição da Questão Social: Construção Democrática e Lutas Políticas no Brasil Pós 90*. Tese de Doutorado IFCH. Unicamp. 2006.

ALTHUSSER, L. Lenin and Philosophy and other essays. New York: Monthly Review Press, 1971.

_____. Processo sem Sujeito nem Fim (s). In: *Posições I*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. Lisboa, Bertrand editora, 1994.

AUMONT, J. *A imagem*. 7ªed. Trad. Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.

BARTHES, R. *La Chambre Claire. Note sur photographie*. Paris, co edição Cahiers du Cinéma – Gallimard – Seuil, 1980.

BATISTA NETO, J. *História da Baixa Idade Média*. São Paulo: Ática, 1989.

BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGALA, A. Le pendule (La photo historique stéréotypée). In : *Cahiers du Cinéma*, nº268-269. Paris, Julho-Agosto de 1976.

BERTATO, F. A “*De Divina Proportione*” de Luca Pacioli – Tradução anotada e comentada. Tese de Doutorado. IFCH UNICAMP, 2008.

BLOOM, J. *Photo Metro*, nº84, November, 1990.

BODSTEIN, C. *Fotojornalismo e a ficcionalidade no cotidiano*. Tese de Doutorado, IA. UNICAMP. 2006.

BORBA, F. da S. *Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 1990.

BRASIL, S. Deslizamento de sentidos por efeito metafórico: o discurso de uma fotografia In: *Revista Rua*, Número 17, Campinas: Nudecri/Unicamp, 2011.

BURKE, P. & PORTER, R. *Linguagem, Indivíduo e Sociedade*. Editora UNESP, São Paulo, 1993.

CAMPOS, T. *Brasil, um país de todos: língua, liberdade e cidadania (por uma análise dos discursos e políticas públicas educacionais)*. Dissertação de Mestrado. IEL UNICAMP, 2009.

_____. Entre a Memória e o Acontecimento: Educação e Novas Tecnologias - Metáforas do Progresso. In: CORACINI, M. J. R. F.; UYENO, E. Y; MASCIA, M. A. A. (Org.). *Da Letra ao Píxel e do Píxel à Letra: uma análise discursiva do e sobre o virtual identidade, leitura e escrita, formação de professores e ensino-aprendizagem de língua*. Campinas: Mercado de Letras, 2011

CAPLAN, B. *Against the Human Development Index*, Library of Economics and Liberty, 2009.

CASTRO, L. Políticas de Desenvolvimento e Desenvolvimento Rural – Evolução das Idéias e Políticas do Banco Mundial. In: *DOSSIÊ: Banco Mundial e Estados Unidos, momentos de uma história de tensões*. Acessado em <http://www.inct-ineu.org.br> em 12/09/2012.

COTT, J. Sebastião Salgado: The *Rolling Stone* Interview. In: *Rolling Stone*, 619-620, 12-26 December 1991.

COURTINE, J.J. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). In: *Langages* 62. Paris: Larousse. Junho 1981.

_____. *Discours, Images: Vers Une Archéologie De L'imaginaire*

_____. *L'archéologie de l'imaginaire (Images, langue et discours)*

DRAIBE, S. & AURELIANO, L. A especificidade do 'Welfare State Brasileiro'. In: *Economia e Desenvolvimento*. Brasília: CEPAL/MPAS, nº 3, 1989.

DUBOIS, J. Présentation. In: *Langages*, v.52. Paris: Didier/Larousse, 1978.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

_____. Entrevista com Phillippe Dubois concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Mônica Almeida Kornis em 2 de Setembro de 2003. Acessado na Biblioteca Digital da FGV em 20/03/2012

DUBY, G. (Org.). *História da Vida Privada: da Europa Feudal ao Renascimento*. Edições Afrontamento: 1990.

_____. A cidade, a catedral, a escola. In: *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins fontes, 1992. p. 61

FERNANDES, A. *Políticas Públicas: Definição, Evolução e o Caso Brasileiro*. Retirado de http://serv01.informacao.andi.org.br/b6d71ce_114f59a64cd_-7fcc.pdf em 23/01/2012.

FILHO, Cyro. Os Pobres Na Idade Média: De Minoria Funcional A Excluídos Do Paraíso. In: *Revista Ciências Humanas – Universidade De Taubaté (Unitau) – Brasil – Vol. 1, N. 1, 2009*.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. In: *SciELO*. Vol 24. nº1. São Paulo: 1998.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Ditos e escritos: Arqueologia das Ciências e história dos sistemas de pensamento*. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. *O Nascimento da Clínica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do Poder*. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004a.

_____. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalheite. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2004b.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria T. da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 16.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIEDMANN, J. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta: Oeiras, 1996.

FUCHS, C. A Paráfrase Lingüística – Equivalência, Sinonímia ou Reformulação? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, nº 8, 1985, p. 129-134.

GADET, F.; PÊCHEUX, M.. *A Língua Inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GEERTZ, C. Os Usos da Diversidade. *Horizontes Antropológicos*. N. 10:13-34. 1999.

GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUADAGNUCCI, J. *O fotojornalismo em questão: análise das fotografias de canudos 100 anos para além do gênero*. Dissertação de Mestrado, IA, UNICAMP. 2010.

HALL, S. Que Negro é Esse na Cultura Negra. In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Org. Liv Slovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HAROCHE, C. *Fazer dizer, Querer dizer*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi; Freda Indursky; Marise Manoel. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

HENRY, P. Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET F.; HAK T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta P. De Castro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. Sentido, Sujeito, Origem. In: ORLANDI, E. (org.) *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2001.

HERBERT, T. Observações para uma Teoria Geral das Ideologias. In: *Rua 1*. Trad. Carolina Rodríguez-Alcalá; Eni Orlandi; José H. Nunes. Campinas: Nudecri/Unicamp, 1994.

HOBBSAWM, E. J. 1995. *Era dos extremos*. O breve século XX – 1914-1991. Rio de Janeiro: Cia. das Letras.

HOROCHOVSKI, R.; MEIRELLES, G. Problematizando o Conceito de Empoderamento. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. Universidade Federal de Santa Catarina. P.485 – 506, 2007.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.

JESUS, F. T. “*Quem é negro no Brasil?*”: uma análise discursiva de artigos que versam sobre a adoção de “cotas” em universidades públicas. Dissertação de Mestrado. IEL UNICAMP, 2008.

KRAUSS, R. *O Fotográfico*. Trad. Anne Davée. Barcelona: Editions Macula, 2002.

KOSSOY, B. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. *A discussão do sujeito no movimento do discurso*. Tese de Doutorado. IEL UNICAMP, 1998.

_____. Texto e Autoria. In: ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.). *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006. p. 81-104.

_____. A equivocidade na circulação do conhecimento científico. *Ling. (dis)curso* [online]. 2011, vol.11, n.3, pp. 497-514.

_____. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significante. In: RODRIGUES, E. SANTOS, G. BRANCO, L. (Orgs.) *Análise de Discurso no Brasil: Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*. Campinas, Editora RG, 2011b.

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T.T. (org). *O sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUMER, H. *Pobreza - suas raízes e seu futuro*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

MALDIDIER, D.; NORMAND, C.; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. *et alii. Gestos de Leitura*. Campinas: Unicamp 1997.

MALINOWSKI, B. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. In: *Malinowski*, SP, Abril Cultural, Col. Os Pensadores. 1978.

MAURIEL, A. P. O. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. Tese de Doutorado. IFCH. Campinas, SP, 2008.

McNAMARA, R. Equidad social y crecimiento económico. Mexico, *El mercado de valores*, n.41, out. 1972, p.1064-72.

MOLLAT, M. La notion de pauvreté au Moyen Âge, position du problème. In : *Revue d'histoire de l'Eglise de France*. Ano LVIII, v. 8, t. 12. Chartres, 1966, p.6-23.

MORAES, A. *A Construção de um Olhar Dentro da Fotografia de Documentação: Análises de Algumas Séries de Sebastião Salgado*. Dissertação de Mestrado. IA/UNICAMP, 1999.

MRAZ. J. Sebastião Salgado: maneiras de ver a América Latina. In: *Studium* nº19. 2005.

_____. A aura de veracidade: Ética e metafísica no fotojornalismo. In: *Studium* nº24. 2006.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: Mary Spink (org.) *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994.

NECKEL, N. *Tessitura e Tecedura: Movimentos de compreensão do Artístico no Audiovisual*. Tese de Doutorado IEL/UNICAMP Campinas, SP, 2010.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. In: *Em Pauta*, nº19, 2007.

NEVES, L. PRONKO, M. MENDONÇA, S. Capital Social. In: *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. FIOCRUZ. Acessado <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/capsoc.html> no dia 27/03/2012

NUNES, J. *Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Tese de Doutorado, IEL UNICAMP, 1996.

_____. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes Editores. 2006a.

_____. Lexicologia e lexicografia. In: Eduardo Guimarães; Mónica Zoppi-Fontana. (Org.). *Introdução às Ciências da Linguagem*. Campinas: Pontes, 2006b, v. 1, p. 149-172.

O'CONNOR, A. *Poverty Knowledge: social science, social policy, and the poor in twentieth century U.S. History*. Princeton University Press, Princeton and Oxford, 2001.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. (Org.) *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. Discurso, Imaginário Social e Conhecimento. In: *Em Aberto*. Ano 14, nº61, Brasília: INEP, 1994.

_____. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: *Rua* (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) Nº. 01 – Unicamp – Campinas, SP, 1995.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*.
Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: ORLANDI, E. *Língua e Conhecimento Lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Ler a cidade: o arquivo e a memória, In: Eni Orlandi (org.). *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes, Labeurb/Nudecri/Unicamp. 2003

_____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: SP: 3ª Ed. Pontes Editores, 2008.

_____. Uma Tautologia ou um Embuste Semântico-Discursivo: País Rico é País sem Pobreza? In: ORLANDI, E. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido, Ideologia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORTNER, S. Uma atualização da teoria da Prática. In: M.P. Grossi, C. Eckert e P. H. Fry (orgs.) *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau, Nova Letras, 2007.

OUTHWAITE, W. *et alii* (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio

de Janeiro: Jorge Zaar Editor, 1996.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988b.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): 1-179, jul/dez. 1990a.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET F.; HAK T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990b.

_____. Ler o Arquivo Hoje. In: ORLANDI. E. (org.) *Gestos de Leitura*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas: Editora Pontes, 1999.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*. Oct. v. 23. n. 5. p. 569-79, 1995.

PEREIRA, J. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. In: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282

PFEIFFER, C. Sentidos na Cidade: Clichê e Sujeito Urbano. In: *Rua*. Vol. I, n.3. Campinas: Março 1997.

_____. *Bem Dizer e Retórica: Um Lugar Para o Sujeito*. Tese de Doutorado, IEL, Campinas, UNICAMP, 2000.

_____. Cidade e Sujeito Escolarizado. In: ORLANDI, E.P. (Org.). *Cidade Atravessada: O Sentido Público no Espaço Urbano*. 1 ed. Campinas: Pontes/Labeurb, 2001, v. 1, p. 29-33.

PIVEN, F. F. & CLOWARD, R. A. *Regulating the Poor: The functions of Public welfare*. Vintage Books, New York, 1971.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*, volume 3. São Paulo: Cortez, 2004, p. 353-393.

PUOTIGNAT, P. STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento: Política e Filosofia*. Trad. de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. *Língua, Nação e Nacionalismo: um estudo sobre o Guarani no Paraguai*. Tese de Doutorado. IEL Unicamp, 2000.

_____. *Da Religião à Cultura na Constituição do Estado Nacional*. Texto apresentado no Encontro da ANPOLL de 2004.

_____. Em torno de Observações para uma Teoria Geral das Ideologias de Thomas Herbert. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, n.1, p. 15-21, junho, 2005.

_____. *Ambiência e Linguagem na Produção Simbólica do Espaço Urbano: A Distinção Público/Privado e a Percepção do Movimento*. (No Prelo).

ROSKIS, E. *A decadência do fotojornalismo*. 2003. <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=844&tipo=acervo&PHPSESSID=099cb670a7e8a6c998a4f532aaf76c9> acessado em 09/04/2012.

SAHLINS, M. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: porque a cultura não é um objeto em extinção. In: *Mana, Estudos de Antropologia Social*, vol.3 n.1 e n.2, 1997.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHAEFFER, J-M. *A imagem precária: Sobre o dispositivo fotográfico*. Trad. Eleonora Bottmann. Campinas:SP: Papyrus, 1996.

SCHIAVO, M., MOREIRA, E. *Glossário Social*. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2001.

SENNET, R. *O Declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Trad. Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, E. *Pobreza absoluta e classes sociais no Brasil: o saldo do periodo de estagnação economica, 1981-2003: uma abordagem socio-ocupacional*. Dissertação de Mestrado IE UNICAMP, 2005.

SILVA, M.G.T. *Às bordas do fotográfico e da fotografia, fronteiras tênues*. Dissertação de Mestrado, IEL UNICAMP, 2004.

SILVA, M.V. *História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização*. 287f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Alfabetização, Escrita e Colonização. In: ORLANDI, E. (Org.) *História das Idéias Linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

SILVÉRIO, V. *Raça e Racismo na Virada do Milênio: Os Novos Contornos da Racialização*. Tese do Doutorado, IFCH, Unicamp, 1999.

SMITH, W. Eugene. Photographic Journalism. 1948, *Photo Notes*. In <http://elmo.academyart.edu/study/ph101/Required%20reading/Smith%20PhotojournalisP.htm>.

SÔLHA, H. *A construção dos olhares: imagem e antropologia visual*. Dissertação de Mestrado, IA, UNICAMP. 1998.

SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Sobre Fotografia*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUSA, J. *Fotojornalismo: Introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, L. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, T.C.C. Discurso e imagem Perspectivas de análise não verbal. In: *Ciberlegenda*. N° 1, 1998. <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/240>.

_____. *A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação*. In: *Ciberlegenda* Número 6, 2001. Retirado de <http://www.uff.br/mestcii/tania3.htm>

UGÁ, V. A categoria “pobreza” nas formulações de política social no Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 23, nov/2004.

VARGAS, R. MEDEIROS, C. BECK, M. Imagens da/na contemporaneidade: um convite à análise, uma convocação à teoria. In: *Revista Rua*, Número 17, Campinas: Nudecri/Unicamp, 2011.

WEBSTER, Y. O. *The racialization of America*. New York: St. Martin's Press, 1992.

WERNECK VIANNA, M., BARTHOLO JR, R. Teoria do Desenvolvimento Social. In: *Caderno COPP/SESI*, 2001.

WILLIAMSON, J. Democracy and the “Washington Consensus”. *World Development*, Washington, D. C., v. 21, n. 8, p. 1329-1336. 1993.

CORPUS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: A pobreza*. Washington, D.C.: Banco Mundial. 1990.

_____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: O Estado em um mundo em transformação*. Washington, D.C.: Banco Mundial. 1997

_____. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial: Atacando a Pobreza*. Washington, D.C.: Banco Mundial. 2001.

BRASIL. *Decreto nº 7492, de 2 de Junho de 2011*. Presidência da República, 2011.

_____. *Plano Brasil Sem Miséria*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acessado so endereço <http://www.brasilsemisericia.gov.br/> no dia 28/03/2012.

ONU. *Declaração do Milênio*. 2000.

_____. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003 Objectivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana*. PNUD, 2003.

PNUD BRASIL. *Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência*. 2005.

SALGADO, S. *Terra*. Companhia das Letras, 1997.

_____. *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial*. Companhia das Letras, 1997.

_____. *Outras Américas*. Companhia das Letras, 1999.

_____. *Êxodos*. Companhia das Letras, 2000.

_____. *Sahel: The End of the Road*. University of California Press, 2004.

Dicionários acessados no site da Biblioteca Nacional Francesa www.bnf.fr em Março de 2012.